

SOCIOLINGUÍSTICA

MARIA EMÍLIA RICARDO MARQUES



Maria Emília Ricardo Marques

SOCIOLINGUÍSTICA

Universidade Aberta

1995

Copyright © **UNIVERSIDADE ABERTA** – 1995
Palácio Ceia • Rua da Escola Politécnica, 147
1250 Lisboa

DL: 86 533/95
ISBN: 972-674-164-5

Sociolinguística

0. REFLEXÕES PRELIMINARES

1. Ensino a distância: como aprender a aprender

2. O porquê de uma cadeira e de uma perspectiva

I. COMPORTAMENTOS SOCIAIS, ESTRUTURAS PSICOLÓGICAS E COMUNICAÇÃO

37 Em guisa de abertura

39 Objectivos de aprendizagem

43 Práticas

1. Comportamento verbal, padronização e criatividade

47 Objectivos de aprendizagem

48 Relatividade linguística

48 Práticas

49 Universais da linguagem, cognição, cultura e sociedade

54 Práticas

55 Leituras Complementares

2. Para uma sócio-semântica

67 Objectivos de aprendizagem

70 Relações de significação

76 Práticas

76 Do significado frásico ao significado do enunciado

78 Práticas

81 Leituras Complementares

3. Relações semânticas e escalas de semelhança

93 Objectivos de aprendizagem

94 Escalas semânticas

96 Aspectos invariantes e aspectos diferenciais na estrutura semântica

98 Práticas

101 Leituras complementares

II. REPRESENTAÇÕES SÓCIO-SEMÂNTICAS E FORMAS LINGUÍSTICAS

1. Problemática geral

127	Objectivos de aprendizagem
128	Sociolinguística variacionista
135	Formas de tratamento
137	Níveis de deferência
139	Práticas
145	Leituras Complementares

2. O sistema das formas de tratamento

161	Objectivos de aprendizagem
162	Auto- e hetero-referência:
162	A. Formas pronominais
165	B. Formas nominais
167	C. Perspectivas
170	Práticas
171	Leituras complementares

3. Deferência e delicadeza

189	Objectivos de aprendizagem
190	Os níveis de deferência
193	Registos
194	Usos comuns
195	Usos assimétricos
196	Uso simétrico
198	Formas honoríficas
202	Formas de delicadeza
203	Questões em suspenso
204	Práticas
205	Leituras Complementares

III. IMAGENS SUBJECTIVAS E MODALIDADES ILOCUTÓRIAS

1. Estruturas de complementação e modalidades

223	Objectivos de aprendizagem
224	Frases superiores e modalidades ilocutórias
224	Modalidades lexicalizadas:
224	. verbais
225	. adverbiais
226	Modalidades ilocutórias
230	Sujeito enunciador
231	Objectivos enunciativos
231	Enquadramento (entorno)
231	Comunicação interactiva
232	Modos de comunicação
232	Eventos comunicativos
232	Papéis recíprocos
233	Práticas
237	Leituras Complementares
	Em guisa de conclusão
295	Objectivos de aprendizagem
297	Leituras Complementares
323	Bibliografia geral

Reflexões preliminares

1. Ensino a distância: como aprender a aprender

Se a formação do professor exige uma formação em tecnologia e em comunicação educacional *multimedia*, a colega encontra-se numa situação privilegiada, e muito especial, no decorrer deste ano lectivo. Vai ser colocado perante conteúdos novos e iniciar um processo que lhe permitirá testar, vivendo-a, uma aprendizagem a distância com apoio de vários *media*. Terá assim a possibilidade de integrar, na sua vivência diária de professor, aquisições, bem como hábitos de aprendizagem semidirigida, hábitos apoiados em diferentes canais-suportes de comunicação.

Sugerimos, antes do mais, que tome consciência de um tipo particular de situação educativa e do papel que terá de desempenhar num processo de aprendizagem cujos objectivos, fases, meios e instrumentos serão analisados em pormenor. Tentaremos levá-lo a descobrir, reflectindo sobre o programa de trabalho proposto, novas estratégias de aprendizagem e de avaliação.

Pede-se-lhe que seja mais crítico, mais activo, mais consciente de possibilidades e de problemas – daqueles que são realmente seus.

No seu caso, a passividade, que alguns julgam ser o traço distintivo do ensino a distância, não é admissível. Aliás, nunca o será, se tentar desenvolver paralelamente a comunicação interpessoal, pelo menos entre si e a equipa que produziu o bloco em que está a trabalhar, pondo assim nas próprias mãos a iniciativa da análise e da crítica.

Também lhe aconselhamos um certo ritmo e, se possível, que trabalhe em pequenos grupos. Para a elaboração e para a construção de respostas, por exemplo, este tipo de trabalho é a contrapartida necessária ao isolamento, se se pretende que o mesmo isolamento não seja esterilizante.

Documentos teledifundidos e radiodifundidos, livros e outros materiais – exemplo: *cassettes* audio e video que estarão no seu Centro de Apoio, tudo contribuirá para uma melhor comunicação didáctica. Tentamos fornecer-lhe motivações para consultas várias, na medida em que a sobre-informação, icónica¹ e verbal, despertará sempre uma infinidade de perguntas, algumas talvez até sem resposta.

O que o livro, o que o texto escrito proporciona a este processo é a possibilidade de trabalhar documentos com programas, ritmos, estilos e estratégias pessoais. Para a consolidação das aquisições feitas durante as emissões teledifundidas será necessário integrá-las no seu sistema de conhecimentos, de acordo com as necessidades e as técnicas que tiver definido, ajudado, ou não, por outra pessoa. E isso, fá-lo-á sobretudo através do texto escrito, que leu e sobre que reflectiu e se exercitou – cf. secções Exercícios [E] e Práticas [P].

Durante as emissões teledifundidas será submetido a sequências complexas de estímulos sobre as quais não terá outro controlo senão o das próprias capacidades de discriminação perceptiva, de memória (auditiva e visual, por exemplo), de transferência por analogia...

Devemos estar conscientes de que essas séries teledifundidas, na sua complexidade, ocultam redes de estímulos tanto verbais como não verbais e que será necessário apreender. Aliás, é sempre preciso fazê-lo, quando a mensagem passa através de

Articulação, aprendizagem e vivência diária.

Interações

- de aprendizagem
- de avaliação
- de análise
- de crítica.

¹ Ícone: Na terminologia de Ch. S.-Pierce, distingue-se ícone, índice e símbolo. Esta classificação dos signos baseia-se na natureza da relação que o signo estabelece com o real extralinguístico. Os ícones são os signos que mantêm uma relação de semelhança com a realidade exterior, que apresentam a mesma propriedade que o objecto denotado (uma mancha de sangue para o vermelho). Certos signos das escritas ideogramáticas antigas (chinês, egípcio) parecem ter mantido uma relação icónica com a realidade designada: por exemplo, o signo chinês que designa o homem, o signo hieroglífico que designa o mar, etc. O retrato será o tipo mais evidente de ícone, dado traduzir um certo nível de semelhança com o objecto modelo. Ao ícone opõem-se o índice (sem relação de semelhança, mas com uma relação de contiguidade) e o símbolo (onde a relação é meramente convencional). (*Dicionário de Linguística*, p. 248).

um meio mecânico de difusão da palavra – seja ela qual for. É por isso que o facto de o dizer abertamente se torna didáctico no sentido mais exacto do termo, isto é, se torna estímulo de análise, de reflexão e de crítica. Naturalmente, neste «processo», o texto escrito, marcado por escolhas múltiplas, continua a ser o mais forte garante de uma liberdade intelectual, de que nos constituímos responsáveis.

Contudo, embora os livros desempenhem um papel de enorme importância neste trabalho, o da televisão não é menos importante, nem menos dinamizador, no processo de aprendizagem. Na utilização da televisão considere-se, por exemplo, no que se refere à observação e análise linguísticas, o que se pode extrair de um documento vídeo para captar conotações e significados não verbais. Consideremos ainda o facto de a televisão nos facilitar o trabalho sobre documentos autênticos, portanto sobre práticas reais, verbais ou outras, sobre um grande número e uma grande diversidade de situações, o que leva, aliás, a que a sua motivação aumente nitidamente.

Os testes de diagnóstico – terapêutica frequente, e individual, feita por nós, é de excluir neste trabalho. Dar-se-á por isso maior importância à abordagem da auto-avaliação e da auto-aprendizagem, «processos» dinamizadores, centrados no aprendente e na sua consciência, quer de vários estilos e ritmos de aprendizagem, quer de diferenças nas capacidades de verbalização, orais e escritas.

É verdade que, neste tipo de ensino, não há intercomunicação oral, directa e imediata, natural e espontânea, em face a face, em que possa desempenhar os papéis de destinador e ou destinatário, verdadeiramente participante. Para tal, terá o telefone e um assistente que o apoiará a distância, sempre que precise. Para além dele, existe o recurso ao Centro de Apoio. Aconselhamos que o visite e que nele trabalhe regularmente.

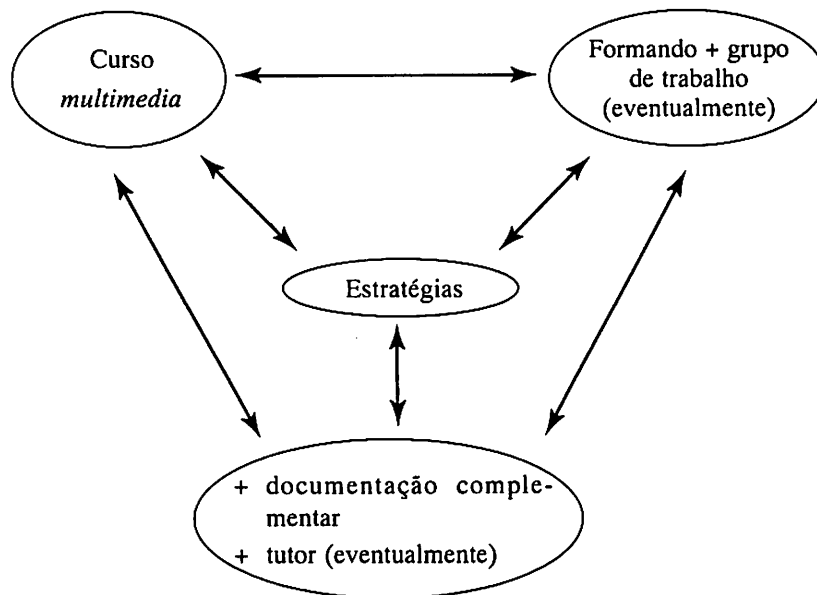
Contudo, enquanto leitor, telespectador, ouvinte, também estará presente nos textos/ discursos que lê, vê, ouve, embora de maneira diferente, aparentemente muito menos relacional e menos produtora de interacção verbal. No entanto, a pouco e pouco, irá verificando a existência de um diálogo muito específico, entre si e o material que estuda, diálogo fonte do que podemos designar por Intra-Actividade, aquela que acontecerá quando se converter no agente que descodifica, analisa, reflecte, critica, trabalha, compara documentos, produz determinado tipo de discurso interior.

Baseámos a exploração dos materiais teledifundidos em fichas de trabalho diversificadas, estímulo de situações pedagógicas diferentes, mas sempre marcadas por uma grande liberdade de itinerários, aqueles que deve construir, apoiado ou não por um grupo de trabalho.

Optámos por uma estrutura orientada para uma aprendizagem semidirigida baseando-nos no diálogo entre si e o material, numa explicação de objectivos e métodos de trabalho, em sugestões múltiplas, quanto a meios e formas de construir tal itinerário pessoal. Daí o ser tão importante reflectir na sua situação de aluno numa universidade de ensino a distância.

A sua adaptação a esta situação será, naturalmente, função de uma relação dinâmica de certas variáveis em interacção. As situações de aprendizagem simuladas (TV,

rádio ou fichas) serão assim interpretadas a partir de um sistema já definido de normas e de valores, assimilados e estruturados em experiências anteriores que deve ter avaliado, conscientemente ou não, tendo em conta as expectativas e as motivações que a elas tenham estado associadas. Não se esqueça de que qualquer situação de aprendizagem é teste que faz a si próprio. Daí que sempre acabe por pôr em causa a imagem que tem de si mesmo, facto que pode vir a gerar sentimentos de ansiedade, de falta de confiança. Recorde-se que qualquer aprendizagem implica, afinal, um risco: o da frustração. E, no entanto, tudo pode acontecer de modo diferente. Ora veja. Começemos por esquematizar as operações que operam neste processo. Teremos uma situação dinâmica, fortemente interactiva, onde distinguimos três pólos dominantes, marcados por um parâmetro comum: estratégias. Pertencem, a este conjunto, processos diversos de selecção e organização de tarefas, reconhecimento de diferentes estilos de cognição ou de ritmos, tipos e graus de individualização na aprendizagem; tipos e estruturas da rede de avaliação...



Em cada subconjunto temos

- A. **Curso multimedia** – colectivos autor-produtor, marcados por atitudes ante este tipo de ensino, normas e valores, expectativas, estatutos e funções, imagens de si próprio, vários objectivos pedagógicos, diversas experiências profissionais, personalidades diferentes;
- B. **Formando** – personalidade própria, normas e valores pessoais, marcado por uma actividade profissional, por expectativas, imagens de si próprio, experiências anteriores de ensino, atitudes em relação ao tipo de autonomia de que se sente capaz;
- C. **Grupo de trabalho** – (se existir) – clima sócio-afectivo, normas e valores, motivações, aspirações, dinâmica, níveis/tipo de realização;

D. **Tutor** – (se existir) – mas integrando ou o Centro de Apoio ou a equipa de atendimento telefónico, o que cria situações de ensino em que as relações com o estudante são muito diferentes das que se geram na situação tradicional.

Vemos como o acto pedagógico se dividiu em situações e contextos, descontínuos no tempo e no espaço, embora o aluno esteja sempre presente em cada um desses cenários, visto tratar-se de uma pedagogia centrada nas necessidades de determinada população discente e no seu perfil genérico. E, como um dos nossos objectivos é dinamizar uma «pedagogia da situação», poderá perguntar-se como conciliar, para além de uma programação de conteúdos e ou de maneiras de apresentação, essa divisão de que acabamos de falar, com a distância inerente e com o conhecimento concreto dos parâmetros que definem uma situação específica.

Em primeiro lugar, pensamos que é necessário considerar cada «elemento» como um elo numa cadeia, como um microconjunto que pode existir isolado sem contudo perder as propriedades do acto originalmente concebido, isto é, do macroconjunto esboçado, do acto pedagógico encarado como um todo dinamizado por actores, individuais ou colectivos, em interacção.

Esse facto, marcado de intencionalidade, e devido às relações mediatas ou imediatas que estabelece com um saber, embora também com uma competência de comunicação e com uma competência de aprendizagem, cria uma rede de interacções, enriquecedora na sua diversidade, mesmo se só documental, mas não tranquilizante, dado o tipo de ensino em que nos encontramos. Ainda assim, o acto pedagógico continua a ser, será sempre, um acto de construção e, portanto, de transformação de uma realidade; será sempre um «processo» em que a relação de aprendizagem pensamento-palavra-acção tem de ser marcadamente dialéctica.

Eis porque todo o ensino deve exigir uma atitude experimental. É que ele exige observação e análise das variáveis pertinentes em situação; intuição dos temas/ /momentos que podem suscitar dúvidas e problemas; um relativo controlo dos diversos «processos» individuais de aprendizagem; capacidade de intervenção, selecção, organização de textos, estratégias, tácticas; verificação frequente do trabalho executado, etc...

O inventário das variáveis, quando da análise da situação, como aprendente, obriga-nos a estar atentos a muitos pormenores e, sobretudo, a uma língua, cultura, sociedade, que interagem e nos impõem determinadas restrições. E é pela análise dessa situação genérica, a do aluno num sistema formal de ensino a distância, que é possível pôr em prática os mecanismos, as técnicas e as estratégias mais eficazes. Qualquer modelo de ensino que vise enraizar hábitos de observação, análise, descrição linguística, e que seja atento às questões fundamentais que naquelas se levantam, não é bom nem mau em si mesmo, mas corre o risco de se tornar menos bom ou mau por causa da complexidade de uma situação real de aprendizagem, em que cada pólo desempenha papel determinante, mas onde só o livro base, a televisão, a rádio, o telefone permitem, a leitores, interlocutores ou espectadores atentos e críticos, a abordagem de «verdadeiras» relações de comunicação e «a compreensão da maior parte dos elementos comunicativos pertinentes postos em jogo» durante

todo um processo de ensino a distância. No nosso caso, é sobretudo a televisão que permite viver, «no terreno», «uma linguística da fala» incidente em fenómenos sociais e culturais. E, assim, «tornar-se-á possível uma descrição visualizada em termos de situação, de tipos de contacto verbal, de processos psicológicos e sociais e dos resultados»² a que conduzem. Para nós tal reflexão linguística baseia-se na *ethnography of speaking*³, ou seja, na abordagem de uma competência comunicativa e não apenas linguística, competência apoiada nas competências sociolinguísticas, socioculturais, sociais de que falou Van Ek.

O conjunto que lhe vamos apresentar, vivido a partir de uma situação de ensino a distância, exigirá o aprofundamento de certas zonas temáticas e uma abordagem cuidada das variáveis que estão na génese do desenvolvimento dos tipos e níveis de competência, verbal e não verbal, que podem ser inferidos a partir dos objectivos do nosso programa.

Em nossa opinião, esta abordagem da comunicação, de raiz sociológica, caracteriza qualquer ensino de ciências humanas e sociais, porque a cultura, no sentido etnossociológico, varia não só de um sistema social para outro, mas também no interior do mesmo sistema. Foi sob esta orientação que se esboçaram hipóteses pormenorizadas sobre:

1. certos pressupostos teóricos, base deste processo de ensino-aprendizagem
2. a sua aplicação a...
 - 2.1 ...formação de um professor em exercício
 - 2.2 ...acções educativas concretas, marcadamente sociais, socioculturais...
 - 2.3 ...modalidades de ensino definidas com precisão
 - 2.4 ...utilização eficaz dos documentos mais adequados
 - 2.5 ...definição de funções complementares assumidas pelos diversos intervenientes
 - 2.6 ...controlo de programas e de rotinas específicas.

A comunicação educacional *multimedia* permitir-nos-á assim precisar, e mesmo modificar, políticas culturais e linguísticas; permitir-nos-á enraizar, nos nossos usos do quotidiano, um trabalho de reflexão sobre experiências indirectas, mas também sobre práticas pedagógicas concretas, as suas, específicas, evidentemente, mas orientadas, logo desde o início, para a inter-relação Eu-Outro.

Com este objectivo, foi necessário criar blocos pedagógicos experimentais, maleáveis, abertos, e dar-lhe, a si, a possibilidade de os testar com «públicos» diferentes. Entretanto, teremos de o colocar na situação de os viver no terreno. Será por isso necessário discutir, reflectir a distância sobre o que está na base dos blocos que lhe formos apresentando. Será necessário também persuadi-lo do valor e da utilidade prática dos pressupostos teóricos de base sobre os quais lhe propomos que realize a sua aprendizagem. Será aliás a única maneira de os tornar válidos

² D. Sumpf e M. Hugues, *Dictionnaire de Sociologie*, coll. Les dictionnaires de l'homme du XX siècle, Paris, Larousse, 1973.

³ Designação de D. Hyrnes, a tratar mais tarde – ver ainda Van Ek J.A (1988), *Objectifs de l'apprentissage des langues vivantes*, vol. 1, Contenu et portée. Strasbourg: Conseil de l'Europe.

ou os recusar e de dar uma verdadeira dinâmica à acção que vamos empreender em conjunto.

Nessa acção valorizar-se-á um trabalho pessoal, activo, multiplicador, que tem como objectivo imediato motivá-lo para um tipo específico de formação.

Organização geral

O curso a distância que vai seguir-se visa tornar tão dinâmica quanto possível a sua aprendizagem.

Talvez, por vezes, se julgue só, entregue a si próprio. No entanto, não o está. Não o está, por articulação, sempre possível, com o colectivo autor (a equipa de docentes) e pelas relações que tentaremos estabelecer entre o seu mundo e o de outros colegas seus que vivem o mesmo tipo de dia-a-dia. Essas relações assentarão numa renovação pedagógica que valoriza o trabalho e o projecto, as actividades de grupo, a investigação-acção, tudo levado a cabo no âmbito do seu quotidiano. Será assim desejável que alguns dos temas desenvolvidos neste curso dêem lugar a unidades de micro-ensino, no caso de ser professor, facto que lhe abrirá caminho para o exercício das suas capacidades de iniciativa, de imaginação, de crítica, de intervenção.

Adopte um estilo e ritmo pessoal, evitando as modas, as pressas, o imediato. Há um verbo que exprime a noção base de um futuro êxito: esse verbo é **organizar-se**.

Em primeiro lugar, tenha em atenção o número de blocos que constituem o curso e verifique a sua distribuição ao longo do ano escolar. Trata-se de uma pequena planificação que lhe permitirá, por exemplo, não fazer coincidir os testes dos seus alunos com os seus.

Mas imaginemos que acaba de receber este manual. Comece por ver atentamente o índice e, de acordo com a estruturação das rubricas, tente estruturar, da mesma maneira, um ficheiro pessoal. Para certos temas, já deve ter documentação organizada. Ordene esses documentos no ficheiro que agora vai criar. Depois, assinale os assuntos que, para si, são totalmente novos e que constituem campos a explorar. Com este trabalho terá uma visão global do curso. Além disso, terá lançado as bases para um estudo onde, rapidamente e sem dificuldade, encontrará os materiais de que necessita.

Tente, também, organizar um horário para todo o ano. Atenção, porém. Não seja excessivo ou correrá o risco de ter de abrandar o ritmo durante o ano escolar. Com efeito, a organização de qualquer trabalho deve ter em conta não só a extensão e a dificuldade das tarefas que lhe vão ser pedidas, como também as responsabilidades a que não pode fugir e um ritmo pessoal. Contudo, mesmo que esse ritmo seja rápido, não salte etapas e não seja demasiado ambicioso. Seja organizado. Especifique cada tarefa, anote o tempo que ela lhe exige, respeite os prazos. Não deixe nada por fazer e, para não se sentir sobrecarregado, tente integrar no seu dia-a-dia temas do curso que, agora, está a tirar.

Problemas, dúvidas, críticas: escreva ou telefone-nos. Delimite sempre o que não tiver compreendido e habitue-se a avaliar-se a si próprio. Sublinhe, anote, faça resumos, fichas. Assinale os temas que supõe virem a exigir mais esforço. Recomece tudo se for caso disso: ninguém pode prescindir de bases sólidas.

O escrito

Todos sabemos que o texto escrito continua a desempenhar um papel preponderante em todo o ensino. Mas, tratando-se de uma situação de ensino a distância, terá de haver uma articulação entre

COLECTIVO DE AUTORIA E PRODUÇÃO

- o texto lido
- o texto ouvido
- o texto visto
- o texto escrito

ALUNO

- livro
- programas rádio e audio-cassettes
- programas teledifundidos e videogramas
- testes formativos e outros exercícios

Acerca dos textos, há ainda a fazer outras reflexões, cujo objectivo é ajudá-lo a analisar melhor, a descodificar, os conteúdos que expõem detalhadamente o nosso programa multimediático.

No seu trabalho diário vai utilizar

- um manual (o livro que está a ler)
- dicionários
- gramáticas
- bibliografias específicas.

Qualquer deles pertence a tipos diferentes de obras didácticas, embora o objectivo seja o mesmo: ajudá-lo a compreender melhor os textos de base, aqueles que deverá interpretar, analisar, criticar, estudar. O seu trabalho sobre texto(s) escrito(s), independentemente de certas orientações específicas, deve seguir etapas fixas que não deve ultrapassar. No fundo, essas etapas constituem modalidades de leitura, variáveis, naturalmente, de acordo com hábitos de trabalho, gostos pessoais, motivações.

Examinemos o faseamento que lhe propomos.

1. Primeiro contacto

Lembre-se que dar uma vista de olhos significa «passar rapidamente por, ler ou examinar superficialmente». Se assim fizer, terá tendência para ler «em diagonal».

Sugerimos que limite este tipo de leitura a

- índice (títulos, subtítulos, cabeçalhos de parágrafos)
- preâmbulo
- introdução
- sumário de objectivos, em abertura de capítulos.

Uma vista de olhos, mesmo rápida, permitir-lhe-á, por conseguinte, ter uma visão geral, segura contudo, do desenrolar do curso.

2. Leituras e releituras

Faça agora uma leitura atenta de UM capítulo do manual. Depois, tente fazer o seu autodiagnóstico como leitor.

Eis algumas perguntas que poderão ajudá-lo:

Como lê? Rapidamente ou lentamente? Volta atrás? Frequentemente? Incidindo, sobretudo, sobre que tipo de dificuldades? Lê com um lápis na mão? Para quê? Para sublinhar? Para enquadrar? Para anotar experiências que relaciona com o que é dito no livro? Para exprimir uma ideia nova?

Como memoriza um texto? Resumindo-o? Falando em voz alta? Tentando discutir alguns temas com outras pessoas? Com quem? Em que moldes se processa a discussão?

A releitura torna-se, como viu, tão importante como o primeiro contacto com o texto, porque lenta e porque permitindo já uma memorização a curto prazo. Neste processo há mais paragens, há mais notas tomadas, marcadas, umas e outras, pela sua maneira de pensar, pelo seu modo habitual de fazer sínteses informativas, observações cruzadas, anotações de ideias novas. É a sua leitura, a que precede a elaboração de fichas.

3. Fichas de leitura

Certos assuntos podem exigir esquemas, resumos, contracções de texto, que assumirão a forma de fichas de leitura (*vd.* ponto seguinte).

Sugerimos-lhe que se habitue a reconstituir a estrutura do texto, pondo em relevo:

- articulações lógicas (fim, causa...)
- palavras-chave (genéricas e específicas)
- temas correlatos ou a desenvolver
- pontos críticos a reexaminar.

Não esqueça que todo o acto de leitura é análise crítica, confrontação. Confrontação entre o que nós lhe apresentamos e as suas opiniões, confrontação talvez também entre o que você pensa e aquilo que tem vivido. Aliás, neste longo percurso em

que vamos estar juntos, os conteúdos teóricos devem submeter-se, sempre, a um teste fundamental, o da experiência quotidiana.

4. Bancos de dados

Mesmo sem recorrer ao computador, também lhe serão de grande utilidade os bancos de dados; isto, porque caixas com fichas ou, mais simplesmente, capas de papel ou envelopes, lhe permitirão organizar com outra eficácia as suas notas, depois de correctamente indexadas. Assim irá construindo ficheiros temáticos, alfabetizados, ficheiros de autores ou outros.

Tomar notas é um procedimento habitual em qualquer estudante. Um conselho porém: seja qual for o formato utilizado, escreva apenas de um lado da ficha ou da folha de papel. É que o verso poderá vir a ser-lhe útil para certas adendas.

Quanto à apresentação das notas, sugerimos-lhe que

- . faça margens
 - a da esquerda servirá para escrever observações pessoais
 - a da direita permitir-lhe-á introduzir informações complementares
- . utilize títulos, subtítulos (articule descritores gerais e específicos)
- . numere-os, se necessário, mas com cuidado. Atenção à ordem:
 - I – numeração romana; A – alfabeto, maiúsculo; 1 – numeração árabe;
 - a – alfabeto minúsculo.

Um sistema claro de codificação revela-se muitas vezes de grande utilidade. No entanto, tem de ser compreensível mesmo para si próprio e...legível. Em geral, o estilo dessas notas torna-se quase telegráfico, pela supressão de artigos, de preposições, de conjunções, de certos verbos auxiliares, de pronomes...

Para se ganhar tempo é frequente também criarmos abreviaturas⁴, siglas⁵, acrónimos⁶ e ideogramas⁷ – ver a lista que segue e que descodificamos⁸

+, -, =, ≠, ≡, ≅, ⊃, ∈, →, ←, ⇔, etc.

Todos estes processos de codificação só poderão basear-se em necessidades práticas, as suas.

De facto, o tomar notas, tão curtas e pertinentes quanto possível, permite-nos organizar os campos de estudo em função de nós próprios, dos nossos hábitos e das nossas necessidades. Permite-nos também abrir caminho a projectos posteriores. Com as suas notas, faça fichas (escolha o formato mais prático e barato), instrumento de trabalho precioso para conservar e explorar a informação recebida.

Ordene essas fichas naturalmente – como o seu livro de moradas ou de números de telefone, onde a ordenação está por ordem alfabética, tal como em dicionários gerais.

Outro tipo de ordenação pode aparecer antes da alfabética: a ordenação sistemática, lógica, com divisões e subdivisões temáticas nítidas.

⁴ «Supressão de letras numa palavra, de palavras numa frase, para se escrever mais depressa ou para se ocupar menos espaço».

⁵ «Iniciais ou série de iniciais que, lidas uma a uma, abreviam uma designação – ex. CTT, CP...».

⁶ Iniciais (letras ou sílabas) lidas como se constituíssem uma forma lexical – ex. ONU, UNESCO...

⁷ Sinal gráfico mínimo que, em certas formas de escrita, ou constitui um morfema ou uma palavra, ou funciona como símbolo, se numa língua artificial.

⁸ Mais, menos, igual, diferente, idêntico, não idêntico, contém, incluído em, direcção (da esquerda para a direita ou da direita para a esquerda), implica, etc.

O material trabalhado converte-se assim em informação, mas também em novo instrumento de informação. E, na sociedade em que vivemos, neste ano 2000 que se aproxima, o futuro pertencerá sobretudo àqueles que souberem encontrar, manipular, escolher e associar conhecimentos antigos e novas informações.

Como ouvir, trabalhar as suas *cassettes* audio

Quando utilizamos o magnetofone como meio de difusão, só dispomos dos elementos do *medium*: palavras, sons – interjeições, onomatopeias, ruídos, música e silêncio. Curiosamente, é essa limitação que o torna mais capaz de comunicar com a nossa imaginação, dado ser o único *medium* capaz de estimular, no ouvinte, sinestésias que o «satisfarão totalmente», porque produzidas por ele mesmo.

Como trabalhar?

1. **A utilização do guião** é sempre possível, mas não é indispensável,
 - **antes da audição**: servirá de preparação para a escuta
 - **durante a audição**: permitirá uma escuta facilitada, uma escuta de detecção/discriminação, identificação, reconhecimento
 - **depois da audição**: servirá para verificar a compreensão.

2. **A utilização das *audiocassettes***

São possíveis três tipos de escuta:

- **extensiva**: da totalidade do documento ou de passagens longas
- **intensiva**: pressupõe escuta(s) prévia(s) – em geral duas, ambas extensivas, embora a segunda permita delimitar os segmentos que serão objecto de análise. O seu objectivo será a compreensão de pormenores no documento sonoro, graças a um trabalho de discriminação e de memória auditiva a curto prazo
- **mistas**: combinação da escuta extensiva e da intensiva.

Outras actividades possíveis

- **compreensão global**
 - ouça a gravação e tente compreender o tema geral. Verifique a compreensão global, após uma ou mais audições, fazendo pausas ou voltando a escutar passagens do documento, utilizando, ou não, o guião
 - evite, tanto quanto possível, esta última hipótese.

-
- **compreensão de pormenores por audição intensiva e selectiva:**
 - . para apreender certos traços
 - . para rápida tomada de notas, permitindo fazer um resumo, uma contracção de texto ou um simples esquema global
 - . para a análise crítica de um documento
 - **compreensão e expressão criativa**
 - numa primeira escuta, páre o documento a uma dada altura e preveja o que vai seguir-se àquilo que ouviu. Pode fazê-lo
 - . num documento «1.ª audição» (mais interessante do ponto de vista da criatividade) – como referimos
 - . num documento já ouvido, mas ainda não trabalhado em pormenor
 - tente imaginar o que poderia ser outra versão do documento, a partir do título, do tipo de discurso (argumentativo, descritivo...), do tipo de oral, ou de certas passagens que o tenham tocado particularmente. Será nos desenvolvimentos pontuais, seus, que a criatividade poderá ser maior.

Como ver, escutar as emissões de televisão

1. Não tenha nenhum *a priori*. A televisão é divertimento, mas pode ser outra coisa, porque nos pode fazer observar, analisar, interpretar de outra forma, isto é, de uma forma bem diferente do que nos acontece no dia-a-dia. Lembre-se de Fernão Lopes e do seu pedido «Esguardai como se estivésseis presentes». Com efeito, o que importa é olhar, examinar, mas, como se estivessemos no local, como se participássemos no que acontece diante dos nossos olhos. É fácil, no fundo.

Na televisão, há alguém que lhe fala directamente, que lhe mostra imagens em pormenor. É por isso que deve estar atento à imagem visual tanto quanto aos sons ou aos ruídos.

Quanto ao conteúdo de um videograma, tente reter o essencial (ou o que lhe pareça essencial...), as grandes linhas que estruturam as emissões, a forma como estas são construídas. Muitas vezes, poderá pensar que só as formas verbais, que só o dito é importante. Mas é igualmente importante o plano iconográfico, semiótico, que define e enquadra as diversas linguagens, os diferentes tipos de codificações utilizados, a totalidade que deve ser integralmente apreendida:

- códigos verbal (segmental e supra-segmental) e paraverbal (gestos, posturas, mímica, olhares...)
- código das imagens

⁹ Índices, factos perceptíveis que nos permitem conhecer outros, por indução: rugas → veihice; fumo → fogo; nuvens → tempestade, etc.

¹⁰ O implícito sociocultural só pode ser compreendido em função de elementos extralinguísticos, socioculturais. Só assim se podem interpretar expressões como: «É uma Maria vai com as outras», «Padeira de Aljubarrota», «Velhos do Restelo».

¹¹ As palavras têm um significado objectivo, denotativo, referencial; por vezes, associam-se-lhes ideias secundárias, imagens pessoais, valores particulares: culturais, sociais, históricos. Lembre-se das conotações que associa a «Zé povinho!», «Novela», «Cérebro!».

- código da narrativa fílmica (ex: narrativa aberta, narrativa fechada, estrutura explicativa ou argumentativa...)
- código espacial, decorrente da distribuição de objectos no cenário, dos lugares focados... (índices neutros ou enfatizados, raros ou familiares...).

O enquadramento iconográfico merece uma atenção muito especial, sobretudo porque age sobre nós a três níveis de descodificação:

- o informacional objectivo
- o dos índices⁹ e do implícito¹⁰ sociocultural
- o das conotações¹¹.

Todos estes dados contribuem para a criação, quer de um certo clima psicológico no receptor, quer de um significado global que deverá ser apreendido em sintonia com quem falou/disse algo.

Embora simples e fáceis de compreender, as emissões podem atingir grande nível de complexidade. E isso, sem se transformarem numa aula. Não tente pois fazer delas a base da sua aquisição de saberes, embora a televisão possa fornecer um grande número de informações. Não esqueça, porém, que ela faz parte de um todo mediático em que a leitura e o trabalho pessoal, tal como a escuta, terão lugar de eleição.

2. **Antes de cada emissão** pode fazer, a partir do manual ou em orientações recebidas em emissões anteriores, um esquema das questões prévias a que é suposto essa emissão responder.
3. **Durante a emissão** tome apenas algumas notas, mas só se já estiver habituado a fazê-lo no seu dia-a-dia.

Há, no entanto, um problema – tomar notas acerca de quê: do que é dito na emissão ou de índices visuais não verbalizados?

* Cabe-lhe a si decidir, em função das nossas orientações, mas também de acordo com os seus hábitos de telespectador e de estudante, e de acordo ainda com o seu tipo de memória e o seu estilo de aprendizagem. Não se esqueça, porém, de que não pode observar ao mesmo tempo dois objectos: o ecrã e as folhas de papel em que escreve.

Seja qual for a sua decisão, ordene as notas logo a seguir à emissão e compare-as sempre com o que está escrito, ou no seu manual, ou em outros elementos de consulta.

4. **Depois da emissão** – imediatamente após ter revisto e reorganizado as suas notas e de as ter comparado com os esquemas que figuram no manual, elabore uma ficha que lhe permitirá discutir a emissão com um amigo ou até com a família. Mas, atenção, discuta apenas sobre aquilo que viu ou ouviu realmente.

Não se esqueça de que cada um de nós é portador de filtros perceptivos que lhe são próprios, de capacidades cognitivas diferenciadas, de histórias «verbais» específicas. Nós escolhemos, assumimos determinado ponto de vista, filtramos dados em função das nossas experiências, dos nossos interesses, dos nossos gostos, das nossas expectativas. Inconscientemente, as nossas opções estão fixadas de antemão, fixações devidas aos meios sociocultural ou profissional em que vivemos e a uma história de vida. Siga, portanto, estes conselhos e, sobretudo, não salte etapas.

Não se sinta mal por estar sozinho diante do ecrã, já que uma troca de comentários e de ideias durante a emissão pode prejudicar a compreensão do que está a ver e a ouvir. E se o que conta é o seu trabalho, é necessário, acima de tudo, trabalhar sozinho. Sugerimos, portanto, que assente o seu estudo no conhecimento que vem de si, em mecanismos de auto-avaliação, autodiagnóstico e, depois,... num processo pessoal de aprendizagem, num percurso, cujo fulcro dinamizador só pode ser aquele que estuda. E aprender a aprender, partindo de uma comunicação educacional enraizada em vários *media*, foi a proposta, o desafio, que aqui lhe fizemos.

Leia o texto seguinte.

La télévision et ses spectateurs

Tout dépend, en définitive, de la façon qu'ont les spectateurs de regarder le spectacle. Sans aller jusqu'à l'adjuration¹² d'André Gide: «Que l'importance soit dans ton regard et non dans la chose regardée!» qui conduirait à la conclusion que c'est le bon spectateur qui fait la bonne télévision indépendamment de la valeur des programmes, reconnaissons qu'il est parfaitement inutile de fabriquer de bons programmes s'ils sont destinés à n'être vus que par de mauvais spectateurs. J'appelle mauvais spectateurs les gens qui, fascinés par ces images mouvantes comme ils le sont par les vitrines animées des grands magasins à l'occasion des fêtes de Noël, admirent en bloc, sans discernement, sensibles uniquement à l'espèce de tour de prestidigitation perpétuellement renouvelé qui leur est offert.

J'appelle aussi mauvais spectateurs ceux qui rentrent chez eux, le soir, tournent le bouton de leur poste sans viser un programme bien défini, simplement pour créer une ambiance supplémentaire; l'ambiance créée, ils continuent leur lecture, leur conversation ou leur diner, en jetant, de temps à autre, un regard distrait sur les fantômes incompréhensibles qui s'agitent sur l'écran. Dans les deux cas, il s'agit d'attitudes purement passives devant un spectacle qui n'a de raison d'être, et dans lequel nous ne mettons tant d'espoir, que s'il contribue au contraire, à créer des attitudes actives, à faire mieux connaître le monde, à aider à réfléchir, à inciter à lire, à voyager ou à visiter les musées.

Ce qui ne signifie pas qu'il suffise d'être un spectateur actif pour être bon spectateur. Le monsieur plein de lui-même dont les positions fondamentales sont prises depuis longtemps et qui pense qu'il n'a plus

¹² Commandement, supplicie.

rien à apprendre de qui que ce soit, sur quoi que ce soit, n'est pas un bon spectateur sous prétexte qu'il proteste devant les émissions qui reflètent des opinions différentes des siennes.

E. Lalou traça aqui o retrato de alguns «maus espectadores». Faça o retrato de um «bom telespectador» em três situações:

- **antes** da decisão, antes da escolha do programa (não se esqueça do que terá podido determinar essa escolha);
- **durante** a emissão: não se esqueça de precisar o tipo da emissão (telenovela; telejornal; documentário; difusão cultural: livro(s), museu(s); (...)) – como imagina, vemo-las de modo diferente;
- **depois** da emissão.

2. O porquê de uma cadeira e de uma perspectiva

Fala-se muito em insucesso escolar, em dificuldades na relação com o outro – seja ele aluno, colega, amigo... –, na complexidade de certos usos da palavra, orais e escritos, no desânimo ante ter de voltar a estudar e... de voltar a uma prática discursiva de que nos afastámos. São problemas vários e que se situam em níveis diferentes, mas onde a linguagem verbal e onde o grau, o tipo de competência atingidos na sua manipulação assumem papéis dominantes.

Lembremos Fidelino Figueiredo¹ «No homem – enquanto as mãos trabalham e os sentidos recebem e assimilam a realidade circundante – a mente reflecte, forja imagens verbais e arquiva palavras. E estas palavras são como os símbolos no cálculo matemático: são rastros de reflexão».

¹ *A luta pela expressão*, S. Paulo, Cultrix, 1973, p. 31.

A aquisição e a aprendizagem de uma competência de comunicação em língua materna, tal como a de uma competência social e cultural àquela indissoluvelmente ligada, torna-se essencial. Quanto a nós, são estas, duas competências básicas, até porque enraizadas no desenvolvimento de capacidades relacionais, que vão estar na origem, quer de novos tipos de aquisições e de aprendizagens, quer de modelos de comunicação hoje marcados pela ênfase dada ao Outro e a tudo que é do âmbito do não dito, ou seja, a tudo que exige negociação de conteúdos, argumentação. Entre uns e outros devia processar-se, porque fundamental, um desenvolvimento diferenciado do indivíduo, desenvolvimento enraizado, sobretudo, em longo trabalho sobre, e em, língua portuguesa, visando a flexibilização de capacidades de compreensão e de expressão, a partir de relações dialógicas, vividas e ou simuladas, que permitam intuir, apreender, compreender e consciencializar relações entre linguagens, cultura, sociedade ou relações entre linguagem e pensamento. Acontece ainda que, na linguagem verbal, se detectam, para além de terminologias, de gírias, de calão, e até de zonas lexicais distintas na sua especificidade, fenómenos e factos discursivos e comunicacionais susceptíveis de observação repetível. Refiro aquelas ferramentas e instrumentos que constantemente ouvimos e dizemos e que são afinal as rotinas verbais, os usos de um quotidiano. Mas se, por um lado, convém dominar, automatizar até, tais usos e rotinas, por outro, convém também...aprender a fugir-lhes. E eis-nos chegados ante um objectivo duplo, aparentemente contraditório, que talvez permita explicar a dificuldade que tantos sentem em ensinar e em aprender Português: é que se torna necessário conhecer, detectar, tanto usos comuns, banais, estereotipados, quanto indícios pontuais que ou revelam outrem ou nos permitem ver a realidade circundante de outro modo. São processos que exigem pensar, conhecer, em moldes próprios, que exigem que alguém possa não só sentir, reagir, apreciar, como ter acesso à palavra e a um dizer marcado talvez pelo «*jeito transfigurador*» de que falava Gomes Ferreira. Acontece que, saber dizer a palavra e que saber criar discursos adequados, funcionais, implica a existência de um tempo em que se aprendeu e de um outro em que não só se quis, como em que se foi capaz de verbalizar reacções, apreciações, pensamentos, saberes.

Não esqueçamos que a construção do pensamento surge inseparável, em todas as suas fases, mesmo na mais concretamente experimental ou na mais meditativa, de uma luta pela expressão, de um desejo constante de uma mais adequada competência de comunicação. Este tipo de competência estuda-se na etnografia da fala, matéria que devia surgir em currículos de formação. É, aliás, uma disciplina que pre-

tende preencher o vazio existente entre aquilo que usualmente é descrito e apresentado pela(s) gramática(s) e o que é usualmente descrito pela(s) etnografia(s), uma(s) e outra(s) usando a linguagem como algo que reflecte outros padrões. Explicando ainda, mas de outro modo, trata-se de saber aquilo que qualquer criança interioriza acerca do que ouve, do que armazena e do que transforma em conhecimento activo, enquanto se vai tornando membro de uma comunidade social, cultural e linguística. Para os professores de línguas, e, entre estas, destaco a língua portuguesa, terá portanto de levantar-se um problema de programação e, portanto, de selecção de conteúdos, a selecção daquilo que talvez também se possa definir como o que qualquer estrangeiro tem de aprender acerca do comportamento verbal de determinada comunidade, de modo a poder participar, adequada e efectivamente, nas actividades desta. A etnografia da fala estuda assim, de modo específico, uma problemática de contextos, de situações e de usos verbais, sobretudo típicos e rotinizados, que têm por palco o nosso quotidiano. Neste quotidiano qualquer indivíduo passou por um processo de socialização, onde, entre outras aprendizagens, **aprendeu a significar** (Halliday), isto é, onde adquiriu comportamentos, muitas vezes até explicitados como proibições: *Não faças. Não digas...*; outras vezes copiados, adquiridos por mimetismo, sejam tais comportamentos gestuais ou verbais. Recorde-se, neste último caso, o reemprego de certas palavras ou expressões, que caracterizam, pela sua frequência, o comportamento de um ou de outro adulto com quem a criança ou o jovem se encontra muito em contacto. Acontece, contudo, que esse reemprego é, por vezes, correcto, por vezes também inadequado em termos de situação e de contexto, por vezes ainda estranhamente deturpado, fónica ou morfológicamente. E o primeiro erro (não adequação à situação e ao contexto) é mais grave do que o segundo, sobretudo em termos de relações sociais, onde é vivido um sistema complexo de fórmulas de tratamento ou de delicadeza. Daí a importância de uma aquisição e de uma aprendizagem, concomitantes, das competências social, cultural, comunicativa e linguística. Estamos longe, portanto, das velhas rotinas da aula de Português.

Convém, aliás, dizer que a oportunidade de adquirir essa linguagem facetada, maleabilizada, até pela imprevisibilidade do próprio quotidiano, nem sempre nos é dada. Por um lado, porque as situações reais que a cada um se deparam são, em princípio, reduzidas, pela limitação dos contextos sociais e culturais em que cada um se move. Depois, porque as situações novas e realmente diferentes que nos surgem, ou são apenas escolares, logo institucionalmente marcadas, ou são mediatizadas, logo filtradas, distantes, quando não nocivas em termos de construção da identidade. Tais situações, em ecrã, aparecem, quer em jogos video, quer em documentos teledifundidos, que assumem hoje papel dominante, até por determinarem efeitos de moda, de actualidade, de uma certa mais-valia estética..., e são efeitos muitas vezes negativos. Contudo, agora positivamente, acentue-se o grau e o tipo de interactividade que marca certos jogos tipo *RPG – role playing game*, em que o jogador não só cria uma personagem, escolhendo-a entre *N* hipóteses, como a guia num mundo, num espaço, onde quase tudo é possível – daí que tais jogos constituam estímulo forte para a imaginação e para a criatividade. Daí também não podermos minimizar o tempo dedicado a esses videojogos, até porque tanto os jogos como a televisão são meios a «didactizar», forçosamente, se quisermos

rentabilizar, instrumentalizando-o, tudo que na «escola paralela» pode ser aprendido e estimulado.

Recorde-se ainda que, nesses jogos, se impõem reacções rápidas ao que se vê, ao que se lê ou ao que se ouve, processos estes que nos situam no plano de uma compreensão imediata. Necessário se torna, portanto, ultrapassar esse ritmo, quebrá-lo posteriormente, não esquecendo que, para além de uma recepção enraizada em instantes breves marcados por **Ver, Ouvir, Ler** – são também importantes pausas e tempos que permitam pensar, reflectir, **Falar e Escrever**, desenvolvendo as tão necessárias capacidades de expressão. Ora estas actividades enraizam-se em situações tipo muito diversas das que, no quotidiano, são mais frequentes, exigindo, por isso, treino, longo e diversificado, treino esse, repetimos, que envolve tanto a sensibilização a parâmetros situacionais, comunicacionais, linguísticos, (*language and its users*), como a frequência e a duração de uma prática verbal rica e variada, sempre adequada a contexto, situações, actores...e sempre resultante de tipos vários de restrições impostas ao dizer, a um dizer que, por vezes, até surge ambíguo, indirecto, marcado por redes de pressupostos e de implícitos, qual todo complexo a que só talvez a entoação, a mímica ou o gesto possam precisar a intenção real. Ao trabalhar uma língua, convém, portanto e sempre, fazê-lo, integrando-a em comportamentos socioculturais enraizados em situações e contextos de tipos variados. Há por isso sempre necessidade de chamar a atenção para formas de expressão e para certos implícitos sociais e culturais, antes de nos desprendermos do circunstancial comum, circundante, real próximo ou longínquo, e longínquo no espaço ou no tempo, antes de avançarmos, quer para o pensamento e para a palavra abstracta, quer para a simulação, quer para a ficção.

Tudo conduz, como é claro, a uma recusa de programas de língua assentes em construções artificiais simplistas, reducionistas, do tipo *Basic English, Français Fondamental, Português Fundamental*, construções perigosas porque estatisticamente descarnadas e porque conducentes a uma sobreposição aberrante de situações e de estratos socioculturais tornados rígidos, fechados, logo não sensíveis à pluridade real de contextos, à pluridade de marcas distintivas que distinguem os quotidianos vividos. São simplificações perigosas e, se essas construções artificiais forem aceites, irão sufocar, no seu simplismo, quer determinadas culturas sociais ou profissionais, quer culturas de raiz etnossociológica, para já não dizer erudita. São códigos que irão impedir a compreensão de uma cultura ou de uma literatura, de complexos ricos como *habitus*, como capital cultural, ricos em ritos socioverbais, em vestígios de sujeitos criadores, mesmo se enraizados num contexto geopolítico e em determinada situação de produção discursiva.

Cite-se, para finalizar o tema, uma reflexão sobre linguagens básicas, que alguns quiseram universais. Dizia Fidelino de Figueiredo «O sonho de um latim universal ou [...], de um esperanto, de um *basic english* é uma tendência multitudinária para o empobrecimento do espírito, é a busca ansiosa de uma plataforma, onde se possam encontrar todos os pobres de espírito da Terra, a dizer banalidades estandardizadas»². Ora, o banal estandardizado tem de ser quebrado, tal como o tem de ser um quotidiano que, de tão familiar, distorce a visão, quando não a bloqueia.

²*Ibidem*, p. 34.

Daí que se proponha, sobretudo em aulas de língua portuguesa, que se comece por trabalhar o quotidiano, de molde a conseguir tornar estranhas formas verbais e outras, que o uso gastou, palavras e frases que nem ouvimos já, ou que já nem ousamos dizer, porque há conteúdos que deixámos de sentir e porque há gestos que, por timidez, ou por medo do ridículo, nos tornámos incapazes de esboçar.

E como primeiro elemento estranho existe EU, um EU que nos surge como «*próximo desconhecido*», bloqueado, escondido no mais fundo de si. «*Eu, próximo desconhecido*», dizia um poeta. Ora, se eu sou o mais próximo de mim mas me mantenho, de mim próprio, desconhecido, que acontece quando tento aproximar-me dos outros? e do mundo? e que acontece quando isso tem de ser feito através de linguagens, em que a verbal sobressai?

Recorde-se Ruy Belo:

Conheço as palavras. Tenho um vocabulário próprio. O que sofri, o que vim a saber com muito esforço, fez inchar, rolar umas sobre as outras as palavras. As palavras são seixos que rolo na boca antes de as soltar. São pesadas e caem. São o contrário dos pássaros, embora pássaro seja uma das palavras. A minha vida passou para o dicionário que sou. A vida não interessa. Alguém que me procure tem de começar – e de se ficar...pelas palavras.³

³ M. E. Ricardo Marques, «Comunicação: da teoria à prática», in *Sinal/AVS*, n.º zero, 1984, p. 45.

Contudo, qualquer de nós só adquire uma real competência no uso dessas palavras se conseguir ultrapassar o simples facto de, na espontaneidade do quotidiano, ser capaz de Ouvir – Falar, Ler – Escrever. É que tal competência não surge, repita-se, como consequência lógica do simples acto de viver e, portanto, de assistir, por vezes mesmo de participar, em situações experienciais onde se desenrolam diferentes acontecimentos de comunicação. Acresce, porém, que o presenciar a distância, como telespectador, ou o estar distante, social ou psicologicamente, de alguém perto de nós, são processos que se tornam ainda mais complexos quando há interferência de outras culturas, e, sobretudo, quando há presença constante de certos programas teledifundidos que veiculam sistemas de valores, atitudes, comportamentos, universos de referência, bem diferentes dos que efectivamente marcam e definem a nossa identidade cultural. E falar sobre, discutir, analisar, criticar tais situações ou programas nunca acontece verdadeiramente...a não ser que o processo possa vir a ser dinamizado por uma entidade como a escola que, aceitando a mediatização televisiva, como inevitabilidade, a didactize, ao transformar o papel do outro, aqui do aluno-telespectador, ao torná-lo capaz de observar, analisar, interpretar, criticamente, práticas, verbais e outras, num grande número e numa grande diversidade de situações – isto é, agindo de uma forma bem diferente da que acontece no dia-a-dia, mas que, há séculos já, nos foi preconizada. Lembremos Fernão Lopes e o seu pedido «*Esguardai como se estivésseis presentes...*», como se estivéssemos no local, como se nos dispuséssemos a agir, a participar no que acontece diante de nós.

A distância física entre Eu e um Real documentado, simulado..., tem, por conseguinte, de se querer apagada, esteja Eu como telespectador, leitor ou radiouvinte. Para tal preconizo e sugiro a aprendizagem de um tipo diferente de diálogo, aquele que se processa em nós, connosco mesmo, e que é bem diferente do que ocorre

entre nós e os outros. E mesmo este último diálogo se torna mais difícil se esses outros apenas estão reflectidos nos materiais que escuto, vejo, leio, atento à especificidade de um modelo de comunicação em que, se modelo circular, tenho de assumir ser papel fundamental, o de pólo dinâmico e dinamizador de uma interacção que o verbal sempre dominará, um verbal enraizado na especificidade de situações, a que uma aprendizagem aberta, semiautónoma e flexível pode dar sentido pelo papel que o didáctico nela desempenha.

Exija-se, pois, em qualquer nível da escolaridade, um crescente domínio do verbal, mas de um verbal que tanto abarque o informacional objectivo, como o mundo das conotações, das ideias secundárias, das imagens pessoais e dos valores particulares: sejam eles históricos, sociais, culturais; de um verbal que, por vezes, até só nos pode fornecer indícios perceptíveis mínimos ou nos pode colocar ante redes de implícitos que só são passíveis de serem apreendidos, e compreendidos, em função de elementos que se situam para lá da língua, logo, que levam a tipos diferentes de cognição e de saber. E, entre todos estes saberes a adquirir, incluo o saber «fazer coisas com palavras», sejam elas promessas, juras, informações simples, ou mesmo, e apenas, melodia, música verbal. Lembremos Camilo Pessanha e o poema «*Chorai arcadas de violoncelo...*». Pergunta-se, por isso, onde situar a fronteira entre prosa e poesia – cito Gomes Ferreira em *A memória das palavras*⁴.

⁴ *Ibidem*, p. 46.

[...] O mais estranho é que, ante a minha cegueira de homem de Encruzilhada, a Poesia encontrara outra via de expressão provisória através de certos trechos que pareciam prosa e, no entanto, já se animavam de ritmo diferente, rude sem dúvida, mas quase de poema livre, carecido apenas de consciência gráfica externa e daquele misterioso toque de aparência a que se chama Beleza. Sim, porque a Beleza é esse milagre de superfície em que as coisas complicadas, feias, profundas, sangrentas, se abrem, de repente, em melodia de pele doce.

E se da linguagem do quotidiano aos usos específicos – e entre estes coloco o literário e o poético – há um longo caminho a percorrer e uma didáctica diferente a pôr em prática, a viver, cremos que uma cadeira, como esta que agora frequenta, até pela diversidade de meios que a veiculam, pode, e deve, contribuir para a realização de certos ideais educativos de sempre.

E ao dizer *cremos*, acabámos afinal por escrever uma das tais palavras que agem através de e para lá do dito. Isto porque *crer* é palavra perigosa, pois, para além de uma opinião, reflecte uma *crença*, uma *fé*, dada a conotação religiosa que transporta, crença e fé em algo que consideramos possível e que assumimos como verdadeiro.

Substituamos, por conseguinte, a forma lexical *crer* e, numa formulação certamente menos subjectiva, diga-se que lutamos para que se enraíze, e para que se desenvolva, um ensino que flexibilize discurso e pensamento e que realize aquilo que, afinal já em 1871, Ramalho Ortigão considerava impossível:

Aprende-se tudo, menos a discorrer, a descobrir, a pensar, a sentir conscientemente, analisando, criticando, dominando a sensação. Tem-se uma educação por via da qual se pode chegar a ser um bacharel, um deputado, um escritor, um empregado público, talvez mesmo um sábio, mas nunca um Homem.⁵

⁵ *Ibidem*, p. 26.

I Parte

**Comportamentos sociais, estruturas psicológicas e
comunicação**

Em guisa de abertura

[...] jamais autant qu'aujourd'hui (...le langage) n'avait envahi comme tel l'horizon mondial des recherches les plus diverses et des discours les plus hétérogènes dans leur intention, leur méthode, leur idéologie.

(Jacques Derrida, *De la grammatologie*, Paris: Ed. Minuit, Col. Critique, 1975, p. 15).

Objectivos de aprendizagem

O conjunto de capítulos que segue visa

- A. Sensibilizá-lo para duas **perspectivas básicas** no tratamento de fenómenos sociolinguísticos, perspectivas que se articulam neste manual;
 - B. Enfatizar a noção de **situação**, dadas as opções feitas em termos de análise de usos do quotidiano.
1. Para lá dos domínios habituais, a linguagem verbal surge, em áreas diversificadas do saber, como objecto de investigações teóricas e de terreno, como estímulo de práticas ou como motivo de polémicas, por vezes violentas e nem sempre produtivas.

O complexo *Ciências da Linguagem* situa-se assim num cruzar de múltiplas acções, tendo-se criado, à volta do objectivo central, tessituras complexas de processo modelizantes. Citem-se, entre eles, os que têm origem em ciências várias: história, sociologia, psicologia, psicanálise, semiótica, teoria da comunicação ou na própria *linguística pura e dura*.

Impõe-se, por isso, salientar que qualquer linha de investigação em linguística, se não for produto daqueles modelos reducionistas que realizam uma *reductio ad absurdum*, deve ser construída em bases analiticamente sólidas, mesmo se, por vezes, limitadas a segmentos do real. Terá ainda de visar, não modelos integrativos globais, que só de modo artificial poderiam vir a dar coerência ao conjunto, mas explorações comunicacionais localizadas, trabalhadas laboratorialmente *in vitro*, de comportamentos e condutas – que a interacção sociedade ↔ cultura ↔ linguagem marcou particularmente.

A título de exemplo, lembre-se a posição de Halliday, ao criticar Barnes¹, quanto à utilidade pedagógica da sociolinguística. Afirmo, nessa altura, não ser Barnes sensível ao reposicionamento do objecto da linguística, já não «almost exclusively linguistic forms», mas «meanings and functions», assentes «on communicative, functional or notional lines»².

Assim se veio acentuando a urgência de

- abertura à diversidade e à variação na constituição de *corpora* e na criação de bancos de dados;
- abertura a problemáticas iniciais diferentes, porque enraizadas no real linguístico e no que este implica de multi- /trans- /interdisciplinaridade.
- criação de hipóteses que não se enraízem apenas em modismos, ou em certos efeitos de actualidade, mas num trabalho reflexivo – teórico, metodológico, «ferramental» –, em que adequação e precisão ocorram naturalmente, em função
 - do número e da variedade dos objectos em análise;
 - de experiências feitas a partir de diferentes modos de problematizar questões e de tentar responder-lhes, modos que

¹ Douglas Barnes, 1977, «The study of classroom communication in teacher education», in M. Gill & W. J. Crocker (eds.), *English in teacher education*, New South Wales: University of New England.

² M. A. K. Halliday, 1979, «Linguistics in teacher education», in J. Maling-Keeps & B. D. Keeps (eds.), *Language in education*, Canberra: Canberra Curriculum Development Centre.

reflectem, e testam, modelos descritivos e explicativos enraizados em determinada sociedade e cultura;

de um longo trabalho sobre bancos de dados, para o intuir de certos vectores fundamentais, base do estudo sobre a temática da variação.

A **variação** é um «Fenómeno pelo qual uma determinada língua nunca é, numa dada época, lugar e grupo social, igual ao que era numa época, num outro lugar e num outro grupo social. A variação diacrónica é objecto de estudo da gramática e da linguística históricas, a variação no espaço é objecto de estudo da geografia linguística e da dialectologia. A soeiolinguística ocupa-se da variação social»³.

³ M. F. Xavier & M. H. Mateus, *Dicionário de Termos Linguísticos*, Associação Portuguesa de Linguística, Instituto de Linguística Teórica e Computacional, p. 392.

A **variação social** marca quer o sistema, quer o discurso, falado ou escrito. Acontece, contudo, que, para uns, a sociolinguística deve ter, como objecto de estudo, fenómenos de diferenciação no sistema linguístico, diferenciação resultante do enraizamento deste num outro sistema, social e cultural, onde interagem estratos e ou grupos diversos – socioprofissionais, etários... Para outros, a sociolinguística estuda, sobretudo, aquela variação que tem como base a situação de produção discursiva. Manifesta-se, assim, no uso preferencial de certos recursos linguísticos, em função de situação, tópico, actores (interlocutores, figurantes), espaço...

A variação sociolinguística é, por conseguinte, abordada em duas perspectivas (de estratificação e de situação), que necessário se torna integrar.

Apontem-se, como estudos clássicos sobre variação,

1. Um que respeita a inter-relação estatuto social, variáveis linguísticas e suas variantes, monitorização vs espontaneidade das respostas em situação usual: ver W. Labov, 1966, *The social Stratification of English in New-York City*, Washington DC: Center for Applied Linguistics.

Também centrados em cidades, temos o estudo de P. Trudgill (Norwich, 1974⁴ – «Classical Labovian Method») e os de J. e L. Milroy (Belfast⁵ – método próximo do de Labov⁶, 1972, cap. 7).

2. Outro que correlata certas formas de actividade verbal apenas com a estratificação social, apagando, entre outros, o efeito mediador real da situação: B. Bernstein, 1966, «Elaborated and restricted codes: an outline», in *Sociological Inquiry* 36, 2, pp. 254-61.

A posição em que nos situamos visa uma aproximação correlacional dos fenómenos sociolinguísticos, assente, embora, no aceitar da interacção sociedade ↔ cultura ↔ linguagem, mas tendo como objectivo duplo:

1. A descrição de «l'ensemble des conduites linguistiques collectives, caractérisant les groupes sociaux, dans la mesure où elles se différencient et entrent en contraste dans la même communauté linguistique globale»⁷.

⁴ *The social Differentiation of English in Norwich*, Cambridge: CUP.

⁵ Ver, sobretudo, a série *Belfast working papers in language and linguistics*.

⁶ *Language in the Inner City*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press e Oxford: Blackwell.

⁷ J. B. Marcellesi & B. Gardin, 1974, *Introduction à la Sociolinguistique*, Paris: Larousse, p. 15.

-
2. O estudo da **variação** entre produção verbal, marcada por traços distintivos dominantes (sociais e individuais), e a especificidade, quer de um contexto geopolítico, social, cultural, quer de certos espaços e situações.

Inserimo-nos, deste modo, no caminho aberto pelos estudos de uma variação linguística, muitas vezes apenas dentro de determinado registo, quando incidentes na relação de microestruturas de formas linguísticas (Labov), com comportamentos verbais de interacção que ocorrem em acontecimentos comunicativos – tipo, característicos de determinadas comunidades de fala.

Aproximámos, deste modo, o conceito de *verbal repertoire*, que Gumperz definiu como the totality of linguistic resources (i. e. *including both invariant forms and variables*) available to members of particular communities⁸.

Trata-se de códigos sociocomunicativos que integram tanto marcas do sistema e formas de realização, como restrições decorrentes dos parâmetros atrás referidos (situação, tópico, actores, espaço...).

Assim, tentamos articular dois modelos descritivos do sentido da variação – modelo das regras variáveis: Labov; teoria dos códigos comunicativos: Gumperz, Hymes.

Tal variação revela, como vimos, um mecanismo duplo,

- assente, por um lado, no maior ou menor grau da causalidade, na determinação social da linguagem (aceitando nós graus em tal determinação);
 - decorrente, por outro lado, da inserção e papel da acção dessa mesma linguagem nos usos do quotidiano social.
2. **A situação**, porque terreno produtor de interacções comunicativas específicas, tornou-se componente básica em modelos descritivos sociolinguísticos, entre outros.

Trata-se de uma noção estável, em termos «definitórios», embora objecto de contestação polémica, quanto à sua necessidade, nalgumas escolas linguísticas contemporâneas.

Por outro lado, e para muitos (sociolinguistas e outros), a situação surge objecto de consenso e como a base mais sólida para a dinamização de uma linguística de terreno, que parte de comportamentos verbais observáveis, ou seja, de comportamentos observados e constituídos em *corpora*.

De facto, se postularmos que uma língua se deve definir, antes de mais, como instrumento humano de comunicação em sociedade, a situação surge como o seu cenário ou como o seu enquadramento natural. Especifique-se: enquadramento enquanto estrutura localizada num tempo e num espaço e onde acontecem tipos determinados de interacção verbal.

⁸ J. J. Gumperz, 1972, «Introduction», in J. J. Gumperz & D. Dymes (eds.), *Directions in Sociolinguistics*, New York: Holt Rinehart & Winston, pp. 1-25, p. 20.

9 J. Sheils, 1990, *La Communication dans la classe de langue*, Strasbourg, Conseil de l'Europe C.C.C.

Foi a partir de 1965 que a noção de situação começou a assumir papel dominante, por exemplo, em didáctica de línguas, facto que, naturalmente, a generalizou como conceito operatório. Era então, e ainda o foi por muito tempo, construção sumária, artificializada num «aqui e agora» simplista, esboçado a traços largos, sem que nele se discriminassem pormenores significativos, traços dominantes ou tipos de variações (sociológicas, psicológicas, contextuais,...), capazes de suscitar, elas próprias, mudanças na sequência processual dos fenómenos verbais considerados.

O conceito foi-se, contudo, complexificando e divulgando – vejam-se, a título de exemplo, as propostas e os programas actuais do Conselho de Cooperação Cultural do **Conselho da Europa**⁹.

É uma transformação que responde a outras, em várias correntes de linguística contemporânea, e que repercute o estilhaçar das primeiras correntes estruturalistas, dando-lhe orientação para- e extralinguística.

A **situação** apresenta-se como conceito duplo em concepção susceptível de orientar duas linhas de análise:

- uma, **externa** – enquadramento espaço-temporal e sociocultural da comunicação, o que conduz a descrições extrinsecamente marcadas;
- outra, **interna** – condições circunstanciais de base psico-sociológica que, por se enraizarem no(s) interlocutor(es) e num sistema complexo de representações (e entre elas convém não esquecer as que se enraizam no tópico), determinam a produção verbal.

Teremos, por conseguinte, de analisar o impacto, no discurso, de certos parâmetros situacionais, condições de produção discursiva. Iremos então constatar a necessidade de se aceitar o papel de certas coordenadas distintivas do todo «situação» em investigações de muitos tipos: enunciativas, pragmáticas, psico- e sociolinguísticas ou em estudos sobre comunicação, como prática socialmente enraizada. Esta escolha, na sua complexidade, implica a recusa de esquemas descritivos simplistas centrados na articulação

S → O → R

(S – estímulo, O – organismo, R – resposta)

É que aceitar um esquema de tipo reducionista, como explicativo de todos os comportamentos verbais, poderia levar à hipótese de uma padronização total de tais comportamentos, «reproduzidos» e automatizados num sujeito enunciador, que acabaria por ser tão «abstracto» e vazio quanto o fora o «falante nativo ideal» Chomskyano.

Aliás, a tentação de modelos descritivos abstractizantes remonta a Saussure

- *la langue est un système qui ne connaît que son ordre propre* (C.L.G., p. 34);

-
- *la linguistique a pour unique et véritable objet la langue envisagée en elle-même et pour elle-même* (últimas palavras do C. L. G.);

apesar das suas referências

- à *partie sociale du langage* (*ibidem*, p. 31);
- à língua como instituição social (*ibidem*, p. 33).

E o facto é que tanto o seguiram Bloomfield como Hjelmslev ou Chomsky. E será só com Labov que a linguística se torna sociolinguística.

Pendant des années, je me suis refusé à parler de sociolinguistique, car ce terme implique qu'il pourrait exister une théorie ou une pratique linguistique fructueuse qui ne serait pas sociale.¹⁰

Estudemos, pois, o que podemos designar por uma concepção social da linguagem, seja ela estudada em sociolinguística (perspectiva *micro*) ou em sociologia da linguagem (perspectiva *macro*), nas designações de Louis Jean Calvet¹¹.

¹⁰ W. Labov, 1976, *Sociolinguistique*, Paris: Minuit, p. 37.

¹¹ J. L.-Calvet, 1993, *La sociolinguistique*, Coll. Que sais-je? 2731, Paris: PUF.

Práticas

1. A variação linguística pode ser estudada em várias perspectivas.
 - 1.1 Diga-nos quais.
 - 1.2 Aponte exemplos característicos de cada uma delas, justificando as escolhas feitas.
2. Com base, apenas, neste capítulo de objectivos genéricos, tente sumariar as ideias com que ficou sobre as relações

Variação linguística \longleftrightarrow variação social e cultural

3. Imagine algumas situações concretas que lhe permitam justificar a importância, no estudo sociolinguístico, dos seguintes parâmetros: situação, tópico, actores, espaço.

1. Comportamento verbal, padronização e criatividade

Objectivos de aprendizagem

- Vamos ver como o comportamento verbal assume formas de rotina, de hábitos padronizados em função de situações e contextos marcados por parâmetros específicos em sociedade e cultura determinadas.
- Para além desses comportamentos habituais surgem, contudo, momentos diferentes, que a imaginação e a criatividade marcaram, mas cuja significação social e cultural tem sempre de poder ser apreendida pelo outro, seja ele interlocutor ou leitor.

¹ Ver também E. Ardener, 1971, *Social Anthropology and Language*, London: Tavistock Publications.

² Fishman, J. A., 1982, «Whorfianism of the third kind: ethnolinguistic diversity as a worldwide societal asset», in *Languages in Society* 11:1-14, p. 3.

³ S. E. Sloca, 1976, *An Examination and Evaluation of Criticism Directed Against the Linguistic Relativity Hypothesis*, Washington D. C.: Georgetown University Press.

⁴ M. Cole e S. Scribner, 1974, *Culture and thought*, New York: Wiley.

⁵ M. A. K. Halliday, 1973, *Learning how to mean: A sociolinguistic approach to child language*, Stanford, Center for Advanced. Study Behavioral Sciences.

⁶ Esta situação acontece quando, numa mesma comunidade, mas com fins diferentes, são usados dois sistemas linguísticos. O uso *standard* coexiste então com outro de menor prestígio – ex. Suíça alemã, Haiti, mundo árabe. Ver C. A. Ferguson, 1959, *Diaglossia*. *Word* 15: 325-40 e 1972, em P. P. Giglioli (ed.), *Language and Social Context*, Harmondsworth: Penguin.

S. Gass, et al., 1989, *Variation in Second Language Acquisition*, 2 vols., Col. Multilingual Matters.

Relatividade linguística¹

Uma investigação sobre usos verbais, partindo da hipótese de que há teia indissolúvel entre sociedade, cultura e linguagem, leva a extrema diversidade de formas lexicais e gramaticais ou de hábitos semânticos.

Já, entre 1940-1945, B. Lee Whorf (1956) – seguindo von Humboldt (1836-1884) e o seu conceito de visão do mundo, Boas (1911), Sapir (1921 e 1931). Malinowski (1923 e 1935) – desenvolveu a hipótese da **relatividade linguística**, conhecida como a hipótese de Worf e que, para uns, surge como fortemente determinística, enquanto outros só falam de relatividade linguística.

Na óptica determinística, os padrões verbais predeterminam o conhecimento do mundo; na relativista, acentua-se o facto de não haver restrições apriorísticas às representações mentais a que a linguagem verbal possa dar expressão – embora esta expressão modele a «visão do mundo», o universo de referências dos falantes de uma língua determinada. Daí a tónica posta na importância das relações interculturais, pelo alargar de horizontes, pela sua contribuição *to the totality of human understanding*². Esta hipótese foi ponto de partida para activar, tanto investigações como controvérsias – veja-se Sloca (1976)³, Cole e Scribner (1974)⁴. Aliás, ainda hoje se continua a discutir a interacção pensamento-sociedade-cultura-linguagem, ou seja, as suas relações com comportamentos e processos afectivos, cognitivos, de socialização, ou mesmo psicomotores, sobretudo quando da aquisição

- da língua materna, aquisição marcada por fenómenos de enculturação – ver «*Learning how to mean: a sociolinguistic approach to child language*»⁵
- de uma segunda língua, em situação de **diglossia**⁶.

Dê-se relevo, aliás, a este processo, em que assume particular importância a forma harmoniosa ou conflitual como o falante, não nativo, recebe, interpreta e utiliza estímulos ambientais vindos de interlocutor(es), contexto, circunstâncias, situações diglósicas.

Práticas

1. Um dos domínios que permitiriam demonstrar a relatividade linguística foi o das cores, fácil de testar, por exemplo, em tarefa de designação espontânea.
Faça um pequeno trabalho sobre como homens e mulheres são, ou não, sensíveis a variações no domínio da cor e se sabem, ou não, designá-las.
2. Teste a conclusão a que chegaram Brown e Lenneberg (1954) de que, para a generalidade dos informantes, era mais fácil reconhecer cores e articulá-las com designações que o próprio lhes atribui do que identificá-las pela designação, mesmo se exacta, mas dada por outrem.
3. Até que ponto considera que o sistema do léxico é produto cultural? Justifique a sua resposta, comparando formas de tratamento em línguas que fale: francês, inglês, alemão...e que compare com o português.

Universais da linguagem, cognição, cultura e sociedade

Correlata com a hipótese da relatividade linguística e porque esta se fundamenta na língua como sistema e logo no modelo de competência do sujeito falante, surge a dos **universais linguísticos**, mesmo se declarados, por alguns, como incompatíveis, independentes ou, apenas, complementares da hipótese da relatividade linguística.

Acontece, é claro, que o relativismo não pode ser limitado a simples preferências estratégicas ou conceptuais, inferidas a partir de diferenças no uso ou de correlações simplistas entre estrutura lexical e ou gramatical e aspectos culturais.

O facto também é que a hipótese universalista não pode assumir a forma de generalizações empíricas feitas a partir de dados recolhidos sincronicamente em várias línguas naturais, ou numa língua mas em diacronia, visando afirmar que todas as línguas obedecem a um padrão comum, determinado por estruturas psicológicas inatas e próprias da espécie.

Há investigações sobre universais linguísticos que levantam questões básicas quanto à correlação entre universais e usos particulares etnossociologicamente determinados. Exemplifique-se com um domínio que nos virá a interessar, o da organização hierárquica em certos campos da significação.

Acrescentemos também que, se sociedade-cultura-língua/locutor-quadros perceptivos – universos de referência formam trama inextricável nalgumas zonas temáticas, o investigador tem de reconhecer a necessidade de questionar aspectos mais profundos dos observáveis linguísticos, o que obriga ao abandono da estrutura de superfície e a pôr hipóteses noutras níveis. Não se esquecerá contudo que universos de **comportamentos culturalmente padronizados** fornecem um meio ideal para o estudo de fenómenos sociolinguísticos, especialmente no que respeita à significação, à análise de relações semânticas (no sistema, em memória, e na cadeia verbal), ao estudo dos estímulos da percepção e da memória, base de dispositivos e de processos mentais interactivos.

Esta zona de fenómenos, e de *focal points*, é objecto imprescindível num estudo quer da **competência linguística**, quer, sobretudo, da **competência de comunicação**, que Gumperz e Hymes definiram, recorde-se, como «*what a speaker needs to know to communicate effectively in culturally significant settings*»⁷. Também Cole e Scribner apontam esta competência como «*a vital social force and an individual tool of communication and thought*»⁸.

Individual e social aparecem portanto intrinsecamente ligados quando se trata de algumas zonas do estudo das relações sociedade, cultura, linguagem, cognição. Assim, e aceite a significação como factor cognitivo, é necessário pôr em evidência o papel complexo que o verbal assume no significado (lexical e contextual) e no estabelecer da relação de **referência** com o universo extralinguístico⁹.

Nesta relação podem demarcar-se dois níveis complementares no funcionamento dos itens lexicais: por um lado, o nível do sistema, revelando as propriedades relacionais, em língua, das unidades linguísticas, acentuando-lhes valores relativos

⁷ D. Gumperz & D. Hymes (eds.), 1972, *Directions in socio-linguistics: the Ethnography of communication*, New York: Holt, Rinehart & Winston, p. VII.

⁸ Cole & Scribner, *op. cit.*, p. 8.

⁹ S. C. Levison, 1983, *Pragmatics*, Cambridge: CUP.

e virtualidades; por outro, o nível da cadeia verbal, do discurso, nível que permite a apreensão interactiva, em determinadas situações e circunstâncias, da significação das formas que co-ocorrem em contexto.

Enquanto o primeiro seria o «modo de significação semiótico», o segundo, «engendrado pelo discurso e identificado com o mundo da enunciação», seria «o modo de significação semântico»¹⁰.

Alguns contestam esta posição e, no entanto, as escolhas que lhe estão subjacentes fundamentam-se em realidades tanto psicológicas como sociológicas.

Um dos pontos controversos reside naturalmente no próprio conceito de signo e no modo como se podem definir, em vários níveis de estruturação linguística, as unidades perceptíveis.

No quadro da linguística europeia, é o fonema que é considerado a unidade básica, delimitada por parâmetros acústicos e articulatórios.

Em estudos americanos surgem, por vezes, outras posições. Entre elas é de destacar, pela extensão e pela riqueza, a investigação de Ch. Osgood, que realizou experiências várias, tentando, por observação indirecta, apreender reacções quanto ao que, em situação de reconhecimento, são as «unit(s) in the perception of language»¹¹. Das experiências feitas concluiu:

1. *The word has special salience in the perception of language;*
2. *The reason for this salience is the unique meaningfulness of the word (or the word-like nominal compound) as a whole;*
3. *The mechanism for this salience is the convergence of feed-back from central mediational processes with feed-forward from peripheral sensory processes upon the integration of word-form percepts*¹².

Trata-se portanto de assumir também a realidade psicológica quer da palavra, como forma, ou seja da **forma da palavra**¹³, quer do conteúdo contextual. Este conteúdo em função de parâmetros não verbais (situação, tópico, actores, espaço...) pode aliás ser inferido, mesmo a partir de **enunciados** «*mal formées, asémantiques, contradictoires*». Além de que, como também escreve J. Rey-Debove, «*le contenu enferme le signifié dénotatif (qui serait mieux nommé désignatif), toujours codé, et le signifié connotatif, codé ou non codé*»¹⁴.

Assim, dado o papel da afectividade, teremos de pôr a hipótese da descrição de uma estrutura textual semântica a partir de conjunto duplo de descritores, «componentes representativos das disposições básicas, (tanto) da estrutura cognitiva e perceptiva do organismo humano»¹⁵, como da estrutura afectiva.

Deste modo, se, por um lado, tais traços se manifestam como aspectos invariantes universais; por outro, maleabilizam-se, quando se realizam numa sociedade e cultura específicas. Aí, ao ocorrerem padronizados, surgem como invariantes culturais, que só o indivíduo pode quebrar, flexibilizar.

¹⁰ E. Bienveniste, 1966-1974, *La forme et le sens du langage. Principes de Linguistique Générale*, Paris: Gallimard, vol. 2, pp. 215-229.

¹¹ C. E. Osgood, 1974, «Salience of the word as a unit in the perception of language», in *Perception and Psychophysics 15(1)*, pp. 168-192.

¹² *Ibidem*, pp. 191-192.

¹³ L. Bauer, 1988, *Introducing Linguistic Morphology*, Edinburgh: EUP.

¹⁴ Rey-Debove, 1982, «La genèse du texte», in *Les modèles linguistiques*, t. 4, n.º 1, pp. 117-118.

¹⁵ M. Bierwisch, 1976, «Semântica», in *Novos horizontes em linguística*, ed. J. Lyons, trad. bras., S. Paulo: Cultrix, p. 175.

Halliday trabalhou, nesta perspectiva, o que designou por semântica sociológica e equacionou, em consequência, um processo complexo, a relacionar, de novo, com o problema dos universais e do inatismo: o da aquisição da linguagem, aquisição inseparável do processo de enculturação que implica. Quer na obra já citada¹⁶, quer em ensaio¹⁷ de 1983, Halliday parte do facto de a língua ser o modo de expressão dominante na **semiótica social**. A transmissão desta semiótica dá-se quando da aquisição da linguagem, processo marcado, entre outros factores, pelo acesso da criança a patamares (níveis) e padrões específicos de estratificação e de significação social.

Dentro de um mesmo tipo de reflexões valorizadoras do sociocultural, destacamos ainda, pela tentativa globalizante de interpretação, o estudo de Fishman¹⁸, em que este desenvolve, de modo sistemático, a hipótese de Whorf – isto para além da proposta de 82, atrás citada.

Foi em 1971-1972 que Fishman aprofundou a hipótese da relatividade linguística, demarcando quatro níveis de influência da linguagem, socialmente marcada, na «visão do mundo» e, por conseguinte, na cognição e trabalhando-os a partir de dois factores: um, incidente na língua como sistema (estrutura léxico-semântica e estrutura gramatical), o outro abarcando tipos de comportamentos perceptivos, motrizes, cognitivos e linguísticos. Nestes, destaca uma actividade verbal dupla em que opõe comportamentos de reconhecimento a comportamentos de produção, interpretados, uns e outros, o mais das vezes, em termos de «visão do mundo».

Fishman sugere ainda que o primeiro nível (estrutura semântica, vocabulário) influencia no falante, quer a sua capacidade para uma apreensão verbalizada do que o rodeia, quer a própria capacidade de comunicação. Continuando a análise das reflexões de Fishman, destacamos a sua hipótese de a estrutura gramatical influenciar, igualmente, a «visão do mundo» do falante nativo de uma qualquer língua.

Recorde-se que, nesta mesma linha, no artigo de 82 que citámos, Fishman apontava o caso de línguas como o Hopi, em que a ausência de tempos verbais indicaria uma «visão do mundo» marcada por um «eterno presente».

Fishman afirma ainda que a estrutura gramatical interfere na própria designação de objectos isolados, porque interfere em processos de reconhecimento ou de aplicação de marcas diferenciadoras de formas.

Esta hipótese é confirmada por investigadores¹⁹ de línguas ameríndias, entre outras. Cite-se também, a título de exemplo, agora no caso do Português, a existência de formas marcadas por prefixos e sufixos aumentativos/diminutivos vs formas «padrão de comparação», ou séries baseadas em diferenças de marcas, como em cesto – cesta, barco – barca... etc. Articule-se ainda com este fenómeno a análise de «alto», feita por Sapir²⁰, e as reflexões críticas de M. Bierwisch a propósito de termos ou expressões que «não se relacionam directamente com os objectos, mas sim com dimensões particulares dos objectos»²¹ ou com formas.

Verificámos que as primeiras análises aqui referidas só raramente incidiam num complexo de processos cognitivos e verbais. Focavam, em campos semânticos fechados, formas marcadas por traços linguísticos estáticos e, nalguns casos, de

¹⁶ M. A. K. Halliday, 1973, *op. cit.*

¹⁷ M. A. K. Halliday, 1983, «On the transition from Child Tongue to Mother Tongue», in *Australian Journal of Linguistics*, 3(2), Dez. pp. 201-215.

¹⁸ J. Fishman, 1960, «A Systematization of the Whorfian Hypothesis», in *Behavioral Science*, 5, pp. 323-339.

¹⁹ Ver Carroll e Casagrande (1958) ou reflexões de Cole e Scribner (1974), sobre as investigações de Cole *et al.*, 1969.

²⁰ E. Sapir, 1944, «Grading – a study in semantics», in *Philosophy of Science*, 2, pp. 93-116, p. 93.

²¹ M. Bierwisch, *op. cit.*, p. 169.

designação necessariamente subjectiva, apesar de, na aparência, poderem parecer a verbalização de constatações.

Outra abordagem do problema surge, todavia, com aqueles investigadores que acentuam a dinâmica de ambos os processos, (cognição e produção verbal) e os complexos de interferências que assim são estimulados. Lantz e Steffle (1964)²², visando a sua demarcação, desenvolveram testes com o objectivo de medir a capacidade para discriminar, e comunicar, diferenças semânticas no reconhecimento de cores²³. No caso dos testes de Lantz, as descrições obtidas a partir de uma dinâmica de apresentação de estímulos visuais revelaram-se espontâneas e precisas.

Outras experiências foram tentadas com esta mesma orientação. Daí que Cole e Scribner acentuassem a necessidade de se ter em conta a função dinâmica do processo de produção verbal, ao explorar, no domínio léxico-semântico, as relações daquele com a cognição.

Os vários estudos sobre percepção visual e discriminação de cores²⁴ levaram a reforçar hipóteses de articulação de estruturas semânticas, mecanismos básicos do dispositivo cognitivo e universais. Nesta perspectiva, se situam as afirmações de Cole e Scribner²⁵:

- *certain colours seem to be universally salient and easier to remember;*
- *there are universals or invariants in the relation between one area of perceptual experience and language lexicons [...].*

Aborda-se aqui o que Osgood designa por «cultura subjectiva»²⁶, estruturas semânticas da afectividade, que requerem «*immaterial traits*» para a respectiva análise. Osgood aplica técnicas e modelos que remontam aos anos 50 (SD – Técnica para diferencial semântico, 1964; modelo escalar multidimensional, 1976). A sua análise abarca, contudo, um número representativo de comunidades em vários pontos do globo e dela Osgood infere bases que lhe permitem afirmar que «*the evaluation-potency-activity affective meaning system has thus far proven to be universal*»²⁷ – afirmação que tenta validar com um «atlas» em que distribui 520 termos traduzidos. Limita-se, todavia, a sistemas fechados, tais como o campo semântico da família²⁸, ou das cores²⁹. Defende ainda que conotações, ou significações afectivas, se enraízam no modo como os seres humanos atribuem emoções primitivas a pessoas e coisas que os rodeiam. As dimensões consideradas continuam a ser, dentro do sistema das significações afectivas, avaliação, potência, actividade. Lembremos ter Osgood integrado no estudo COR a componente /BRILHO/, que demonstra estar associada, se [+ brilho], a avaliações positivas, se [– brilho], a poderes negativos. Recorde-se, a propósito, que em latim havia idêntica associação afectiva no uso das designações *niger* e *ater* – pois, embora *niger*, *nigra*, *nigrum* signifiquem negro, sombrio, têm o traço de (+ brilho), reflectido até na expressão *sol niger*; enquanto *ater*, *atra*, *atrum*, negro sem brilho e sombrio acaba por conotar as ideias de crueldade, horror, violência³⁰.

Para finalizar a referência a Osgood, lembremos que a sua análise crítica de oitenta e nove estudos sobre cores, feita no ensaio que temos vindo a referir, lhe permite

²² D. Lantz & V. Steffle, 1964, «Language and Cognition Revisited», in *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 69, pp. 472-481.

²³ R. Brown & E. H. Lennberg, 1964, «A study in language and Cognition», in *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 49, pp. 454-462.

²⁴ Jane H. Hill, 1988, «Language, Culture and World view», in F. J. Newmeyer (ed.), *Linguistics. The Cambridge Survey*, Vol. IV, *Language: The Socio-cultural Context*, Cambridge: CUP, pp. 14-36, pp. 27-29.

²⁵ M. Cole & S. Scribner, *op. cit.*, p. 50.

²⁶ C. E. Osgood, *et al.*, 1975, *Cross-cultural Universals of Affective Meaning*, Urbana II: University of Illinois Press.

²⁷ C. E. Osgood, 1976, *Probing Subjective Culture*, Urbana II: University of Illinois Press.

²⁸ C. E. Osgood, *et al.*, 1976, «Realized Cultural Differences in Kinship Conceptions», in *Linguistics*, 172, Maio, pp. 51-76.

²⁹ C. E. Osgood & F. M. Adams, 1976, «A Cross-cultural study of the affective meaning of color», in *Journal of Cross-cultural Psychology* 4(2), pp. 135-156.

³⁰ F. Gaffiot, 1934, *Dictionnaire illustré latin-français*, Paris: Hachette.

afirmar, dado o pequeno número de discrepâncias encontrado, «*that there are strong universals trends in the attribution of affect in the color domain*»³¹.

Muitos outros, e Chomsky é caso paradigmático de uma perspectiva teórica universalista, têm colocado o problema dos universais cognitivos, em relação não já com determinados campos semânticos e domínios de experiência, mas com propostas que assentam na hipótese da estrutura profunda ser idêntica para todas as línguas: daí o ser imprescindível compreender e formalizar certos constituintes abstractos que, naquela, se inter-relacionam, abrindo assim caminho à interpretação semântica³².

Fica assegurada, deste modo, a prossecução de outro dos objectivos de uma teoria semântica: *mostrar como interagem a estrutura dos significados das palavras e as relações sintácticas na interpretação de orações*³³.

A redução das estruturas semânticas a componentes fundamentais, entidades abstractas que representam disposições básicas do aparelho cognitivo e perceptivo, leva-nos de novo a articular linguagem e cognição. Citamos Chomsky: «*it is natural to expect a close relation between innate properties of the mind and features of linguistic structure, for language, after all, has no existence apart from its mental representation*»³⁴. Como princípios universais, tais esquemas inatos regulam e determinam a estrutura linguística profunda e permitem entidades, relações de dependência lexical e de subcategorização³⁵.

Na articulação das perspectivas sociocomunicativas e enunciativo-pragmáticas em que trabalhamos, cremos demonstrado o facto de linguagem e cultura interferirem, mesmo na cognição. Há todavia perguntas que se mantêm: como exactamente?, e sobretudo qual a natureza e o impacto de uma e de outra acção? As posições assumidas são várias e, por vezes, extremas. Sloca, por exemplo, embora ponha a hipótese da sua conciliação, afirma que uma língua reflecte o mundo real, «*in the historical development of a people, [where] a variety of cultural non-linguistic considerations conditions language, causing it to adapt*»: acrescenta que uma língua representa a realidade «*in the [...] development of an individual language speaker, [where] language structures and thereby creates the world for him*»³⁶.

Cole e Scribner, porém, acentuam a natureza limitada das experiências feitas para validar as hipóteses de interacção, tal como o perigo de certas escolhas em domínios fechados de experiência, como os já tão analisados das «*universal focal colours*»³⁷:

[...] the perception of perceptual experience is most constrained by certain salient and stable stimulus attributes and is less responsive to the variability introduced by language. It may very well be that the «filtering effect» of language is greatest in respect to domains of phenomena that are definable [...] in terms of attributes that are culturally specified».³⁸

Encontramo-nos ante orientação próxima, portanto, da de alguns sociolinguistas, para quem o objectivo da linguística é observar e descrever os diversos usos da língua na pluralidade dos contextos sociais e culturais em que acontece. Reconhece-se assim que o comportamento verbal é um fenómeno sociológico dinâmico, onde se esboçam, dentro de um código cultural partilhado, formas específicas de conceptualização, próprias a uma língua natural determinada.

³¹ C. E. Osgood, et al., *op. cit.* em 28, p. 155.

³² W. L. Chafe, 1967, «*Language as symbolisation*», in *Language* 43, pp. 57-91.

³³ M. Bierwisch, *op. cit.*, p. 163.

³⁴ N. Chomsky, 1968, *Language and Mind*, New York: Harcourt, Brace & Jovanovich, Inc., p. 83.

³⁵ N. Chomsky, 1981, *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht: Foris Publications. 1982, *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*, Cambridge, Mass: M. I. T. Press.

³⁶ S. E. Sloca, *op. cit.*, p. 202.

³⁷ Ver as investigações de B. Berlin e P. Kay, *Basic Color Terms*, Berkeley: University of California Press, 1969, e E. R. Heider «*Universals in Color Naming and Memory*», in *Journal of Experimental Psychology*, 93, 1972, pp. 10-20.

³⁸ M. Cole & S. Scribner, *op. cit.*, p. 59.

Práticas

1. A partir do que acabou de estudar, comente a afirmação de Lévi-Strauss em *Le regard éloigné* (Paris, Plon, 1983):

«La relation entre cultures différentes relève d'une relative incommunicabilité».

2)



2. Discuta, depois de listar alguns exemplos, as designações de **erro cultural** e de **mal-entendido cultural**.
3. Porque teria Fishman insistido na importância de «little languages» como o Hopi, de que falámos atrás, para a compreensão entre os homens?
4. Sumarie, numa reflexão sobre **linguagem, cultura e cognição**, o que leu neste capítulo.

Leituras complementares

ABORDAGEM SOCIOLINGÜÍSTICA DE UMA ANÁLISE LÉXICO-SEMÂNTICA CONTRASTIVA (PORTUGUÊS-FRANCÊS)(1)

A FAMÍLIA: seu significado numa perspectiva de adolescentes (12-14/15 anos) — portugueses não emigrados (zona da grande Lisboa), portugueses emigrados (Paris) e franceses (Paris e arredores).

Maria Helena Araújo Carreira

INTRODUÇÃO

O trabalho em Sociolinguística Aplicada que tenho vindo a realizar, desde Outubro de 73, sob a orientação de Robert Galisson e de Bernard Quemada, no «Instituto para Professores de Francês no Estrangeiro», na Sorbonne, tem como finalidade primeira contribuir para um Ensino da Língua em função dos interesses, perspectivas, níveis de língua do público visado (neste caso adolescentes entre 12-14/15 anos).

No interior deste domínio lato de estudos, onde diferentes divisões da Linguística, da Sociologia, da Psicologia e da Pedagogia se interpenetram, impôs-se-me uma delimitação do campo em que incidiram os meus estudos.

O ponto de partida: os resultados obtidos na Tese de Licenciatura em Filologia Românica, realizada sob a orientação dinâmica e enriquecedora da Maria Emilia Ricardo Marques.

Esses resultados revelaram a importância dos «agentes de Socialização» (cf. Bernstein) — Família, Escola, e Grupo de camaradas —, para pré-adolescentes portugueses da zona da grande Lisboa.

Na impossibilidade de fazer um estudo de vocabulário dos três agentes referidos, escolhi a «Família», pois — quer em Portugal, quer em França — é, cronologicamente, o agente prioritário, inculcando no indivíduo, desde o seu nascimento, a diferentes níveis, sentimentos e atitudes que, por seu turno, são reflexo da ideologia predominante numa sociedade determinada.

Sintetizando:

A «FAMÍLIA» como instituição transmissora de atitudes generalizadas, do «statu quo» social, desde o nascimento do indivíduo.

Para atingir este objectivo, escolhi realizar:

- 1.º Uma *análise de conteúdo* reveladora de sentimentos, atitudes, etc., associados à Família;
- 2.º Uma *análise da distribuição* das palavras-núcleo na frase.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Para discernir mais claramente as semelhanças e as diferenças existentes, quer a nível puramente linguístico, quer a nível de expressão linguística de aspectos civilizacionais, escolhi um *método contrastivo* — ou comparativo — (Português/Francês).

Assim, poder-se-á tentar uma melhor compreensão do que é específico de cada um dos grupos e, ao mesmo tempo, um aproveitamento do que existe de comum, para, mais facilmente, estabelecer uma plataforma de «entendimento» entre indivíduos das duas civilizações em questão.

Trata-se de um estudo de *léxico-semântica contrastiva* (cf. Charaudeau) — mais especificamente um estudo das significações do vocabulário de um grupo de adolescentes portugueses e franceses.

Como enquadramento teórico escolheram-se perspectivas estruturalistas. Assim, temos como ponto de partida para a análise um «corpus», ou seja, um conjunto finito de elementos, organizado segundo determinados critérios.

(1) O texto aqui apresentado foi objecto de uma comunicação no Colóquio «A Família no Contexto do Fenómeno Migratório», realizado na Universidade Nova de Lisboa, em 18 e 19 de Dezembro de 1975. Constitui um primeiro balanço de um trabalho (Novembro de 1975) que seria parcialmente reformulado e desenvolvido (cf. Tese de Doutoramento de 3.º ciclo em Sociolinguística «Une Etude Contrastive du Vocabulaire Associé à la Famille», Universidade de Paris III — Sorbonne Nouvelle, Junho de 1977).

A análise tentará estabelecer a dependência de uns elementos em relação aos outros, presentes nesse mesmo «corpus» (cf. Benveniste).

Primeiramente, fez-se uma análise de conteúdo em que se procurou discernir quais as associações evocadas pela zona temática — a «FAMÍLIA» (cf. Duchacek, Pottier).

Num segundo tempo, estudaram-se as distribuições linguísticas das palavras-núcleo (em função da análise de conteúdo feita previamente). Trata-se de uma *análise distribucional — transformacionista* (cf. Tesnière e Dubois) com implicações possíveis no ensino da língua.

2. ORGANIZAÇÃO DE UM «CORPUS»

A «FAMÍLIA», como «domínio de experiência» (cf. Pottier) comum, assegura a «isotopia semântica» (cf. Pottier) do «corpus» que organizei.

A partir da frase-estímulo: «O que significa para ti a Família?» (e a correspondente em francês), os indivíduos testados responderam redigindo textos de expressão livre. O conjunto desses textos-resposta constitui o «corpus» que analisei.

Características dos indivíduos testados:

- Nível etário: 12-14/15 anos;
- Nacionalidade: portuguesa e francesa;
- Proveniência geográfica: zona da grande Lisboa, Paris e arredores;
- Proveniência sociocultural: classes desfavorecidas.

Três grupos de adolescentes:

- Portugueses residentes na zona da grande Lisboa;
- Franceses residentes em Paris e arredores;
- Portugueses emigrados, residentes em Paris;

	PORTUGUESES		FRANCESES	TOTAL
	Grande Lisboa	Paris (emigrados)	Paris e arredores	
Raparigas	50	5	50	105
Rapazes	50	5	50	105
Total	100	10	100	210

Recolha dos questionários:

- *Local:* estabelecimentos de ensino secundário;
- *Duração:* 30 minutos, aproximadamente.

3. SÍNTESE DAS ETAPAS DE ANÁLISE

3.1. Análise de conteúdo:

- a) Levantamento das lexias (palavras ou grupos de palavras) núcleo das associações evocadas por «FAMÍLIA»:

- b) Agrupamento de a) em sub-classes, utilizando as noções de co-hipónimo, hipónimo e hiperónimo;
- c) Comparação das classes e sub-classes dos dois grupos de indivíduos — portugueses, não emigrados e franceses. Num segundo tempo, confronto com um apêndice constituído pelos inquiridos de portugueses emigrados em Paris e arredores.

3.2. Análise das distribuições das lexias núcleo na frase:

- a) Organização de um quadro elaborado sob um ponto de vista semântico, cujas divisões principais são:
 - *Três actantes*, definidos como «os seres ou as coisas que... participam no processo» (cf. Tesnière);
 - *O processo*, que, em geral, é expresso pelo verbo;
 - *Circunstâncias*, que exprimem as várias circunstâncias (tempo, modo, lugar, etc.);
 - *Qualificadores*, no sentido lato, incluindo a função adjectival, mas também a de modificadores, etc.;

- b) Organizações de sub-classes, no interior das divisões principais assinaladas;

- c) Comparação dos resultados obtidos.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Após reflexão, pareceu-me de interesse mínimo apresentar os resultados da segunda fase de análise, mais estritamente linguística — análise das distribuições das lexias núcleo na frase.

Com efeito, essa apresentação implicaria referências minuciosas a aspectos de técnica de análise linguística, que não terão interesse de maior numa reunião de trabalho do grupo «Mão-de-Obra, Emprego e Emigração».

Limite-me assim a apresentar os resultados da análise de conteúdo que me parecem ser, neste momento, de maior interesse.

5. ESBOÇO DE COMPARAÇÃO INTERPRETATIVA

- 5.1. *Grupo de portugueses não emigrados* (zona da grande Lisboa)
- Grupo de franceses (Paris e arredores)

5.1.1. No interior da família

5.1.1.1. Relações

Dois pólos de atracção fundamentais e específicos se delineiam — (cf. quadro Relações de base afectiva e Relações distensas).

Por um lado, a importância atribuída pelo grupo de adolescentes portugueses às relações de *base afectiva*.

CONJUNTOS ASSOCIADOS A «FAMÍLIA»

A — NO INTERIOR DA FAMÍLIA

	NUMERO DE INDIVIDUOS					
	PORTUGUESES NÃO EMIGRADOS		FRANCESES		PORTUGUESES EMIGRADOS	
	RAPARIGAS	RAPAZES	RAPARIGAS	RAPAZES	TEXTOS FRANCÊS	TEXTOS PORTUG.
I — RELAÇÕES:						
1. Relações de base afectiva	38	34	18	13	4	3
	72		31		7	
2. Relações de dependência	36	33	32	35	2	2
	69		67		4	
3. Relações distensas	32	17	46	33	5	5
	49		79		10	
4. Relações tensas	15	2	12	13	-	1
	17		25		1	
II — CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA						
	3	3	-	3	-	-
	6		3			
B — NO EXTERIOR DA FAMÍLIA						
ESCOLA	1	-	1	2	-	-
TRABALHO	2	1	2	1	-	-
AMIGOS	-	-	2	1	-	-
DESPORTO	-	-	1	-	-	-
FESTA	-	-	1	-	-	-
FÉRIAS	-	-	1	-	-	-
TEMPO LIVRE	-	-	-	2	-	-

expressa sobretudo por lexias do tipo: «AMIZADE», «AMOR», «GOSTAR DE», «AMAR», «UNIR-SE», «FIDELIDADE», «RESPEITO», «LEALDADE», «SIMPATIA».

Assim, à «FAMÍLIA» é associado todo um conjunto de sentimentos, que, na perspectiva destes adolescentes, devem existir e que eles próprios experimentam, mas dos quais não dão uma explicação.

Esta base afectiva sobrepõe-se, em importância, a todos os outros aspectos associados a «FAMÍLIA» e está-lhes subjacente.

Por outro lado, a importância atribuída pelos grupos de adolescentes franceses às relações caracterizadas pela ausência de tensão.

A «FAMÍLIA» é associada fundamentalmente a:

- 1) «ESTAR EM CONJUNTO»: «ESTAR REUNIDO», «REUNIR-SE», «ENCONTRAR-SE EM FAMÍLIA», «VIVER EM CONJUNTO», «FALAR», «TAGARELAR», «EXPRIMIR-SE», «CONVERSAR», «REFEIÇÕES», etc.;

- 2) «COMPREENDER-SE»: «COMPREENSIVO», «ENTENDER-SE», «PARTILHAR», «CONFIAR», «CONFISSAR», «CONTAR OS SEUS DESGOSTOS E PREOCUPAÇÕES», «CONTAR OS SEUS PROBLEMAS», etc.;

- 3) «DIVERTIR-SE»: «RIR», «JOGAR», «DANÇAR», «SAIR», «TEMPO LIVRE», «PASSAR AS FÉRIAS», «DISTRACÇÃO»;

- 4) «ESTAR À VONTADE»: «SENTIR-SE BEM», «ESTAR CONTENTE», «DESENVOLVER-SE À VONTADE», «SENTIR-SE FELIZ», «TER PRAZER EM VIVER», «ALEGRIA», «FELICIDADE», «LIBERDADE», «TRANQUILIDADE».

Para o grupo referido de adolescentes franceses a «FAMÍLIA» representa, a uma primeira análise, um conjunto de pessoas e um ambiente que permitem a abertura, a compreensão, o sentir-se à vontade e aceite.

As relações de base afectiva são também associadas à «FAMÍLIA», mas é-lhes atribuída uma menor importância do que no grupo português (cf. listas apresentadas).

Paralelamente, as relações caracterizadas pela ausência de tensão, muito referidas pelos adolescentes franceses, são menos destacadas pelos portugueses (sobretudo pelos do grupo masculino).

Resumindo: dois pólos fundamentais e específicos de atracção:

Para o grupo de adolescentes portugueses não emigrados:

+ BASE AFECTIVA

Para o grupo de adolescentes franceses:

- TENSÃO

Outros conjuntos, expressão de «RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA», são associados à «FAMÍLIA», a um nível de importância bastante semelhante para os dois grupos de adolescentes.

A dependência é especificada nomeadamente em relação aos seguintes domínios: 1) «VIDA»; 2) «CONTRACTO»; 3) «EDUCAÇÃO»; 4) «PEDIDO»; 5) «SEGURANÇA»; 6) «AJUDA».

Se referirmos algumas das extensões de cada um destes domínios, teremos:

- 1) «VIDA»: «NASCER», «VIVER», «ESTAR NO MUNDO», «PASSAR DA IDADE INFANTIL», «SUSTENTAR», «DORMIR», «TRATAR», «SER VESTIDO», «SER ALOJADO», «SANGUE», «NOME», etc.;
- 2) «CONTRACTO»: «CASAMENTO».
- 2) «EDUCAÇÃO»: «EDUCAR», «ACONSELHAR», «TOMAR CONTA», «VIGIAR», «REPREENDER», «PROIBIR», «ORDENAR», «PREPARAR UM FUTURO», «IR À ESCOLA», etc.;
- 4) «PEDIDO»: «PEDIR», «COMPRAR PARA OFERECER», etc.;
- 5) «SEGURANÇA»: «REFÚGIO», etc.;
- 6) «AJUDA»: «ALIVIAR», «CONSOLAR», «RECONFORTAR», «RESOLVER PROBLEMAS», «DAR CONFORTO», «AMPARAR», «SOLUÇÃO DE ABORRECIMENTOS», «PROTEGER», etc.

Assim, no interior da «FAMÍLIA» estabelecem-se relações à base de dependência fisiológica, psicológica e contratual.

A «FAMÍLIA» será como um «REFÚGIO», uma «PROTECÇÃO» contra as forças e exigências do exterior, das quais o indivíduo se poderá afastar, isolando-se no meio que o protege: «A FAMÍLIA».

Em síntese, uma outra zona de atracção, de importância idêntica para os dois grupos de indivíduos, marcada por:

+ DEPENDÊNCIA, que logicamente, poderá implicar:

+ ISOLAMENTO.

A um nível de menor importância, mas de importância também bastante idêntica para cada um dos grupos, temos as relações caracterizadas pela existência de uma *tensão*. (cf. quadro = *RELAÇÕES TENSAS*).

Este tipo de relação é especificado por lexis do tipo: 1) «AUSÊNCIA DE COMPREENSÃO» e 2) «MAL-ESTAR», em que a implicação 1) - 2) ocorre, logicamente.

Assim, um outro tipo de relações, polarizado em + TENSÃO, se delineia, de importância aproximada para ambos os grupos.

5.1.1.2. Condições materiais

O número de indivíduos, quer portugueses, quer franceses, que se referem ao que se poderá classificar «CONDIÇÕES MATERIAIS», não é significativo, mas, no entanto, parece-me interessante notar:

- 1.º São sobretudo os adolescentes portugueses que associam à «FAMÍLIA» aspectos materiais de existência;
- 2.º Os indivíduos portugueses recorrem a lexis do tipo «CASA», «POBREZA», «GENTE POBRE», «PEDIR ESMOLA», «TER ALGUMA COISA».

Os franceses recorrem a lexis do tipo «CONFORTO», «DINHEIRO».

Assim, poderemos opor:

PORTUGUESES		FRANCESES
-DINHEIRO	vs.	+DINHEIRO

5.1.2. No interior da família

Um outro agrupamento de conjuntos que corrobora os anteriores é o que engloba aspectos exteriores à «FAMÍLIA».

Teremos, assim, o que, sendo exterior à «FAMÍLIA» lhe é associado de imediato.

Analisando os dados:

Os adolescentes franceses referem mais frequentemente este tipo de actividade do que os portugueses (o que corrobora o referido a propósito de «RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA»).

Associações estabelecidas:

PORTUGUESES		FRANCESES
ESCOLA		ESCOLA
TRABALHO		TRABALHO
—		AMIGOS
—		DESPORTO
—		FESTA
—		FÉRIAS
—		TEMPO LIVRE

É bem evidente o tipo de associações estabelecido pelos portugueses que tem fundamentalmente a marca + TRABALHO.

Fora da «FAMÍLIA» existe o «TRABALHO» — a «ESCOLA» é também «TRABALHO». A abertura a outros modos de viver e de pensar — para lá dos estabelecidos pelo grupo familiar (mais ou menos restrito) — é limitada, mas ainda possível, graças ao «TRABALHO».

O «TRABALHO» implicará recompensa material a curto ou a longo prazo que, muito provavelmente, vai reverter a favor da «FAMÍLIA» (este aspecto corrobora o que foi referido relativamente a «CONDIÇÕES MATERIAIS»).

No que diz respeito ao grupo de indivíduos franceses, as associações estabelecidas têm as marcas:

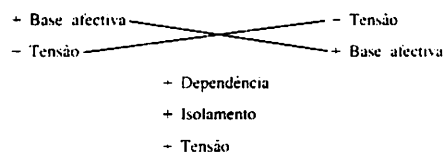
- + TRABALHO
- + AMIZADE
- + DISTRACÇÃO

Assim, independentemente do «TRABALHO» como possibilidade de abertura, há as relações de amizade e os momentos de distração estabelecidos no exterior do grupo familiar (este, em geral, mais restrito do que o referido pelos portugueses).

SÍNTESE ESQUEMÁTICA DA PRIMEIRA PARTE

Grupo de adolescentes portugueses Grupo de adolescentes franceses

RELAÇÕES



CONDIÇÕES MATERIAIS

- Dinheiro vs + Dinheiro

NO EXTERIOR DA FAMÍLIA

+ Trabalho	+ Trabalho
	+ Amizade
	+ Distração

5.2. Grupo de portugueses emigrados (Paris) (Grupo de portugueses não emigrados) (Grupo de franceses)

Por diversas razões de ordem prática não me é possível, neste momento, apresentar os resultados de um número significativo de textos de adolescentes emigrados em Paris e arredores.

Como apêndice ao esboço de comparação apresentado na primeira parte, resultante da análise de duzentos inquéritos (população portuguesa, zona da grande Lisboa, e

população francesa, Paris e arredores), apresento os resultados obtidos a partir de uma análise de conteúdo de 10 textos de expressão livre, realizados por indivíduos portugueses emigrados (Paris).

A recolha foi efectuada numa escola primária da Rue de l'Ouest, Paris XV, em situação de aula de Português e o processo de recolha foi idêntico ao dos textos analisados na primeira parte.

A única *diferença*: foi dada aos emigrados a possibilidade de se exprimirem quer em francês, quer em português e, mesmo, nas duas línguas.

Por se tratar de uma amostragem, neste momento incompleta e não significativa, ainda não me é possível tirar conclusões, mas penso ter interesse anotar alguns aspectos que, posteriormente, penso aprofundar:

- 1.º Os indivíduos que redigiram os textos-resposta em francês estão em França há mais tempo do que os que redigiram os textos em português.

Especificando.

	TEXTOS EM FRANCÊS	TEXTOS EM PORTUGUÊS
EM PARIS HÁ:	13 anos	4 anos
	11 anos	4 anos
	9 anos	3,5 anos
	7 anos	3,5 anos
	6 anos	3 anos

- 2.º Todos os indivíduos — 10 — se referem a relações entre os membros da «FAMÍLIA» caracterizadas por *ausência de tensão*. A importância atribuída a este tipo de relações pode ser comparada à que lhe foi atribuída pelo grupo de adolescentes franceses.

Continuando a ter, como ponto de referência, o número de indivíduos que fazem determinada associação, podemos referir o relevo dado a relações de *base afectiva*, aspecto de grande importância, como analisámos, para o grupo de adolescentes portugueses da zona da grande Lisboa.

A um outro nível de importância — tal como para portugueses, não emigrados, e franceses — são associadas *relações de dependência*.

As *relações tensas* não são referidas, nestes 10 textos, senão uma vez e através da sua negação *quase total*.

Sintetizando, em esquema:

- TENSÃO
- + BASE AFECTIVA
- + DEPENDÊNCIA
- + TENSÃO

(cf. I-E — Apresentação dos resultados).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As linhas gerais do trabalho em curso e o esboço de comparação entre os três grupos de indivíduos testados, que acabo de expor, poderão contribuir para:

- 1 — A consciencialização da *complexidade* de estudos que tocam em várias «especialidades» (de que este é um exemplo mínimo) e do *empobre-*

cimento que resulta de uma abordagem segundo uma especialidade determinada.

- 2 — A importância de *estudos interdisciplinares*, em que cada «especialista» traga o seu contributo teórico e metodológico ao(s) aspecto(s) em estudo, de modo a que seja possível estabelecer-se uma *abordagem científica, não mutilada*, dos diferentes níveis e aspectos do problema.



BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRESCU, S. — *Sur les modalités CROIRE et SAVOIR*. -Langages- 43, Paris, Didier-Larousse, 1976, pp. 19-27.
- ALTHUSSER, L. — *Idéologie et appareils idéologiques d'Etat* (1970), Paris, Editions Sociales, 1976, pp. 67-125.
- BALDINGER, K. — *Sémantique et structure conceptuelle. Le concept se souvenir*. -Cahiers de Lexicologie-, 8 (1), Paris, Didier, 1966, pp. 3-26.
- BENVENISTE, E. — *Problèmes de Linguistique Générale, II*, Paris, Gallimard, 1974.
- BERNSTEIN, B. — *Langage et classes sociales. Codes socio-linguistiques et contrôle social*, Paris, Editions de Minuit, 1975.
- BORDIEU, P.; PASSERON, J.-C. — *Les Héritiers. Les étudiants et la culture*, Paris, Editions de Minuit, 1964.
- CARREIRA, M. H. Araújo — *Approche linguistique d'un certain type d'attitudes altruistes. (Niveau d'âge: 10-13 ans)*, Lisboa, U. C. L., 1972. (Tese de licenciatura dactilografada).
- CHARAUDEAU, P. — *Problématique de l'analyse lexico-sémantique*. -Travaux de Linguistique et de Littérature-, 12 (1), Strasbourg, 1974, pp. 209-227.
- DEBESSE, M. — *L'adolescence*, Paris, P. U. F., 1942.
- DELAS, D.; D. — *Nouveau Dictionnaire Analogique du Français*, Paris, Hachette — Tchou, 1971.
- DUCHACEK, O. — *Précis de sémantique française*, Universita J. E. Brno, Purkyne, 1967.
- Les Lacunes dans la structure du lexique em CAMILLSCHEG, E. Verba et Vocabula*, München, W. Fink, 1968, pp. 169-175.
- DUBOIS, J. — *Les notions d'unité sémantique complexe et de neutralisation dans le lexique*. -Cahiers de Lexicologie-, 1, Paris, Didier, 1959, pp. 62-66.
- DUBOIS, J. (et alii) — *Introduction à la lexicographie: Le dictionnaire*, Paris, Larousse, 1971.
- EVANS, K. M. — *L'action pédagogique sur les attitudes et les intérêts*, Paris, Editions E. S. F. (s.d.).
- GAK, V. G. — *La langue et le discours dans un dictionnaire bilingue*. -Langage-, 18, Paris, Didier-Larousse, 1970, pp. 103-115.
- GALISSON, R. — *L'apprentissage systématique du vocabulaire*, Tome I et II, Paris, Hachette-Larousse, 1970.
- Que devient la linguistique appliquée? Qu'est-ce que la méthodologie de l'enseignement des langues. Etudes de Linguistique appliquée et de méthodologie de l'enseignement des langues*, Paris, Didier, 1972, pp. 5-12.
- GESELL, A. (et alii) — *L'adolescent de dix à 16 ans*, Paris, P. U. F., 1959. (Trad. I. Lezine).
- GREIMAS — *Sémantique structurale*, Paris, Larousse, 1966.
- Du sens*, Paris, Larousse, 1970.
- Pour une théorie des modalités*. -Langages-, 43, Paris, Didier-Larousse, 1976, pp. 90-107.

- LAING, R. D. — *La politique de la famille*. Editions Stock, 1972.
- LAMIZET, B. — *Note sur le concept de sème: implications théoriques et prolongements lexicographiques possibles*. Actes de la Session de Linguistique de Saint-Flour (Aussois), organisée par l'Association des Professeurs de Français et de Langues Anciennes de l'Enseignement Supérieur. Besançon, Fac. des Lettres et Sciences Humaines, 1974. (Dactilografado).
- *Pour une approche formelle de la synonymie lexicographique*. -Cahiers de Lexicologie-. 26. Paris, Didier, 1975, pp. 15-46.
- LE NY, J. -F. — *Sémantique et Psychologie*. -Langage-. 40. Paris, Didier-Larousse, 1975, pp. 3-29.
- MARCELLESI, J. B. — *Linguistique et groupes sociaux: quelques remarques*. -Langue Française-. 9. Paris, Larousse, 1971, pp. 119-122.
- NEWCOMB, T. M. (et alii) — *Manuel de psychologie sociale*. Paris, P. U. F., 1970 (Traduit de *Social Psychology. The Study of Human Interaction*. New York, 1965. Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- PARRET, H. — *La pragmatique des modalités*. -Langages-. 43. Paris, Didier-Larousse, 1976, pp. 47-66.
- PECHEUX, M. — *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod, 1969.
- PERRON, J. — *La linguistique contrastive*. Actes de la Session de Linguistique de Saint-Flour (Aussois), organisée par l'Association des Professeurs de Français et de Langues Anciennes de l'Enseignement Supérieur. Besançon, Fac. des Lettres et Sciences Humaines, 1974. (Dactilografado).
- PIAGET (et alii) — *Le jugement et le raisonnement chez l'enfant*. Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, 1924.
- *Etudes sur la logique de l'enfant. I Le langage et la pensée chez l'enfant*. Neuchâtel — Paris, Delachaux et Niestlé, 1962.
- POTTIER, B. — *Recherches sur l'analyse sémantique en linguistique et traduction mécanique*.⁴Pub. Faculté des Lettres de Nancy, 1963.
- *Vers une sémantique moderne*. -Travaux de Linguistique et de Littérature-. 2 (1), Strasbourg, 1964.
- *La typologie linguistique et l'analyse contrastive* -Le Français dans le Monde-. 81. Paris, Hachette, 1971, pp. 11-14.
- *Linguistique Générale, théorie et description*, Paris, Klincksieck, 1974.
- *Sur la formulation des modalités en linguistique*. -Langages-. 43. Paris, Didier-Larousse, 1976, pp. 39-46.
- REY, A. — *Problèmes de sémantique lexicale*. Actes de la Session de Linguistique de Saint-Flour (aussois), organisée par l'Association des Professeurs de Français et de Langues Anciennes de l'Enseignement Supérieur. Besançon, Fac. des Lettres et Sciences Humaines, 1974. (Dactilografado).
- ROBIN, R. — *Histoire et Linguistique*. Paris, Armand Colin, 1973.
- TESNIERE, L. — *Éléments de syntaxe structurale*, Paris, Klincksieck, 1959.
- VINCENT, G. — *Le peuple lycéen. Enquête sur les élèves de l'enseignement secondaire*. Paris, Gallimard, 1974.
- WAGNER, R. L. — *Les vocabulaires français*. Tome I. Paris, Didier, 1967.

2. Para uma sócio-semântica

Objectivos de aprendizagem

Estabelecer relação entre

A. Significados

1. Da frase

Domínio sintáctico de predicação em que existe informação de tempo (modo, aspecto) e acordo, ou seja, em que a relação entre o predicado (SV) e o sujeito (SN) é estabelecida através do núcleo funcional FLEX que contém aquela informação – F/SFLEX = SN FLEX SV – ou, alternativamente, através dos dois núcleos funcionais T e AC. Exemplo: [_{F/FLEX} [_{SN} ^a Maria] [_{FLEX} ^T passado ^{AC}] [_{SV} ir ao cinema]]. Chomsky, 1981/ /Chomsky, 1988.

2. Do enunciado

Em teoria formal enunciativa, sequência textual a que é associada uma significação. Derivando de uma relação primitiva que é submetida a um conjunto de operações de localização, o enunciado é um agenciamento de marcadores dessas operações. O enunciado é interpretável em contexto vazio, isto é, são-lhe atribuíveis valores referenciais independentemente do contexto. Por exemplo, a frase «*ele estava a ver o mapa*» não é um enunciado. É um enunciável que fará parte de um enunciado ao sofrer uma localização enunciativa adequada (por exemplo, «*ele estava a ver o mapa quando eu cheguei*»). Culioli, 1978.

B. Tipos de significado

1. Significado em si

Relação entre a estrutura linguística e o mundo (real e ou possível). Este termo tem muitas interpretações consoante o domínio do saber em que é tratado ou a teoria subjacente. De acordo com o representacionalismo psicológico, os significados são sobretudo representações mentais. No realismo semântico, o significado é analisado como uma relação directa entre as expressões linguísticas e partes do mundo exterior. Esta última perspectiva tem recentemente sido influenciada por uma abordagem mais dinâmica do significado, dependente do contexto e aproximando-se de uma visão pragmática que apela à relação falante/ouvinte, ao seu conhecimento do mundo, etc. Para Saussure, o significado é uma das faces do signo, correspondente ao conceito.

2. Significado afectivo

Termo usado, no quadro de uma classificação de tipos de significado, para referir uma parte específica do significado das palavras ou expressões, que é determinada por elementos subjectivos associados aos itens lexicais, ou pela expressão de uma atitude dada pela entoação. Lyons, 1977.

3. Significado atitudinal

Termo usado, no quadro de uma classificação de tipos de significado, para referir uma parte específica do significado das palavras ou expressões, que é determinada por elementos subjectivos associados aos itens lexicais, ou pela expressão de uma atitude dada pela entoação. Lyons, 1977.

4. Significado cognitivo

Termo usado, no quadro de uma classificação de tipos de significado, para referir a parte do significado das palavras ou expressões que as relaciona com os objectos ou estados de coisas do mundo exterior, assim permitindo a sua identificação. O termo opõe-se a significado afectivo ou emotivo, no qual o nível objectivo de interpretação, próprio do significado cognitivo, é perturbado por associações semânticas de cariz subjectivo. Lyons, 1977.

5. Significado descritivo

Embora por vezes usado como sinónimo de significado cognitivo ou referencial, é portanto oposto a significado afectivo, emocional ou atitudinal; o significado descritivo é, no quadro de uma classificação de tipos de significado, uma noção relacionada, sobretudo, com noções de significado expressivo e significado social. Refere a parte do significado das palavras que as liga directamente com a realidade, permitindo uma análise das proposições em função da informação factual ou descritiva que apresentam. Por oposição, os significados expressivo e social referem, respectivamente, a variação particular do significado das palavras ou expressões, em função da subjectividade dos locutores, e a sua dependência das relações sociais por estes estabelecidas. Lyons, 1977.

6. Significado emotivo

Termo usado, no quadro de uma classificação de tipos de significado, para referir uma parte específica do significado das palavras ou expressões, que é determinada por elementos subjectivos associados aos itens lexicais, ou pela expressão de uma atitude dada pela entoação. Lyons, 1977.

7. Significado expressivo

No quadro da classificação de tipos de significado em que se insere, o significado expressivo opõe-se às noções de significado descritivo e significado social e refere-se tanto ao conteúdo semântico da palavra ou expressão usada como à particularização desse conteúdo, em função da personalidade e criatividade do falante. Lyons, 1977.

8. Significado referencial

Termo usado, no quadro de uma classificação de tipos de significado, para referir a parte do significado das palavras ou expressões que as relaciona com os objectos ou estados de coisas do mundo exterior, assim permitindo a sua identificação. O termo opõe-se a significado afectivo ou emotivo, no qual o nível objectivo de interpretação, próprio do significado cognitivo, é perturbado por associações semânticas de cariz subjectivo. Lyons, 1977.

9. Significado social

No quadro da classificação de tipos de significado em que se insere, o termo é usado em contraste com as noções de significado descritivo e significado expressivo. Refere o significado das palavras que é dependente, quer das relações sociais tidas ou estabelecidas pelo locutor e alocutário, quer dos traços paralinguísticos de cariz social. Lyons, 1977.

Definições extraídas de APL-ILTEC (eds.) s. d. *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. I, II, Lisboa: Cosmos.

Relações de significação

O uso de traços distintivos, um som ou um grupo de sons característicos de uma língua¹, começou por ser utilizado por Jakobson, Fant e Halle (1952) para a descrição da estrutura da fala².

¹ Vd. fonema.

² Vd. traços binários.

³ Designa-se por **análise componencial** a que segmenta unidades linguísticas (exemplo: formas lexicais, sons), em componentes menores. Assim acontece em semântica, onde o conteúdo da forma lexical *rapaz* pode ser dado pela matriz [+ humano], [± animado], [+ masculino], [- adulto].

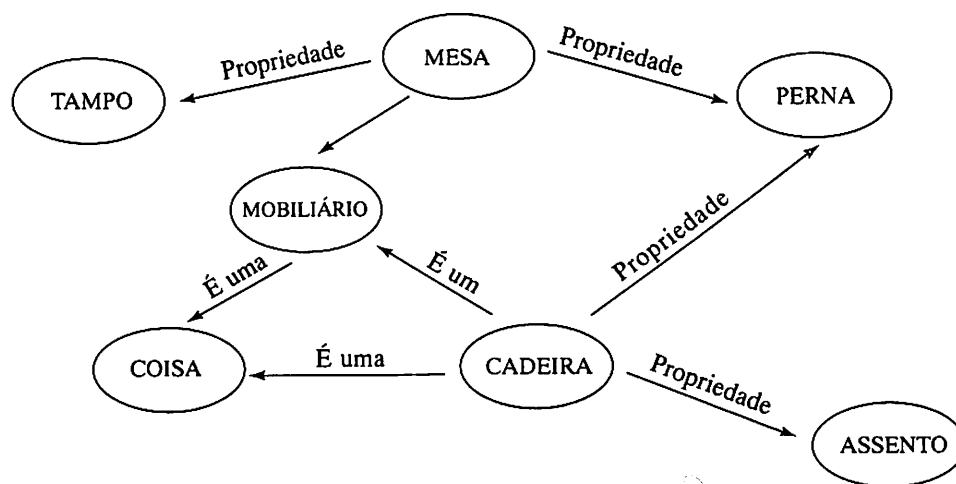
No capítulo anterior viu aplicar este tipo de análise ao estudo das relações de parentesco.

Ver: Y. Aitchison, 1978, *Linguistics*, London: Hodder e Stoughton; Y. Lyons, 1981, *Language, meaning and context*, London: Fontana.

⁴ M. Manuela Oliveira, «Memória e aprendizagem», in *SINAL-AVS*, 2, 195, pp. 22-30, pp. 25 e 26.

Na Linguística Antropológica [Loundsbury (1956), Goodenough (1956)] estendeu-se o uso dos traços distintivos a investigações semânticas assentes em análises componenciais³. Foi, portanto, um trabalho desenvolvido sobre estruturas de superfície e sobre formas lexicais. Numa análise componencial, os descritores representam componentes ou marcas de contraste entre os termos que ocorrem num domínio lexical. Esses itens podem ser estruturados de muitos modos, mas a rede léxico-semântica é a estrutura mais explicativa até por representar relações organizadas e por mostrar a correlação entre as propriedades dos descritores. A distribuição destes – dentro de grandes categorias: genéricos, específicos e virtuais – permite caracterizar e distinguir cada termo em relação aos outros que também estão abarcados pelo domínio léxico-semântico escolhido.

Citamos como exemplo de rede associativa, e segundo Collins e Quillian (1969), o que foi apresentado por Maria Manuela de Oliveiral⁴, ao definir rede semântica como «*sendo os nós, representativos dos conceitos, acções, acontecimentos, etc., isto é, de todos os acontecimentos que estão reitados: os traços não direccionais, unidireccionais e bidireccionais exemplificam o tipo e o número de relações que podem ser estabelecidos entre conceitos, acções, acontecimentos, etc.*».



Neste tipo de modelo de rede, verificam-se fenómenos de redundância informativa que acontecem igualmente em frases – v. «A malhada é a vaca fêmea mais bonita da manada», exemplo apontado e analisado por Miller e Johnson-Laird (1976). Para além da redundância, também a ambiguidade levanta questões interpretativas, como no caso de *La note est juste*, estudado por D. Perret (1966), na tradução de Katz e Fodor (1963)⁵. Trata-se de um modelo datado, mas importante como charneira e que tenta descrever a competência semântica do sujeito falante, isto é, a sua competência para interpretar um número infinito de frases da sua língua materna.

⁵ J. J. Katz e J. A. Fodor, «The Structure of Semantic Theory», in *Language*, vol. 39 [29], 1963; trad. D. Perret: «Structure d'une théorie sémantique», in *Cahiers de Lexicologie*, vol. IX [2], 1966, pp. 44-47, *op. cit.*, em tradução, 1966.

Num processo de interpretação semântica, o falante determina o significado da frase em função dos significados dos itens lexicais que nela co-ocorrem. Assim, para explicar o funcionamento da competência semântica do falante, a teoria demarca duas componentes: um dicionário (que fornece a representação de cada item) e um sistema de regras de projecção da representação do significado da frase, a partir das *n* representações dos *n* termos que, naquela, co-ocorrem.

A integração da teoria semântica de Katz, Fodor e de Postal numa gramática transformacional sintacticamente autónoma levantou forte oposição por parte dos proponentes da teoria da semântica generativa. Assim, McCawley⁶ põe como hipótese que, primeiro, a representação semântica é convertida numa estrutura sintáctica. Esta última, pela aplicação de um dicionário e de certas regras transformacionais, receberia uma interpretação sintáctica, Lakoff⁷, contudo, não estabelece diferença formal entre representação e marcadores frásicos sintácticos. Existiriam apenas transformações e regras gramaticais, que projectam representações semânticas em estruturas de superfície.

A semântica generativa obriga assim a reflectir, ao trabalhar fenómenos linguísticos importantes como a pressuposição (Morgan, 1973) ou o contexto (Kartunen, 1973; Lakoff, 1972). Continuam, contudo, a centração num «locutor-ouvinte idealizado» e o menosprezo por evidências empíricas que permitiriam restabelecer a natureza da representação semântica.

Para alguns, como Jackendoff (1972), nem sequer é claro se há, ou não, possibilidade de construir um objecto formal que corresponda à interpretação semântica de uma frase. Apesar disso também este autor propõe uma variante para a teoria da semântica interpretativa, focando o modo como as propriedades semânticas dos itens lexicais se combinam independentemente de contexto, situações..., para dar significado à frase (significado frásico).

As linhas gerais das posições então definidas, a partir da noção de marcadores semânticos, mantiveram-se, embora tenha havido modificações, precisamente no âmbito da análise e do dicionário de componentes. Neste, a significação de cada item lexical é decomposta em traços distintivos estruturados que só a ele definem e que se podem combinar de vários modos, pela aplicação das regras de projecção, quando seja necessário destringer uns significados de outros.

Entretanto surgiram formulações alternativas para a teoria semântica. Weinreich (1966)⁸ critica Katz e Fodor pela hipótese de a semântica começar a sua acção quando, e onde, acaba a sintaxe; para este linguista deveriam apagar-se as barreiras entre uma e outra, encaradas não como domínios mutuamente exclusivos, mas como fundidas por «*uma interpretação profunda*».

Para além desta hipótese teórica que interessa acentuar, acrescente-se o relevo dado por Weinreich ao traço semântico «contável» e à estruturação, em combinatórias ordenadas, dos vários descritores semânticos. Lembre-se que a hipótese de Katz e Fodor, na sua forma original, apresentava séries de combinatórias, mas com traços não ordenados.

⁶ J. D. McCawley, «The role of semantics in a grammar», in Bach e Harms (eds.): *Universals in Linguistic Theory*, New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

⁷ G. Lakoff, «On Generative Semantics», in *Semantics*, pp. 232-296, ed. D. Steinberg e L. Jakobovits, London: Cambridge University Press, 1971.

⁸ U. Weinreich, «Explorations in Semantic theory», in T. A. Sebeok (ed.) 1966, *Current Trends in Linguistics*, 3, Haye, Mouton.

Nenhum destes linguistas tentou aprofundar a utilidade do(s) traço(s) distintivo(s) como construção mental, representação de árvore de conhecimento, reflexo de um todo social. Lembre-se que, no modelo generativo clássico, tinham sido apagadas quaisquer relações entre linguagem e cultura e que, nele, cada item lexical era definido por um feixe de traços sintácticos, marcados por + e -, que se agrupavam em traços categoriais, subcategoriais, de selecção e inerentes.

O papel dos traços semânticos era mínimo e no entanto estes, ainda que como portadores do significado frásico, subjacentes aos itens lexicais, são traços que derivam também da situação e do contexto de comunicação que integram atitudes, crenças, sistemas de valores, universos de referência... Como marcas culturais deram forma a representações mentais e à sua organização. O todo ficou, assim, «armazenado» em estruturas de memória, culturalmente padronizadas, como se cada forma-conteúdo contida na estrutura, fizesse parte de determinado campo semântico⁹. Recorde-se o campo das relações de parentesco e alguns traços distintivos que o definem: geração, sexo, ascendência/descendência...

Encarar as redes associativas como estruturas de memória, individual e colectiva, facilitar-nos-á o estudo das representações, por exemplo do Dizer, no quadro das relações comportamento social – comportamento verbal, em tempo e espaço delimitados, em determinada cultura e em determinada sociedade.

Impõe-se contudo a escolha de um modelo linguístico que permita apreender traços significativos culturalmente pertinentes, em *corpora* fechados, produto acabado, a ser observado e descrito directamente, em bases contrastivas.

Nesta óptica, Durban¹⁰ opôs o conhecimento da semântica dos termos de parentesco fora do quotidiano da sua utilização e a sua descrição quando inseridos em comportamentos verbais autênticos (lembrem-se, contrastando sociedades e culturas, o uso coloquial de itens como «*père*», «*mère*», em francês e «tio», «tia», em português) – v. **Leituras complementares**, parte III, capítulo 1.

Também Hymes¹¹ encarou a linguagem na sua função de comunicação, enraizada numa estrutura social e cultural de que todas as outras dependem. Propõe assim, por exemplo, o estudo de como comunicam entre si indivíduos de um determinado grupo ou comunidade, temporal e espacialmente marcados, de como o tipo de relações de poder ou de solidariedade estabelecido entre eles afecta a respectiva produção verbal e em que acontecimentos de fala¹²,...

Associado a este tipo de investigação, há um outro, em linguística geral, que visa a identificação de padrões, de propriedades – ou de fenómenos linguísticos que ocorram em todas as línguas, logo, de universais¹³, que caracterizem a linguagem humana.

Entre 75 e 82, D. Steinberg¹⁴, partindo das posições teóricas de Katz (1972), investigou a universalidade de certos observáveis linguísticos na interpretação de determinadas frases por falantes de chinês, finlandês, japonês e eslovaco. A interpretação que os membros de cada grupo faziam resultava de processos específicos marcados pela interacção de certos traços. Com base nesses resultados, Steinberg isolou um conjunto de regras universais de interpretação. Tais regras articulavam-se também com descritores semânticos específicos e com dimensões semânticas, como,

⁹ J. Lyons, 1977, *Semantics I, II*, London: Cambridge University Press.

¹⁰ M. Durban, «Cognitive Anthropology», in *Handbook of Social and Cultural Anthropology*, pp. 447-473, John J. Honingmann ed.) Chicago: Rand McNally E. Co., 1973.

¹¹ D. Hymes, «Introduction: Towards Ethnographies of Communication – The Ethnographies of Communication», in *American Anthropologist*, 66, 1964, pp. 1-34.

¹² D. Hymes, 1974, *Foudation in Sociolinguistics*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press; M. Saville-Troike, 1982, *The Ethnography of communication: an introduction*, Oxford: Basil Blackwell.

¹³ J. H. Greenberg, 1966 (2.^a ed.), *Universals of Language*, Cambridge Mass: The MIT Press; N. Chomsky, 1965, *Aspects of the theory of syntax*, Cambridge Mass: The MIT Press; B. Comrie, 1981, *Language Universals and Linguistic Typology*, Oxford: Basil Blackwell.

¹⁴ D. Steinberg *Psycholinguistics: language, mind and world*, London: Longman, 1982.

por exemplo, sexo, isolando como traços correspondentes masculino ou feminino. Assim, afirma em 75: «*each semantic dimension is composed of semantic features which distinguish each of the lexical items from one another*»¹⁵.

Para o estudo que nos propomos desenvolver aqui, pensamos ser útil tratar dimensões e traços como elementos de significação primária, sendo o uso de uns ou de outros dependente do tipo e do nível da investigação: no nosso caso, a ênfase será dada às dimensões semânticas.

A investigação de Steinberg mostra bem como estudos empíricos no domínio da significação podem fornecer bases sólidas para listagem de dados semânticos essenciais – vê-lo-emos mais tarde.

Ainda para este linguista, os estudos contrastivos interculturais permitem também validar hipóteses de universais – cf. estudo de 75. Nesta investigação tentou, de facto, verificar se as dimensões semânticas, postas em jogo num momento pré-enunciativo de escolha múltipla entre vários itens lexicais traduzidos, são, ou não, universalmente aplicáveis, isto é, se se podem, ou não, inserir num sistema de padrões semânticos universais.

Ora, acontece que em estudos sobre memória semântica se verifica ser muito abstracta (Fillenbaum e Rapaport 71)¹⁶ a representação de uma frase, mesmo em casos de léxico marcadamente subjectivo e em memória a longo termo. Talvez por isso têm vindo a aumentar as investigações acerca da representação, em memória, das relações semânticas, tendo sido delineados dois grandes tipos de modelos: um, baseado na comparação de traços distintivos e que se enraíza em propostas de Lakoff¹⁷; outro, um modelo de trama, que parte das hipóteses de Katz (1972)¹⁸.

No primeiro, os traços são considerados variáveis contínuas e a relação entre a realização de uma categoria (ex. andorinha) e a categoria em si (pássaro) é uma relação de inclusão, uma relação lexical de hiponímia. Podemos aplicar este modelo, por exemplo, a pares de palavras numa mesma língua e ver até onde tais combinatórias se revelam como indícios culturais.

Cite-se o estudo de Todasco *et al.* (1973)¹⁹ que encontraram, em Inglês, 89 substantivos e 120 adjectivos, base de combinatórias que designam *mulher promíscua*, enquanto, para *homem promíscuo*, só encontraram alguns.

No caso do modelo em trama, um marcador representa um conjunto de componentes significantes, em que as distinções semânticas entre marcadores e componentes são categoriais.

Como pressuposto comum temos que a significação pode ser segmentada em unidades mínimas: traços, marcadores ou atributos. Impossível contudo demonstrar se tais unidades representam elementos contínuos ou categoriais; impossível ainda explicar como se estruturam nos vários tipos de memória.

Investigação sobre memória semântica, ou análises da estrutura de domínios semânticos específicos – ex. o do léxico subjectivo atrás referido, são caminhos importantes para detectar unidades semânticas mínimas e o tipo de relações semânticas elementares que devem existir num modelo de competência semântica.

¹⁵ D. Steinberg, «Semantic Universals in Sentence Processing and Interpretation: a Study of Chinese. Finnish, Japanese and Slovenian Speakers», in *Journal of Psycholinguistic Research*, 4, 1975, pp. 169-193, p. 172.

¹⁶ S. Fillebaum e A. Rapaport, *Structures in the Subjective Lexicon*, New York: Academic Press, 1971.

¹⁷ G. Lakoff, «A study in Meaning Criteria and the Logic of Fuzzy Concepts», in *Journal of Philosophical Logic*, 2, 1973, pp. 450-50.

¹⁸ J. J. Katz, *Semantic Theory*, New York: Harper & Row, 1972.

¹⁹ Citado por Lyons, 1977.

As pesquisas sobre estruturas de conteúdo também tenderam a consolidar a hipótese teórica que especificava serem as dimensões da significação contínuas e não variáveis categoriais – o que reforçou a posição dos «variacionistas» (Sankoff e Cedergren, 1970; Bailey, 1973; Fasold, 1975) e dos semânticos generativos (Lakoff, 1973; Ross, 1972), que discutiam a existência de categorias linguísticas discretas.

Tendo ainda em conta o trabalho de antropólogos em análise componencial, o de linguistas em «*fussy categories*» e o de psicólogos em certas análises da estrutura semântica, assumimos como hipótese que as relações de significação funcionam como variáveis contínuas.

²⁰ H. H. Clark, «Word Associations and Linguistic theory», in *New Horizons in Linguistics*, pp. 271-230, ed. J. Lyons, Middlesex. England: Penguin Books, 1970.

Anote-se ainda que, já no respeitante a associações verbais, Clark²⁰ tinha posto a hipótese de que uma explicação adequada de tais associações teria de ser formulada a partir de traços sintácticos e semânticos. Analisou, para isso, casos de associações extensivas de palavras, partindo de uma antiga proposta de Palermo e Jenkins (1964) e tentou explicar tais respostas por um sistema de regras. Concretizando, muitas vezes, essas respostas surgiram como resultado de regras de alteração, adição e apagamento de traços semânticos, em respostas paradigmáticas, ou seja, naquelas em que a forma do conteúdo nas respostas era idêntica à da forma lexical estímulo. As respostas poderiam também surgir pela aplicação de regras que exigiam a especificação de traços de selecção sintagmática, quando o item lexical, que, numa frase, se segue ao estímulo, surge como resultante de restrições contextuais específicas. A hipótese de Clark permite ainda estabelecer elos entre a estrutura das associações verbais e aspectos da teoria generativa transformacional. E, embora os processos associativos, mesmo no caso de sequências de acções, não desempenhem papel fundamental na aquisição e no uso da linguagem, eles são, quer uma realidade, quer uma consequência da competência de comunicação e dos usos linguísticos do quotidiano. Deese²¹ também os sugeria como padrões de relações associativas, mas não os inseria em mecanismos de estímulo-resposta. Eram antes padrões que revelavam processos cognitivos e culturais subjacentes aos usos da linguagem.

²¹ J. Deese, *The Structure of Associations in Language and Thought*, M. D. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1965; ver também Phebe Cramer: *Word Association*, New York: Academic Press, 1968.

Antropologistas que investigam em domínios da psicologia cognitiva aceitam que as investigações em semântica formal podem levar a induzir princípios organizativos subjacentes a comportamentos verbais. Foi por isso muito o trabalho feito a partir da análise componencial, em domínios como o do parentesco (Lounsbury, 1956 e 1964; Romney e d'Andrade, 1964) e o das cores (Goodnough, 1956; Berlin e Kay, 1969), a que já atrás aludimos.

A primeira série de investigações visou descrever um subsistema cultural, enquanto a segunda atribuiu realidade psicológica às análises feitas, encaradas como meio para investigar princípios organizativos da cognição (Lounsbury, 1964; Wallace, 1965). Validar tais análises é tarefa posterior.

²² Destaque para o trabalho de R. Burling: «Cognition and Componential Analysis: God's Truth or Hocus Pocus?», in *Cognitive Anthropology*, pp. 418-420, ed. S. Tyler, New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969.

Para alguns²², contudo, não é sequer possível pressupor realidade psicológica para tais resultados. Outros enfim, como Durban²³, acham que o investigador não se deve preocupar com problemas de validade psicológica, impossível de aferir. Su-gerem até que esse problema só serve para minimizar o objectivo central: criar hipóteses de sistemas explicativos para o comportamento verbal.

²³ M. Durban, *op. cit.*

Numa perspectiva linguística, já em 1963 Fodor e Katz afirmam que «*a semantic marker is a theoretical construct which is intended to represent a concept that is part of the sense of morphemes and other constituents of natural languages [...]; concepts are abstract entities*»²⁴. Também as estruturas semânticas surgem como estruturas conceptuais – «*which would support the assumptions of cognitive anthropologists*»: o mesmo diz Savin²⁵ na recensão crítica feita ao ensaio acima referido: «*semantic features often turn out to be psychologically salient properties of the concepts they define*».

Contudo, outros há para quem²⁶ a análise semântica tem de se situar num nível de abstracção maior do que aquele a que se pode chegar a partir de comportamentos individuais. Assim, se a análise destes comportamentos se reportar a um universo relativamente vasto, pode permitir delinear um modelo abstracto da *performance* de um falante idealizado – embora esta não coincida com a de um falante enraizado em determinado tempo, espaço, sociedade, cultura.

Na mesma linha, para Fodor, Bever e Garrett²⁷ as estruturas referidas na teoria linguística têm realidade psicológica, mas não as operações gramaticais. Aliás, as experiências feitas mostram haver apenas uma correspondência mínima entre hipotéticas operações gramaticais e processos cognitivos. Quanto ao grau de realidade psicológica atingido, refira-se o facto de Fillenbaum e Rapaport especificarem que, «*the structures in the subjective lexicon are assumed to be 'real' only in the sense that they represent the way that a particular individual under certain circumstances organizes the meaning relations among a set of lexical items*»²⁸.

Poderemos portanto pôr duas hipóteses respeitantes:

- uma, ao método usado para induzir traços semânticos a partir de usos da linguagem radicados no quotidiano;
- outra, à possibilidade de generalizar resultados, no campo das estruturas cognitivas, visando universais da linguagem a delimitar e a descrever – objectivo último da teoria linguística.

No trabalho que desenvolveremos, pressupomos que as dimensões semânticas, subjacentes ao(-s) domínio(-s) em estudo, são psicologicamente relevantes. Contudo, a aceitação deste pressuposto depende da identificação de tais dimensões por métodos e técnicas que corroborem a sua realidade.

²⁴ J. J. Katz, *op. cit.*, p. 38.

²⁵ H. B. Savin, *Meaning and Concepts: Review of J. J. Katz 'Semantic Theory, Cognition, 2, 1973, pp. 213-230, p. 236.*

²⁶ E. H. Bendix, «The Data of Semantic Description», in *Semantics*, pp. 393-409, ed. D. Steinberg e L. Jakobovits, London: Cambridge University Press, 1971.

²⁷ J. A. Fodor; T. G. Bever e M. F. Garrett, *op. cit.*

²⁸ S. Fillenbaum e Rapaport, *op. cit.*

Práticas

I.

1. Construa campos léxico-semânticos, partindo das formas superordenadas

1.1 *CORES*

1.2 *MOBILIÁRIO*

1.3 *VEÍCULOS*

2. Mostre, a partir de exemplos, como um campo léxico-semântico se altera, em número, função e valor das formas constituintes, quando surge um neologismo, quando uma forma lexical muda de sentido ou quando morre.

II.

1. Considerando *cor*, *mobiliário*, *veículo* formas superordenadas, estabeleça um diagrama que clarifique a relação hiponímica entre

1.1 cólera, tristeza, ciúme, alegria, emoção

1.2 rosa chá, rosa príncipe negro, rosa bela portuguesa..., rosa e flor

2. Muitas vezes, diferenças deste tipo reflectem o modo como duas culturas organizam o real extralinguístico. A partir de exemplos, discuta esta afirmação.

Do significado frásico ao significado do enunciado

Têm sido muito variados os estudos sobre certos campos semânticos: designações para «*verbs of judging*» – verbos de opinião (Fillmore, 1971) ou «*the surface verb Remind*» (Postal 1971); designações de animais (Henley, 1969; Rips, Shoben e Smith, 1973; Howard e Howard, 1977), cores (Helm e Tucker, 1962), parentesco (Romney e d'Andrade, 1964) ou para várias áreas do vocabulário geral, tais como a das designações de emoção (Fillenbaum e Rapaport, 1971).

Tentámos desenvolver estudos deste tipo na Faculdade de Letras (Universidade Clássica de Lisboa) entre 1969 e 1973, em seminário sobre linguagem não adulta e universos de referência: aí se iniciaram as dissertações de licenciatura de Maria Teresa Craveiro Lopes dos Reis (*A família: nuclear e alargada*), Maria Helena de Araújo Carreira (*Relações não-formais e não-institucionais criança ↔ grupo(s)*), Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino (*O Mar*), Maria Henriqueta M. da Costa Campos (*A Visão*).

Investigar, na estrutura da frase dita ou escrita, tramas semânticas permite verificar a existência, ou não, em linguagem não adulta e em meios socioculturais diferentes, de certas propriedades semânticas das formas lexicais utilizadas, cientes embora que existem correlações entre os diferentes subconjuntos de termos e estruturas mais profundas.

Também uma análise enraizada em cadeias verbais associativas contribui para a delimitação de uma estrutura que articule termos ocorrentes em determinado conjunto de respostas. Pressupôs-se, portanto, relações entre estímulos e as respostas que lhe são associadas, produto de padrões estruturais enraizados em hábitos linguísticos, em rotinas de usos. Reveja-se o já referido atrás sobre relações paradigmáticas e sintagmáticas quando de processos verbais associativos (Clark, 1977)²⁹.

As relações semânticas entre estímulos e respostas associativas, mais ou menos culturalmente condicionadas, dado o papel da *história de vida* individual, também se definem em termos de gradação, de distribuições e de combinações.

Referimos, como é evidente, as relações mais frequentes e, por isso, de maior dispersão na comunidade, até porque «*common meaning in communication is to a considerable extent determined by the existence of community of structure in different people*»³⁰.

Poucos foram os estudos sobre campos semânticos em que se tentou articular a estrutura semântica com contextos linguísticos e de situação. Na sua maior parte estudam-se itens lexicais isolados, partindo do pressuposto que a estrutura semântica não é afectada pelo uso dos termos em contextos linguísticos diversificados, por n sujeitos enunciadores em situações e em espaços extremamente diversificados.

O trabalho sobre contextos linguísticos, comportamentos verbais observáveis, mais ou menos longos, foi iniciado nas dissertações de licenciatura já referidas, e, por proposta nossa, articulado com a análise de testes associativos de disponibilidade. Recorde-se que Rips, Shoben e Smith³¹ fazem também análises cruzadas, mas dando relevo ao papel das relações de semelhança induzidas a partir dos contextos criados por testes assentes no mecanismo da transferência por analogia. Lembre-se ainda Caramazza e Grober (1976)³², que realizaram uma investigação de tipo diferente, correlatando léxico subjectivo e contexto linguístico, num estudo de polissemia, em que o pólo lexical escolhido foi a forma «*line*», isolada em vinte e seis contextos diferentes.

Entre aqueles que estudaram, comparativamente, a acção de estímulos isolados e a de estímulos em contexto conta-se Wilcox³³. Os modelos escolhidos organizavam-se em função de dois tipos determinados *a priori*:

- frases simples – exemplo: «O crime não compensa»;
- séries de palavras sem relação aparente, «crime, peixe, vassoura...».

A frase levou a menor número de associações e, nestas, a um muito menor grau de variabilidade. Funcionou quase como uma pergunta fechada que restringisse a resposta; enquanto a série, complexo «*multi-stimuli*», determinou respostas abertas quase sempre, uma para cada um dos estímulos apresentados – padronizada, portanto.

Agora, se compararmos os tipos **frases** e **séries** com o tipo de associações que ocorrem, determinado por palavras isoladas, veremos que, quer frases, quer séries, engendram respostas mais extensas, e portanto mais ricas, do que formas lexicais isoladas.

²⁹ H. H. Clark e E. Clark, 1977, *Psychology and Language*, New York: Harcourt, Brace, Jovanovich.

³⁰ J. Deese, *op. cit.*, p. 45.

³¹ L. J. Rips, Shoben, E. e E. Smith, «Semantic Distance and the Verification of Semantic Relation», in *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour*, 12, 1973, pp. 1-20.

³² A. Caramazza e E. Grober, «Polysemy and the Structure of the Subjective Lexicon», in *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics*, 1970, pp. 131-206, ed. Clea Rameh, Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1976.

³³ R. Wilcox, «Effects of Context. Thorndike-Lorge Frequency and Race of Subjects on Continuous Word Associations», in *Psychological Reports*, 23, 1960, pp. 1255-1260. H. R. E. Pollio, R. R. Wilcox e D. Sundland, «The Effect of Context on the Production of Hostile associated to Ambiguous Verbal Stimuli», in *Language and Speech*, 9, 1966, pp. 103-113.

Em oposição ao que acontece com este último tipo de estímulo, habitual em testes de disponibilidade, convém contudo fazer notar os problemas que levanta a categorização de alguns dos elementos que ocorrem quando das respostas a frases ou séries.

³⁴ C. E. Osgood, 1964, «Semantic differential technique in the comparative study of cultures», in *American Anthropologist*, LXVI, p. 171-200.

Pollio, Wilcox e Sundland³⁴ investigaram outros tipos de relação S – O – R, trabalhando as respostas dadas a estímulos, a serem avaliados, mais ou menos conscientemente, como hostis, não hostis, favoráveis, ambíguos. Verificaram que as respostas obtidas eram nitidamente marcadas em função da natureza positiva do estímulo inicial – fosse ele isolado ou inserido em séries curtas, de dois ou três itens, logo sem articulação frásica. Concretizando: «partido, destruído, arrasado», série menos agradável, encontra-se marcada por traços semânticos comuns (- inteiro), (\pm violência do agente)..., etc. A partir dos itens lexicais apresentados podem prever-se, por restrição semântica, cadeias de respostas associativas tematizadas e marcadas por (+ hostil), estruturadas em crescendo e, também, em série fechada.

³⁵ C. E. Osgood *et al.*, 1975, nota 26.

Recorde-se, aqui, o dispositivo de **diferencial semântico** já referido³⁵, técnica ainda hoje utilizada em semântica, psicolinguística e no estudo de atitudes, reacções, apreciações..., a partir de uma escala que apresenta adjectivos bipolares que referenciam aproximações antonímicas de determinados conceitos.

Práticas

Analise, em função do quadro que segue, formas como Assistência Social, Democracia, Escola...

Bom					Mau
Útil					Inútil
Caro					Barato

O estudo das cadeias verbais associativas, em certas correntes da antropologia, psicologia e linguística, mostra assim a sua importância e modernidade. Cremos ainda que este domínio se revelará como um dos mais produtivos quando da análise sociolinguística de certas estruturas que, mais tarde, iremos estudar.

Práticas

1. Observe os enunciados que seguem e analise o seu significado em função das características que julgar pertinentes e que seleccionará de entre as que seguem:
 - a) do sujeito que as produziu, do tipo de relações que aquele tem com os seus interlocutores imediatos e das modalidades possíveis de participação, quer destes, quer de outros, momentaneamente figurantes/observadores, no processo;
 - b) de certos factores temporais e físicos que podem condicionar a interacção verbal;
 - c) da referência a determinados assuntos;
 - d) das funções do discurso;
 - e) do estilo que o marca.
2. Tendo em conta os parâmetros demarcados em 1 e segundo o dispositivo de recolha que lhe pareça mais adequado, tente, por uma produção de cadeias verbais associativas estimulada nas suas turmas, compreender melhor os seus alunos como sujeitos situados numa cultura não idêntica à do adulto.

Leituras complementares

A CRIANÇA ENTRE OS 10-12 ANOS E A SUA VISÃO DA FAMÍLIA Elementos para um estudo genético (1)

Maria Emilia Ricardo Marques

1. No ano lectivo de 1969-1970 começámos um trabalho de investigação sobre linguagem não adulta.

Motivo: pareceu-nos/parece-nos ainda absurdo, grotesco e, sobretudo, ineficaz, tentar a elaboração de programas e manuais, de reformas parcelares, de reestruturas curriculares globais, no quase total desconhecimento — e quase é eufemístico — da linguagem da população a que eles se destinam.

Esse absurdo tinge-se de cores ionesquianas no caso tão conhecido dos vocabulários fundamentais. Com efeito, aqui, chegou-se ao ponto de partir, para a elaboração de programas e de manuais, de conjuntos de termos muito frequentes e/ou disponíveis usados por determinada população adulta (2). Há diferentes seriações desses termos: 800/1500/1800/2000/2500/3000 vocábulos, por exemplo. Infelizmente, tais conjuntos são em geral erigidos em programas básicos de léxico e gramática — e isto, quer no ensino a adolescentes, quer no ensino a crianças — o que leva à listagem mais incongruente dos itens a trabalhar.

Para além da «gradação» anómala a que conduzem, marca-os nítido carácter assistemático. Daí, ensinos forçosamente lacunares e atomísticos, queira-se ou não, em que a matéria a «inculcar» só pode estar (se o estiver) em estreita relação com um padrão adulto de cultura e de comportamento verbal médios, exigidos pelas forças sócio-históricas dominantes, reflexos, um e outro, de ideologias/modas vigentes, mais ou menos impostas, mais ou menos autorizadas. Tais vocabulários reforçarão, por conseguinte, dentro do carácter marcadamente impositivo do processo educacional, a moldagem pavloviana que se irá processar ao longo da escolaridade.

Acréscce que a impossibilidade de graduar científica-

mente mecanismos perceptivos e de expressão (vocabulário, gramática), técnicas de análise, etc., limitou/a /ará?, de modo por vezes castrante, potencialidades criativas individuais, quando não até o surto, a afirmação do próprio indivíduo.

Entretanto, continuar-se-á jogando sobre um duplo manipular. Por um lado, molda-se determinada peça (aprendiz), para que possa vir a ser elemento de certa engrenagem (determinada estrutura sócio-político-cultural) — e isto ao ponto de se lhe criarem hábitos reaccionais extremamente passivos, independentemente de certas actividades corporais e do pretensio movimento a que possam conduzir. Por outro, cerceia-se-lhe quase por completo o domínio efectivo, real, de um instrumento linguístico e de tudo que este implica, refere.

Não foi, assim, por acaso que o Ministério da Comunicação Social tanto se interessou (Verão de 1975) por aquilo que do Português Fundamental já se encontrasse elaborado.

E citamos Slama-Cazacu (1961, p. 7):

«Le langage — le phénomène psychique où le social est impliqué au plus haut degré peut-être — a un but social et subit l'influence de la société. De cette finalité, ainsi que de sa profonde détermination sociale, découlent les caractères distinctifs de ce phénomène complexe.»

(1) O texto aqui apresentado foi objecto de uma comunicação no Colóquio «A Família no Contexto do Fenómeno Migratório», realizado na Universidade Nova de Lisboa, em 18 e 19 de Dezembro de 1975.

(2) Nalguns casos afirmam-na completa — não corrigida — por recolhas de dados em inquéritos feitos a alunos de cursos complementares.

2. Um dos temas que o grupo constituído em 1969-1970 decidiu abordar foi o do sistema de parentesco.

Como primeira justificação de tal escolha apresento a da Maria Teresa C. Lopes dos Reis Brito (1972, p. 8):

«Trata-se de uma das áreas cruciais da estrutura linguística, na acepção em que uma 'língua' é poder de mediação graças ao qual uma sociedade é vivida e pensada. A este nível a língua informa-se talvez em conjuntos inconscientes, vividos social e individualmente e anteriores ao próprio utente.»

A nós interessou-nos tanto ou mais o facto de tal campo ser, desde cedo, um domínio estruturado por dupla experiência concreta. Experiência, primeiramente, quando de um número *n* de aquisições lexicais, integradas numa nomenclatura de carácter institucional; experiências ainda na génese de um sistema de atitudes, referenciadas já, mesmo ao nível etário em que nos situamos, por determinadas unidades de significação.

Sobre este último conjunto de elementos está a trabalhar Maria Helena Araújo Carreira.

De momento é-nos impossível pressupor qual a rede de relações que liga terminologia (eixo paradigmático) à respectiva integração na dinâmica contextual, ainda que limitando para já a noção de contexto apenas à ocorrência de certas combinatorias (eixo sintagmático — nível frase) à direita ou à esquerda da abertura («Slot») demarcada e que é preenchida por determinada designação de parentesco.

3. Situamo-nos, como é visível, no quase início de uma pesquisa (3); mais precisamente, na fase que corresponde a um primeiro trabalho contrastivo (1975) de dados, resposta afirmativa ou não à hipótese de um sistema de parentesco mais estruturado e coercitivo, no caso português, quando em situação de não emigração, o que a criança sentirá fortemente.

Escolhemos como fulcro etário deste primeiro trabalho a fase da terceira infância. Localizamo-la temporariamente sem limites pontuais nítidos, dada a heterogeneidade dos diferentes processos individuais. Aparentemente a escola homogeniza-os em níveis de escolaridade.

Optámos assim, tentação da facilidade talvez, por três momentos de actividade escolar:

- 1 — 5.^a classe;
- 2 — 1.^o ano do C. P. E. S. (5.^o ano de escolaridade);
- 3 — 1.^o ano do E. S. L. (7.^o ano de escolaridade).

Apesar da escolha se ter integrado no complexo resultante da acção de três eixos —

geográfico — Lisboa/periferia (Cascais, Sintra, Loures, Belas)

socioeconómico — pequena/média burguesia (cf. escala do G. I. S.)

etário — 9-10A/11-12 A —

outros elementos conduziram a linhas de leitura complementares, sobretudo a oposição entre os conjuntos de informantes do sexo masculino e os do sexo feminino.

Como características psicogenéticas gerais da fase escolhida, destacaremos naturalmente, em função da perspectiva que nos ocupa, as seguintes:

- a) O encontrarmo-nos aqui ante «un âge nodal» (GESELL), marcado pelo equilíbrio das relações família-escola;
- b) O ter sido atingido um grau de socialização que já permite ao informante, suficientemente fora da família, até pela acção da escola e do grupo, observar com um mínimo de distanciação e inferir UM sistema de parentesco — aquele em que se integra;
- c) O ser possível apreender:

- 1. O desenrolar de um processo desagregativo de uma representação egocêntrica do mundo;
- 2. O enraizar de um pensamento operatorio concreto, centrado na aquisição de invariantes e no desenvolvimento das «notions-mères» (DEBESSE);
- 3. A elaboração de estruturas organizativas que, muitas vezes, se delineiam subjacentes ao que, superficialmente, se pode designar por longos inventários.

«L'enfant de neuf/dix ans se plaît aux dénombrements qu'il voudrait exhaustifs, aux classifications aussi complètes que possible, aux hiérarchies.» (OSTERRIETH, 1971, p. 216) (4).

É dentro deste tipo de classificações hierárquicas que a família (*lato sensu*), o sistema de parentesco, vão surgir como sistemática de relações onde o sujeito da enunciação «[...] s'ignorant lui-même, ne parvient pas à sortir de lui pour se situer dans un univers de relations dégagées des adhérences subjectives» (PIAGET, 1972, p. 70).

Essa libertação conseguiu-la-ão todos os adultos? Duvidamos. Daí que perguntemos se não será de pressupor que, quer a génese, quer a estruturação posterior de uma terminologia, não resultam, implícita e basicamente, da posição do sujeito no interior de uma estrutura determinada?

De facto, quer a criança, quer mesmo o adulto, porque elementos com determinado valor e função dentro de um sistema, ao transformarem-se em observadores deste,

(3) Utilizámos dois «corpus» recolhidos, *um*, por Maria Teresa Craveiro Lopes dos Reis Brito que, por razões várias, não teve tempo de o trabalhar; *outro*, por mim própria, quando da aplicação dos testes (N. Smith, J. Hamers, Lambert — McGill University), aplicação que me foi pedida em Junho de 1974 e que ultimámos em 1975.

Agradecemos, quer à Maria Teresa Brito, quer à então equipa de McGill as facilidades dadas.

(4) Sublinhados nossos.

acabarão sempre por denunciar, queiram eles ou não, uma relação, *a de cada um*, com o conjunto.

Ao tentar demonstrá-lo ficará explicitado o motivo porque aceitamos a hipótese proposta por Lévi-Strauss (1949, p. 129) de que a designação de parentesco e [...] *entièrement construite, à partir de l'expérience, par le jeu automatique des associations*. Experiência aquela que facilita a gênese de um sistema, mas que o marca também.

Partindo, por conseguinte, de um pressuposto — caracter decisivo da experiência vivida — usaram-se dois tipos essenciais de teste, conducentes, o primeiro, à estruturação de uma hipótese de campo lexical paradigmático; o segundo ao estudo de combinatórias vocabulares sintagmáticas centradas nalguns dos «items» ocorrentes no conjunto anterior.

4. Ambos os testes (disponibilidade [GOUGENHEIM, 1964], expressão livre) foram aplicados em situação de aula, embora apresentados como uma actividade lúdica pelos respectivos professores de português.

Foram estes que, aliás, também distribuíram e recolheram, conjuntamente com a resposta ao teste de disponibilidade, a ficha em que se pediam as seguintes indicações: idade, sexo, profissão do pai e da mãe, rua em que morava o informante, bairro, localidade, data do teste, nome do estabelecimento de ensino, classe/ano, turma. Nenhum teste foi assinado.

4.1. *Teste de disponibilidade (5)*

O tema proposto foi apresentado da seguinte maneira: — «Escreve todas as palavras de que te lembres que nos falem da família em geral».

Precisámos com os seguintes exemplos: *pai, mãe, filho*, que foram escolhidos (segundo esta mesma ordem) pela certeza do seu aparecimento em todos os inquéritos mesmo se não por esta ordem. Houve casos em que necessário foi apresentar outros exemplos. Escolhemos: *família, avós, casamento, ternura*. Estas são pois as palavras cuja frequência e ordem de ocorrência poderá ter sido condicionada. Tentámos fazer, pelos exemplos-estímulo, que os alunos não se limitassem a designar membros da família, mas que referissem também situações, acontecimentos familiares, sentimentos. Maria Teresa Brito fizera o mesmo, mas apresentando como estímulo para uma memória semântica: *família, avó, casamento, amor*.

Parece-nos importante destacar que, antes de referir o tema, procurámos dar uma ideia simples do que é um campo lexical, apresentando rapidamente (5-10 m) e a traços largos, vocábulos que integram outros campos, também acessíveis de imediato à compreensão infantil:

- Alimentação, vestuário, escola;
- Plantas, animais domésticos, transportes (Maria Teresa Brito).

Duração: tempo limitado (15 m).

Decorridos os 5 m iniciais, pedíamos ao aluno que fizesse um risco ao alto e que continuasse, só depois, a escrever (10 m) — teríamos assim separado, ainda que simplistamente, o vocabulário mais e menos disponível.

Levantamento de dados:

- a) Riscámos repetições, mesmo quando ocorriam em séries como:
 - primo direito, primo afastado, primo segundo
 - parente afastado e afastada
 - mãe, mães; pai, pais; tio, tios; etc.
 - pai, mãe; pais, mães; tio, tia; tios, tias; etc.Observe-se desde já que foram contados os vocábulos, por exemplo no plural, quando a respectiva ocorrência se apresentava dispersa e não em série contínua:
- b) Não se teve em conta a seriação resultante da ocorrência de séries sequenciais numéricas «primo 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, n.» — e/ou afectivas — mãe, mãezinha, mamã;
- c) Contámos palavras mal ortografadas;
- d) Riscámos neologismos seriais — talvez motivados por uma hipercorreção — como «quadravó, quintavó, etc.» ou «avó, bisavó, trisavó, quatravó, etc.». Também aqui só a ocorrência dispersa foi aceite na determinação da frequência e da disponibilidade dos termos;
- e) Levantámos, enfim, vocábulos que a criança escreveu e riscou por ter dúvidas quanto à ortografia da palavra (ex.: «Subrinho», «conhado»). De facto, depois de discutirmos com professores, psicólogos e outras crianças, chegámos à conclusão, talvez errada, que, no âmbito do inquérito, essas palavras têm o mesmo valor significativo dos outros termos quanto ao conteúdo referencial, embora hesitações, estatisticamente sempre a nível de expressão gráfica, tivessem levado o informante a riscar o que anteriormente tinha escrito.

Determinação do grau de disponibilidade, instrumento de análise utilizado noutros trabalhos do mesmo tipo e resultante da ordem pela qual o termo ocorre em cada inquérito.

Especificamos:

Anotámos, para cada inquérito, o número correspondente a um limiar máximo, somatório das ocorrências registadas nos conjuntos [+ Activo] e [- Activo]; esses números foram, respectivamente, 62 e 34. Somámos tais valores, total 96. Construímos então um quadro de referência em que considerámos para o primeiro lugar do

(5) Recolha e levantamento feitos, na parte infantil, por Maria Teresa C. Lopes dos Reis Brito — (vd. 3), embora retrabalhado diversamente por nós, quando da preparação do material pedido por McGill University.

conjunto [+ Activo] a disponibilidade mais elevada. 96 portanto: para o segundo lugar a disponibilidade 95, etc., até ao 62.º lugar, com a disponibilidade de 35. Passámos então a contar a disponibilidade, grau 34, para o primeiro lugar do [- Activo] e de 33 para o segundo lugar, e assim por diante, até atingirmos, na última ocorrência do conjunto [- Activo], o grau de disponibilidade mais baixa, ou seja /.

Para cada vocábulo, multiplicámos a seguir o número de ordem de ocorrência (a de um inquérito), pelo valor de disponibilidade que lhe correspondia e somámos todos os produtos obtidos. Obteve-se assim um quadro/matriz, que exemplificamos com o vocábulo *pai*:

	5.ª e 6.ª classes	C. P. E. S.	Liceu, 1.º ano
[+ Activo]			
Masc.	1809	8033	9560
Fem.	2396	9140	9385
[- Activo]			
Masc.	59	27	—
Fem.	—	101	—
TOTAIS	C.P.E.S./E.S.L. (parciais)	C.P.E.S./E.S.L./5.ª e 6.ª classes (globais)	
[+ Activo]	36 118	40 323	
[- Activo]	128	187	
	36 246	40 510	

4.2. Sabemos que o chamado teste de disponibilidade parte de um *tema*, estímulo que desencadeia todo um processo de associação de ideias (memória semântica).

«A família» aparece-nos assim, se quisermos, como um centro de interesse entre os muitos que são possíveis de exploração pedagógica e, também, como estímulo social de inquéritos de vários tipos e com finalidades diferentes.

Definiu-se a designação «A família» como estímulo verbal curto, que, depois de explicitado, conduziu o(s) informante(s) à elaboração de listas de palavras temáticas (Michéa). Tais listas foram/continuarão a ser trabalhadas, estatisticamente por um lado (frequência, disponibilidade), por outro lado segundo novas linhas de leitura que se forem desenhando.

Foi este o caminho para se tentar um primeiro nível de aproximação do objecto que nos propomos conhecer — a criança, elemento do macro-conjunto a família (sentido lato, sentido restrito). Se a criança nos aparece como objecto de conhecimento é porque, além de factualmente distanciada do adulto, se encontra em situação(ões) tão diferente(s) da(s) do observador, que tanto se torna impossível, a este, emitir hipóteses válidas, como àquela, libertar-se, sobretudo em instância de observação directa, da marca resultante da personalidade do adulto presente.

Conseguiu-se atenuar esta marca porque o inquérito se realizou em determinado estádio de escolarização e em situação normal de aula. O professor (meio instrumental

do inquérito) pôde assim actuar pedindo um trabalho que, como muitos outros a que os alunos estão habituados, apela para o vocabulário disponível (mais ou menos activo), para a memória, semântica e gráfico-motriz, para interesses lúdicos, para tramas afectivas, etc.

É evidente que as várias respostas (inventários individuais) vão aparecer marcadas por mecanismos reacçãoais distintos: memória imediata, força diferente dos estímulos contextuais, ambas dependentes de tipos diversos de aprendizagem, de diferentes graus de assimilação e de utilização de certos elementos verbais, de interferências várias — socioculturais, etárias, individuais. Nestas últimas destacamos, sobretudo, a atitude e a estratégia assumidas pelo informante antes e durante a prova, tal como a relação contingente que aquele mantém com o exterior (realidade extra-linguística) a que o próprio estímulo inicial, ou os decorrentes do contexto, podem conduzir/conduzem.

Apesar, contudo, de zonas de dispersão resultantes da presença inevitável no enunciado-inventário de um *eu* da enunciação multifacetado, há a salientar que o número de dados recolhido numa população que *escolarmente* era bastante homogénea, embora vasta, permitiu demarcar conjuntos de informantes e compará-los através das respostas obtidas. Saliente-se que os respectivos reportórios verbais têm, por isso, mais marcas de escola e, consequentemente, de grupos socioculturais que de indivíduos.

Fere-nos, nesses reportórios, a existência de zonas vocabulares coesas, até pelas altas frequências associativas que aí ligam os elementos.

Assim, séries como «pai, mãe, avô, avó, ...» parecem traduzir um certo grau de dependência, a nível de mecanismos reacçãoais internos, determinados pelo papel de estímulo verbal secundário que cada item lexical também desempenha no desenrolar do contexto.

Citando S. Ehrlich:

«[...] la mise en oeuvre du mécanisme (a) comme instrument de réponse perceptive ou motrice spécifique, a tendance à être suivie de la mise en oeuvre du mécanisme (b), selon une probabilité plus grande que tout autre conjonction [(a) → (c)]; [(a) → (d)], [...] cette probabilité serait exprimée convenablement par la fréquence des associations (A → B) au niveau des réponses verbales explicites.» (EHRlich, 1966, p. 571).

Creemos encontrar aqui a justificação de séries como «pai, mãe, pais, mães», «filho, filha, filhos, filhas», etc. Para além de um problema linguístico que abordaremos mais tarde, outros se põem:

1. Quais as características típicas de uma memória imediata média, comuns a uma população *x*?
2. Qual o papel que aí desempenha a memória semântica, lexical (pai, mãe) e/ou gramatical (filho, filha, filhos, filhas)?

3. Que ligação se poderá estabelecer entre esta última e a estrutura de classes/reportórios mnésicos?
4. Será esta estrutura, no caso de informantes adultos, idêntica ou pelo menos próxima, da que o experimentador pode elaborar sobre determinado material verbal?
5. Será constante, mesmo em diferentes situações de produção discursiva?
6. No caso de informantes não-adultos, escolarizados, delinear-se-ão sempre, sobre a família pelo menos, reportórios verbais extremamente marcados por tipos específicos de enraizamento socio-cultural e de escolarização? Ou serão mais gerais os factores intervenientes?
7. Quais as interferências resultantes do inquérito se realizar como experiência *colectiva* escolar e como resposta *escrita* condicionada a um estímulo *oral*?
8. Finalmente: obteremos amostragens semelhantes em situação de emigração?

O tempo e talvez outros responderão.

5. Ao tentar trabalhar, corrigir até, os dados obtidos, mais se acentuaram as linhas do complexo interdisciplinar a que nos conduziu este trabalho.

Por um lado, há um estudo sociopsicológico a fazer, estudo sobre as frequências e disponibilidade e que conduzirá à percepção que, em dado momento e situação, um grupo *x* de informantes tem de certo sistema linguístico e extra-linguístico.

Por outro lado, teremos de perguntar-nos se, feito isso, conseguiremos ou não marcar estruturas componenciais compatíveis com uma escala sociopsicológica dada como hipótese.

Estruturas desse tipo serão definidas a partir de conjuntos de factores de classificação, cujo produto será série em que cada designação classificatória, cada etiqueta, se quisermos, só é aplicável a um dos termos do vocabulário estudado.

Exemplifiquemos com a sequência «pai, mãe, filho, filha» — exemplo simplista, digo-o desde já.

Como factores de classificação (semas), temos ascendente/descendente, masculino/feminino.

Donde a estrutura componencial

SEMAS	Masc.	Fem.
Ascendente	PAI	MÃE
Descendente	FILHO	FILHA

Uma análise componencial completa exigiria muito mais. Exigiria que se considerasse todo o campo lexical dos termos de parentesco: que a respectiva definição fosse

tanto categorial como semântica: que se chegasse a matrizes lexicais, do tipo:

PAI	
+ N	
+ HUMANO	
+ SING.	
+ Masc.	
<hr/>	
+ Consanguinidade	
+ Ascendente	
+ Senioridade	
+ Autoridade	

Com o tempo talvez seja possível fazê-lo ... caso se consigam isolar os factores que realmente organizam um campo lexical e/ou semântico, tal como é vivido por uma população postulada homogénea e, sobretudo, não adulta.

Veremos se há possibilidade de pôr a hipótese de o conseguir.

6. Partindo do pressuposto atrás referido — experiência escolar relativamente homogénea em relação ao tema como elemento de um conjunto programático, experiência todavia sempre marcada de «aderências subjectivas» — vamos ver como algumas crianças (450) e adultos (200) estruturaram o campo lexical da família, no seu sentido mais restrito.

Entre os adultos (100 M-100 F) surgiram apenas três tipos de séries vocabulares, tendo uma frequência elevada.

Ei-los:

marido, mulher, filho, filha	— 60 %
pai, mãe, filho, filha	— 30 %
pai, mãe, irmão, irmã	— 10 +

Podemos, a partir da distribuição das duas combinatórias de base, isolar os subconjuntos que seguem:

1. marido, mulher	— 60 %
pai, mãe	— 40 %
2. filho, filha	— 90 %
irmão, irmã	— 10 %

O núcleo familiar aparece-nos assim centrado nos filhos, embora com relevo para a relação básica do casal — marido, mulher. Haveria portanto destaque para aquilo que Lévi-Strauss (1958, p. 61) designa «la famille biologique [...] le point à partir duquel toute société élabore son système de parenté [...]».

Em contrapartida, em crianças (10-12 anos), ocorrem as combinatórias mais díspares, reflexo talvez de imbricados de representações, que um forte egocentrismo ainda marca, o que torna aquelas extremamente dispersas.

Senão veja-se o que obtemos através de uma análise de frequências:

PRIMEIRO QUARTIL	E. P. (%)	C. P. E. S. (%)	E. S. I. (%)
Pai	94	99	100
Mãe	92	99	98
Avô	—	86	97
Avo	88	98	94
Tio	90	89	96
Tia	—	—	92
Padrinho	94	—	—
Madrinha	90	—	—
Primo	—	—	99
Prima	—	—	89

Comparando estes termos-base de um índice geral de frequência e de disponibilidade, teremos em percentagem:

	Freq. (%)	Disp. (%)
Pai	98	99
Mãe	98	100
Avô	92	90
Tio	92	87
Avó	90	87
Primo	88	77
Tia	88	82
Padrinho	86	69
Madrinha	84	69
Prima	82	71

Parece-nos importante destacar, desde já, o valor correctivo do grau de disponibilidade, índice da «présence plus ou moins immédiate de ces mots dans [...] la mémoire» (GOUGENHEIM, 1964, p. 152).

Tio/tia passam assim a ocupar lugar de maior relevo que padrinho/madrinha na estrutura familiar imediata. Poderá o lugar ocupado por *tio* — *tia* ser relacionado, dado o nível etário em que se situa, com o papel social do tio em muitos sistemas de parentesco, sobretudo primitivos? Limitamo-nos naturalmente a uma quase interrogação retórica.

Lugar de destaque também para primo/prima, binómio que ocorreu antes de filho/-a, irmão/-ã.

	Freq. (%)	Disp. (%)
Filho	76	73
Irmão	76	67
Irmã	75	59
Filha	66	52

Estranho, o lugar de irmão e irmã.

Que primeiro a criança enuncie aqueles de quem mais directamente depende e se ocupam dela, que só depois se

localize na hierarquização que constrói (ver lugar de filho e sobrinho, por exemplo) parece-nos explicável, até mesmo ainda por egocentrismo verbal, por aquilo que PIAGET (1965, p. 69) designa como «une sorte de concentration première de la pensée». Daí que a criança veja sobretudo no homem o pai, na mulher a mãe. Membro do sistema que observa, a criança apresenta-nos uma relação com ele, *A SUA*.

Disto é explícito o duplo contraste que destacamos:

	Pai (%)	Marido (%)
Freq.	98	47
Disp.	99	19
	Mãe (%)	Mulher (%)
Freq.	98	43
Disp.	100	17

Como explicar todavia o caso de irmão/irmã *VS.* primo/prima, por exemplo?

Atente-se no quadro que se segue:

	Freq. (%)	Disp. (%)
Primo	88	77
Prima	82	71
Irmão	76	67
Irmã	75	59

Haverá aqui possibilidade de explicação através das tais «aderências subjectivas» de que falava Piaget? Ocorreria assim, primeiro, aquele elemento com quem há menos rivalidade, com quem há menos choques, no dia-a-dia infantil? Será possível encarar a hipótese de uma relação com a ocorrência de tio-tia, também valorizada pela criança no contexto sócio-familiar? Poderemos falar de outros (já outros) mas afectiva, e logo subjectivamente, muito próximos?

Outras perguntas, para nós, de momento, sem resposta.

7. Na tentativa de esboçar uma explicação, retomámos uma série de palavras primeiramente isoladas, as que apresentavam marcas de plural.

Analise-mo-las.

Através dos dados até aqui recolhidos, é impossível esclarecer se, para alguns dos informantes, o masculino plural reflecte conjuntos definidos:

1. *Em extensão*

[M₁, M₂, M₃, ..., M_n]

e que designaremos por conjuntos plurais mono-valentes:

2. *Ou em compreensão*

[M, F]

conjuntos estes que consideramos como plurais bivalentes.

A primeira hipótese seria justificável se se atentasse em:

1.º Percentagem total dos itens que ocorrem no conjunto [1] e que ultrapassa 50 por cento

[1] — 52, 84 %
[2] — 47, 16 %

- 2.º No caso de AVÓS, BISAVÓS, etc., onde a justificação de marcas atinge tanto o masculino como o feminino plural. Quanto a nós, foi esta a razão que levou alguns alunos a acentuar diferentemente o plural masculino, que, por exemplo, ocorre na forma simples «avós», com uma frequência global de 25 (5, 6 %). Seria plausível portanto que o somatório dos conjuntos avós (25), bisavós (15), trisavós (9), quatrissavós (2), permitisse inferir que a série suposta correlata — avós (46), bisavós (27), trisavós (18), quatrissavós (3) — apresentasse apenas marcas do feminino e de plural, não marca de [+ universal];
- 3.º Casos de TIOS-AVÓS (3) e de TIAS-AVOS (3), que só surge a nível ciclo, e não sequencialmente: acresce que ocorre com as mesmas frequências de distribuição e nos mesmos informantes.

Em apoio da segunda hipótese, temos:

- 1.º O aparecer, embora noutra nível etário, mas com maior frequência (6), da forma Tios-Avós. Chamamos a atenção para o facto desta forma ocorrer a nível do 1.º ano do ensino secundário liceal, masculino (frequência — 2) e feminino (frequência — 4). Acentuamos que aqui as formas surgiram em repertórios discursivos diferentes, o que reflecte com nitidez certo processo

de aprendizagem, quando no manipular de conceitos mais complexos:

2.º A frequência global muito maior dos plurais bivalentes

627 ≡ 61, 67 %
388 ≡ 38, 22 %.

Equacionando o problema essencial que os plurais nos põem e que se poderia resumir em poder ou não quantificá-los universalmente, retomamos também sob forma de gráficos sempre dentro dos dois primeiros quartis, a análise dos dois traços distintivos: mais e menos adulto.

O lugar de primos é novamente confirmado e isto seja o informante rapaz ou rapariga. Assim, dentro do conjunto da população não adulta, o contraste irá definir-se em relação aos subconjuntos

/IRM-/ /FILH-/ e /SOBRINH-/ /AFILHAD-/

Deixámos por conseguinte em suspenso, de momento, diferenciações morfemáticas e ... muitas das perguntas atrás formuladas.

8. Vemos quantos problemas já surgiram — problemas de leitura de dados para além do evidente, de manipulação atenta do material levantado; problemas depois de linguística teórica (análise componencial, por ex.) de psico e sociolinguística, de linguística aplicada, etc.

E, de momento, aqui, são estes últimos os que nos interessam mais, quer pelo que permitem aproximar de processos de aprendizagem (memória, associações e criatividade lexicais, transferências por analogia, interferências, etc.), quer no que oferecem/oferecerão, sobretudo, como campo de reflexão interdisciplinar.

Um voto, em guisa de conclusão — que este trabalho, ainda apenas iniciado, possa permitir análises mais finas e precisas da rede das relações de parentesco: creio ser desnecessário acentuar o interesse de tal pesquisa. **IS**

BIBLIOGRAFIA

- BRITO, M. Teresa C. Lopes dos Reis — *Estudo de um campo nacional: a família*. Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, 172. (Policopiado).
- ERLICH, S. — *Mémoires individuelles et comportements*. «Bulletin de Psychologie», Paris. Groupe d'Études de Psychologie de l'Université de Paris, 1966.
- GOUGENHEIM, G. et al. — *L'élaboration du Français Fondamental*. Paris, Didier, 1964.
- LÉVI-STRAUSS, Cl. — *Les structures élémentaires de parenté*. Paris, P. U. F., 1949.
- Anthropologie structurale*. Paris, Plon, 1958.
- OSTERRIETH, P. — *Introduction à la psychologie de l'enfant*. Paris, P. U. F., 1971.
- PIAGET, J. — *Le langage et la pensée chez l'enfant*. Neuchâtel, Delachaux et Nestlé, 1975. (Atualidades pedagógicas e psicológicas).
- SLAMA-CAZACU, T. — *Langage et contexte*. Gravenhague, Mouton, 1961. (Janua Linguarum, Series Maior VI, 1961).

3. Relações semânticas e escalas de semelhança

Objectivos de aprendizagem

Muitos testes de língua, e estudos de semântica ou de psicolinguística, entre outros, surgem estruturados sob a forma de escalas semânticas (*rating scales*) que articulam adjectivos bipolares, como vimos atrás, e nos permitem inferir atitudes, sentimentos...¹

Têm sido importantes as investigações que, em psicologia, estudaram a estrutura semântica, a partir de julgamentos quanto a semelhança vs não semelhança. Aliás, a expressão de opiniões a partir do parâmetro – sinonímia, hiponímia, etc. – resulta da mesma capacidade que Katz apontava como necessária para interpretar frases. Esse tipo de julgamentos é aliás frequente no quotidiano dos falantes, dado tratar-se de conclusões «*that we all make confidently every day, when we deduce that two people are saying the same thing in different words*»².

¹ C. E. Osgood, 1964, «Semantic Differential Technique in the comparative study of cultures», *American Anthropologist* LXVI; pp. 171-200; R. W. Shuy e Fasold, R. W. (eds.), 1973, *Language attitudes: current trends and prospects*, Washington: Georgetown University Press; A. D. Cohen, 1980, *Testing Language ability in the classroom*, Rowley: Newbury House.

² H. B. Savin, *op. cit.*, p. 215.

Escalas semânticas

³ Ver além do ensaio de 64 atrás referido, C. E. Osgood, *et al.*, *The Measurement of Meaning*, Urbana, III: Uni-versity of Illinois Press, 1957. C. E. Osgood, 1957, «A behavioristic analysis of perception and language as cognitive phenomena», in *Contemporary approaches to cognition*, Cambridge Mass.: Harvard University Press.

⁴ B. Green, «Paired Comparison Scaling Procedures», in *Scaling: a Sourcebook for Behavioural Scientists*, pp. 93-97, ed. G. Maranell, Chicago: Aldine Publishing Company, 1974.

⁵ C. E. Osgood, 1957, p. 25.

⁶ J. Deese, *op. cit.*, p. 74.

⁷ G. A. Miller, «Empirical Methods in the Study of Semantics», in *Semantics*, pp. 569-585, ed. D. Steinberg e L. Jakobovits, 1971, London: Cambridge University Press.

⁸ G. R. Marshall e C. N. Cofer, «Associative Indices as Measures of Word Relatedness: a Summary and Comparison of Ten Methods», in *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour*, 1, 1963, pp. 40-421.

⁹ L. B. Szalay e J. Brent, «The Analysis of Cultural Meaning through Free Verbal Associations», in *Journal of Social Psychology*, 72, 1967, pp. 161-71.

Habitualmente, trabalham-se as semelhanças semânticas a partir da organização ou da criação de escalas. Estas são uni-, ou bi-, ou multidimensionais; no primeiro tipo, temos o diferencial desenvolvido por Osgood³; no último, surgem escalas de semelhança em graduação subjectiva⁴.

Na hipótese de diferencial posta por Osgood, qualquer conceito pode ser graduado em função de traços seleccionados a partir da comparação de um pólo lexical com outros. Osgood introduziu assim o conceito de «espaço semântico» – «*a region of some unknown dimensionality and Euclidean in character*»⁵ –, espaço em que a dimensão analítica é estabelecida por análise factorial de correspondências. Tal como já atrás foi referido, as palavras-estímulo, nos estudos interculturais propostos por Osgood, podem ser analisadas em três dimensões: potência, avaliação, actividade. Acontece, contudo, que os adjectivos-pólo com conteúdo afectivo, por ele propostos, são tão numerosos que dificultam uma apreensão exacta dos significados denotados.

O diferencial semântico funciona como um teste de associações vocabulares restritas: o informante tem de responder ao estímulo, marcando o grau de um dos dois adjectivos-pólo apresentados. Não há escolha livre, seja do adjectivo, seja de qualquer outra forma categorial. Quanto à **escala multidimensional**, esta consiste numa graduação subjectiva de semelhança. Na sua aplicação, o informante gradua a semelhança, ou a não semelhança, entre dois itens lexicais que pertencem a um campo determinado. A escala de semelhança não especifica traços e o informante deve avaliar a relação entre os termos, escolhendo as dimensões que lhe parecem mais adequadas. Note-se que, posteriormente, alguns investigadores trabalharam, não termos isolados, mas pares de termos. Obtém-se deste modo uma matriz de dados, semelhantes semanticamente, e onde cada item, ou cada par, é comparado com outro.

Uma análise posterior permite inferir quais as dimensões subjacentes às decisões dos informantes, quanto às relações de semelhança estabelecidas.

A aplicação deste método a grandes quantidades de formas só informaticamente é possível, sendo contudo sempre difícil fazer emergir uma estrutura ordenada se os dados recolhidos se limitam a ser ocasionais. Escreve Deese: «*a structural analysis of intraverbal meaning should be directed towards finding a simple structure relating words withing any specified collection*»⁶.

G. Miller⁷ aconselha o uso deste método apenas para estudos aprofundados de conjuntos pouco extensos de itens lexicais.

As associações verbais também podem ser usadas para criar matrizes de dados semelhantes a graduar posteriormente. Importa contudo determinar o grau de frequência usual nas distribuições das respostas, e, mesmo, nas distribuições de todas as combinatórias possíveis dos itens que ocorrem em determinado domínio conceptual. Trabalhos de informatização aconselham computadorizar um coeficiente de intersecção⁸: ver, por exemplo, o índice de afinidade associativa usado por Szalay e Brent⁹.

É aspecto que tencionamos vir a desenvolver. Anote-se no entanto que o interesse das associações verbais, livres, decorre da não estruturação da resposta, o que leva à ocorrência de formas com conteúdo, quer denotativo, quer conotativo.

Refira-se ainda que as associações, a partir de um item lexical, estímulo verbal único (ver certos testes de disponibilidade em que o relevo é dado à série inicial, de produção mais espontânea), revelam, em geral, redes de significações associativas que marcam o grupo, seja qual for o parâmetro escolhido para a sua definição, em compreensão, como conjunto, e que, só em menor grau, indiciam redes de significações individuais: Deese, 1965; Rapaport e Fillenbaum, 1972. Daí opções metodológicas como as de Preece¹⁰, para quem longas associações de palavras permitem delinear mapas da estrutura cognitiva, reveladores de padrões culturais partilhados, ou seja, de padrões sociais ou etnologicamente marcados ou definidores de determinado conjunto.

Para outros (Cofer, 1958; Garskof e Houston, 1963), há contudo correlação alta entre a distribuição em grupo e as respostas individuais.

Apesar das experiências e dos estudos feitos sobre comportamentos verbais observáveis – é neles que se centra a Sociolinguística – e de algumas conclusões a generalizar, o facto é que há grande variabilidade, quando se tenta delimitar a zona de intersecção. Daí que seja, de facto, mais fácil trabalhar apenas sobre escalas de semelhança uni- ou bidimensionais¹¹.

Têm-se comparado estes tipos de escalas graduadas com outras polarizadas em temáticas: veja-se o estudo de Henley (1969) sobre designações de animais: a investigação de Rapaport e Fillenbaum (1972) sobre uma família de verbos; o trabalho de Preece (1976) sobre alguns conceitos da mecânica. Nestes domínios visou-se também o delinear de estruturas semânticas equivalentes, onde até se acentuou a relação entre associações e escalas de semelhança, pelo facto de umas e outras serem base sólida para investigar e validar, directa ou indirectamente, relações entre dados semânticos, para além do que indiciam, por um lado, como estruturas cognitivas, por outro, como padrões socioculturais.

Dada a existência de matrizes de dados semelhantes, tem-se usado, em geral, dois métodos de análise para isolar as dimensões semânticas consideradas pertinentes.

Um, é a escala multidimensional, que tenta representar a estrutura num espaço geométrico a n dimensões (Shepard, 1962; Kurskal, 1964); outro, é «a clustering analysis» (Johnson, 1967), que leva a representações hierarquizadas, úteis, quando a estrutura abre, quer processos de hiponímia, quer outras formas de organização hierárquica.

Os domínios que estudaremos em pormenor, o dos verbos superiores em estruturas de complementação verbal e o das formas interlocutórias, serão delimitados em estruturas lineares, na continuidade de um espaço sócio-semântico mais adequadamente descrito em termos de dimensão¹² por uma escala bi- ou multidimensional; por outro lado, como entidades discretas, marcadas por extrema dispersão, as formas lexicais só poderão ser analisadas por análise factorial de correspondências – que naturalmente não será aqui apresentada.

¹⁰ P. F. Preece, «Mapping Cognitive Structure: A Comparison of Methods», in *Journal of Educational Psychology*, 63, 1976, pp. 1-8.

¹¹ J. D. Carroll e M. Wish, «Models and Methods for three-way multidimensional scaling», in *Measurements, Psychophysics, and Neural Information Processing*, vol. 2, pp. 55-105, ed. D. Krantz *et al.*, San Francisco: W. H. Freeman & Co., 1974.

¹² R. Brown e Gilman, 1960; R. Brown e Ford, 1964.

¹³ S. Fillenbaum e A. Rapaport, *op. cit.*, p. 12.

A escala bi- ou multidimensional permitir-nos-á descobrir qual a estrutura subjacente à organização de determinada matriz de dados – o que é útil em trabalhos interculturais sobre fórmulas com certo grau de padronização, mesmo quando estão implícitos parâmetros de ordem psicológica: «the assumption of a Euclidean metric is quite robust as long as there is a continuous underlying space of well-defined dimensionality»¹³.

O esboço de uma escala unidimensional pode completar este trabalho, assim que a matriz tenha sido analisada, visto permitir a identificação das suas dimensões, ou seja, dos seus eixos.

Aspectos invariantes e aspectos diferenciais na estrutura semântica

Partindo da hipótese formulada por Deese – o que é vulgar/comum em estruturas associativas determina o significado vulgar/comum, quando da utilização dos elementos que as constituem – Szalay e Brent (1967), mais tarde Maday (1973), usaram séries associativas contínuas para delimitar, por inferência, redes semânticas associativas marcantes. Partiram delas, depois, para estudos sobre a comunicação intercultural. Foram também usadas associações vocabulares para tentar apreender, em relações dialógicas de grupo, fenómenos de compreensão de algumas palavras-chave da mecânica clássica (Johnson, 1964). Na produção deste tipo de associações vocabulares foi mostrada maior capacidade organizativa pelos informantes que trabalhavam regularmente os temas escolhidos. A prova é, cremos, pouco válida, até por exigir dos informantes uma competência complexa: gramatical, comunicacional, tanto quanto conceptual e designativa, num domínio específico do saber.

Dado o papel que iremos atribuir, quer a fórmulas honoríficas, quer à equivalência de certos segmentos verbais, consideramos importante mencionar uma investigação realizada sobre respostas associativas, em situação de bilinguismo-biculturalismo e incidente na avaliação de traduções equivalentes de *n* segmentos verbais. E a tradução é sempre instrumento importante em estudos transculturais, como veremos em Leituras Complementares, Parte III, capítulo I. A experiência foi feita por Szalay e Windle (1968), visando uma análise contrastiva coreano-inglês.

Escolha de tradução mais adequada

Populações de origem	Coreano – inglês/americano
Coreana	38%
Americana	56%

Temos, portanto, no caso de coreanos que aprendiam o inglês nos Estados Unidos, situações em que havia domínio insuficiente da língua-alvo; no caso dos americanos, acentue-se o domínio desta última, dado que falantes nativos.

Faltou-lhes portanto realizar experiência inversa, que poria em confronto um grupo de coreanos, no uso da própria língua, como língua materna; um grupo de norte-americanos, no uso do coreano como segunda língua. Haveria, conseqüentemente, uma série de textos-estímulo onde o segmento base da tradução seria em inglês e as traduções equivalentes em coreano.

Relevante também o facto de este grupo coreano poder justificar escolhas, quer em coreano, quer em inglês, mas seguindo eixos semânticos semelhantes, sempre os mesmos, e sem ter em conta as diferenças entre os campos lexicais que as formas utilizadas reflectiam. Residirá a explicação para as opções feitas no facto de todos os coreanos terem aprendido inglês nos Estados Unidos? No facto de se encontrarem marcados por dois sistemas conceptuais diferentes, mesmo se, por vezes, em interacção? Do tipo de bilinguismo que marcava esta população? Um **bilinguismo** mais **co-ordenado**¹⁴ do que **composto**? Isto é, marcado por dois universos de referências, logo, por dois sistemas léxico-semânticos?

Os resultados obtidos parecem, todavia, confirmar os de Kolers (1963) e os de Dalrymple, Alford e Aamiry (1970); apenas um terço das associações feitas por falantes bilingues, quando da validação de escolhas precisas entre traduções equivalentes, se revela semanticamente equivalente.

Taylor (1976) fez experiências com indivíduos bilingues em francês e inglês, indivíduos que tinham de responder com séries verbais associativas e que produziram respostas, diferentes em padrões estruturais, a formas de tradução equivalentes mas só semelhantes na aparência.

Aconteceu aí que as diferenças nas respostas são menores, nos casos de semelhança e de uso de vocabulário concreto. Entre os tipos de palavras e de expressões mais difíceis de traduzir, revelam-se aqueles que referem ou emoções (Koller, 1963), ou objectos e acontecimentos culturais específicos (Ervin-Tripp, 1968).

A tradução também é mais difícil, como referimos, em casos de bilinguismo coordenado, não em casos de bilinguismo composto (Havelka, Lambert e Crosby, 1958). Esta hipótese foi confirmada posteriormente pelos trabalhos de Gekoski (1968) sobre bilinguismo-biculturalismo composto, no caso de falantes nativos de espanhol imigrados para os Estados Unidos.

As investigações feitas parecem assim indicar que os que aprendem uma segunda língua, como principiantes absolutos, no seu próprio país e dentro da sua cultura (*compound bilingual*), produzem séries verbais associativas equivalentes, independentemente da língua em que o fazem; isto, pelo menos, em termos daquelas dimensões semânticas específicas que estão subjacentes ao tipo de respostas em estudo.

É uma hipótese possível de explorar, sobretudo, no caso de aprendentes de Português, quanto a formas de tratamento e de delicadeza; a combinar também com estudos que visem a delimitação de micro-sistemas conceptuais na aprendizagem de vocabulário.

¹⁴ S. Ervin e C. E. Osgood, 1954, «Second language Learning and bilingualism», in C. E. Osgood e T. Sebeok (eds.), *Psycholinguistics (Supplement) Journal of abnormal and Social Psychology* 49, pp. 139-46; J. A. Fishman, 1971, *Advances in the Sociology of Language I*, The Hague: Mouton; E. Hagen, 1969, *The Norwegian language in America: a study in bilingual behavior*, Bloomington: Indiana University Press.

Tentámos fundamentar, partindo da articulação competência comunicativa – semântica discursiva – dispositivos e processos de percepção e de cognição, a interpenetração de sistemas sociais, psicológicos e linguísticos, quer no plano da criatividade idiossincrática, quer no de comportamentos verbais culturalmente padronizados.

Tentámos também demonstrar que, no sujeito enunciador, um sistema linguístico é filtrado em instâncias pré-enunciativas e condicionado, entre outros factores, por marcas etnossociológicas, por quadros comuns de referência, por compatibilidades contextuais – o que se reflecte através do processo de enunciação, no discurso produzido. Há portanto um certo grau de pré-determinação. Como consequência, a pergunta: até onde existirá ela e, sobretudo, onde irá predominantemente incidir?, ou teremos de escrever como fez T. de Mauro: «[...] deux individus parlent toujours des langues différentes, car même les mots qui paraissent extérieurement communs sont en réalité des mots de signifiés différents, puisque insérés dans des réseaux différents de rapports»¹⁵.

¹⁵ T. de Mauro, *Une Introduction à la Sémantique*, Paris: Payot, 1969, p. 131.

Práticas

¹⁶ U. Eco, 1984, *Semiotics and the Philosophy of language*, London, Macmillan, p. 71.

1. Eco¹⁶ escrevia, em 1984, que interpretar formas lexicais em contexto depende de dois factores:

- . conhecimento da língua
- . conhecimento do mundo, conjunto enciclopédico de crenças armazenado sob forma de «frames» – designadas por outros como «scripts».

Estas unidades de significação são constituídas por séries de acontecimentos e de acções passíveis de ocorrer em situações determinadas – daí a sua importância em didáctica de línguas (leitura, interpretação...), na resolução de problemas, etc.

1.1 Procure alguns exemplos, começando por concretizar os seguintes:

- . refeições diárias
- . encontro na rua

1.2 Como os analisa numa perspectiva intercultural?

2. Comente, ainda numa perspectiva intercultural, o mecanismo da inferência a partir da seguinte frase de Eco:

By resorting to this storage of competence, the addressee knows, [having heard] John was sleeping when he was suddenly awakened. Somebody was tearing up the pillow [...], that human beings usually sleep in bedrooms and that bedrooms are furnished with beds, beds with pillows, and so on. By amalgamation of two or more frames, the addressee realizes that the pillow just mentioned can only be the one John was resting his head on.¹⁷

¹⁷ *Op. cit.*, p. 71.

3. Anos atrás, Quine¹⁸ afirmava partilharmos conjuntos de crenças

- . centrais, fortemente estruturadas (*core meanings*),
- . periféricas e imprecisas, conotadas (*fuzzy*), base dos referidos mecanismos de inferência.

Demonstre, a partir de exemplos, que, embora o segundo conjunto esteja sujeito a efeitos de moda e de actualidade, o primeiro só é alterado com mudanças radicais – políticas, económicas, sociais, culturais.

4. Como vimos atrás, é frequente o uso de escalas avaliativas. Apresentamos-lhe duas, que talvez lhe venham a ser úteis no seu trabalho. Assim, em **Leituras Complementares 2**

- 4.1 vai analisar um teste de atitudes que permite abordar o universo das crenças pessoais e a avaliação respectiva. É da autoria de Maria de Fátima Goulão;
- 4.2 vai estudar, e talvez aplicar, uma grelha quase oficial para avaliação de manuais escolares e que, certamente, se desejou objectiva.

¹⁸ W. Quine, 1953, «Two Dogmas of Empiricism», in W. Quine (ed.), *From a Logical Point of View*, New York: Harper Torchbooks; W. Quine, 1960, *Word and Object*, Cambridge: CUP.

Leituras complementares

IMAGEM: MULHER

Maria Emília Ricardo Marques

0. A relação língua-cultura é enfatizada desde há muito, dada a consciência do seu funcionamento simbiótico. Destaque-se, desde já, que a concepção de léxico aqui desenvolvida não o modelizará como «*imagem organizada de um real ordenado*» (Aristóteles), mas como instrumento que re-constrói um real mundo que só existe depois de identificado e designado na, e pela, linguagem – lembre-se o ritual do baptismo e recordem-se, sobretudo, as hipóteses de Sapir-Whorf ou de Wittgenstein, entre outros.

Assim, qualquer língua é culturalmente marcada, fenómeno que transparece em todos os níveis de estruturação linguística. Permito-me contudo afirmar que, entre todos, o do léxico, é o mais rico, sobretudo, o daquele léxico que ocorre em rotinas banais, ou seja, em comportamentos verbais comuns, a articular com modalidades de acesso a um saber, modalidades accionadas pelas diversas práticas quotidianas.

Esta cultura, inerente ao dia a dia, marca as formas lexicais na sua organização estrutural, no seu valor (absoluto e relativo), na sua especificidade funcional.

Como hipótese, temos portanto uma forma, MULHER, que ocorre em *n* tipos de práticas do quotidiano e que corresponde a uma representação mental integrada em universo de referências que se enraiza num conhecimento do mundo, numa experiência interiorizada, tanto por uma sociedade, como por determinado grupo social ou por um indivíduo.

As formas lexicais organizam assim um universo de representações do mundo, de referências, memória semântica fluida, onde se desenham espaços léxico-culturais, quadros de referência, estruturantes de um saber, de um saber-dizer e de um saber-fazer. Ora qualquer estudo sobre tais espaços e sobre a sua apropriação tem de ter em conta o conceito de representação como ferramenta operatória que permite analisar práticas, verbais e não-verbais.

Destaquemos, portanto, por um lado, os domínios de experiência que nos levam, quer a modelos comportamentais interiorizados, quer a rotinas ou a rituais socioverbais, que constituem tanto um saber, como um saber estar/fazer/dizer, indispensáveis para a inserção social do sujeito. Lembremos, por outro, que os domínios de experiência actualizam, em comportamentos sociais observáveis, universos de referência, representações mentais marcadas, por conseguinte, por um [+ saber] e um [+ poder] masculinos de origem. É que o pensamento foi sempre organizado e dominado pelo poder daquele que sabe ou que se declarou e se assumiu como possuidor de [+ saber], logo, de [+ poder].

1. Foi, a partir da base conceptual acima referida, que tentámos, em rápida sondagem – 100 informantes, a primeira aproximação de uma representação mental, a da mulher, através da recolha, sob a forma de um teste de disponibilidade, quer de formas lexicais, quer de expressões ou de frases que respondessem ao estímulo **MULHER**. Os três tipos de níveis escolhidos (forma lexical, grupo de formas, frase) permitiram-nos estudar listagens:

1. de certos **correlatos** (*mulher, fada, feiticeira, víbora,...*), termos com a mesma categoria morfosintáctica e que podem ocorrer, em eixo paradigmático, no mesmo ponto de um sintagma;
2. de **formas colaterais**, isto é, da mesma família léxico-semântica e com comportamento sintagmático idêntico ao dos correlatos: *ex. mulheraça, mulherzinha,...*
3. de **coocorrências**, formas, em geral, de outra categoria, que se combinam, no eixo sintagmático, com uma forma pólo, **MULHER**, neste caso – *ex. doce, sensível, segura,...*

Que iremos conseguir, depois de trabalhados os dados? Iremos redescobrir uma base reveladora de uma imagem, a da mulher, numa língua e numa cultura, em tempo e espaço delimitados – algo de já intuído, sem dúvida, mas que agora surgirá apreendido e demarcado na sua especificidade, quer positiva (regularidades no domínio do comum), quer negativa (ocorrência única, ou não ocorrência, em contexto de incidência pessoal, idiossincrática). Eis o que nos propomos apresentar, a partir apenas de dois parâmetros intrínsecos (sexo e idade) definidores do conjunto dos 100 informantes, produtores por um lado, de listagens espontaneamente produzidas, determinantes, por outro, de reflexões de tipo metalinguístico, as nossas.

2. As **FRASES** recolhidas surgem ou em instâncias de sloganização (M. Tournier), ou sob forma de provérbios, isto é, sob a forma de uma verdade *de facto*, de um imperativo moral, que reflectem uma constatação, um conselho, um aviso, ditado pela vida de todos os dias.

Tais tipos de frases surgiram em número reduzido: 11 no *corpus* feminino e 12 no masculino, havendo apenas 1 provérbio comum aos dois conjuntos – *Mulher doente, mulher para sempre*, com frequência 2 em ambos os conjuntos.

Acresce ainda que

- **no conjunto da população feminina**, só três provérbios ocorrem com frequência superior a 1:
 - *Na mulher, gordura é formosura*, 3.
 - *Por detrás de um grande homem, há sempre uma grande mulher*, 2.
 - *Quem meu filho beija, minha boca adoça*, 2.
- **no conjunto da população masculina**, só um provérbio e uma frase em vias de sloganização são repetidos:
 - *Mulher doente, mulher para sempre*, atrás referido
 - *É mulher e basta*, 2.

Esta última frase exemplifica aliás o processo de sloganização acima referido, processo que tende à rotinização de uma estrutura frásica, onde só um dos itens lexicais é passível de substituição. Retome-se, portanto, a sequência sintagmática *É ----- e basta*, onde, no espaço aberto, podem ocorrer *n* formas em série paradigmática.

É ----- e basta
mulher
homem
portista
engenheiro

Atente-se agora no conjunto dos provérbios listados pela população feminina e que se centra, sobretudo, em processo de caracterização pessoal, com incidência em

- **aspecto físico** (Na mulher, gordura é formosura), sem, ou com, hipótese de transferência analógica para outro contexto (Mulher baixa, ou pequenina, ou é velhaca, ou bailarina);
- qualificações para **carácter, temperamento e comportamento**, qualificações incidentes na própria, ou como autoaviso (Mulher honrada, não tem ouvidos; Mulher de muito riso, tem pouco riso), ou como injunção a outrem (Mulher decente, passa despercebida) – aliás, são assim estabelecidos condicionamentos, restrições ao comportamento, pois, apenas se e só se X, então Y;
- **papel desempenhado** na família: «Se sogra ou madrasta, o nome lhe basta»;
- **relação**
 - OUTREM ⇒ MULHER: *A uma mulher não se bate nem com uma flor*
 - OUTREM ⇒ MULHER – MÃE: *Quem meu filho beija, minha boca adoça*
 - HOMEM ⇒ MULHER: *Por detrás de um grande homem, há sempre uma grande mulher; Os homens conquistam-se pela barriga ou pelo estômago.*

E temos aqui o único apontamento negativo em relação ao outro sexo. Em nítido contraste surge a imagem que a população informante masculina tem da mulher, até pelo aspecto negativo generalizado que assume. Com efeito, nesta recolha, a mulher surge como pouco inteligente («mulas», «*pensa(m) com os pés*», «*têm ideias curtas*»); como queixosa e mandona («*De noite geme, de manhã manda todos para o trabalho*»); como alguém que age sem saber bem porquê («*Mulheres, mulas, trovoadas e carradas de pão, para onde pendem é que vão*»). E se «*mulher bonita é catita*», só a feia tem «*coração bonito*».

3. O campo das EXPRESSÕES vai contudo alargar e enriquecer o que até aqui foi apenas esboçado, permitindo já a constituição de conjuntos lexicais definidos por relações analógicas de sentido. Comparemos então os dois grupos constituídos:

A. Conjunto recolhido na população feminina

A mulher vê-se, ou vê as outras, como *mãe* (5), *esposa exemplar* ou *modelo*(2), como *patroa* ou *cara metade* (1). Assume-se como *perfeita dona de casa* (2), declarando que nesta é o seu lugar (2) e criticando aquelas que andam na rua («*Vai para casa coser meias*»-2). Em casa, vê-se como *anjo*, *fada madrinha* (1), alguém com *mãos de fada* (2) e com posição especial porque objecto de deferência, mesmo se tal deferência a minimiza: *mulheres e crianças, primeiro*.

A mulher sente ainda «*responsabilidade familiar*» (1), e julga-se até «*suporte do mundo*» (4), corajosa («*Padeira de Aljubarrota*» 2, «*Mãe coragem*» 2), com «*espírito de sacrifício*» (5). E..., contudo, a própria mulher reconhece que é explorada («*burra de carga*», «*burra de saias*», «*pau para toda a colher*») e que se limita a continuar a ser «*Costela de Adão*». Daí que declare a *luta pela independência* e a *valorização pessoal*.

Ao homem fazem apenas duas referências: uma, directa – *É preciso é sabê-los levar*; outra, indirecta e levemente maliciosa – *cherchez la femme*.

Quanto às outras, as que não são donas de casa, nenhuma das designações que as referem é eufemizada. Trata-se de *Mulheres da vida* e de *mulheres coquetos* (*perversas, infiéis*) que se *armam em bonecas*, ou então são «*as sonsas, [que] são as piores*». Depois, perfilam-se outros tipos, com carga igualmente negativa: *feiticeira, víbora, fera, matrona, megera*.

B. Conjunto recolhido na população masculina

Em termos de representação mental, genérica, culturalmente marcada por um imaginário masculino, a mulher continua a definir-se, sobretudo, como *mãe* (5), e *dona de casa* (5) – seja ela *protectora do lar, com mãos de fada* – talvez até no «*coser meias*» (*Vai para casa coser meias*); seja ela *anjo da guarda* ou *rainha da casa*. Contudo, ao definirem as funções de tais deusas tutelares, a imagem perde muito da conotação positiva. E, assim, vemos a mulher ser designada como *mulher a dias, pau para toda a colher* – designações que lhe acentuam a polivalência, enquanto *moura de trabalho* e *mulher de malheiro*, enfatizam a imagem da mulher laboriosa, diligente e que ajuda o marido, para quem, na sua labuta diária, cose as redes de pesca que aquele usa no seu dia a dia profissional.

A mulher aparece, por outro lado, como *bicho de hospital*, designação que parece pôr a tônica na morbidez e na resistência de determinado comportamento ante a doença e a dôr. Essa mesma resistência, força, coragem, é ainda posta em relevo pela analogia estabelecida com certas heroínas, assumidas como tipos. A mulher aparece assim como *Padeira de Aljubarrota*, 2 (vd. conjunto de informantes do sexo feminino) e como *Catarina Eufémia*.

Nestas listagens aparecem ainda outros retratos de mulher, sempre redutores, simplistas e estereotipados. E assim, opostas ao *Anjo do lar*, surgem a *Maria rapaz*, por um lado, e, por outro, a «*Mulher namoradeira*», [que] «*é fogo*», a «*Mulher fatal*», a «*mulher Diabo*» e a mulher maldosa, com «*língua de sogra*».

Estamos longe, como vemos, da bela *feiticeira*, da mulher que encanta ou seduz, mesmo se por artes, drogas ou filtros mágicos e que marcava certo imaginário feminino.

Finalizando esta análise, aponte-se a habitual reacção masculina à mulher que guia – «*Perigo! mulher ao volante*» (5) – ou à que apenas quer andar de carro – «*Só gosta de andar de rabo tremido*» (3).

O que, até aqui, constatámos, vem portanto confirmar a hipótese posta quanto ao papel da linguística no estudo, quer de fenómenos, processos e objectos culturais, quer das respectivas representações. Citemos Boas: «*Le grand avantage de la linguistique à cet égard est que, dans l'ensemble, les catégories du langage restent inconscientes; pour cette raison, on peut suivre le processus de leur formation, [ou le constater], sans qu'interviennent, de façon trompeuse et gênante, les interprétations secondaires, si fréquentes en ethnologie et qui peuvent obscurcir irrémédiablement l'histoire du développement des idées*»¹.

¹ 1911 (1908), citado por Sumpf, J. e M. Hugues (1973), *Dictionnaire de Sociologie*: Paris, Larousse, p. 79.

4. O facto de o estereotipado denotar automatismos indicia uma representação, uma imagem mental, expressa em **formas lexicais** extremamente frequentes no nosso quotidiano e que, por essa frequência, se tornaram lugares comuns. São estes que, melhor do que nos provérbios e nas expressões, nos surgem aqui referidos por vocábulos mais disponíveis, ou seja, por aqueles que denotam as propriedades mais típicas, as que, mais correntemente, se atribuem à mulher, mesmo se tais propriedades são consubstanciadas em determinados papéis socialmente localizados.

É o que acontece com **família**, categoria quase definida em extensão pela listagem dos elementos femininos mais ou menos prototípicos que definem o conjunto – ver ANEXOS, gráficos 1.

E, entre tais elementos, **MÃE** surge como o mais típico, isto é, como protótipo. Com efeito, se abordarmos a série em termos de **níveis**, teremos num nível superordenado: **FAMÍLIA**, num nível de base: **MÃE** e num nível subordinado: os outros elementos femininos, todos eles mais ou menos marcados pelo sema [+ maternal] – exemplo: *Avó, mãe duas vezes e A Avó estraga os netos.*

Observemos agora o conjunto definido como **família**, a partir dos parâmetros **sexo e faixa etária**² – ver ANEXOS, gráficos 2.

Constatamos certas relações de força e de geração que marcam a organização na *Família*, forma lexical que, explicitamente, só ocorre no subgrupo masculino, situado entre os 25 e os 35 anos. Este facto é normal, até porque qualquer indivíduo, ao adquirir a própria língua, começa por aprender os elementos prototípicos de uma categoria e o que designámos por nível de base, nível este que, para qualquer criança, substitui os restantes, só o integrando, mais tarde, no nível superordenado – lembrem-se as observações de Lévi-Strauss em *La Pensée Sauvage*³, quando refere relações de contiguidade ou de intersecção por semelhança, antes das de inclusão, ao mostrar a estruturação do conjunto **ANIMAIS** pelos Toreya da Índia do Sul.

Retomando agora os nossos inquéritos, constatamos ainda

- que o subgrupo feminino de mais de 55 anos, encara a mulher, na família, como *mãe*, sem dúvida, mas também como *avó, filha, irmã, tia, madrinha*;
- que a designação *irmã* surge quase em equilíbrio de utilização, quer no subconjunto masculino entre 35 e 45 anos, quer no feminino, mas aqui na faixa etária dos 55 anos e mais;
- que, finalmente, é como *mãe* que a mulher se define, e isto em todos os grupos, independentemente da idade, com excepção para o subconjunto masculino entre os 25 e 35 anos, aquele que acentua, como vimos, o papel da *família* – talvez por ser a faixa etária em que, para o homem, aquela se constitui – ver ANEXOS, gráficos 3.

No que refere o estado civil, destacam-se as designações *companheira e esposa*, esta predominantemente usada por mulheres com mais de 35 anos, aquela por homens de idade entre 45 e 55 anos. A mulher como *amiga* só surge no grupo feminino, de idade superior a 55 anos – ver ANEXOS, gráficos 4.

Em relação a **profissões ou ocupações**, a mulher representa-se a si própria, sobretudo, como *educadora* e é também assim que o homem a vê, enquadrando-a no *lar* (15 freq. – classe D). Hipótese a pôr e a verificar é ainda a de colocar **DONA DE CASA** como nível

² Classes: A-20 a 35; B-35 a 45; C-45 a 55; D-mais de 55 anos.

³ Paris, Plon, 1963.

superordenado, *educadora* como nível de base e todas as outras designações – com excepção de *dançarina?* – no nível subordinado.

No retrato da mulher, destacámos **aspecto físico (estética e saúde) vs. carácter, temperamento, comportamento** como categorias genéricas.

A mulher, de um ponto de vista estético, surge, predominantemente, definida pelos traços [+ beleza], [+ elegância], [+ feminilidade], sem a este que parece abrir uma definição tautológica, embora esta forma remeta, sobretudo, para os estereótipos que circulam sobre a mulher, isto é, para certas propriedades, mais ou menos vagas, habitualmente atribuídas à mulher.

Nesta categoria, se se destacam as qualificações positivas (*beleza, elegância, feminilidade, sedução, sensualidade*), há também referência à fealdade, ainda que sob forma metafórica (ex. *frasco*) – ver ANEXOS, gráficos 5.

No aspecto físico, salienta-se ainda um estado de saúde dominado pela *fragilidade* referida, sobretudo, pela população das classes feminina C e masculinas C e D. Ter-se-á, aliás, aqui, de se pôr e de se verificar a hipótese da criação de uma categoria mais abstracta pela neutralização dos semas mais específicos de *frágil* e de *débil* – ver ANEXOS, gráficos 6.

Para delinear o **retrato psicológico** da mulher, a partir das categorias **carácter, temperamento, comportamento**, os informantes servem-se de inúmeros itens lexicais, termos específicos de frequência 1, 2 e que neutralizámos, dado partilharem um certo número de traços pertinentes, traços que funcionam como denominador comum. Acedemos assim, pela neutralização, a apenas alguns termos genéricos, arquilexemas.

Em função do nível de abstracção estabelecido, a mulher surge, por conseguinte, – ver ANEXOS, gráficos 7 –, como

- . /FORTE/, *poderosa, estável, firme*, atingindo uma *nobreza*, uma elevação moral que suscita *admiração, respeito* e a que se associa *pudor, honestidade, seriedade*.
- . /AFECTIVA/, *pensativa*, capaz ainda de estar *imaginativa, sonhadora, sentimental, romântica*. É ainda alguém que manifesta sentimentos: tanto positivos (de *amor, ternura, meiguice, simpatia, dedicação* ou de *satisfação*).
- . /SATISFAÇÃO/ consigo própria, o que a leva a surgir, ante os outros, *aberta, comunicativa, simpática*, com /ALEGRIA/ e /ENTUSIASMO/;
- . /HÁBIL/ nas relações sociais, quer pela *intriga*, quer pela capacidade de *persuasão*, mesmo se predominantemente afectiva. É a *fada, a feiticeira* que tudo resolve. E esta habilidade reflecte-se no seu comportamento de
- . /TRABALHADORA/, porque *polivalente*, para além de *serviçal e sofredora*.
- . Reconhece-se, também, que é /INTELIGENTE/, capaz de pensar, conhecer, saber, capaz enfim de uma cognição lógica que articula com capacidades de *compreensão intuitiva* e de *coerência*.
- . Para além disso, surge-nos como /LIVRE/, /MODERNA/ revelando até *vaidade, orgulho* nos seus dons, no seu *carisma*.

E...no entanto, algumas características negativas acabam por ressaltar, sendo a mulher ainda vista como alguém

- . /VINGATIVO/
- . /VOLÚVEL/, *inconstante, instável*,
- . /SUPERSTICIOSO/, *medroso*.

Distribuição por parâmetros intrínsecos

Classes Arquilexemas	A		B		C		D	
	F	M	F	M	F	M	F	M
/ FORTE /	23		38	12	97	11	50	22
/ TRABALHADORA /	6		45		68	2	21	6
/ AFECTUOSA /			9	10	109	25	24	136
/ INTELIGENTE /	7		19		71		27	8
/ HÁBIL /			12	1		1		13
/ INDEPENDENTE /					17		17	
/ MODERNA /					9		9	
/ VINGATIVA /					2		2	
/ VOLÚVEL /						5		
/ SUPERSTICIOSA /						4		

Teremos assim:

CLASSES

ARQUILEXEMAS	F	M	TOTAIS
/ FORTE /	208	45	253
/ TRABALHADORA /	140	8	148
/ AFECTUOSA /	142	171	313
/ INTELIGENTE /	124	8	132
/ HÁBIL /	12	1	13
/ INDEPENDENTE /	17	0	17
/ MODERNA /	9	0	9
/ VINGATIVA /	2	0	2
/ VOLÚVEL /	0	5	5
/ SUPERSTICIOSA /	0	4	4

Vemos que a mulher nos surge marcada, sobretudo, pelos traços

[+ afectuosa]

[+ forte]

[+ trabalhadora]

[+ inteligente],

podendo ainda especificar-se serem uma inteligência e um pensamento feitos de compreensão do outro, de intuição, de imaginação e de sonho.

Acentue-se também que é na classe [+ afectividade] que o número de marcas masculinas supera o das femininas. Destaque-se enfim que, se apenas os homens vêm as mulheres como *volúveis* e *supersticiosas*, só estas se assumem, – o que referimos por ordem decrescente –, como *independentes* e *modernas*, mas *vingativas*.

5. Mesmo se os estereótipos se distribuem em função do sexo e da idade dos informantes, o princípio subjacente mantém-se o mesmo, porque «*La subjectivité est une image pleine, dont on suppose que j'encombre le texte, mais dont la plénitude, truquée, n'est que le sillage de tous les codes qui me font, en sorte que ma subjectivité a finalement la généralité même des stéréotypes.*»⁴

Oposta a esta posição de Barthes, e quase dez anos mais tarde, começou a desenhar-se outro ponto de vista sobre clichés e estereótipos. – veja-se, por exemplo, o estudo de Ruth Anossy e Elisheva Rosen⁵, onde destacamos o papel dado à repetição, «*non plus comme imitation nécessaire, mais comme plongée dans la banalité et l'anonymat*»⁶; ora as mesmas autoras precisam ainda que «*seule une culture où le culte de la différence est l'envers d'une égalisation menaçante peut poser, à travers le jeu de l'Autre et du Même, les notions de cliché et de stéréotype*».⁷

Temos, portanto, que clichés e estereótipos, ao circularem em determinado espaço sociocultural, nos falam, genericamente, de um quotidiano comum, vulgar, especificando banalidades subjacentes, quer à ideologia, quer às práticas da comunidade em que ocorrem.

Desenham-se assim campos ideológico-semânticos que interiorizámos em processo de enculturação e que determinam os nossos próprios modelos de *aceitabilidade*, *aceitabilidade* que é função das relações referidas, desde o início, entre sociedade-cultura-linguagem. Ora tais relações vão determinar o surto de um sujeito enunciador hoje anónimo e que, um dia, constatou e formulou o enunciado *Mulher doente, mulher para sempre* ou designou uma qualquer mulher, também para nós anónima, como *fada do lar*. Tais frases, expressões ou formas lexicais atravessaram os tempos. Depois, hoje, alguém as retoma em contexto determinado, enraizando o dito num *continuum* discursivo subjacente, social, cultural e ideologicamente marcado.

Compreende-se assim a razão por que o provérbio, a expressão ou o item lexical envelhecem, podendo, contudo, continuar a ocorrer pontualmente até como marca expressiva – veja-se o maior número de formas hapax na faixa etária D.

E, quanto maior foi a banalização, ou o grau de desgaste atingido por uma estereotipia, maior é o seu valor como índice de uma rede social, cultural e ideológica, de uma memória semântica diluída na zona do não-dito.

Clichés e estereótipos aparecem assim como ferramenta essencial para aceder à compreensão dos discursos de uma comunidade, sobretudo daqueles discursos que tal comunidade produz sobre si própria em instâncias momentâneas de reflexão metalinguística ou metacomunicacional.

«*Peut-être que notre époque a su, comme aucune autre, élever le menu au rang d'évènement, donner voix non seulement à l'existence des humbles mais à la quotidienneté de tous [...]. L'aventure classique opposait des contrastes flagrants: conformisme des bourgeois, notables et dirigeants, face à la vaillance de quelques individus assez trempés pour s'arracher à la glu commune et défier l'ordre établi. [...]. Comment ne pas voir qu'on passe actuellement [...] d'un monde relativement clair à un univers de la bâtardise où tout*

⁴ Barthes, R. (1970), *S/Z Essai*, Paris, Seuil, p. 17.

⁵ *Les discours du cliché*, Paris, CDU-SEDES, 1979, p. 57.

⁶ *Ibid.*, p. 6.

⁷ *Ibid.*, p. 7.

flotte à l'instar du système monétaire. [...] L'Aventure ne meurt pas, elle se popularise (sa banalisation ne signifie pas son agonie). [...] Cette idée qu'on ne peut jouir d'une chose qu'à partir du moment où elle est un privilège [...], cette idée s'étiolé à la manière d'un préjugé désuet et avec elle toute dynastie, tout discours patricien; [...] finis le terrorisme de l'authenticité, la division entre ceux qui vivent et ceux qui survivent».⁸

6. E a angústia vem instalar-se em nós, visto que, hoje, até a aventura se pode tornar banalidade estereotipada. Acontece, no entanto, que o simples formulário de tal hipótese é estimulante. Tal como o foi a tentativa de diagnóstico de representações mentais e de formulações dominantes, rígidas, enraizadas em imaginários coletivos diferenciados, masculino e feminino, imaginários precisados no campo das representações mentais, das imagens construídas por determinada cultura, tanto europeia, como nacional, mas num tempo e espaço individuais, também eles socioculturalmente marcados. Desenharam-se então redes, predominantemente, ou masculinas ou femininas, por vezes entrecruzadas. Neste contexto destaquemos, hoje, as conexões que reflectem um imaginário feminino, «*lieu des identifications d'un moi qui n'est... plus aliéné à l'image proposée par le masculin*»⁹, conexões reflexo de especificidades positivas. Caminhando para a zona das especificidades negativas, encontram-se formas com frequência 1 logo fortemente idiossincráticas, e isto sejam elas apreciações globais de tipo universal (*feiticeira, fada, ..., víbora, fera, ..., sedutora, ..., Mãe coragem...*), estereótipos nacionais sem, ou com, referência a glórias do país (*cara metade, ..., frasco, sela, ..., vs. Padeira de Aljubarrota, Catarina Eufémia*), estereótipos comportamentais (*burra de carga, pau para toda a colher, moura de trabalho, ...*) ou referência a ritos do quotidiano (*mulher de malheiro, ...*).

Para lá destas ocorrências esporádicas, há todas aquelas formas que nunca ocorrem no discurso feminino (*volúvel, supersticiosa*) e que o definem como especificidades tipicamente negativas. Depois, dominando um e outro conjunto, desenham-se, como vimos, pólos lexicais abstractos que acabam por indiciar um inconsciente cultural que fala, tanto em nós, como para além de nós. E, como diz Hélène Cisoux, «*quand il parle, il vous raconte vos vieilles histoires que vous avez toujours entendues, puisqu'il est constitué par les refoulés de la culture*»¹⁰.

⁸ Bruchner, B. e A. Finkillkrant (1979). *Au coin de la rue, l'aventure*. Paris, Seuil. pp. 27-9.

⁹ Cisoux, Hélène (1976). Le sexe ou la tête. IN *Le langage des femmes*. Bruxelles, Editions Complexe, 1992, p. 89.

¹⁰ *Ibid.*, p. 89.

Anexo 1

Questionário passado aos aprendentes

Teste de atitudes

FICHA N.º _____

(Não preencher)

NOME _____

NÍVEL QUE SE ENCONTRA A FREQUENTAR _____

POR FAVOR, responda.

De onde vem?

- país _____

- cidade/aldeia _____

Que idade tem? _____

É homem ou mulher? _____

Se é...

...estudante, é estudante de quê? _____

...trabalhador, em que trabalha? _____

Está a aprender Português. Pedimos -lhe por isso a sua opinião sobre a língua que aprende. Para tal, marque com × o quadrado que melhor corresponde ao que pensa. Assim, se concordar inteiramente, marque **CONCORDO**; se concordar em quase tudo, marque **TALVEZ CONCORDE**; se discordar em quase tudo, marque **TALVEZ DISCORDE**; se discordar inteiramente, marque **DISCORDO**.

	CONCORDO	TALVEZ CONCORDE	TALVEZ DISCORDE	DISCORDO
1. Todas as línguas estrangeiras são fáceis de aprender.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. O Português é mais difícil de aprender do que as outras línguas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. É mais fácil escrever o Português do que lê-lo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. É impossível aprender línguas com facilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



	CONCORDO	TALVEZ CONCORDE	TALVEZ DISCORDE	DISCORDO
5. Só as pessoas que têm jeito para línguas as aprendem com facilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. É mais fácil compreender o que é lido do que o que é ouvido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Para se ser bom em Português, é preciso ser bom em certos tipos de aprendizagem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Ler e escrever Português é mais difícil do que ouvir e falar essa Língua.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Para se ter uma boa profissão, em que se ganhe muito dinheiro, não é preciso falar bem Português.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Nas aulas, ouvir e falar são actividades muito importantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Aprender Português é mais difícil para os adultos do que para as crianças.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Para os estrangeiros é fácil aprender Português.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Nas aulas é preciso ler e escrever muito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Vou aprender línguas estrangeiras com facilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Vou aprender Português agora, porque, mesmo com mais tempo, a dificuldade será sempre a mesma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Vou aprender a falar bem Português se tiver jeito para línguas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Nas aulas preocupo-me mais com a leitura e a escrita.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Para ser bom em Português tenho que ser bom noutros tipos de aprendizagem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	CONCORDO	TALVEZ CONCORDE	TALVEZ DISCORDE	DISCORDO
19. É-me possível aprender línguas com facilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Nas aulas preocupo-me mais com o ouvir e o falar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Vou aprender Português com mais dificuldade do que qualquer outra língua.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Tal como qualquer outro estrangeiro não vou conseguir aprender bem Português.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Preocupo-me mais com o escrito do que com o oral.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Para ter a profissão de que mais gosto, não preciso de saber bem Português.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. Compreendo melhor o que leio, do que o que ouço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Escrevo melhor Português do que o falo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Ao falar Português, digo palavras que nem sempre existem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. Fico tímido, quando falo Português.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Só falo, quando consigo falar com toda a correcção.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30. Mesmo que riam de mim, continuo a falar Português.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo 2

Cotação atribuída a cada item

CRENÇAS PESSOAIS —> item 1 — item 13

	CONCORDO	TALVEZ CONCORDE	TALVEZ DISCORDE	DISCORDO
1. Todas as línguas estrangeiras são fáceis de aprender.	4	3	2	1
2. O Português é mais difícil de aprender do que as outras línguas.	1	2	3	4
3. É mais fácil escrever o Português do que lê-lo.	1	2	3	4
4. É impossível aprender línguas com facilidade.	1	2	3	4
5. Só as pessoas que têm jeito para línguas as aprendem com facilidade.	1	2	3	4
6. É mais fácil compreender o que é lido do que o que é ouvido.	1	2	3	4
7. Para se ser bom em Português, é preciso ser bom em certos tipos de aprendizagem.	1	2	3	4
8. Ler e escrever Português é mais difícil do que ouvir e falar essa Língua.	1	2	3	4
9. Para se ter uma boa profissão e em que se ganhe muito dinheiro não é preciso falar bem Português.	1	2	3	4
10. Nas aulas, ouvir e falar são actividades muito importantes.	4	3	2	1
11. Aprender Português é mais difícil para os adultos do que para as crianças.	1	2	3	4

	CONCORDO	TALVEZ CONCORDE	TALVEZ DISCORDE	DISCORDO
12. Para os estrangeiros é fácil aprender Português.	4	3	2	1
13. Nas aulas é preciso ler e escrever muito.	4	3	2	1

AVALIAÇÃO DAS CRENÇAS PESSOAIS —> item 14 — item 26

14. Vou aprender línguas estrangeiras com facilidade.	4	3	2	1
15. Vou aprender Português agora, porque, mesmo com mais tempo, a dificuldade será sempre a mesma.	4	3	2	1
16. Vou aprender a falar bem Português se tiver jeito para línguas.	1	2	3	4
17. Nas aulas preocupo-me mais com a leitura e a escrita.	1	2	3	4
18. Para ser bom em Português tenho que ser bom noutros tipos de aprendizagem.	1	2	3	4
19. É-me possível aprender línguas com facilidade.	4	3	2	1
20. Nas aulas preocupo-me mais com o ouvir e o falar.	1	2	3	4
21. Vou aprender Português com mais dificuldade do que qualquer outra língua.	1	2	3	4
22. Tal como qualquer outro estrangeiro não vou conseguir aprender bem Português.	1	2	3	4
23. Preocupo-me mais com o escrito do que com o oral.	1	2	3	4
24. Para ter a profissão de que mais gosto, não preciso de saber bem Português.	1	2	3	4
25. Compreendo melhor o que leio, do que o que ouço.	1	2	3	4
26. Escrevo melhor Português do que o falo.	1	2	3	4

CAPACIDADE DE «CORRER RISCO» —> item 27 — item 30

	CONCORDO	TALVEZ CONCORDE	TALVEZ DISCORDE	DISCORDO
27. Ao falar Português, digo palavras que nem sempre existem.	4	3	2	1
28. Fico tímido, quando falo Português.	1	2	3	4
29. Só falo, quando consigo falar com toda a correcção.	1	2	3	4
30. Mesmo que riam de mim, continuo a falar Português.	4	3	2	1

* * * * *

Anexo 3

Grelha de avaliação – manuais escolares

Para avaliar um manual escolar, procede-se da seguinte forma:

- a) Estabelece-se para cada item o valor que se considera justo e escreve-se na coluna que corresponda à cifra citada, tendo em conta que:
 - A = 4 = O mais alto grau
 - B = 3 = Em alto grau
 - C = 2 = Em grau médio
 - D = 1 = Inferior ao nível médio.
- b) Multiplica-se o valor atribuído pelo coeficiente que corresponde ao item. O produto escreve-se na coluna intitulada **pontuação**.
- c) Depois de avaliados os 31 aspectos da escala, somam-se os números da 6.^a coluna, e a soma resultante divide-se por _____, soma dos coeficientes considerados. O quociente dará o **número-índice** do livro, que o situará em A, B, C ou D.

ESCALA PARA A AVALIAÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES

Título _____

Editora _____

Nível de ensino _____

Disciplina _____

ASPECTOS	A (4)	B (3)	C (2)	D (1)	COEFICIENTE	PONTUAÇÃO
1. Organização e método.						
1.1 Corresponde aos objectivos do programa de ensino.	×				5	20
1.2 Apresenta uma organização coerente e funcional.	×				5	20
1.3 Está estruturado na perspectiva do aluno.	×				5	20
1.4 Motiva para o saber e estimula a criatividade e a imaginação.		×			5	15
1.5 Apresenta uma metodologia facilitadora da aprendizagem.		×			5	15
1.6 Estimula o recurso a outras fontes de conhecimento.		×			3	9
1.7 Proporciona possibilidades de trabalho autónomo.	×				3	12
1.8 Contém auxiliares de leitura (índices alfabéticos, índices temáticos, léxicos, bibliografias, etc.).			×		2	4
1.9 Se o projecto pedagógico do manual integra e exige materiais complementares,						
a) no seu conjunto, apresentam coerência pedagógica;					—	—
b) está assegurada a possibilidade da respectiva utilização.					—	—
1.10 Permite recursos pedagógicos diversificados.		×			3	9
1.11 É passível de utilização no contexto geográfico e sociocultural da escola.		×			5	15

ASPECTOS	A (4)	B (3)	C (2)	D (1)	COEFICIENTE	PONTUAÇÃO
2. Informação veiculada. Vertentes sociocultural, científica e pedagógica.						
2.1 Revela equilíbrio, rigor e objectividade na apresentação da informação, nas fontes e exemplos citados, nas perspectivas seleccionadas e nas representações socioculturais veiculadas.		×			5	15
2.2 Responde aos objectivos e conteúdos definidos no programa de ensino, nos domínios dos conhecimentos, das atitudes e dos valores.		×			5	15
2.3 Propõe informação cientificamente correcta, actualizada e relevante para o nível e grau de ensino a que se destina.	×				5	20
2.4 Explicita e identifica a informação exigível aos alunos.		×			5	15
2.5 Permite o aprofundamento dos conteúdos programáticos.		×			3	9
2.6 Favorece a interdisciplinaridade.		×			4	12
3. Formas de comunicação.						
3.1 O <i>design</i> do manual (dimensão, forma, organização gráfica, caracteres tipográficos, sublinhados, espaços, títulos e subtítulos, cor, ilustração, etc.), suscita o interesse dos alunos, facilita a sua manipulação e favorece a leitura, facultando a compreensão dos conceitos e a retenção da informação.		×			5	15
3.2 As mensagens figurativas (fotografias e desenhos) e lógicas (mapas, diagramas, gráficos e esquemas)						
a) são legíveis;		×			5	15
b) têm rigor;		×			5	15
c) têm qualidade estética;		×			5	15
d) estão adequados ao nível e grau de ensino a que se destinam;	×				5	20

ASPECTOS	A (4)	B (3)	C (2)	D (1)	COEFICIENTE	PONTUAÇÃO
e) articulam-se com o texto verbal						
– motivando-o						
– exemplificando-o						
– completando-o.		×			5	15
3.3 A mensagem verbal.						
3.3.1 É clara.	×				5	20
3.3.2 Emprega vocabulário adequado ao nível e grau de ensino a que se destina.		×			5	15
3.3.3 É correcta, do ponto de vista semântico.		×			5	15
3.3.4 Está estruturada de modo a permitir a apreensão da informação.		×			5	15
4. Características materiais do manual.						
4.1 Apresenta robustez.		×			4	12
4.2 Permite a reutilização.		×			3	9
4.3 Apreciação global e preços comparados com outros manuais avaliados.		×			5	15

II Parte

Representações sócio-semânticas e formas linguísticas

Objectivos de aprendizagem

1. Definição de um campo onde se articulem
 - **microsociolinguística**, perspectiva que articula a variação linguística com factores sociais e culturais (área onde iremos trabalhar);
 - **macrosociolinguística**, considerada parte da Sociologia da Linguagem ou da Psicologia Social da Linguagem e que integra estudos de bi-multilinguismo e de política linguística – ver **Leituras Complementares 1**, capítulo anterior.
2. Abordagem genérica de formas de tratamento e de níveis de deferências a estudar na perspectiva da microsociolinguística.

1. Problemática geral

Objectivos de aprendizagem

Neste capítulo iremos acentuar a relação entre parâmetros definidores de determinada situação de produção verbal e discurso produzido, sobretudo pela tónica posta na reflexão sobre formas de tratamento, níveis de deferência, estilos de interlocução.

Sociolinguística variacionista

A forma «socio-», em Sociolinguística, mostra claramente a posição de investigadores que não aceitam que se separe a linguagem do contexto social em que aquela é produzida. Propõem-se por isso estudos que se insiram num domínio científico que integre «*the social as well as the linguistic*», que tenha como objecto «*socially realistic linguistics*» ou «*socially constituted linguistics*»¹.

Deste ponto de vista, a linguagem surge como parte integrante de um comportamento social que, às vezes, até a torna «*[...] the whole social behavior of the moment*». De facto, embora a linguagem seja usada apenas como instrumento de comunicação, de cognição ou de expressão de EU, meio de exteriorização de emoções, mesmo se sob forma exclamativa ou balbuciante, o seu uso comum dominante acontece em estruturas dialógicas conversacionais, servindo todos os tipos de comunicação, desde a referencial àquela que Sapir designou por «*communion*»: «*the reflection or clarification or consolidation or alteration of interpersonal relationship and socio-cultural values*»².

Aceitar a linguagem não como funcionamento mecanicista de um sistema abstracto, mas como comportamento social, leva-nos, e será este um primeiro corolário, a reconhecer-lhe uma extrema variedade – dialectos geográficos, sociais (culturais para Kenyon, 1968), etários – em que alguns acentuam a existência de variantes inter- e intradialectais, dependentes de factores vários. Adequação e «aceitabilidade» tornam-se deste modo mais importantes que critérios de gramaticalidade e muitos investigadores têm vindo a prestar atenção, cada vez maior, às restrições socioculturais que determinam escolhas entre variantes linguísticas.

Também uma certa estilística envereda por este caminho, abordando as modulações do dito numa perspectiva que articula o linguístico e o social. Citemos Trudgill: «*Many aspects of the social situation, that can contribute to deciding which linguistic variety is to be employed on a particular occasion. Linguistic varieties of the type can be referred to as different styles*»³; ou Turner: «*Evidence for stylistic choices is found in the parole (the Saussurean term), but an attempt to describe the nature of the choices that are made takes us back, as soon as we begin to use general terms, to the langue. Stylistic choices, like any other linguistic phenomena, are manifested in parole, but described with reference to the langue*»⁴.

As escolhas estilísticas surgem assim como filtragens da simbolização de experiências que o enunciador quer transmitir e a sua adequação a um tempo, um espaço, uma situação é determinada por diversos factores sociais. Daí que esses factores nos surjam como parâmetros condicionadores das análises de variantes estilísticas.

White⁵, por exemplo, estabelece três dimensões contextuais de base – «*Tenor (range of formality), Mode and Field*» – que influenciam, segundo ele, a escolha das formas linguísticas.

Stevens fala da «*manner of discourse*», como «*the effect upon language behavior of the social relations between the speaker or writer and his audience*»⁶ e chama a atenção para o facto de que qualquer pessoa fala de modo diferente a pessoas diferentes e em diferentes situações, ainda que o conteúdo do que diz até aconteça ser o mesmo.

¹ D. Hymes, *Foundations in sociolinguistics, an ethnographic approach*, Philadelphia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1974, pp. 195-197.

Recusamos, portanto, a opção que encara a sociolinguística como uma abordagem «lateral» e «adicional», feita por uma linguística descritiva interna, J. Kristeva, «Les épistémologies de la linguistique», in *Langages*, n.º 24, p. 9.

² J. B. Pride, *Social meaning and language*, London: Oxford University Press, 1970, p. 239.

³ P. Trudgill, *Sociolinguistics: an introduction*, London: Penguin, 1974, p. 109.

⁴ G. W. Turner, *Stylistics*, London: Penguin, 1973, p. 14.

⁵ R. W. White, «Communicative competence, registers and SLT», in *IRAL* 12 (2), 1974, pp. 127-141; «The concept of register and TESL», in *TESOL Quarterly* 8 (4), 1974, pp. 401-416.

⁶ P. Stevens, *Papers in language and language teaching*, London: Oxford University Press, 1965, p. 84.

Crystal e Davy⁷ incluem *status* entre os oito parâmetros «situacionais» que restringem as escolhas estilísticas: personalidade, dialecto, tempo, discurso, região, *status*, modalidade, singularidade. Definem «*status*» como «*variations in the relative social standing of participants in any act of communication regardless of their exact locality*». E precisam: «*status involves a whole range of factors related to contacts between people from different positions on a social scale – factors intuitively associated with such notions as formality, informality, respect, politeness, deference, intimacy, kinship relations, business relations, and hierarchical relations in general*»⁸.

⁷ D. Crystal e D. Davy, *Investigating English Styles*, Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 1969.

⁸ *Ibidem*, pp. 76-77.

Recorde-se a metáfora do xadrez (Saussure) e pense-se nos grandes encontros entre B. Fisher (USA) e Kasparov (URSS) com marcas, mesmo como jogadores de xadrez, dos mundos culturais a que pertenciam.

Recorde-se o papel que, em tais encontros, desempenham os espectadores e as exigências que, por exemplo, Fisher fazia em termos de distância física desses mesmos espectadores. Depois, ainda interferindo nas atitudes e nos comportamentos dos jogadores, há factores variados. Nesses comportamentos pode haver rotinas, estereotípias, *clichés*, por vezes efeitos de moda ou de actualidade, ou seja, mecanismos de não variação.

Quanto à variação, à parte casos pontuais, aleatórios, muito é devido a

I. Características individuais

1. Não passíveis de mudança

- . idade
- . sexo
- . lugar em que se nasceu, como comunidade de fala
- . raça.

2. Passíveis de mudança – adquiridas

- . lugar(es) em que se viveu, também como comunidade(s) de fala
- . classe/grupo socioeconómico de pertença
- . geração sociocultural que se tem como modelo
- . ocupação
- . papel(éis) social(ais)
- . *status*
- . grau de individualização, de verbalização, de intervenção e de responsabilização no discurso.

⁹ D. Hymes, 1972, «Models of the interaction of language and social life», in J. J. Gumperz e D. Hymes (eds.), *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*, New York: Holt, Rinehart and Winston, pp. 35-71.

II. *Setting + Scene* (vd. Hymes 72)⁹. Factores – temporais e físicos – que condicionam o processo de interacção:

1. Cenário

- . tempo – lugar
- . obtenção do tempo de palavra
- . limites temporais da palavra, sua duração
- . tamanho do grupo reunido, papéis dos seus elementos.

2. Conteúdo

- . situação → acontecimentos (factos) \xrightarrow{es} acontecimentos de fala → actos de fala
- . tópicos
- . géneros – tipos de *interacção verbal* (Hymes, 72:56) – *speech events* – «activities governed by rules or norms for the use of speech» – ex. sermões (Hymes, 72:65), tipos de argumentação...

...

«*purposes and aims of the event and its structure*» – «*a structured and standardized communication event with constraints on allowable contribution in terms of the position form and intent*» (Swales, 85:4).¹⁰

¹⁰ J. Swales, 1985, «A genre – based approach to language across the curriculum. Paper delivered at the *RELC Conference*, Singapura, in *Genre Analysis and its application to Research English*, Cambridge: CUP.

3. Interacções marcadas por

- . solidariedade vs Poder (Hudson, 80: 122-8)
- . rede (trama) – número e tipos de interacções verbais que um indivíduo mantém com outros.

4. Funções da fala

- . variação nos meios para as atingir, cf. **FUNÇÕES DA LINGUAGEM**, meios marcados por «*system constraints*» – «*ritual constraints*» (Goffman, 76)¹¹, que condicionam, quer a interpretação ilocutória de actos locutórios, quer os respectivos efeitos perlocutórios – «*outcome + goal*», nos termos de Hymes 72.

5. Papel da VOZ/TOM.

III. Estilo – Distância (Preston – cf. também a teoria da enunciação)

1. **Não formalismo**, falta de correcção – se com apagamento do monitor, ocorrem os actos mais marcadamente pessoais (Labov, 72b)¹².
2. A articular com os cinco níveis propostos por Joos 62:
 - . íntimo
 - . à vontade

¹¹ E. Goffman, 1976, «Replies and reponses», *Language in Society* 5, pp. 257-314.

¹² W. Labov, 1972, *Language in the Inner City*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

- *interpessoal*: *vd* função social;
- *textual*: básica na produção coerente de textos orais, ou escritos, em situação.

¹⁷ C. Fillmore, «A grammarian looks to sociolinguistics», in *Sociolinguistics: current trends and prospects*, ed. Roger W. Shuy, pp. 273-237, Georgetown University Monograph Series on Language and Linguistics, n.º 25, Washington, D.C.: Georgetown University, 1972.

Contudo, anos atrás, já era de destacar proposta de Fillmore¹⁷, proposta em que ele substituiu a função metalinguística pela função «situacional». Escrevia então este linguista:

The so-called «contact» or «phatic» function of communication, which can be thought of as absorbing the matters of speaker identification and address notification, is that of keeping the channel open, of guaranteeing that the receiver is attentive [...].

The «emotive» function of language is seen in language behavior which expresses (to take the sender's point of view) or exposes (to take the receiver's point of view) the sender's real or pretended inner life, his attitudes and feelings [...].

The «reactive» or «conative» function of communication has to do with the effect of a message on the feelings, actions or understanding of the receiver [...].¹⁸

The so-called «referential» function of language has to do with the communication of the «propositional content» of the message [...].

The aesthetic or «poetic» function of language can be spoken of from the receiver's point of view in terms of his appreciation of the way in which the message form was constructed; from the sender's point of view it consists in making choices so that future receivers will appreciate the resulting form [...].

The «situational» function of communicating has to do with the ways in which the interlocutor's perception of the setting or social occasion is related to linguistic choices they make [...].¹⁹

¹⁸ *Ibidem*, p. 270.

¹⁹ *Ibidem*, p. 279.

Destaque-se, pois, neste excerto, a importância dada, por um lado, a destinador e destinatário, por outro, ao conceito de função situacional.

Isto porque, para a sociolinguística, a linguagem visa finalidades enraizadas em contexto e situação, e efeitos comportando significações que ultrapassam meros conteúdos denotativos e referenciais. Daí que, dentro desta perspectiva, muitos levantem objeções a um tratamento da significação que se mantenha dentro dos limites de traços semânticos inerentes a formas linguísticas descontextualizadas e limitadas a conteúdos cognitivos, a significados denotados.

E são várias as outras vozes que a eles se juntam: psicolinguistas, filósofos, teóricos dos actos de fala ou da implicatura conversacional. Dê-se relevo a algumas destas posições.

Jakovovits²⁰ discute a necessidade de integrar, na análise dos enunciados (*utterance*), três níveis de significação: o linguístico, o implícito e o implicativo. Searle²¹ e Giglioli²² chamam a atenção para o facto de existir uma significação ilocucionária para além da significação proposicional e uma relação íntima entre significação e actos de fala – como desenvolveremos mais tarde.

Por agora veja-se apenas o modo como a sociolinguística enfatiza a noção de significação social (*social meaning*), onde se desenham, como aspectos dominantes, o interactivo e o contextual: «*the facets of meaning involved with non linguistic context*

²⁰ L. A. Jakobovits, «Prolegomena to a theory of communicative competence», in *English as a second language: current issues*, ed. R. C. Lugton, pp. 1-39, Philadelphia, Pa.: Center for Curriculum Development, Inc., 1970.

²¹ J. R. Searle, «Chomsky's revolution in linguistics», in *On Noam Chomsky: critical essays*, ed. Gilbert Harman, New York: Anchor Books, 1974, pp. 2-33.

²² P. P. Giglioli, ed. *Language and Social Context*, London: Penguin, 1972.

(the participants in the speech act and their interaction in that setting), on the one hand; the facets involved with the linguistic context, on the other»²³. É um facto que a interpretação semântica de determinados enunciados depende, pelo menos em parte, de especificidades contextuais, linguísticas e extralinguísticas.

²³ D. Hymes, *op. cit.*, p. 206.

Concretizando, uma frase como «Acabou-se-me o papel» pode ser uma constatação, de mim para mim próprio, ainda que dita em voz alta, um pedido ou até uma ordem. Basta para isso um contexto de diálogo em que um falante, com estatuto ou igual ou mais elevado, se dirija, em relação simétrica (= → =) ou assimétrica (+ → -), a um interlocutor presente no mesmo local.

Exemplos, talvez ainda mais reveladores, os que seguem. Com efeito, se alguém perguntar «Mas ela vai sair para a rua assim vestida?!», teremos uma pergunta retórica, crítica feita a terceiros e usada para exprimir emoção (irritação, incredulidade, impaciência). E só poderá ser feita, indirectamente, a alguém com estatuto idêntico ou inferior e só possível em situação informal, marcada por familiaridade. Destacamos, ainda, o papel assumido por entoação e ênfase, o que apaga a hipótese de a frase poder ser dita por alguém com estatuto inferior, e portanto numa relação assimétrica (- → +) – excepto, se murmurada a terceiros.

Outro exemplo, será o do uso de formas de tratamento honoríficas, com conotações pejorativas, também num tipo de relações ou assimétricas (+ → -) ou simétricas (= → =).

O conceito de significação social abarca, por conseguinte, uma significação definida no e pelo sistema social, dependente, por isso, de um contexto e de uma situação que, por vezes, até pode surgir caracterizada e indiciada pelo uso de formas linguísticas específicas. Com efeito, processos de filtragem, em fases pré-enunciativas, de formas linguísticas referencialmente equivalentes ou de oscilações retórico-estilísticas podem levar-nos a induzir alterações no formalismo da situação ou na distribuição/combinatória dos papéis sociais.

Tais alterações também são sensíveis em diacronia, visto que formas lexicais referencialmente equivalentes, num dado espaço e tempo, podem vir a adquirir valores conotativos ou significados sociais diferentes. Lembrem-se termos como «burguês», «fascista» e outros, antes e depois do 25 de Abril, ou expressões como «escudo desvalorizado» ou «desvalorização do escudo», antes e depois de 26/02/1977²⁴.

Ora, se aceitarmos o facto de que variantes linguísticas de um mesmo conteúdo referencial abrem caminho a significados sociais diferentes, temos igualmente de aceitar que a escolha entre tais variantes não é nem fruto do acaso, nem totalmente livre e que é determinada por factores sociais. Recorde-se o conceito de «repertório verbal ou linguístico», tal como Gumperz o define: «[...] the totality of linguistic forms regularly employed within the community in the course of socially significant interaction. Repertoires can be regarded as consisting of speech varieties, each associated with particular kinds of social relationships»²⁵.

Encarado deste modo, o repertório verbal de um falante, tal como o de uma comunidade, não é uma entidade única, homogénea, e consistente, mas um conjunto de

²⁴ M. E. Ricardo Marques, *Analyse de Discours: structures complétives et argumentatives*, ed. Nelc, policopiado, Lisboa, UNL, 1978; ed. resumida (comunicação) nas «Actes du Congrès de Sociolinguistique» (Rouen, 1979), Paris, PUF.

²⁵ J. J. Gumperz, «Language in social groups», in *Essays*, selected and introduced by A. S. Dill, Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1971, p. 182.

²⁶ Consideramos importante, sobre este tema, o número 34 de *Langue Française*, «Linguistique et sociolinguistique», Maio, 1977.

²⁷ S. M. Ervin-Tripp, «On sociolinguistic rules: alternation and co-occurrence», in *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*, eds. J. J. Gumperz e D. Hymes, pp. 213-250, New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972.

²⁸ D. Hymes, «On communicative competence», in *Sociolinguistics*, J. B. Pride e J. Holmes, Harmondsworth: Penguin, 1972, pp. 269-293; D. Hymes, 1987, «Communicative Competence», U. Ammon, N. Dittmar e K. J. Mattheier (eds.), 1986, *Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society*, vol. I, Berlim: W. de Gruyter; D. Hymes, 1989, Review of U. Ammon, N. Dittmar e K. J. Mattheier (eds.), «Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society», in *Language and society* 18.

²⁹ J. J. Gumperz, «The Ethnography of Communication – Introduction», in *The Ethnography of Communication*, eds. Holt, Rinehart and Winston, New York, 1972, pp. 1-25; p. 16.

³⁰ *Vd. C. Fillmore, op. cit.*, sobretudo, p. 276 e E. T. Hill, *La dimension cachée*, trad. fr., Paris: Seuil, 1971; *Le langage silencieux*, trad. fr., Paris: Mame, 1973.

³¹ C. P. Paulston, «Linguistic and communicative competence», in *TESOL Quarterly* 8 (4): 347-362, 1974.

variantes linguísticas: duas línguas diferentes numa sociedade bilingue: duas línguas ou duas variedades de uma língua em casos de diglossia; variantes estilísticas ou funcionais numa sociedade monolíngue. Destaque-se desde já que qualquer escolha feita pelo sujeito enunciador entre as variantes que o seu repertório lhe oferece obedece e revela padrões sistemáticos que reflectem e que são regulados por factores sociais²⁶. Recorde-se a representação que destes faz Hymes, ao usar a palavra mnemónica SPEAKING, e o modo como Ervin-Tripp os sumaria em três regras: «alternância», «co-ocorrência» e «sequencing»²⁷. Em suma, não é só a gramática que obedece a regras, mas também o uso da língua em situação – o que nos obrigará a ter em conta a adequação a situação e contexto, logo, a aceitabilidade social do dito/falado, escrito. Daí que, para além da competência linguística (conhecimento das regras que regulam compreensão e produção de frases gramaticais), se tenha de aceitar uma outra, a de comunicação em situação, que se pode definir, sumariamente, como sendo o conhecimento dos usos verbais adequados àquelas situações de comunicação que podem ocorrer em determinada sociedade – cultura. Trata-se aqui de dominar regras sociais que determinam usos diferenciados da linguagem.

Assumimos, por conseguinte, que o apagamento da dimensão sociocultural em certas correntes linguísticas, embora possa responder à necessidade de criar modelos explicativos do funcionamento do sistema, é também marca de opções ideológicas²⁸.

Recusamo-nos, portanto, a dissociar a interferência de certos factores sociais dos enunciados linguísticos produzidos em situação. Daí aceitarmos como traços situacionais pertinentes (lugar, papéis, estatutos...) e as restrições contextuais que impõem intenções/estratégias do sujeito enunciador²⁹. Lembremos por isso Gumperz, quando afirma que a situação, a interacção e as regras sociais, tanto quanto as restrições linguísticas, determinam escolhas entre modos de acção e estratégias discursivas culturalmente aceites, embora sempre de acordo com determinada intenção de comunicação, por parte do sujeito enunciador. Vemos que é muito aquilo que a competência de comunicação abarca e nem de tudo iremos, naturalmente, tratar. Sumarie-se todavia alguns dos seus aspectos mais relevantes: o problema da escolha entre fala e silêncio³⁰; o domínio, em instâncias de produção e recepção, de conteúdos discursivos referenciais e sociais³¹; a capacidade para adequar o dito/falado/escrito à ocasião (lembre-se sobretudo a questão das expressões fáticas); a competência para escolher a variante apropriada a determinada situação e momento social – ou seja, o ser capaz de saber ONDE, QUANDO e COMO ALGUÉM fala a OUTREM.

Um dos nossos objectivos vai portanto ser o de despistar e interpretar – apagando voluntariamente aqui o que se pode designar por universais sociolinguísticos – diferenças culturalmente significativas em manifestações de sistemas socioverbais. Com tal finalidade, far-se-á, sobretudo, uma análise contrastiva de formas de tratamento e de formas de delicadeza, ocorrentes em estruturas de complementação com marcas interlocutórias. Optou-se por estas expressões linguísticas porque, nelas, qualquer escolha decorrerá sempre, e directamente, da situação e das relações estabelecidas entre os interlocutores. Acontece ainda que a interacção verbal face a face, mesmo ritualizada (e haverá ocasiões em que o não seja?), é da maior

importância para o estudo dos usos de uma língua como comportamento social. Daí que o estudo das formas de tratamento e das de delicadeza seja um domínio de observação por excelência, dado permitir conclusões relevantes quando de análises que foquem a competência de comunicação.

Formas de tratamento

Já Goodenough³², em 1965, acentuava que «*one's identity as a person and as a member of society is an object of universal concern*». E talvez que a procura da própria identidade seja uma das facetas essenciais da natureza humana. Assim, também as formas de tratamento – símbolos linguísticos de tramas interactivas urdidas entre interlocutores social e culturalmente situados – parecem ser objecto de preocupação por parte, quer do indivíduo, quer do todo social. Refira-se, a título de exemplo, o uso simétrico de *Vy*, em russo e o facto de, na Coreia do Norte, se ter tentado o apagamento de um complicado sistema tradicional de formas de tratamento e de formas honoríficas pelo uso simétrico de nomes próprios ou de títulos, antecédidos de *tongmoo*, camarada³³.

Tal como P. Friedrich³⁴ afirma, o estudo do sistema das formas de tratamento permite delinear o modo como interagem os falantes dentro e através de determinado sistema social, e qual o grau de orientação: centrípeta em EU ou aberta em rede – o que complementa reflexões sobre comportamentos e normas inter- e intragrupais.

Estudo basilar em sociolinguística, é um dos campos, por excelência, para correlacionar escolhas verbais e factores sociais e culturais. São, por isso, muitas as investigações³⁵ sobre este tema, comprovando que as formas de tratamento, tanto permitem delinear simbolicamente uma estrutura social como permitem – será neste domínio que cairá a nossa escolha – indiciar mudanças ou rupturas sociais.

Tais estudos mostram ainda que comunidades diferentes, embora igualmente marcadas pelo que podemos designar por universais sociolinguísticos, apresentam diferenças significativas quando da manifestação, em discurso, dos sistemas sociolinguísticos que lhes são próprios.

Essas investigações demonstram também como a análise contrastiva aplicada ao estudo das formas de tratamento contribui para identificar e descrever estruturas sociolinguísticas definidoras de certos grupos ou de determinadas comunidades.

De entre os vários sistemas de *deixis* social, o Português é aquele que, com mais frequência, e pela sua complexidade, tem sido comparado aos sistemas de tratamento honorífico característicos das línguas orientais^{36, 37}.

São de valor desigual os estudos que têm sido feitos sobre o tema. Entre eles destacamos, pela sua importância, os de Lindley Cintra³⁸, B. Head³⁹, D. Maçãs⁴⁰, Oliveira e Silva⁴¹, para além de algumas, poucas, gramáticas pedagógicas ou de um ou outro método para o ensino da língua portuguesa.

³² W. H. Goodenough, «Personal names and modes of address in two oceanic societies», in *Context and meaning in cultural anthropology*, ed. M. Spiro, New York: Free Press, 1965, p. 265.

³³ S. Martin, «Speech level in Japan and Korea», in *Language in culture and society*, ed. D. Hymes, New York, Harper & Row, 1964, pp. 407-415.

³⁴ P. Friedrich, «Structural implications of Russian pronominal usage», in *Sociolinguistics*, ed. W. Bright, pp. 214-253, The Hague: Mouton, 1966, p. 219.

³⁵ H. Befu e E. Norbeck, «Japanese usage of terms of relationships», in *Southwestern Journal of Anthropology*, 14, 1958, pp. 66-86; R. W. Brown, *Social psychology*, New York: Free Press, 1965; R. W. Brown e M. Ford, «Address in American English», in *Language in Culture and Society*, ed. D. Hymes, New York: Harper E. Row, 1964, pp. 234-244, (1.ª ed. em *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 62, 1961, pp. 375-385); R. W. Brown e A. Gillman, «The pronouns of power and solidarity», in *Language and social context*, ed. P. P. Giglioli, London: Penguin, 1972, pp. 252-202, (1.ª ed. em T. Sebeok, ed., *Style in Language*, Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1960, pp. 253-276); A. Y. Yamamoto, «Repertee: the use of Japanese pronouns», in *Language Sciences*, 31, 1974, pp. 33-39.

³⁶ P. Fryer e P. M. Pinheiro, *Oldest ally: A portrait of Salazar's Portugal*, London: D. Dobson, 1961.

³⁷ J. B. Jensen, «Forms of address in Brazilian Portuguese: standard european or oriental honorifics?», in *From Linguistics to Literature*, ed. B. H. Bichakjan, Amsterdam: J. Benjamins B. V., 1981, pp. 45-66.

³⁸ L. F. Lindley Cintra, *Sobre 'Formas de Tratamento' na língua portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, Coleção Horizonte, 18, 1972.

³⁹ B. Head, «Social Factors in the use of pronouns for the address in Brazilian Portuguese», in J. Schmidt-Radefeldt, ed., *Readings in Portuguese Linguistics*, Amsterdam/New York/Oxford: North-Holland Publishing, 1976, pp. 291-340.

⁴⁰ D. Maçãs, «Formas interlocutórias do diálogo no português moderno coloquial», sep. de *Biblos*, vol. XLV, Coimbra (Faculdade de Letras), 1976, pp. 153-266, H. Kroll: «Contribuições para o Estudo da Linguagem Falada em Português», sep. *RPF*, vol. XVIII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Românicos, pp. 71-101.

⁴¹ G. M. de Oliveira Silva, *Perspectiva Sociolinguística de algumas formas de tratamento no português do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977; I. R. Buchler e R. Freeze, «The distinctive features of pronominal systems», in *Anthropological Linguistics*, 3, 1966, pp. 73-105; R. W. Howell, «Linguistic status markers in Korean», in *The Kroeber Anthropological Society Papers*, 33, 1965, pp. 91-97; R. W. Howell, «Linguistic choice and levels of social change», in *American Anthropologist*, 70, 1960, pp. 553-559; S. M. Ervin-Tripp, *Sociolinguistics*, New York: Academic Press, 1969; S. M. Ervin-Tripp, «On sociolinguistic rules: alternation and co-occurrence», in *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*, eds. J. J. Gumperz e D. Hymes, New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972; J. L. Fisher, «Words for self and others in some Japanese families», in *American Anthropologist*, 66 (2), Part 2, 1964, pp. 115-126; P. Friedrich, «Structural implications of Russian pronominal usage», in *Socio-linguistics*, ed. W. Bright, The Hague: Mouton, 1966; W. H. Goodenough, «Personal names and modes of address in two oceanic societies», in *Context and meaning in cultural anthropology*, ed. M. Spiro, New York: Free Press, 1965; H. Kridalaksana, «Second participant in Indonesian address», in *Language Sciences*,

Que abordagem decidimos fazer deste problema e como nos situamos ante a sua complexidade?

Partimos de dois pressupostos:

- **primeiro**, e aqui seguimos sugestões de B. Head (1977) e J. B. Jensen (1981:45), decidimos «*to investigate the potential that exists in the language for greater subtlety of address with a multiplicity of forms and combinations*»⁴²
- **segundo**, tal complexidade e subtileza foram consideradas mais facilmente detectáveis em
 - **períodos de instabilidade** e em comportamentos socioverbiais ritualizados, além de processados em universos fechados;
 - **estruturas dialógicas** encenadas, visando, pela argumentação e pela força discursiva, a obtenção de um poder – neste caso, do poder político;
 - **situação polémica de assembleia**, onde a força da palavra e a, por vezes violenta, acção verbal orientam e condicionam debates parlamentares.

Foram aliás os acontecimentos verbais («*speech events*») que serviram para a constituição do nosso primeiro banco de dados.

Como? Estudando o fenómeno da complementação em vários tipos de estruturas e estabelecendo redes de correlações entre factores sociais e escolhas, quer de verbos superiores, quer de formas auto- e heterodesignativas ocorrentes em N_0 e N_2 , quer de expressões modalizadoras ocorrentes em N_3 . Recordamos o já afirmado: que a estrutura # x , N_0 , DIZER, N_1 , a N_2 , N_3 , y # permite (para além de representar «quem N_0 – diz – o quê N_1 – a quem N_2 – como/quando/porquê/para quê N_3 ») determinar se há, ou não, correlação entre formas lexicais, estruturas sintáctico-semânticas e certos parâmetros socioculturais.

Para atingir a finalidade proposta, recolhemos um *corpus* extenso, que foi posteriormente informatizado. Os dados (segmentos de actos de fala – oral espontâneo e algum escrito oralizado – aparecem, por vezes, extremamente ritualizados, por vezes marcados por uma enorme espontaneidade. Tais enunciados foram produzidos por actores sociais específicos (deputados), com estatutos, ou hierarquicamente predeterminados ou conseguidos, pela força das próprias intervenções, em grande variedade de situações parlamentares.

Examinaremos relações entre actores, antes de analisarmos processos discursivos, dando, antes de mais, relevo aos parâmetros **deferência e distância**.

Níveis de deferência

Em estruturas dialógicas, e seja qual for o grau ou o tipo de ritualização socioverbal, é importante a escolha da forma de tratamento, condição necessária para a aceitação social dos enunciados produzidos. Tal escolha, mesmo se pertinente, tem contudo de ser complementada por outras, de molde que haja, em todo o enunciado, um mesmo nível de deferência, ou de delicadeza, resultante da situação e das relações entre os interlocutores e os participantes envolvidos. Afirmamos portanto que a escolha da forma de tratamento quase permite prever a ocorrência de outras expressões ou de outros termos, de outras fórmulas de deferência e de delicadeza.

É que existe de facto coerência sintagmática entre os vários meios de expressão da deferência, e isto seja qual for o ponto da cadeia frásica em que ocorram. Mas qual a relação entre níveis de deferência e registos? Definindo a posição assumida, usaremos os primeiros como designação genérica, que tanto abarcará níveis de fala/registro como formas honoríficas, formas de tratamento e formas de delicadeza.

Daí a necessidade de algumas questões: se a deferência poderá definir, em compreensão, um macrossistema regulado e abrangente, deverá este ser descrito em estudos gramaticais, em estilística ou em sociolinguística?

No que respeita a línguas orientais, é possível, e talvez mais correcto, tratar o assunto em descrições gramaticais. Nessa linha, Trudgill chamou a atenção para o facto de que «*the issue of choosing one of these speech levels in Korean and Japanese cannot be evaded by not selecting an alternative as in the case of 'no-naming' in address terms, since verbs grammatically require suffixes*»⁴³. Já anos antes, Martin⁴⁴, discutindo o que designou por «categorias obrigatórias», propôs mesmo o estabelecimento de equivalências entre escolhas de níveis de fala em coreano ou japonês e as marcas categoriais de número ou de definição/indefinição no caso do artigo em inglês.

Não cremos que estes processos se possam comparar, até porque os exemplos escolhidos para o inglês apresentam menor relação com o contexto e com a situação em que os enunciados são produzidos. Não esquecemos que há, contudo, processos gramaticais (morfológicos, sintácticos...) que podem surgir como características de certos níveis de fala e como seus indicadores. Porém, a noção de registo abarca muito mais do que a simples «gramaticalidade». Abarca, por exemplo, problemas de escolha, entre variantes igualmente gramaticais, escolha condicionada pelo tipo de relação entre os participantes, pelos respectivos estatutos e pelo maior/menor formalismo, ou até pela total informalidade da situação. Acontece todavia que a designação «formal» pressupõe a ocorrência de um certo número de factores e nem sempre é fácil caracterizá-la. Strevens define-a, por contraste, a partir dos seguintes exemplos:

31, 1974, pp. 17-20; W. E. Lambert e G. R. Trucker, *Tu, vous, usted: a social-psychological study of address patterns*, Rowley, Mass.: Newbury House, 1976; S. Martin, «Speech level in Japan and Korea», in *Language in culture and society*, ed. D. Hymes, New York: Harper, Row, 1964; C. C. F. Peng, «La parole of Japanese pronouns – assisted by Junko Kagiya», in *Language Sciences*, 25, 1973, pp. 36-39; S. Poedjosedarmo, «Javanese speech levels», in *Indonesia* 6, 1968, p. 54; G. D. Prideux, *The syntax of Japanese honorifics*, The Hague: Mouton, 1970; D. I. Slobin, S. H. Miller e L. W. Porter, «Forms of address and social relations in a business organization», in *Journal of Personality and Social Psychology* 8 (3) 1968, pp. 289-293; Trâm-Bun-Dúc, *Easy Vietnamese for you*, 3.^a ed., revista, Saigon: Trung-Tín, 1964; S. A. Tyler, «Context and alternation in Koya kinship terminology», in *Directions in sociolinguistics*, eds. J. J. Gumperz e D. Hymes, New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1972, pp. 253-269; E. P. Wittermans, «Indonesian terms of address in a situation of rapid social change», in *Social forces* 46, 1967, pp. 49-51.

⁴² J. B. Jensen, «Forms of address in Brazilian Portuguese: standard-european or oriental honorifics?», in *From Linguistics to Literature*, Bichakjian, B. H. (ed.), Amsterdam: John Benjamin B.V., 1981, pp. 50-58.

⁴³ P. Trudgill, *Sociolinguistics: an Introduction*, London: Penguin, 1974, p. 109.

⁴⁴ S. Martin, «Speech level in Japan and Korea», in *Language in culture and society*, ed. D. Hymes, New York: Harper & Row, 1964, pp. 407-415.

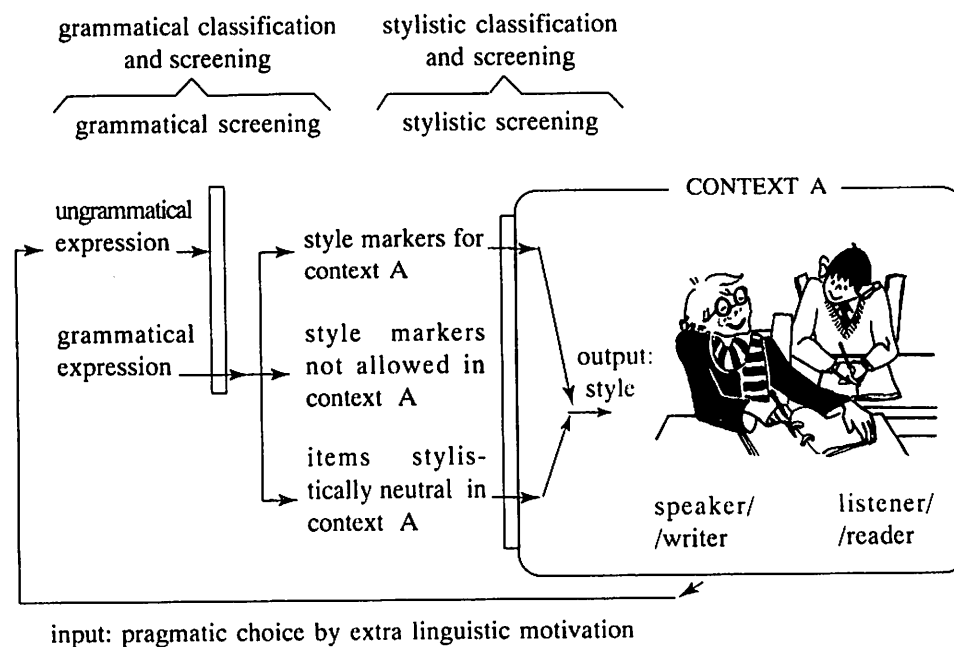
⁴⁵ P. Stevens, *Papers in language and language teaching*, London: Oxford University Press, 1965, p. 85.

STYLE ⁴⁵	UTTERANCES	TRADUÇÕES
«FROZEN»	<i>Visitors should make their way at once to the upper floor by way of the staircase</i>	<i>Os visitantes devem dirigir-se imediatamente ao andar superior, pela escada</i>
FORMAL	<i>Visitors should go up the stairs at once</i>	<i>Agora, os visitantes devem subir as escadas</i>
CONSULTATIVE	<i>Would you mind going upstairs, right away, please</i>	<i>Não se importam de subir as escadas, agora, por favor?</i>
CASUAL	<i>Time you all went upstairs, now</i>	<i>Já é tempo de subirem as escadas</i>
INTIMATE	<i>Up you go, chaps!</i>	<i>Lá p'ra cima, amigos!</i>

Vemos como as escolhas surgem determinadas por factores e formas específicas de interacção social.

⁴⁶ N. E. Enkvist, J. Spencer e M. Y. Gregory, *Linguistics and Style*, London: Oxford University Press, 1965, p. 37.

Retomemos, a propósito, o diagrama de Enkvist, em que se representa «one view of style as choice»⁴⁶.



Vemos em destaque que a opção por determinado nível de fala tem raízes em escolhas gramaticais, estilísticas e sociolinguísticas, ou até só nestas últimas, como afirmámos de início.

⁴⁷ S. Martin, *op. cit.*, p. 409.

Martin também tratou os registos como estilos⁴⁷ e P. Trudgill escreveu «*Many aspects of the social situation can contribute to decide which linguistic variety is to be employed on a particular occasion. Linguistic variants of this type can be referred to as different styles*»⁴⁸.

⁴⁸ P. Trudgill, *op. cit.*, p. 110.

Registos e estilos tornam-se assim objecto de estudo com estatuto idêntico em sociolinguística, até porque também ambos surgem condicionados pelo que Ervin-Tripp chamou regras de co-ocorrência e regras de alternância⁴⁹.

Aceite este ponto, pergunta-se: poderemos comparar, diacronicamente, registos e estilos de discurso, produzidos em identidade de contexto e de situação e por um mesmo tipo de actores sociais, embora, só muito raramente, pelos mesmos actores? Isto é, controlando ao máximo todas as outras variáveis? É o que iremos observar quando da comparação entre alguns segmentos dos discursos ocorridos em dois parlamentos.

De antemão, referimos, a reserva de Fishman: «*it is certainly not appropriate to simply apply the system of acts and events that has been determined for one speech community in the study of another without first determining its appropriateness in the second community*»⁵⁰.

Eis porque, se atentarmos em termos de função social, em toda a longa lista de estruturas de complementação onde ocorrem grande diversidade de formas de tratamento, de deferência e de delicadeza, seremos obrigados a concluir que funcionam diferentemente – é um tempo outro –, sendo os contrastes relevantes no COMO do DIZER e nas formas de interacção social codificadas linguisticamente, mas culturalmente marcadas.

Entre «Pedimos silêncio», «Pedimos aos Senhores Deputados que não interrompam», «Pedimos insistentemente aos Senhores Deputados que não interrompam», «Silêncio, por favor!», «Cala-te» ou «Cala a boca», há diferenças de nível de língua decorrentes de diferenças certamente na situação, mas também na posição relativa do sujeito enunciador que até pode ser o mesmo, embora agindo noutro momento, logo, noutra situação.

Práticas

- A. Observe dois exemplos de estilos, nas bandas desenhadas que seguem.
1. Depois de os localizar na tipologia de Strevens atrás apresentada, caracterize-os.
 2. Quais as marcas linguísticas que nelas lhe parecem relevantes, em termos de
 - universos de referências
 - autor
 - suas representações do outro
 - pressupostos, implícitos.
 3. Até que ponto a segunda banda desenhada lhe apresenta um estereótipo social? Justifique a resposta.

⁴⁹ S. M. Ervin-Tripp, «On sociolinguistic rules: alternation and co-occurrence», in *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*, eds. J. J. Gumperz e D. Hymes, New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972, pp. 213-250.

⁵⁰ J. A. Fishman, *The Sociology of language*, Rowley, Mass.: Newbury House, 1972, p. 34.

⁵¹ *Crimes em série*, 1994, col. Vampiro 564, Lisboa: Livros do Brasil, p. 31.

4. Fale-nos da importância do comportamento não verbal, nessa mesma história. Caracterize-o.

B. Temos vindo a ver a complexidade do verbal mesmo nos seus usos mais quotidianos e até num romance policial de R. Stout⁵¹:

- O que foi? Impressões digitais?
- Melhor do que impressões digitais. Estas três histórias foram escritas pela mesma pessoa.
- Ah sim? Mas não na mesma máquina de escrever. Comparei-as com uma lupa.
- Também eu. – Agitou as folhas. – Melhor que uma máquina de escrever. Uma máquina de escrever pode mudar de mãos. – Olhou para a primeira folha. – Na história de Alice Porter um personagem assevera qualquer coisa seis vezes. Na história de Simon Jacobs, oito vezes. Na história de Jane Ogilvy, sete vezes. Como sabe, quase todos os escritores de diálogos têm uma palavra ou palavras de substituição proferidas para «dizer». Quando querem uma variação para «ele disse» ou «ela disse», usam declarar, informar, comunicar, retorquir, gritar, pronunciar, confessar, murmurar, sussurar, há dúzias de palavras; e têm tendência para repetir a mesma. Consideraria uma coincidência que este homem e estas duas mulheres tivessem a mesma palavra preferida, «asseverar»?

1. Em **dizer**, encontramos um verbo que tanto é apagado, se performativo implícito, como é enfatizado, se estratégia discursiva que visa reiterar convicções pessoais. Isso acontece, por exemplo, em

Digo, e repito, que não estavam lá.

Acontece também em operadores de complementação que analisámos, a partir dos parâmetros

- . actos sociais
- . informação, adesão, decisão

quando do estudo⁵² de uma assembleia parlamentar.

A matriz construída articulava tais acontecimentos – actos, com marcas de

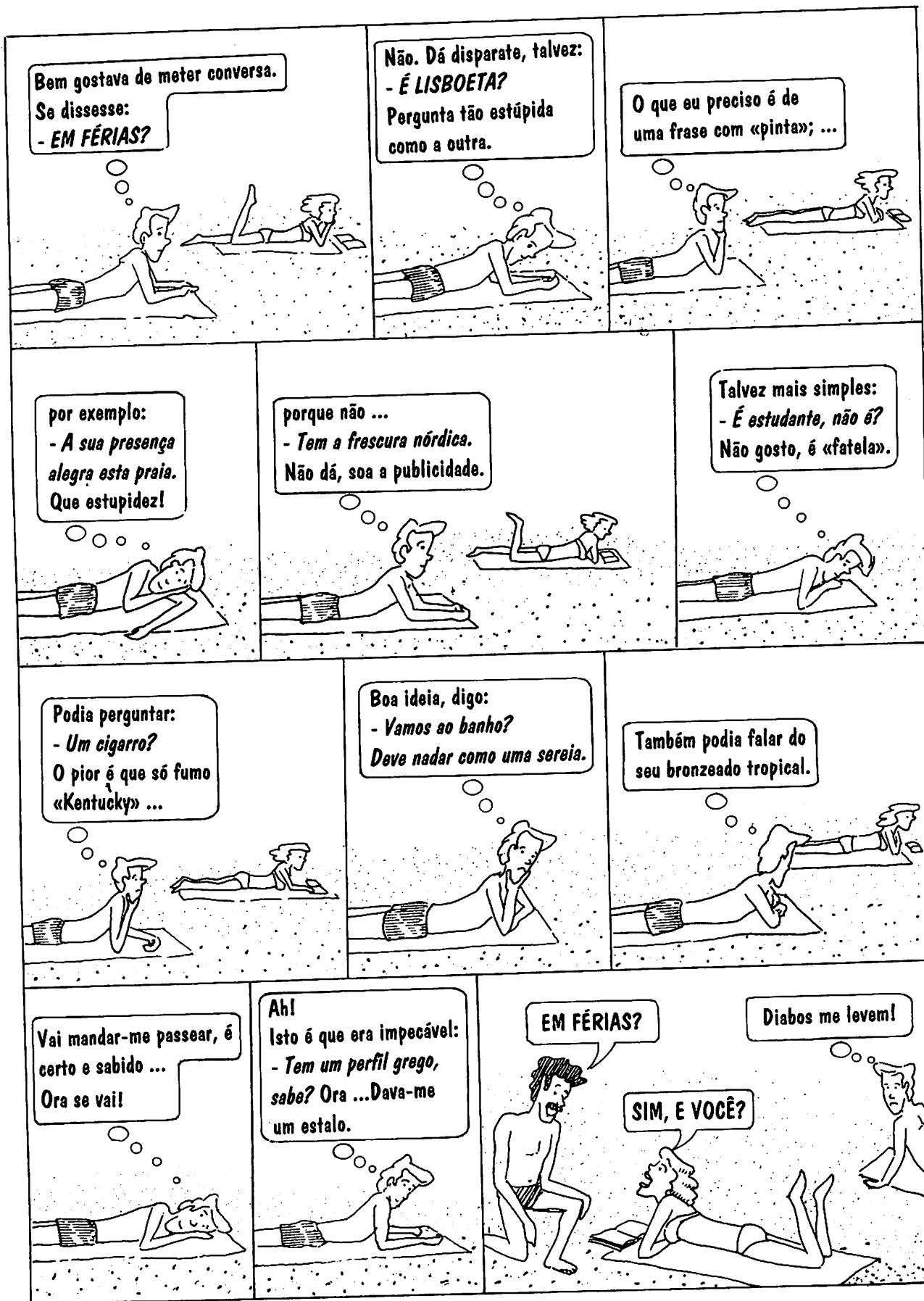
- . EU, não EU
- . EU → eu, ocorrência antecedendo o verbo + marca categorial
→ eu, apenas marca categorial

⁵² M. E. Ricardo Marques, *op.cit.*, vol II, pp. 161-171.

Agora, vai trabalhar o texto que segue (1.1) e, depois, observar, analisar e interpretar os levantamentos – síntese (1.2)

- . genérico
- . específico

que lhe são a seguir apresentados.



Bem gostava de meter conversa.
Se dissesse:
- **EM FÉRIAS?**

Não. Dá disparate, talvez:
- **É LISBOETA?**
Pergunta tão estúpida como a outra.

O que eu preciso é de uma frase com «pinta»; ...

por exemplo:
- **A sua presença alega esta praia. Que estupidez!**

porque não ...
- **Tem a frescura nórdica. Não dá, soa a publicidade.**

Talvez mais simples:
- **É estudante, não é? Não gosto, é «fatela».**

Podia perguntar:
- **Um cigarro? O pior é que só fumo «Kentucky» ...**

Boa ideia, digo:
- **Vamos ao banho? Deve nadar como uma sereia.**

Também podia falar do seu bronzado tropical.

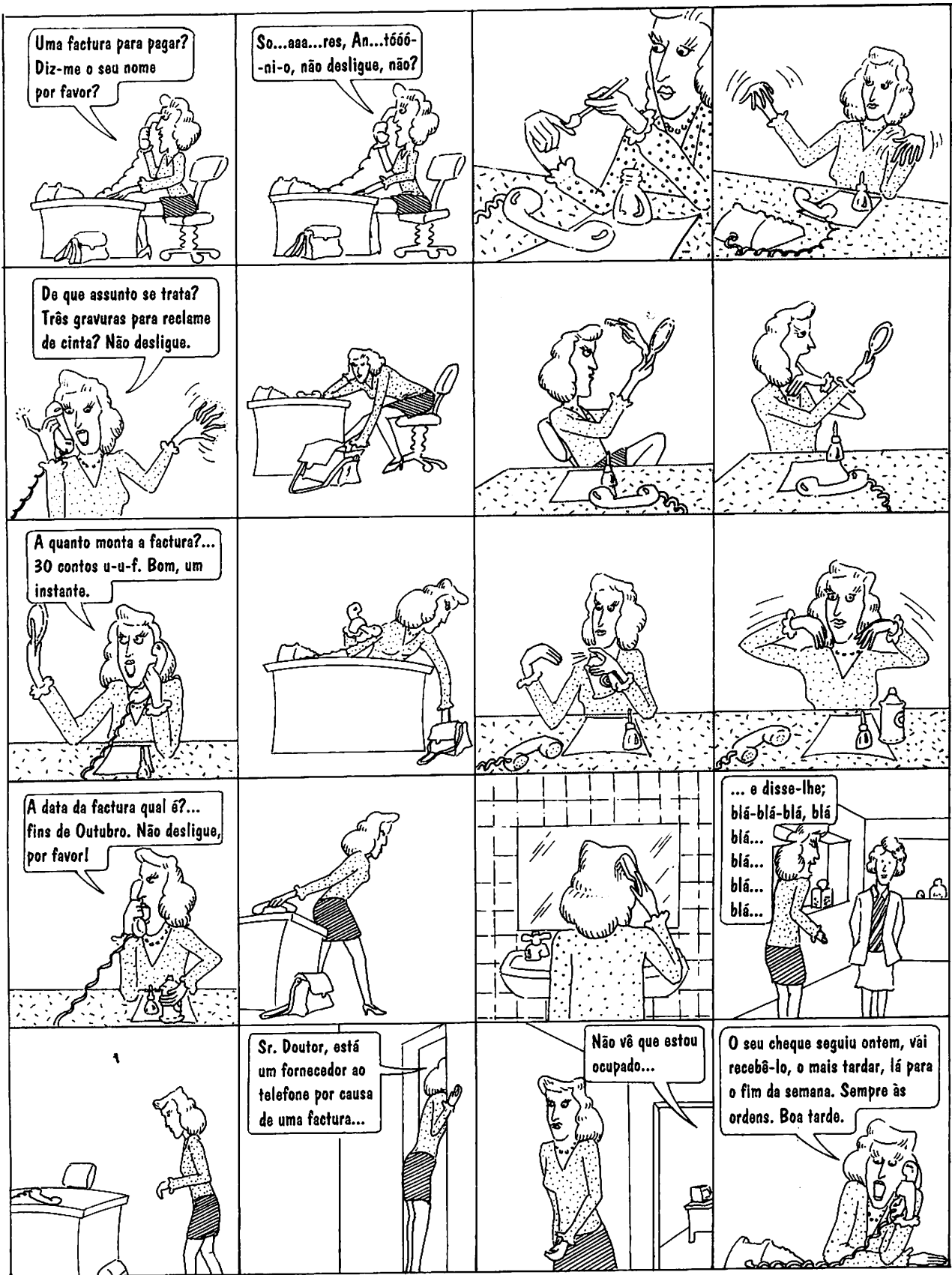
Vai mandar-me passear, é certo e sabido ...
Ora se vai!

Ah!
Isto é que era impecável:
- **Tem um perfil grego, sabe? Ora ... Dava-me um estalo.**

EM FÉRIAS?

SIM, E VOCÊ?

Diabos me levem!



Leituras complementares

1. RITUAIS PARLAMENTARES: ESTUDO LEXICOMÉTRICO

Maria Emília Ricardo Marques
Universidade Nova de Lisboa
Universidade Aberta

Em «Os ismos da década», Paulo Portas (Independente, 29-12-89; IV-2) falando dos anos 80, escreve que esse período «significou o eclipse de uma utopia constitucional»: utópica no complexo sócio-político-económico e cultural que a enformava, utópica no desejo de caminhar em determinado contexto geopolítico para uma sociedade socialista, fraterna, perfeita, harmoniosa.

A utopia então declarada apagada, tinha sido vivida e remontava a poucos anos atrás. Remontava a 74, àquele Abril em que, por momentos, a palavra irrompeu livre, fraterna, igual. Irrompeu, dado o abrupto da mutação. E a ruptura então produzida criou vida em contextos que se desmoronavam, destruí símbolos e mitos esvaziados já, rasgou espaços, aproximou tempos de «ukronia». Um desses espaços foi a Assembleia constituinte, que, na minha investigação, tem vindo a ser objecto de diversos tipos de explorações comunicacionais.

Por se tratar de um «corpus» contável e delimitável, no tempo e no espaço, tornou-se mais fácil a investigação da trama discursiva que o consubstancia. Nela se desenham condutas e comportamentos interactivos, marcados pela relação monumento histórico, sociedade, cultura, linguagem.

O modelo descritivo por que optámos visa uma aproximação correlacional de fenómenos, tendo como objectivo a descrição de um conjunto de «conduites linguistiques collectives, caractérisant les groupes sociaux, dans la mesure où elles se différencient et entrent en contraste dans la même communauté linguistique globale» (1).

Partimos portanto de hipóteses de co-variância entre uma produção verbal marcada por traços distintivos dominantes, de grupos económicos, políticos, sociais, culturais ou de indivíduos e pela especificidade, quer de um contexto geopolítico, quer de certas situações socioculturais e institucionais.

Inserimo-nos assim no caminho aberto pelos estudos de variabilidade, sobretudo se incidentes na articulação de microestruturas de formas linguísticas (Labov), com comportamentos verbais de interacção que ocorrem em acontecimentos comunicativos-tipo, característicos de certas «comunidades de fala» (Gumperz, Hymes).

O estudo da variação incide, por isso, num mecanismo duplo, assente, por um lado, em maior ou menor grau na determinação contextual de certos fenómenos linguísticos (ex. «deixis» social); decorrente, por outro, do papel dessa mesma linguagem, como convenção e como rito, no quotidiano social.

Para descrever essa variação, limitar-nos-emos ao estudo de UM tipo de segmentos verbais, num contexto institucional específico, Assembleia Constituinte, e num tipo de situação dialógica marcada pelo traço debate parlamentar. Temos, portanto, um enquadramento, (setting+scene) estrutura pluri-partidária localizada, onde aconteceram alguns tipos, determinados, de situações de interação verbal.

A situação, como linha de força, apresentou-se susceptível de orientar duas análises:

- uma, *externa* - enquadramento socio-histórico e espaço-temporal da comunicação, que abre hipóteses de descrições extrinsecamente marcadas;
- outra, *interna* - enquadramento momentâneo, pontual convergência de condicionalismos circunstanciais que, enraizando-se no «factor humano» (G. Greene) despoletam no(s) interlocutores(s) produções verbais por vezes inesperadas.

Entre as formulações discursivas mais rotineiras e automáticas, surgem certas frases em que o sujeito enunciativo começa a intervenção caracterizando, através dessas palavras iniciais, aquilo que seguidamente vai expôr. Pode indicar-nos, por exemplo, que o dito será o que pensa, o que sente, o que promete, o que espera ou o que imagina, o que sonhe ou o que recusa. Trata-se por conseguinte de um tipo de comportamento verbal padronizado, extremamente frequente. O acto assim produzido adquire, em virtude da frase superior anteposta, força diferente, mesmo se o verbo enunciado nessa frase mais alta não é performativo - isto é, se ele, por si próprio, não realiza a acção que refere.

Exemplo: *Repito* que não

Foi sobre esta classe de verbos que trabalhámos, tal como sobre a dos chamados performativos, de que damos como exemplo

Prometo que não.

ou

Juro que não.

Segmentos como PROMETO ou JURO, por realizarem o acto enunciado, ao serem ditos na primeira pessoa, reflectem diferentes compromissos de EU ante OUTREM, tanto quanto espelham, por um lado, na frase mais alta, «l'idée regardante» (2) (universo linguístico de modalidade ilocutória); por outro, na frase encaixada, «l'idée regardée» (universo referencial definido no argumento frase).

Quer na frase mais alta, quer na frase encaixada, verificam-se variações estilísticas que modulam a força ilocutória do DITO, que reflectem diferenças nas estratégias discursivas e que apresentam vestígios da relação sujeito enunciadador-enunciado.

Estas diferenças são resultantes, por exemplo, de atitudes do sujeito enunciadador

(apreciação, reacção...), atitudes tomadas em relação a conteúdos informativos decodificáveis a partir da frase superior: a — SABER — A frase superior indica participantes dominantes e demarca-lhes espaços e distâncias. Informa sobre «contratos» socioverbais, revela encenações discursivas, define percursos de alteridade.

Encaramos o sujeito enunciador como parâmetro «estável», cuja função se define pelo «processus de distinction des modes de communication, ou bien à l'intérieur du soi, ou bien entre le soi et les autres» (3).

A partir de uma diferenciação de modos de comunicação em situação de debate parlamentar, inferimos um esboço de processo constituinte, processo polémico, estruturado a partir de três vectores: Informação, Adesão, Decisão. Partimos assim de uma MACRO-TIPOLOGIA de ACTOS de fala ocorrentes num tipo específico de segmentos: as já referidas frases superiores.

Estes segmentos foram, de facto, voluntária e artificialmente isolados, funcionando todavia como valores referenciais, como marcas de códigos restritos e, sobretudo, como sintomas de relações polarizadas no sujeito enunciador. Lembre-se... que qualquer processo de comunicação interactiva não é feito do somatório de *n* actos de fala sequenciais. Trata-se antes de um processo não linear, estocástico, função de efeitos produzidos por conjuntos não-determinados de micro-sequências, por atitudes e por comportamentos, por papéis relacionais, aceites ou contestados, e mesmo por *n* factores não detectáveis.

Da análise dos observáveis linguísticos recolhidos, partiu-se pois para um esboço da macro-situação Assembleia Constituinte. Foi, portanto, aquele que escolhemos como ponto de partida para a reconstrução sociosemântica deste processo dialógico.

1. Considerámos *AC* um processo dialógico «polifónico» (D. Maingueneau) marcado por forte coerência textual: a que resulta, por um lado de um projecto político global utópico: o do consenso entre as forças partidárias em presença; por outro, a que vertebra cada sonho, utopia partidária.

A riqueza do vocabulário, a complexidade e a densidade frásicas, tanto quanto a extensão dos períodos, marcaram aí mais o monólogo do que o diálogo. «La longueur de la phrase augmente quand le style devient plus ample et moins percutant; elle est liée à l'intensité des événements politiques» (4).

E se as vivências políticas foram violentas, violento teve necessariamente de ser o debate parlamentar, a teatralização do discurso, tal como outros fenómenos enunciativos. Poderemos mesmo perguntar: o pressupor-se uma situação de debate, não será já em si utópico? Sobretudo num quadro espaço-temporal onde se fala «não para dizer alguma coisa», mas para «obter determinado efeito» (5)? Num quadro socio-institucional, onde os rituais se minimizam, porque quebrados os antigos contratos «par lesquels les partenaires se trouv(-aient) liés. (...Ces partenaires qui auraient du être) à ces places définies par avance, (d'où...) l'on parle avant d'avoir parlé» (6)?

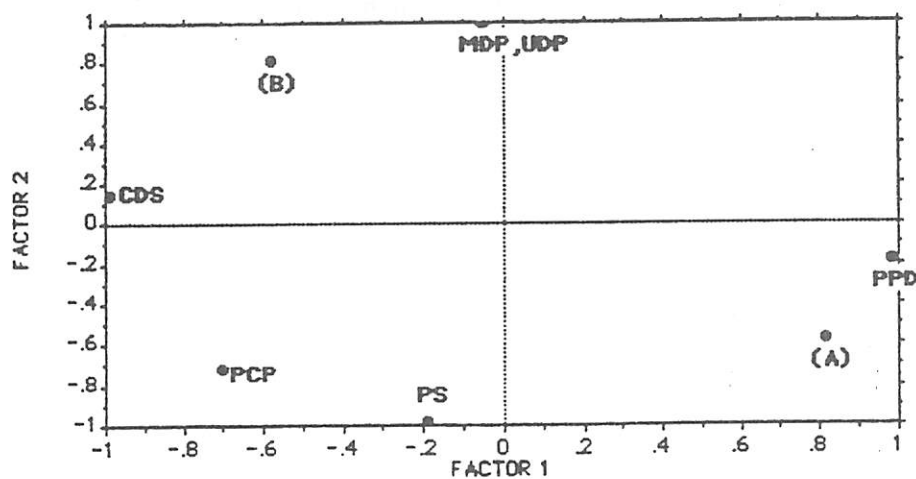
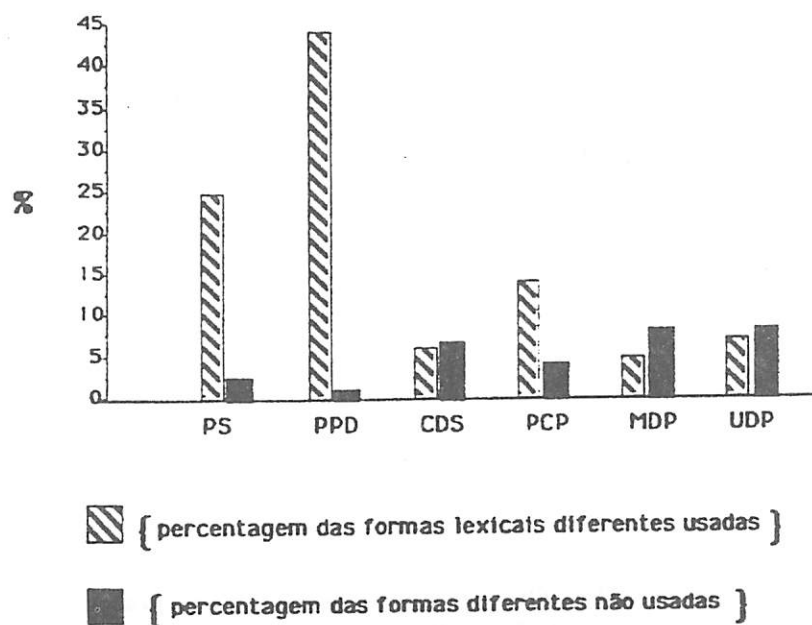
Nas intervenções da Constituinte vemos desenhar-se uma relação dominante, a que articula o dito com aquele que diz, agente da acção verbal, enunciador, mas também sujeito do enunciado. Desenha-se assim, com alto grau de coesão, a relação su-

jeito do enunciado — predicado. Com efeito, no estudo de 170 verbos que operam sobre 1104 argumentos — frase e 724 formas diferentes, isolámos dois tipos de conjuntos.

No primeiro, definido a partir do descritor formas lexicais diferentes ocorrentes na totalidade do corpus, demarcámos, em função de cada partido, dois subconjuntos

- A = [formas que o partido usou]
 B = [formas que não usou]

Ei-las sob forma de gráfico.



INTERPRETAÇÃO

De acordo com o FACTOR 1 verifica-se que:

- existe uma oposição acentuada entre PPD e CDS;
- o conjunto de formas lexicais diferentes usadas (A) predomina no PPD;
- o conjunto (A) também predomina, em menor escala do que no PPD, no PS e PCP;

De acordo com o FACTOR 2 verifica-se que:

- existe uma oposição acentuada entre o PS e o MDP/UDP;
- o conjunto de formas lexicais diferentes não usadas (B) predomina no MDP e UDP e com menor importância no CDS;
- o conjunto (B) não é relevante no caso do PCP, PS e PPD:

A outra proposta de estruturação baseia-se na forma assumida pelo sujeito enunciado. Com efeito, a partir dela isolámos dois macroconjuntos de formas sujeito:

formas / \sim EU/ - freq. 809: 73,28%

formas / EU/ - freq. 295: 26,72%

Com um e outro conjunto, articulámos três grandes classes de predicadores definidos como

./INFORMAÇÃO/

./ADESÃO/

./DECISÃO/

I: pedida, dada ou negada

A: solicitada, conseguida recusada

D: respostas, positiva ou negativa, a pedido, mais ou menos, formal.

Por análise factorial verificou-se, para além da oposição já constatada entre a variável / \sim EU/ e a variável / EU/, que os indivíduos A (adesão) e D (decisão) têm comportamentos opostos ao do indivíduo I (informação). Assim, A e D são marcados, ambos por / \sim EU/, sendo D (decisão) o indivíduo que apresenta um maior acentuar desta característica e tendo o indivíduo A (adesão) um comportamento quase intermédio. Em contraste, o indivíduo I - aparentemente anódina informação (pedida, dada ou negada, até se argumentativa de «per se») é dominado por / EU/.

E, embora Mestre Rodrigues Lapa escrevesse «(...) eu inculca importância pessoal, por vezes vaidade e orgulho (...)», pomos outra hipótese, partindo até, e ainda,

do texto do próprio Rodrigues Lapa, como o veremos mais tarde. Este conjunto de verbos superiores foi estruturado na tipologia **Informação, Adesão, Decisão**, tipologia que reflecte momentos no desenrolar do ritual de uma qualquer assembleia. Organizámo-la a partir de uma oposição

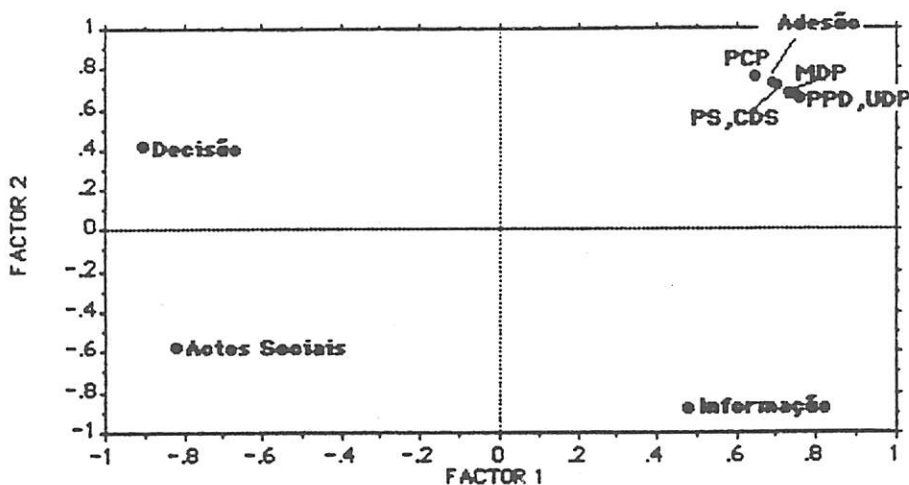
(+ deferência topicalizada) vs (- deferência topicalizada)

o que levou ao estabelecimento de uma categoria zero — ACTOS SOCIAIS, segundo a designação dos «níveis-limíares» (C.C.C. — Conselho da Europa).

Os descritores utilizados permitiram opôr momentos abstractos consubstanciados (nos arquilexemas) já referidos (I,A,D) às unidades constituintes de uma estrutura paradigmática primária (Coseriu).

Vejamos agora como se define, para cada partido, a legislatura constituinte.

Em termos de actos sociais, e no citado tipo de frases, só aparecem marcas no discurso da UDP (2%) e no do PPD, mínima aliás, 0.314% das intervenções produzidas.

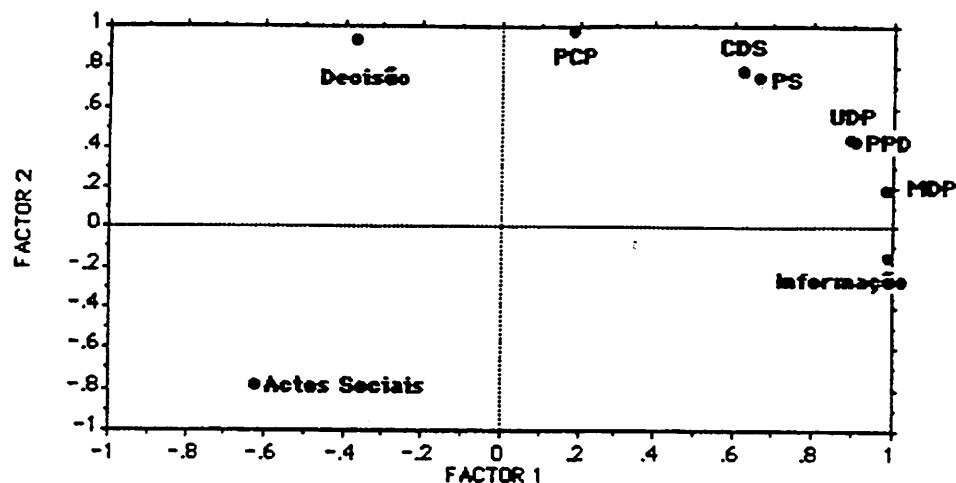


Verificamos uma nuvem nítida, polarizada em **Adesão** e abarcando todos os partidos em análise, em cujos discursos, dominam mecanismos persuadores/dissuasores - facto que acontece durante todo o percurso parlamentar.

Decisão, Actos Sociais e Informação quase não marcam o discurso constituinte. Aliás, comparando estes três conjuntos, verifica-se ser **Actos Sociais** o menos importante — veja-se a sua posição no sistema. Aliás, quer se analise o **FACTOR 1**, quer o **FACTOR 2**, constata-se que este conjunto se situa na zona oposta à da nuvem.

Porque o conjunto marcado por **adesão** dominou a totalidade dos partidos em estudo, decidemos fazer uma análise incidente apenas nos conjuntos **Actos Sociais, Informação, Decisão**.

Ei-la:



INTERPRETAÇÃO:

De acordo com o FACTOR 1 verifica-se que:

- este factor é dominado por UDP, PPD e MDP e pelo descritor **In-
formação**; pelo que se conclui ser a informação o traço que distingue
o discurso destes três partidos;
- todos os outros partidos e grupos vão ter de ser analisados no segundo
factor.

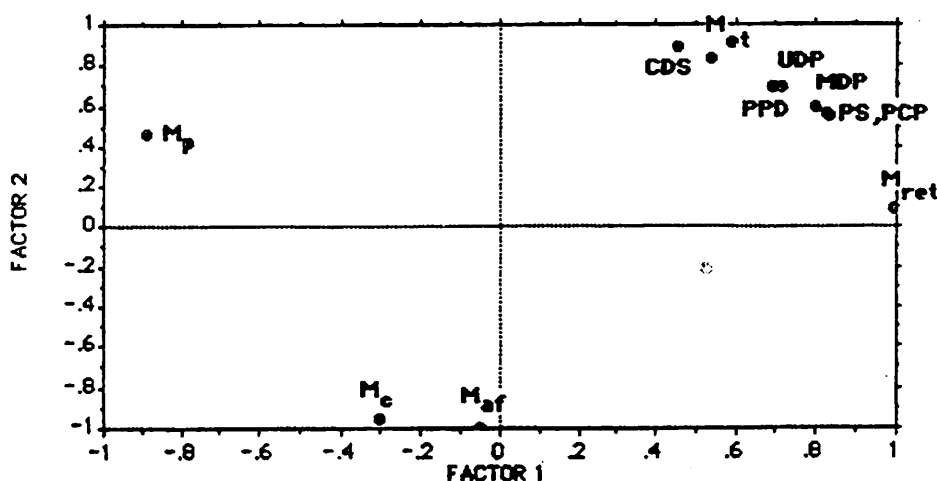
De acordo com o FACTOR 2 assinala-se que:

- **Decisão** marca o discurso dos partidos PS, CDS e PCP;
- **Actos Sociais** não tem presença significativa em nenhum dos partidos.

Para analisar este conjunto, partimos da correlação entre partidos e mecanismos supostos produtores de adesão. Assim entre os verbos enunciados, isolaram-se os seguintes subconjuntos:

mecanismos afectivos (Maf)
mecanismos perceptivos (Mp)
mecanismos cognitivos (Mc)
mecanismos éticos (Met)
mecanismos retóricos (Mret).

Vamos ver agora a sua distribuição em relação com os partidos que os utilizaram.



Segundo o FACTOR 1 verifica-se que:

- existe uma nuvem formada pelos partidos UDP, PPD, MDP, PS e PCP;
- dentro do grupo Adesão, que está a ser analisado, são os Mecanismos Retóricos (Mret) que mais marcam o discurso dos partidos políticos referidos;
- os Mecanismos Perceptivos (Mp) são os que menos distinguem as estratégias discursivas de cada um.

De acordo com o FACTOR 2 assinala-se que:

- o CDS domina este factor, tanto como os Mecanismos Éticos (Met), os Mecanismos Afectivos (Maf) e os Mecanismos Cognitivos (Mc);
- o discurso do CDS distingue-se pela marca Mecanismos Éticos (Met), o que se verifica na proximidade entre eles no sistema de eixos;
- dado que os Mecanismos Afectivos (Maf) e Mecanismos Cognitivos (Mc) se encontram na zona oposta ao CDS, lendo em função do FACTOR 2, conclui-se que Mc e Maf pouco marcam o discurso deste partido.
- os Mecanismos Éticos constituem assim, tal como a ausência dos outros, o traço distintivo dos verbos que ocorrem nas frases superiores produzidas por aquele partido.

Em contraste com este campo, o mais pobre, para além dos Actos Sociais é, de facto, o da decisão. Discutiu-se, tentou-se persuadir-dissuadir, forçou-se a aceitação de projectos partidários, mas as decisões de grupo foram difíceis e, estilisticamente pobres. A apresentação não formal domina a sua estruturação, tal como o facto de

só as respostas positivas aparecerem enunciadas de acordo com o ritual parlamentar (aprovar, autorizar, consentir,...), sobretudo no PCP e na UDP.

2. Não consideramos a tipologia apresentada como a única possível. Revela contudo a utopia de um consenso, mesmo se este tivesse tido de incidir, apenas, em questões de regimento parlamentar ou de faseamento no evoluir dos trabalhos. A heterogeneidade estrutural resultou ainda como já referimos da irrupção de EU, sujeito dominante no enunciado, o que acarretou o surto de «sentimentos de paixão e violência», «descabidos e até comprometedores», para usar as palavras de Rodrigues Lapa ao falar deste pronome pessoal; para nós, aliás, essa dominância de EU foi sintoma de mudança nos debates parlamentares, sintoma de transformação em sistemas de valores e de quadros de referência.

Através de qualquer uma das formações partidárias foi o indivíduo que se impôs e definiu, abrindo alterações, estabelecendo fronteiras de alteridade, propondo projectos em alternância. Foi o indivíduo, que explicitamente enfatizou a auto-designação, reduziu a papel incipiente um dizer partidário, e muito pouco declarado como tal, ou a tentativa explicitada de conclusões consensuais.

Utopia foi começar por sonhar tais consensos e por postular unanimidade impossível até mesmo um resultado equilibrado. Impossível mesmo no caso de comportamentos verbais fortemente ritualizados, regulados até por rotinas e por mecanismos idênticos.

Contudo, mesmo neste «corpus», já se localizaram zonas de fórmulas padronizadas comuns ou de comportamentos verbais específicos a um, ou outro, partido quando da análise dos momentos de Informação, Adesão, Decisão, em Assembleia.

Mas procurava-se a adesão de quem? Não certamente a de outro parlamentar, mas a dos presentes nas galerias, tal como a de um povo atento que seguia a reforma constitucional «das instituições, dos homens e dos costumes», de um povo que julgava estar para chegar o estado comunitário ideal, o mundo da sociedade mais justa e da harmonia perfeita.

Utopia de uns e de outros, mas minha também. Minha ao esperar que as tramas verbais desenhadas num conjunto fechado de intervenções, conjunto datado e situado, levassem à definição de usos enraizados num número afinal reduzido de variáveis sociais e históricas.

Utopia, minha, foi ainda crer que tais tramas permitiriam aperceber sistemas simbólicos filtrados por confrontos culturais, sociais, económicos e políticos, sistemas que marcaram códigos, práticas, individuais, de grupo ou colectivas.

Utopia, construí-a de novo ao tentar passar de uma abordagem semiótica a uma perspectiva semântica, o que implica a aproximação da intersubjectividade própria ao universo do discurso e ao mundo da enunciação, melhor, ao mundo «des énonciations énoncées» (7), ou seja, o dos enunciados finitos que EU domina, EU sujeito gramatical, sujeito enunciador, sujeito comunicante.

Utopia, enfim, o continuar um caminho sempre questionado e sempre corrigido, o da delimitação sistémica de núcleos estruturados (estruturantes embora também)

de práticas verbais socioculturalmente marcadas. Através desses núcleos («habitus», na terminologia de Bourdieu), propomo-nos diagnosticar — explicar se possível — certas tendências para a variação e mesmo para a variação utópica. A utopia não está em declínio quando é viva a prática utópica, e quando constatamos que ela corresponde ao enraizamento de uma micro-sociedade artificialmente construída, quase mágica na sua formação, e no seu funcionamento em tempo e espaço limitados, próprios e, como tal polarizadores dominantes no e do todo nacional. A Assembleia constituinte foi de facto e por momentos essa ilha, um lugar e um tempo de sonho e de luta entre quimeras. Daí que, citando A. Kolnai, a articulemos com o espírito utópico, traço psicológico vivo que transparece «dans la tendance à assujettir la réalité du monde donné à un schéma de perfection fermé sur soi, pensé «en vase clos» (étailleurs), nettement détaché des expériences de valeur qu'a éprouvées et que connaît l'homme, mais qui offre une satisfaction particulière tant émotive et poétique que intellectuelle» (8).

A última utopia seria assim a tentativa de especificar a natureza daquela dimensão, precisando os mecanismos psicolinguísticos que, em determinado processo parlamentar constituinte, engendraram interações comunicativas utópicas, porque EU as dominou, EU forma que abre uma auto-referência plural, EU, agente de persuasão/dissuasão, mas que em vez de visar o(s) interlocutor(es) próximo(s), tinha como objectivo doutrinar e convencer a totalidade de um país.

Notas:

- (1) J.B. Marcellesi e B. Gardin - *Introduction à la sociolinguistique*. Paris: Larousse, 1974, p.15.
- (2) G. Guillaume - *Leçon du 7 avril 1949*. Série A, p.205.
- (3) G. Bateson - *Vers une écologie de l'esprit, 2*. Paris: éd. de Minuit, 1977, p.58.
- (4) J.M. Cotteret et alii - *Giscard d'Estaing-Mitterrand: 54 774 mots pour convaincre*. Paris: PUF, 1976, p.124.
- (5) R.G. Gettel - *Political Science*. Boston: Gin and Company, 1933, p.97.
- (6) P. Charaudeau - Rituel socio-langagier et mise-en-scène du discours des média. IN *Comunicação de Massas e Ensino a Distância*. Lisboa: IPED-ME, 1982, pp.52-3.
- (7) T. Todorov - Problèmes de l'énonciation. *Langages* 17. Paris: Larousse, 1970, p.5.
- (8) A. Kolnai - La mentalité utopienne. In *La table ronde* n.º 153, 1960, p.139.

**2. DISCURSO CONSTITUINTE. OPERADORES DE COMPLEMENTAÇÃO
E MARCAS DE EU**

	Σ	~EU ¹⁾	EU	eu	*eu ²⁾
0. ACTOS SOCIAIS	9	6	3	-	3
1. INFORMAÇÃO	117	68	49	15	34
1.1 <i>pedida</i>	18	3	15	3	12
1.2 <i>conhecida</i>	78	50	28	11	17
<i>ñ conhecida</i>	9	8	1	-	1
1.3 <i>dada</i>	9	6	3	-	3
<i>ñ dada</i>	3	1	2	1	1
2. ADESÃO	829	609	220	92	128
2.1 <i>operações e processos cog- nitivos</i>	37	29	8	4	4
2.2 <i>acções/reacções emotivas</i>	31	18	13	4	9
2.3 <i>constatação de evidências</i>	55	45	10	5	5
2.4 <i>orientações perceptivas</i>	23	20	3	1	2
2.5 <i>convicções pessoais</i>	317	230	87	40	47
2.6 <i>compromissos públicos</i>	28	25	3	-	3
2.7 <i>opiniões</i>	244	161	83	33	50
2.8 <i>acções sugeridas/impostas</i>	94	81	13	5	8
3. DECISÃO	149	126	23	9	14
3.1 <i>apresentação</i>	64	46	18	7	11
3.2 <i>resposta</i>	85	80	5	2	3

1) Não-eu, em posição SU.

2) Só o verbo apresenta marca categorial da 1.ª pessoa do singular.

2. O sistema das formas de tratamento

Objectivos de aprendizagem

Propor uma estruturação para as formas de tratamento¹, de molde a fornecer-lhe ferramentas que permitam inferir, em determinado espaço discursivo, o macrosistema que nelas se reflecte, ou os subsistemas que aí se cruzam.

¹ J. B. Jensen, «Forms of address in Brazilian Portuguese: standard european or oriental honorifics?», in *From Linguistics to Literature*, Bichakjian, B. V. (ed.), Amsterdam: John Benjamin B. V., 1931, pp. 56 e 53.

Auto- e hetero-referência

De entre as formas linguísticas utilizadas em situação de auto- ou hetero-referência, destacam-se as seguintes:

A. Formas pronominais

O termo *pronome* é utilizado aqui por ser o mais conveniente para designar determinada categoria gramatical. Aliás, como veremos, uma análise sociolinguística mostra que a questão do pronome é muito mais complexa do que o admite a literatura linguística tradicional.

Com efeito, em muitos estudos gramaticais, os pronomes são encarados como substitutos do nome. Ora esta afirmação é sobretudo válida no que respeita à forma pronominal da terceira pessoa: ele(-a), eles(-as). No caso da segunda, ou de formas de cortesia que obrigam à terceira pessoa do verbo, os pronomes não podem ser encarados apenas como substitutos, isto, numa perspectiva sociolinguística, até porque a sua ocorrência e distribuição se encontra limitada pelo sistema de relações entre os participantes. E serão estas que determinarão as relações discursivas, que obrigarão até a pronominalizar sintagmas nominais sujeitos de frase, em casos como «*Sr. Deputado, poderá o Senhor Deputado explicar-nos o que realmente aconteceu?*» Com efeito, se não se aceitasse, primeiro, a pronominalização do vocativo, e, depois, o facto de o sintagma nominal sujeito denotar uma mesma terceira pessoa, estabelecendo-se assim uma co-referência, a frase seria agramatical.

Verificamos, pois, haver diferenças entre as formas que os gramáticos designam como pronominais e as que assim se designam em sociolinguística e que permitem incluir certas formas de tratamento ocorrentes, por exemplo, no discurso parlamentar, como veremos. Refira-se aqui a investigação de Deslile² correlatando problemas de pronominalização e de análise do discurso.

² G. L. Deslile, *Discourse and backward pronominalization: preliminary version*, Mimeo. Indiana University Club, 1975.

1. Primeira pessoa

Englobamos, nas formas de tratamento, tanto a auto- como a hetero-referência, porque a relação entre elas permite precisar tipos específicos de interacção social. Fazemo-lo também porque é importante distinguir na diversidade da auto-referência formas como **eu**, **nós**, **a gente**, etc., o que, aliás, tem implicações quando da escolha da(-s) forma(-s), ou de designação do(-s) outro(-s), do próprio verbo superior de complementação ou mesmo da estrutura da própria completiva – fenómenos que abordaremos mais tarde.

Como descritores, e para além da oposição singular – plural, usámos as categorias seguintes, qualquer delas abrindo um *continuum* e, isto, dentro dos limites máximo e mínimo:

(Ø / ± majestático), (Ø / ± comum), (Ø / ± neutro), (Ø / ± humilde)

A categoria «humilde» foi criada para aquelas situações em que o locutor honra, ou mostra particular deferência, para com o(-s) interlocutor(-es).

Existem, aliás, restrições fortes na co-ocorrência de formas de tratamento, auto- e hetero-referenciais, e de outras formas linguísticas de deferência. Temos, portanto, como hipótese, que as escolhas são determinadas por componentes extralinguísticos, socioculturais, que obrigam a níveis específicos de deferência. Para além deles, existem outros condicionamentos, como veremos, mas, em observação geral, apenas destacamos, por agora,

- o modo como a primeira pessoa vai ser usada em várias situações e contextos no decorrer de uma legislatura parlamentar:
- a problemática das formas da primeira pessoa do plural.

Atentemos neste caso, típico do discurso que nos propomos estudar. A questão levanta-se, em princípio, quando existe um estatuto significativo de disparidade entre os membros de uma qualquer assembleia. Acontece que, nestas, embora alguns sejam «primeiros, entre iguais», o seu número é reduzido. Portanto, só o presidente da mesa, ou o líder de um grupo parlamentar, de uma fracção ou de um grupo mais geral ou abstracto, poderia usar o *nós* inclusivo. Este ocorre ainda com a acepção de *nós* – deputados, *nós* – esquerda, *nós* – povo.

Acontece ainda que, nos tipos de discurso que vão ocorrer na Assembleia Constituinte, a forma apenas majestática produz algum desconforto, até porque muitas vezes denotadora de posição distanciada em momentos de conflito. Exceptuam-se aqui, como é natural, as formas que ocorrem em certos escritos oralizados, com fortes marcas de ritos jurídicos, por exemplo; ou aquelas em que, voluntariamente, apenas se quer atenuar o grau de implicação – responsabilização em alguns actos. Acontece contudo que, neste caso, nunca são estas as formas mais frequentes.

2. Segunda pessoa

Dentro do padrão indo-europeu $T \rightarrow V$ seríamos obrigados a considerar aqui apenas as formas

tu – segunda pessoa, singular

vós – segunda pessoa, plural

Acontece porém que, dado o quase desaparecimento de *vós*, excepto em tipos muito específicos de discurso (religioso e oratório, por exemplo), as formas que o uso revela como pólos comunicativos opostos a *tu*, são *você* e o *senhor* (seja este embora uma forma nominal), o que complexifica, e destrói, na prática, o referido padrão. Teríamos assim como formas de interlocução, para além do «par vocabular» *EU – TU*, as correlações *EU – VOCÊ(-s)* e *EU – O SENHOR (-a, -es, -as)*, correlações estas portadoras de significações diferenciais, estabelecidas portanto por regras sociolinguísticas.

A proposta resulta do facto de, em português, este tipo de pronomes não ser mero substituto do nome; e do facto de o seu uso ter de ser compreendido, não apenas no âmbito do conceito gramatical tradicional de «pessoa», mas a partir

de conceitos reflexos de interação, de títulos e de formas de distância comunicativa, de fórmulas/formas de deferência e de delicadeza, decorrentes de vários tipos de situações sociais. Assim, de um ponto de vista sociolinguístico, os pronomes da primeira e da segunda pessoa (e lembramos que o uso feito, neste âmbito, da designação tradicional é, aqui, simplesmente operatório) não funcionam tanto como pronomes – substitutos do nome, mas como meios linguísticos de que o sujeito enunciador dispõe para exprimir a relação social e certos tipos enunciativos que demarcam determinado espaço entre o EU que enuncia e o(-s) respectivo(-s) interlocutor(-es).

O par EU – TU aponta para usos que nos propomos designar por recíprocos, independentemente da existência, ou não, de traços adicionais de solidariedade. Um uso recíproco implica relações de simetria (idade, estatuto...), situações informais, e algumas mais formais, por vezes assimétricas (+ → -) – abstracção feita de efeitos pontuais de moda, de extracto social ou de marcas tanto idiolectais como sociopolíticas.

Os pares EU-TU, EU-VOCÊ e EU-O SENHOR representam com frequência usos assimétricos: + → - e - → +. Note-se todavia que EU → O SENHOR é uma forma de delicadeza que pode designar qualquer adulto e que EU → TU ou EU → VOCÊ raramente ocorrem naqueles casos em que um locutor, com menor estatuto, se dirige a, refere alguém com estatuto superior ou alguém mais velho. Esta é sim uma relação diádica que reflecte muitas vezes relações de solidariedade, conceito que definiremos, no caso que nos ocupa, como pertença a um grupo social específico. Daí que, por vezes, este factor apenas apague diferenças etárias, mas não, num mesmo grupo, as de estatuto social ou hierárquico.

Como hipóteses gerais refira-se apenas, aqui, que idade e pertença a determinado conjunto (logo solidariedade de classe/grupo) vão marcar, de modo complexo, as escolhas pronominais numa díade. Referimos ainda que, num longo processo multirelacional como o da Assembleia Constituinte, por exemplo, se nota a transformação das relações formais automáticas do princípio dos debates, porque se trata de adultos com igual *status*, em formas de tratamento simétricas e recíprocas, nalguns casos até com certo grau de intimidade ou de familiaridade.

Aliás, em geral, os usos assimétricos, ou se enraízam logo em situações iniciais de dominância, ou resultam de transformações no desenvolvimento temporal de um processo – o que leva, habitualmente, a formas de tratamento marcadas por mais respeito e deferência.

No relativo a usos simétricos formais, nota-se que se podem tornar assimétricos

- se um dos membros adultos da relação é mais velho (num mínimo de cinco anos³ se se não tem menor estatuto social ou hierárquico:
- se, com o tempo, se não cimentarem as relações iniciais em termos de familiaridade, amizade intimidade.

³ Para Richard W. Howell, a diferença de menos de três anos não constitui motivo para usos assimétricos de formas de tratamento ou de formas honoríficas: *vd.* «Linguistic choice and levels of social change», in *American Anthropologist* 70, 1963, pp. 553-559, p. 556.

Concluamos com uma nota sobre a forma pronominal de cortesia – V.^a **Excelência** e sobre formas nominais de tratamento, na série já aberta com a referência a **o Senhor**.

A forma de cortesia ocorre quando o destinatário, em determinado rito, tem estatuto social ou hierárquico muito superior e quando o destinador pretende mostrar-lhe respeito e deferência.

As outras formas de tratamento nominal (combinatórias em que surgem nomes próprios, títulos, etc.) serão focadas na secção seguinte.

B. Formas nominais

Nesta secção iremos estudar o uso de apelidos, títulos, títulos mais apelidos e ou nomes próprios ou outras formas nominais que identifiquem a pessoa. Trata-se de designações que podem servir como vocativos – permitindo chamar a atenção do(-s) destinatário(-s) – e como sujeitos – e são aqui inúmeras as formas que podem ocorrer.

Quando usadas como vocativos, tais formas lexicais completam-se a si próprias; mas, se usadas como sujeito ou como objecto de um enunciado, e referindo o destinatário, só a análise da totalidade da combinatória em que se inserem e do modo como aí se distribuem permite definição mais precisa da interacção ou estabelecida pelo, ou reflectida, no discurso.

Tal como Hymes⁴ afirmou, torna-se necessário, também aqui, tentar estabelecer regras formais na descrição sociolinguística. Isto porque o estabelecimento de tais regras «*disengage the form of the event from the verbal foliage obligatory in prose sentences*», além de que irá ainda facilitar a apreensão da estrutura subjacente. Este processo torna-se particularmente importante, quando o objectivo da análise é comparar/contrastar acontecimentos em contextos socioculturais diferentes, espacial ou temporalmente, até porque «*comparison cannot depend upon memorization or shuffling of prose paragraphs vastly different in verbal style*»; e porque «*it is through some form of formal statement that one can commit oneself to a precise claim as to what it is a member of a society knows in knowing how to participate in a speech act*».

Cremos todavia que, na fase em que a sociolinguística se encontra entre nós, o caminho mais simples para a formalização, no tema que nos ocupa, deverá ser um estabelecimento de fases para o tratamento dos dados. E assim, na primeira fase, limitar-nos-emos a especificar as várias componentes sociolinguísticas, como se fossem traços lexicais distintivos, detectados a partir de oposições binárias sistemáticas.

Acresce ainda, como veremos, que, em debates parlamentares, ou em quaisquer outros, o resultado da análise das formas de tratamento irá mostrar que os factores que determinam tais escolhas lexicais são variados e complexos e que só é possível especificar alguns deles, muitas vezes, sob forma não dicotómica.

⁴ D. Hymes, *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*, Philadelphia, Pa.: University Pennsylvania Press, 1974, p. 64.

⁵ S. M. Ervin-Tripp, «On sociolinguistic rules: alternation and co-occurrence», in *Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication*, eds. J. J. Gumperz e D. Hymes, New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1972, pp. 213-250.

⁶ W. Geoghengan, «Information processing systems in culture», in *Explorations in mathematical anthropology*, ed. Paul Kay, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1971.

E se os diagramas de Ervin-Tripp⁵, seguindo Geoghengan⁶, e o «*flow chart method*» parecem permitir descrições mais fáceis e mais claras da questão, o facto de aí se tentar uma representação de processos psicológicos activos na escolha deste tipo de termos é impraticável. Ninguém pode pretender detectar, através do discurso produzido, o que aconteceu, nem quais os filtros pré-enunciativos que funcionaram, nem como o fizeram, no espírito do sujeito enunciativo, em determinadas situações e instâncias enunciativas.

Considerar estas formas nas estruturas que nos propusemos estudar já é algo diferente, embora, e disso estamos cientes, apenas se possa inferir que alguns factores afectaram as escolhas do locutor e que é possível identificar um ou outro e colocá-lo num *continuum* hierárquico. Para isso partiu-se de um longo trabalho de análise dos dados e, como é natural, da nossa intuição como sujeito falante.

1. *Nomes próprios:*

Em discurso parlamentar, embora nem sempre formal, é raro o seu uso, quase sempre, e só, em àpartes. Com efeito, no contexto da Assembleia, o lugar do deputado surge com ênfase nas suas relações intergrupais, onde é referenciado pelo nome de família, precedido ou não de título. Isto porque o nome próprio não se adequa a marcas honoríficas, combinatória forçada de que resultaria o chamado «conflito semântico».

2. *Nomes de família e nomes completos acompanhados ou não por título(s):*

Quer o apelido, quer o nome completo são muitas vezes usados sem indicação de categoria ou sem explicitação de um título. A designação, na sua forma mais complexa, usa-se sobretudo quando, numa situação determinada, são muitos os que têm o mesmo título (doutor, professor, deputado...), o que obriga a que se lhe junte apelidos ou nomes completos, como meio preciso de identificação e como único processo de evitar confusões. Contudo, também aqui os apelidos são, na sua maioria, apagados, dada a necessidade de, simetricamente, se mostrar deferência mútua e se diluir, tanto quanto possível, o indivíduo, dele ficando apenas o papel que desempenha na Assembleia. Há o reconhecimento de um *status* político, social ou até de ocupação, mas não se revela nenhuma forma especial de deferência quando do uso de certos termos neutros, exemplo, deputado.

Outras designações como «o meu colega...» ou «o meu camarada...», seguidas do nome completo ou do apelido, acontecem entre colegas, entre militantes do mesmo partido ou entre profissionais com idêntico *status*.

Há, contudo, dois tipos de população em que atentaremos mais pormenorizadamente, talvez porque nem sempre olhada como igual: a dos jovens e a das mulheres. No caso da Constituinte, contudo, salvo um ou outro à parte, nunca o sexo determina escolhas específicas quanto a formas de tratamento; determina, sim, uma recusa: a do uso isolado do nome próprio feminino – índice social de um grau de intimidade impossível de aceitar num tipo de estilo formal marcado por distância e até por deferência, mesmo se só aparente.

Aliás, neste domínio, há uma procura real de termos que neutralizem o indivíduo e lhe enfatizem a função – a mesma para todos. Esta procura de designações genéricas neutras explica-se também pelas formas democráticas e igualitárias com que se pretendeu marcar os discursos dos participantes no debate. Deseja-se assim um nível de tratamento zero, tanto para apagar as formas hierárquicas tradicionais como para alguém se dirigir a outro adulto, de que podia não saber o nome, ou que podia não ter um título social específico.

3. *Terceira pessoa verbal, com apagamento de formas pronominais e nominais sujeito:*

Encontramo-nos ante uma categoria que desenvolveremos mais tarde, quando da análise do discurso parlamentar. Define-se pela não ocorrência de formas de sujeito gramatical expresso ou de sujeito indeterminado ou indefinido e pode realizar-se de diferentes modos.

Num deles, o mais ambíguo, as marcas categoriais verbais tanto podem remeter para uma primeira como para uma terceira pessoa – o contexto não só permite ambiguidade como a cria –, terceira pessoa que poderíamos reescrever, sobretudo, na forma do pronome indefinido **alguém** (frases positivas).

Esta dissolução do **eu** numa não pessoa – voz da autoridade?, desejo de não implicação, de não responsabilização no discurso? – ocorre também quando **nós**, autodesignativo, surge explicitamente em superfície, seja como marca categorial do verbo (pessoa e número), seja na ocorrência do pronome pessoal sujeito, como redundância iterada, como ênfase.

O sujeito real, apagado em formas de semipassiva, surge marcadamente indefinido em estruturas do tipo «*diz-se*», «*dizem*» ou do tipo «*ocorre dizer que...*», «*o que equivale a dizer que...*», «*o que quer dizer que...*», etc. Revela-se assim uma tendência que podemos interpretar como a de apagamento de **eu** em sistema fortemente hierarquizado e ritual, o das formas de tratamento e de deferência em português quer como consequência de uma vontade, tanto de distanciação quanto de perspetivação objectivante, quer – e porque não? – como reformulação de um discurso sentencioso, que se tenta marcar de universal.

C. **Perspectivas**

Mesmo em discurso formal e ritualizado, as formas de tratamento (auto- e hetero-referenciais) reflectem tipos de interacção codificados linguisticamente. Este facto parece reflectir um princípio «semântico-psicológico» conhecido: «*for language communities the degree of lexical differentiation of a referent field increases with the importance of that field in the community*»⁷. Em português, a diferenciação nas relações sociais, por factores de idade, de estatuto profissional ou outros, ainda está profundamente enraizada e, apesar da ruptura iniciada pela Constituinte, não houve «*triumph of the solidarity at the expense of the status semantics*» e não se atingiu a expressão diádica habitual nas sociedades

⁷ R. W. Brown e M. Ford, «Address in American English», in *Language in culture and society*, ed. D. Hymes, pp. 234-244, New York: Harper and Row, 1964, p. 233.

⁸ R. W. Brown, *Social psychology*, New York: Free Press, 1965.

⁹ W. H. Goodenough, «Personal names and modes of address in two oceanic societies», in *Context and meaning in cultural anthropology*, ed. Melfords Spiro, New York: Free Press, 1965, p. 271.

¹⁰ R. W. Brown e M. Ford, *op. cit.*; D. I. Slobin *et al.*, «Forms of address and social relations in a business organization», in *Journal of Personality and Social Psychology* (3), 1963, pp. 29-293.

¹¹ R. W. Brown, *op. cit.*, p. 68.

¹² S. M. Ervin-Tripp, *op. cit.*, p. 227.

¹³ R. W. Brown, *op. cit.*, p. 69.

ocidentais⁸. Assim, estas designações, quer sob forma de nomes (títulos, apelidos ou nomes próprios e apelidos), quer sob forma pronominal, continuam a servir «*to emphasize individuality and to give it explicit recognition [...] in formally structured social relationships*»⁹.

Aliás, em usos do quotidiano, o nome próprio usa-se muito pouco (só entre amigos, colegas ou parentes) e são quase todos os honoríficos, que acompanhados ou não de apelido ou nome completo, ocorrem com frequência, usados com funções sociais diferenciadoras. Pode aliás pôr-se como hipótese, no que respeita a uma interpretação psicossociológica do facto, que mal alguém cresce, isto é, envelhece o suficiente, pode ter um estatuto social, seja ele qual for. É por este estatuto que é identificado e não pelo nome próprio, meio de identificação de crianças, ou seja, daqueles que ainda não têm estatuto social definido. Mesmo aqui, ainda hoje ocorrem formas como o Menino..., a Menina..., formas que não têm correspondentes nas outras línguas ocidentais. Podia mesmo ter interesse ver, contrastivamente, o uso de Menina em correlação com *Miss*, *Fraulein* ou *Mademoiselle*: para Menino, não há formas correlatas.

Na língua portuguesa continuamos, portanto, a ter dois pólos orientadores das escolhas designativas de O OUTRO: por um lado poder/status, por outro solidariedade.

Entre os primeiros, distinguimos a idade como factor determinante nas escolhas: lembrem-se expressões como «*não andei consigo na escola*» ou «*não comemos do mesmo prato*». Isto opõe-se às opiniões de alguns autores¹⁰, que estudaram a questão, no que respeita às sociedades ocidentais. Para Brown¹¹, por exemplo, só uma diferença de quinze anos, ou mais, é significativa. E para Ervin-Tripp¹², se a familiaridade pode apagar diferenças etárias, o mesmo não acontece com o estatuto social ou com o nível da profissão, que sempre se lhes sobrepõem.

Como princípio genérico, podemos afirmar que, em português, todo o adulto, estranho, é tratado com marcas de deferência e que a hierarquia, numa organização, funciona sempre, independentemente da idade. Aqui, exceptuamos casos de empresas em que o próprio administrador exige ser tratado por nome completo, sem título e por todos. Note-se todavia que os casos conhecidos resultam, pelo menos na nossa opinião, do simples facto de esses executivos não serem licenciados. Daí uma decisão – que nada tem de democrático – de apagarem todos os títulos. Facto relativamente próximo só conhecemos o citado por Brown, ao estudar o caso de uma organização, caso que ele próprio considera extremo e em que «*three younger-men but executives used FN (firstname) to the older-men but janitors and received title and last name*»¹³.

No caso português, seja qual for a forma de tratamento utilizada – e impunha-se um estudo amplo da questão, embora não seja fácil obter tal tipo de informações –, é a organização hierárquica que impõe as formas de expressão de deferência recíproca.

Complexas também, e igualmente difíceis de estudar, são as relações resultantes do cruzamento, numa empresa, de relações hierárquicas e familiares ou

hierárquicas e de amizade. E a pergunta terá de ser feita: será o estatuto alcançado pelo indivíduo, nesses casos, e sobretudo quando um dos familiares ocupa posição de topo mais ou menos importante do que a posição que lhe advém da força da família?

A mesma pergunta tem ainda de ser feita no caso de amigos: dominarão a forma organizativa hierárquica e a diferenciação de *status*? Desenvolver-se-ão padrões assimétricos de relação + → - ? Isto é:

mais poder → estilo menos formal
tratamento mais familiar

menos poder → estilo formal
tratamento de deferência?

Haverá variações na presença de espectadores? Haverá grande diferença na interacção quando, em vez de amigos, há simples conhecidos ou até só «recomendados» entre os que ouvem? Manter-se-á a relação de amizade inicial? Haverá formalismos automáticos em situações ritualizadas apenas ou também naquelas onde, em vez de censura aberta, ocorrem formas rigidamente deferentes, reflexo de distanciamento e de crítica indirecta? Se o de menor estatuto subir na escala hierárquica, manterá, o outro, os usos assimétricos iniciais, reflexo da disparidade então existente em *status*?

No caso de uma inversão total, nota-se que também a relação de início persiste nos elementos da diáde e nos que com ela trabalham. Vimo-lo acontecer e cremos que, só no caso de profundos ressentimentos, tal situação se altera, ou, como é evidente, em situações, não só ritualizadas, como oficiais.

Partindo do trabalho, quase exaustivo, de Slobin *et al.*¹⁴, poderíamos igualmente concluir:

It is apparently a sociolinguistic universal that the address term exchanged between intimates («familiar pronoun», «first name», etc.) is the same term used in addressing social inferiors, and that the term exchanged between nonintimates («polite pronoun», title and last name, etc.) is also used to address social superiors.

Esta generalização, tal como outras regras sociolinguísticas, não se aplica, no caso do português, a falantes de menor *status*, em relações didáticas assimétricas, excepto, e possivelmente, no caso de relações amorosas. E, possivelmente, porque intimidade nem sempre significa não deferência.

No caso da língua e da sociedade portuguesas, nota-se que ainda se mantém um certo estatismo e que as relações formais de autoridade são definidas por ritos quase pormenorizados e ainda observados estritamente.

Nalguns extractos, a sociedade encaminha-se para formas mais igualitárias, o que é indiciado, sobretudo, pelo uso de formas, mais marcadas por deferência, em direcção a pessoas que, noutras épocas, teriam sido tratadas de modo

¹⁴ D. I. Slobin, *et al.*, *op. cit.*, p. 239.

menos deferente. Há um alargamento de formas familiares recíprocas (tratamento por **tu, você ou nome próprio**), não ainda muito alargado, o que conduz, apesar de tudo, a padrões mais irregulares e complexos.

Práticas

A. Escolha um programa de televisão ou rádio a seu gosto – série ou telenovela portuguesas.

Registe alguns episódios em *cassette* audio.

B. Tente mostrar, para as várias personagens intervenientes, como utilizam formas de tratamento e de delicadeza.

Sugerimos-lhe a escolha de situações marcadas

1. hierarquicamente, em qualquer tipo de organização
2. em contexto familiar (nuclear), por relações de poder (e ou alargado), solidariedade.

C. A partir do que lhe foi proposto neste capítulo, tente esboçar, partindo, ou não, de certas escolhas prévias, como nós o fizemos, mas sempre recolhendo amostras de comportamentos verbais espontâneos, sistemas de formas de tratamento

- . em reuniões em que participe – empresa, escola, sindicato, família...
- . durante debates nas aulas, na empresa, ...
- . em programas de rádio ou de televisão.

A que conclusões chegou?

Seria possível enviar-nos um trabalho feito só por si ou em grupo?

Leituras complementares

CONFIANÇA

Miguel Esteves Cardoso

Num aspecto da maior importância, todos os partidos políticos têm sido desrespeitosos e malcriados para com os cidadãos deste país. Chama-se desde já a atenção da Comissão Nacional de Eleições no sentido de não permitir que este abuso de confiança se estenda a futuras campanhas eleitorais. Refiro-me, obviamente, ao hábito de tratar os eleitores portugueses por «tu». Sem excepção, todos os partidos se nos dirigiram imperativamente na 2.ª pessoa do singular, com uma familiaridade angustiante e ordinária. Foi «Vota» neste, foi «Vota» naquele, foi «Vota» nisto e naquilo. Enquanto nos debates os dirigentes partidários, apesar de se conhecerem, trataram-se com o maior respeito — «senhor doutor» para aqui, «senhor professor» para lá — nos cartazes de propaganda tutearam-nos todos até à medula. A nós que eles não conhecem de lado nenhum!

Trata-se, na verdade, de um novo fenómeno mil vezes mais perigoso e contagiante que a S.I.D.A.. O vírus já foi identificado por alguns investigadores e adopta, entre nós, a sigla C.U.N.F.I.A. A CÚNFIA é uma infecção vulgar que afecta aquelas partes do cérebro normalmente destinadas a desempenhar as funções da boa educação, da cortesia e do respeito. Quando ataca, notam-se anomalias galopantes nas diversas formas de tratamento que a língua e a cultura portuguesas há muitos séculos consagraram. O sintoma mais frequente é o *tutear*. Quando um indivíduo é portador da CÚNFIA, trata toda a gente, independentemente do grau de intimidade e de conhecimento, por «Tu». Nos casos mais crónicos, nas fases derradeiras da doença, esta afecção bucal vê-se agravada pelo aparecimento simultâneo de «Ó-pás». Se ouvir alguém dirigir-se a si, sem o conhecer de lado nenhum, com as palavras «Ó pá, tu...», fuja imediatamente para um local de segurança. Esta doença social é extremamente infecciosa e transmite-se pela saliva, pelos jornais, pela televisão e pelos cartazes de propaganda eleitoral. Esteja atento. Um pouco por todo o lado há um «Vota», «Compra», «Concorre», «Lê», «Vai» ou «Colecciona» que espera para o atacar.

A síndrome da C.U.N.F.I.A. chama-se, mais propriamente, *Condescendência Untuosamente Néscia Fomentando Informalidades Aberrantes*. Daí a sigla. Os cartazes tuteantes dos partidos são apenas uma das manifestações. Há outras.

Por exemplo, o facto do pronome «Vós» estar em vias de extinção («*Um pronome perdido*»), como disse o Prof. Rodrigues Lapa). Por exemplo, a mania brasileira de tratar toda a gente por «Você». Até a gramática mais moderna e liberal que temos — a dos Profs. Lindley Cintra e Celso Cunha — nos diz que «*No português de Portugal não é ainda possível usar você de inferior para superior, em idade, classe social ou hierarquia*». Mas, como o português que se fala hoje em dia, é o português *possível*, (segundo o imortal princípio: a terra a quem a trabalha e a língua a quem a fala), é perfeitamente possível e frequente usar-se assim o *você*. O grande dicionário de Caldas Aulete define *você* como um «*tratamento vulgar dirigido por um superior a qualquer indivíduo da classe baixa*» e no famoso Dicionário de Vieira, publicado ainda o século passado, o pronome nem sequer é referido! E, no Norte, diz o povo, com razão, «*você é estrebaria*».

A praga da CÚNFIA alastra-se insidiosamente — essa é que é essa. As formas de tratamento que permite a nossa língua são de uma complexidade e variedade maravilhosas e constituem uma parte do património pelo menos tão importante como os pedregulhos romanos e os javalis selvagens. Todas estas subtilezas tendem hoje a perder-se, através da CÚNFIA, numa redução preocupantemente parola ao «Tu» e ao «Você».

Há menos de 60 anos, o gramático Joseph Dunn, na obra indispensável que foi *A Grammar of the Portuguese Language* (National Capital Press, Washington, 1928), indicava que «*O pronome (...) tu... é hoje utilizado apenas em poesia, ao invocar a Divindade, ou em intercâmbios muito familiares*». Mais tarde, à parte Deus Nosso Senhor («*Mais que sete séculos são passados, depois que tu, oh! Cristo, vieste à terra*», escreveu Herculano em *Eurico*) o tratamento alargou-se a pessoas de família, amigos muito íntimos, crianças, animais, criados e objectos inanimados. É já muita gente e bicharada — porque não há-de *bastar*?

O alastramento da CÚNFIA, não sendo controlado, já vai acabando com a nossa Alteza (príncipes, duques e arquidukes), com a nossa Eminência (cardeais), com a nossa Excelência, a nossa Magnificência (reitores de universidades), a nossa Paternidade (abades e superiores de conventos), a nossa Senhoria (funcionários públicos graduados), com a nossa Mercê, e com a nossa Paciência. Em vez de tudo isto — *Você*. O cavalheiro, a menina, o menino, o senhor, a senhora, o dom, a dona, o João, a Joana, o meu amigo, a minha amiga, o compadre, a comadre — toda a riqueza da nossa 3.^a pessoa - dará lentamente lugar ao tu-que-fumas. E ao cancro da língua.

A CÚNFIA também ataca as nossa figuras literárias — a Florbela, o Almada, o Filinto — e se Camões ainda não é o Luís e Pessoa ainda não é o Fernando, é porque a CÚNFIA ainda não chegou a tanto. Lembro-me do meu

querido professor de História, Dr. Vieira, quando um de nós dizia «O Júlio César...», perguntando logo «Qual? O do quinto-esquerdo? Aquele que vende pentes à porta da leitaria?».

Urge des-CUNFIAR a sociedade portuguesa. Os partidos que escrevessem «Vota» em vez de «Vote», os anúncios que dissessem «Participa» em vez de «Participe» e todas as demais entidades tuteantes deveriam ser multadas. Durante a campanha eleitoral, as únicas exceções pontuais vieram da APU («Vamos votar»), de Carlos Paisana do MRPP — PCTP-MRPP («Deveis votar») e do PSR, cujos candidatos se nos dirigiram sem condescendência, paternalismo ou desrespeito. É irónico que tenham sido os partidos mais igualitários (e, logo, por questões de coerência, mais tuteantes) a salvaguardar, perante a CÚNFIA dos outros, a boa educação que concedem as formas de tratamento.

Hoje em dia já quase que não se pode «dar» confiança, porque a confiança já foi de antemão, e colectivamente, tomada. Tratar alguém por «tu» é cada vez menos um sinal de intimidade mutuamente desejada, e cada vez mais um automatismo desprivilegiado e banal. Perde-se, com o respeito, outras qualidades, como todos os matizes subtis de erotismo, de ironia e de cumplicidade que permite a manipulação perita e deliciosa das formas de tratamento. O facto dos partidos políticos tratarem publicamente por «Tu» as pessoas que nem sequer conhecem é o cúmulo dos cúmulos. Do «Tu» de quem se acaba de conhecer, passa-se ao «Tu» de quem jamais se começará a conhecer. Porque, se nos conhecessem, não nos tratariam por «Tu». Nós, os portugueses, somos um povo respeitoso, polido e formal — mesmo quando desejamos ofender alguém. Ou não tem mais graça dizer «V. Ex.^a não me levará a mal se eu o mandar respeitosamente à merda» do que simplesmente «vai à merda»?

Miguel Esteves Cardoso, «Confiança», in *A causa das Coisas*, 7.^a ed., Lisboa, Editora Assírio & Alvim, pp. 65-7.

FÓRMULAS DE MODÉSTIA, MAJESTADE E CORTESIA

Rodrigues Lapa

2. **Fórmulas de modéstia, majestade e cortesia.** — Como o tratamento de *eu* inculca importância pessoal, por vezes vaidade e orgulho, a língua descobriu meio de contentar aqueles que desejam apagar-se na modéstia e na humildade, fornecendo-lhes o tratamento de *nós*, isto é, empregando a 1.^a pessoa do plural em vez da 1.^a do singular. A esse respeito, é curioso observar o que se passou com os documentos da chancelaria dos antigos reis portugueses.

Quando os soberanos tinham o bom costume de ouvir os povos, convocando cortes, especialmente durante o período que vai de D. João I até D. Afonso V, usavam nos documentos um estilo de modéstia: *Nós, el-rei, fazemos saber...* A fórmula quadrava bem com o espírito mais ou menos democrático das instituições medievais; o rei era uma espécie de emanção da vontade geral, era, por assim dizer, o que o povo queria que fosse. De aí se compreende a austeridade do tratamento que a si próprio se dava, que não excluía aliás uma certa grandeza. Com D. João III aparece o absolutismo real. O monarca não dá satisfação dos seus actos, porque supõe-se enviado de Deus na terra. Tudo lhe deve obediência. Esta nova concepção do orgulho da realza já não podia suportar a fórmula antiga do *nós*. A provisão de 16 de junho de 1524 mandou mudar a 1.^a pessoa do plural para a 1.^a do singular. Passou a escrever-se — *Eu, el-rei, faço saber...* Diz o cronista, percebendo perfeitamente a razão estilística, que assim se fez «por ser mais próprio e decente à majestade real».

O mesmo se dá com quem escreve. Todo o escritor que deseje obscurecer a sua personalidade e fundir-se em simpatia com os seus leitores, empregará o plural de modéstia — *nós*. É também o estilo dos oradores e professores, que pretendem com isso diminuir a distância que os separa dos ouvintes.

Os altos prelados da Igreja usam ainda nos seus diplomas o pronome *nós*. Originariamente devia ser um tratamento de humildade; o chefe eclesiástico solidarizava-se com os seus fiéis dentro duma comunidade, de que ele era o mais graduado. Com o andar dos tempos, crescendo a Igreja em poder e bens temporais, aquela partícula pareceu não um designativo de humildade, mas de grandeza e majestade, recobertas embora sob uma aparência de modéstia. A esse plural, e nestes casos, se chama «plural de majestade». Eça chamou-lhe com ironia «plural de casta nobre».

Veja-se pois como a língua sabe empregar a mesma fórmula para fins diferentes e até opostos.

Como expressão de modéstia cerimoniosa temos ainda o emprego da 3.^a pessoa. É o que fazemos nos requerimentos, dirigidos a pessoas que sabemos de hierarquia superior. Não dizemos: *Eu, Fulano de tal... peço...* Seria brutal e descortês; nivelar-nos-íamos com a pessoa a quem endereçamos a petição. Empregamos pois a 3.^a pessoa, banindo aquele orgulhoso *eu* e pondo simplesmente o nosso nome: *Fulano de tal... pede...* A fórmula tem ainda esta vantagem: falando na 1.^a pessoa, poderíamos meter no requerimento sentimentos de paixão e violência, descabidos e até comprometedores. A 3.^a pessoa acautela melhor a objectividade e a serenidade do discurso. É um processo de retenção social, de cortesia, atenuação imposta pelo próprio interesse e pela vida em comum.

3. Um pronome perdido: «vós». — Praticamente, na linguagem de todos os dias, já não existe em português o pronome *vós*, salvo no falar de algumas regiões portuguesas do Norte e da Beira. Aqui ainda se emprega na 2.^a pessoa do plural. Exemplo: «*Vós não tendes juízo, rapazes*». Nas outras regiões do País, sobretudo para o Sul, este modo de dizer soa como arcaísmo e é geralmente substituído por: «*Vocês não têm juízo, rapazes*». Logo, podemos afirmar que a 2.^a pessoa do plural está praticamente perdida em português e é substituída geralmente pela 3.^a do plural.

Antigamente *vós* também se empregava como tratamento de cerimónia, substituindo a 2.^a pessoa do singular. Um poeta dirigia-se a uma dama e desfechava-lhe este galanteio: *Vós sois meu bem e meu mal*. Hoje este modo de dizer está abolido. Os poetas preferem tratar mais democraticamente as suas inspiradoras por *tu*, encurtando a distância entre um e outro. Note-se porém que, em certas regiões nortenhas, não há muito, se dava o fenómeno inverso com

os namorados. Quando o namoro estava pegado, rapazes e raparigas, que se tratavam normalmente por *tu*, começavam a tratar-se cerimoniosamente por *vós*, para dar a entender aos outros que não havia entre si familiaridades comprometedoras. Mais um exemplo, entre tantos outros já alegados, da influência dos costumes na linguagem.

Vejamos alguns dos casos correntes do tratamento da 2.^a pessoa, que reveste formas variadas, conforme as circunstâncias, e emprega no geral a 3.^a pessoa do singular:

1. Há certo conhecimento ou familiaridade entre os interlocutores. A forma empregada é *você*, que está muito generalizada e é a forma do tratamento familiar no Brasil, com exceção de algumas regiões, onde se diz *tu*. Na província portuguesa, esse tratamento é considerado pouco respeitoso (costuma dizer-se: «*você* é estrebaria») e substituído por *vossemecê* (no Brasil *vosmicê*, *vancê*) que é, afinal, a mesmíssima coisa, pois *você* não é mais que uma condensação de *vossemecê*, ambos provenientes de *Vossa Mercê*.

2. Há pouca ou nenhuma familiaridade entre os interlocutores. Nesse caso o tratamento assume aspectos variados, conforme a categoria das pessoas a quem nos dirigimos. A forma geral é, nestes casos, *o Senhor*. Exemplo: «*O Sr.* é injusto para comigo». Para acentuar mais a cerimónia usa-se a forma *V. Ex.^a* Exemplo: «*V. Ex.^a* verá aquilo que lhe convém». Nota o professor Carlos Góis que a expressão *Vossa Excelência* é rara no Brasil, por se opor aos sentimentos democráticos do povo. Donde se poderia talvez concluir que a sua manutenção entre nós, portugueses, indica uma certa sobrevivência dos costumes antigos, próprios de uma sociedade decadente.

Enfim, se as pessoas têm título, menciona-se-lhes a categoria, acompanhada ou não de *Senhor*. Exemplos: «*Vai*

acompanhar o *Sr. Doutor* até à porta». — «O *Fidalgo* tinha-me prometido o arrendamento da quinta».

Não vale a pena alongarmo-nos, citando outras formas de tratamento da 2.^a pessoa, que as há, muito variadas e sempre mais ou menos acomodadas às circunstâncias e condição social dos falantes. O que importa relevar é o desaparecimento do pronome *vós* e a sua substituição por formas da 3.^a pessoa. Sendo assim, é conveniente não misturar as formas pronominais do singular com o verbo no plural, como fazem certos principiantes. Um exemplo: «Peço ao *Sr.* a fineza de me *enviardes* a 5.^a lição e *corrigirdes* os exercícios da 4.^a». Quem assim escreveu esqueceu-se de que *Sr.* é forma pronominal da 3.^a pessoa e confundiu-a com o cerimonioso e antiquado *vós*. Deu-se um cruzamento entre a forma antiga e a moderna, o que se deverá sempre evitar.

Rodrigues Lapa, «Fórmulas de modéstia, majestade e cortesia», in *Estilística da Língua Portuguesa*, 11.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1984, pp. 152-156.

REFLEXÕES SOBRE A *DEIXIS* SOCIAL NA PERSPECTIVA DO ENSINO/ /APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Maria Helena de Araújo Carreira

INTRODUÇÃO

A aprendizagem do sistema da *deixis* social em qualquer língua estrangeira envolve não só a aquisição de dados linguísticos, mais ou menos complexos segundo as línguas, mas também – e simultaneamente – a aquisição de factores, de convenções etnoculturais subjacentes a condutas, a regras e a estratégias de comunicação verbal.

Partindo das suas referências linguísticas e etnoculturais em língua materna e, eventualmente em língua(s) estrangeira(s) previamente adquirida(s), o aprendente fará um *transfert* desses pontos de referência unilingues e uniculturais ou bi/plurilingues e bi/pluriculturais para o novo sistema que aprende.

Uma abordagem comparatista (v. Oliviéri, 1991) que permita situar, uns em relação aos outros, os sistemas linguísticos e etno-culturais subjacentes, nas suas semelhanças e nas suas diferenças favorecerá, ao aprendente, uma compreensão correcta da utilização da língua-alvo no seu contexto etno-cultural (ou, melhor, nos seus contextos etno-culturais, dado que esse contexto se caracteriza não só pelas suas invariantes mas também pelas suas variáveis).

O que acabo de referir a propósito da *deixis* social é aplicável «*mutantis mutantis*» a outros subsistemas da língua e da etno-cultura. A *deixis* social, pelo alto grau de ancoragem situacional, poderá ter um efeito de lupa nas reflexões sobre o ensino/a aprendizagem de uma língua estrangeira numa perspectiva socio-linguística variacionista (v. Labov, 1976) e comparatista.

A *DEIXIS*

Antes de nos centrarmos na *deixis* social, situemo-la relativamente ao conjunto de que faz parte.

A etimologia da palavra *deixis* (do grego *deiknumi*, *deikelon*) é esclarecedora e reenvia para a noção de mostração (que designa, que indica). Como diz G. Bourquin, «étymologiquement,

la monstration, la mise en lumière de ce qui était soit ailleurs, soit indistinct, soit caché, soit non aperçu, soit non su. [...] Appliquée au langage la notion de *deixis* a vu (et voit encore) sa définition tantôt se restreindre à la monstration par le geste (les démonstratifs dans leurs emplois dits déictiques, *i. e.* non anaphoriques) tantôt s'étendre à toute opération de repérage que, dans l'acte de parole, l'énonciateur effectue par rapport à lui-même (Bourquin, 1990, p. 199).

Qualquer que seja o alcance da noção de *deixis* aplicada à linguagem, os estudos feitos sobre as mais variadas línguas do mundo levam os especialistas (v. por ex. Feuillet, 1990 e Hagège, 1990) a concluir que a expressão linguística da moção é um fenómeno universal, no qual estão presentes obrigatoriamente dois parâmetros: o locutor e a distância (Feuillet, 1990, p. 33).

Os estudos sobre a tipologia das línguas e, por conseguinte, sobre os invariantes da linguagem revelam-se de grande utilidade para os estudos de uma dada língua, pois, perspectivando os fenómenos a uma escala alargada, ajudam o investigador a inventariar as possibilidades teóricas a partir das quais e em relação às quais situará as suas análises. Essas possibilidades teóricas serão eventualmente reformuladas tendo em conta os resultados de novas descrições.

Segundo B. Pottier, o estabelecer pontos de referência (fr. le repérage) realiza-se em «trois champs sémantiques qui épuisent les possibilités théoriques: ESPACE/TEMPS/NOTION (ni E ni T)¹⁾ (Pottier, 1987, p. 159).

Considerando-se estas três grandes zonas de «moção», distinguir-se-á a *deixis* espacial (ex. aqui, ao lado de, aquele, etc.), a *deixis* temporal (ex. agora, sempre, durante, etc.), a *deixis* nocional (definida por aquilo que não é – nem espacial nem temporal – (ex. qualquer, esse, seu, etc.)²⁾.

Uma grande parte dos estudos sobre a *Deixis* têm como objecto (ou como ponto de partida) a *deixis* espacial, muito em particular o estudo dos demonstrativos (o recente Colóquio Internacional «La *Deixis*» realizado em Paris, na Sorbonne, a 8 e 9 de Junho de 1990 é disso revelador). Refira-se, para o estudo da *deixis* temporal em Português, a tese de doutoramento de Fernanda Irene Fonseca, *Deixis, Tempo e Narração* (1989).

J. Feuillet, no seu estudo «La structuration de la *deixis* spatiale», feito numa perspectiva de procura de invariantes, após a comparação dos diferentes modos de estruturação segundo as línguas analisadas (línguas pertencentes às mais diversas origens), chega às seguintes conclusões que passo a sintetizar (v. Feuillet, 1990, p. 41).

A partir dos dois parâmetros comuns a todas as línguas o **locutor** (elemento central) e a **distância**, podemos distinguir **três tipos de sistemas** no interior dos quais se encontram gamas variadas e cujos elementos se podem combinar³⁾

1) B. Pottier na sua obra de 1987 integra a *deixis* na categoria de DETERMINAÇÃO.

2) Os demonstrativos, por exemplo, poderão pertencer ao campo espacial ou campo nocional.

3) «On comprend aussi pourquoi, en combinant tous ces éléments, certaines langues peuvent avoir des systèmes d'une richesse infinie, comme l'avar qui, selon G. Charachidzé (1981:76), possède un inventaire potentiel de 1229 démonstratifs», Feuillet, 1990, p. 41.

- os que só retêm a distância relativa ao locutor/interlocutor
- os que, além de reterem a distância relativa ao interlocutor e de integrarem o espaço do interlocutor, integram também dados sensíveis (visibilidade/não visibilidade; extensão/não extensão, dados geométricos (ex. verticalidade) e dados ecológicos (água, montanha).

Gostaria ainda de referir o caso do japonês, por me parecer estabelecer uma ponte entre a *deixis* espacial e a *deixis* social.

Segundo I. Tamba (1990), em japonês a *deixis* integra simultaneamente dois espaços, ambos expressos por marcas linguísticas: o **espaço sociolinguístico** (posicionamento social dos interlocutores) e o **espaço enunciativo** (relativo ao lugar efectivo da interlocução).

Assim, «les interlocuteurs trouvent de la sorte, à chaque prise de parole, une double identité momentanée, par rattachement à un espace social d'une part et à un lieu existentiel d'autre part, un être-là. Bien loin que la personne – en tant qu'instance absolue – soit la clé de voûte de l'ensemble du système déictique japonais, elle est, à chaque fois, présentée en fonction de la position sociale que lui confère sa participation à un échange de paroles spatio-temporellement bien déterminé» (Tamba, 1990, p. 121).

Sublinhe-se que a noção de verticalidade expressa em algumas línguas no que diz respeito à *deixis* espacial (ver supra) se encontra expressa no japonês relativamente ao posicionamento social dos interlocutores.

Tal como a representação construída do espaço serve de suporte à representação do tempo (v. Pottier, 1987) – dominamos mais ou menos o espaço mas somos dominados pelo tempo (v. Pottier, 1980, 1987), também a representação do espaço modela outras representações, como a do posicionamento social dos interlocutores. As metáforas espaciais utilizadas na expressão linguística do tempo e de outras zonas conceptuais constituem uma «prova» linguística do facto de a representação do espaço «modelar»⁴⁾ as outras representações.

Assim, a síntese que acaba de ser exposta, muito particularmente no que respeita os estudos sobre a *deixis* espacial, poderá fornecer-nos pontos de referência pertinentes para o estudo da *deixis* social em português.

A DEIXIS SOCIAL

De um modo global, a *deixis* social diz respeito à codificação linguística de aspectos sociais, componentes do contexto no qual estão ancoradas as realizações discursivas.

Esta definição alargada é partilhada por linguistas como Ch. Fillmore (muito embora a submeta ele a actos de linguagem): « that aspect of sentences wich reflect or establish or are determined by certain realities of the social situation in which the speech act occurs» (Fillmore, 1975, p. 76).

4) Termo utilizado por B. Pottier, 1987, p. 167.

Uma definição da *deixis* social mais restritiva – e que me parece mais adequada com vista a uma transposição didáctica é a de S. Levinson. Este linguista limita o domínio da *deixis* social à codificação linguística de distinções de identidades e de relações sociais dos interlocutores e/ou das pessoas ou das entidades a que se referem os interlocutores:

... Social deixis concerns the encoding of social distinctions that are relative to participant-roles, particularly aspects of the social relationship holding between speaker and addressee(s) or speaker and some referent. (Levinson, 1983, p. 63).

... we shall restrict the term to those aspects of language structure that encode the social identities of participants (property, incumbents of participant-roles) or the social relationship between them, or between one of them and persons and entities referred to (ibid., p. 89).

Exemplos típicos da *deixis* social nas línguas naturais são as formas de tratamento, as expressões de delicadeza, os honoríficos. Estas formas (que se podem reduzir a formas lexicais específicas ou a morfemas gramaticais) conduzem a outras escolhas, nomeadamente lexicais e morfo-sintáticas.

Há assim, para além dos exemplos típicos facilmente isoláveis, muitas outras expressões linguísticas a considerar: situam-se a diferentes níveis (fonético/gráfico) e revelam factores estilísticos resultantes de escolhas semânticas numa situação de comunicação determinada.

Para uma aprendizagem eficaz da *deixis* social numa língua estrangeira é pois necessário captar a maneira como a gama de possibilidades linguísticas dessa língua se adequa com a gama de posicionamentos sociais (estatuto, papéis sociais, v. Lyons 1980) ou, por outras palavras, com a gama de convenções próprias à etno-cultura associada a essa língua.

A DEIXIS SOCIAL NA PERSPECTIVA DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA (P.L.E.)

A elaboração de uma metodologia do ensino/da aprendizagem da *deixis* social do Português só será viável após estudos prévios que a fundamentem.

As investigações já desenvolvidas sobre a *deixis* em geral, das quais isolei alguns aspectos, contribuirão para elucidar a nossa problemática, mas não a esgotam.

Destaquemos as linhas de investigação básicas que me parecem dever ser desenvolvidas:

1) Estudos numa perspectiva de descrição linguística dos diferentes meios de expressão em português e sua comparação com os de outras línguas (língua materna do aprendente e língua(s) estrangeira(s) já adquirida(s)). Sem pretender estabelecer uma lista exaustiva, apresentarei alguns aspectos linguísticos a serem desenvolvidos em articulação com formas de tratamento⁵⁾ e fórmulas interlocutórias:

- aspectos morfo-sintáticos (os sistemas pronominais – pessoais, demonstrativos, possessivos –; a morfologia verbal; a construção sintáctica, como por exemplo, graus e tipos de complexificação);

5) Cf. designação «in praesentia» e «in absentia» v. Fraser & Joly, 1979, p. 131.

- aspectos discursivos (conteúdo temático, estratégias argumentativas e organização conversacional);

2) estudos feitos numa perspectiva etno-cultural comparativa (cultura de origem e conhecimento de outras culturas) e intercultural (situações de contacto), com vista a delimitar formatos de situações comunicativas (*lato sensu*) que se articulam com a expressão linguística (v. estudos de J.-M, Colleta).

Uma multiplicidade de configurações podem ser encaradas, consoante as componentes linguísticas e etno-culturais em confronto, na perspectiva do aprendente. Por exemplo: – um aprendente francês, com um bom conhecimento do inglês e do italiano, e que viveu alguns meses na Alemanha (que conhece bem do ponto de vista etno-cultural, mas de que não fala a língua); – um aprendente dinamarquês que fala inglês e alemão. Nunca aprendeu nenhuma língua românica e nunca teve contacto com países de línguas românicas.

Na impossibilidade de desenvolver estudos exaustivos tendo em conta as diferentes configurações, poder-se-ia isolar um certo número de configurações mais recorrentes.

A *deixis* social do português seria assim encarada sob o ângulo de línguas e culturas em contacto, com as suas zonas de divergência e de convergência de sistemas.

O ensino/a aprendizagem da *deixis* social do Português no âmbito do **projecto ERCI** poderia ser assim perspectivado.

A delimitação da população aprendente-alvo (v. primeiro esboço no relatório da 1.ª reunião ERCI - Abril 91) e das suas necessidades comunicativas em português – reflexões em curso – é de primeira necessidade. Essa delimitação permitir-nos-á estabelecer com relativa precisão os objectivos dos estudos sobre a *deixis* social a desenvolver (na perspectiva linguística e etno-cultural acima apresentada) e os materiais metodológicos – que se querem múltiplos e de grande maleabilidade de utilização – daí decorrentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURQUIN, G. – Ambigüités de la *deixis*. *Actes du Colloque de Linguistique en Sorbonne «La deixis»*, Université Paris III, (8-9 juin 1991) Paris: Université Paris III, 1990.

COLLETA, J.-M. – La conversation «exolingue»: quel objet? Quelles spécificités? Quelles compétences en jeu? *Interactions en Langue étrangère*. Actes du VII Colloque International Aquisition d'une Langue Etrangère (1989). Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1990.

COLLETA, J.-M. – De l'«exolingue» à l'«interculturel», une réalité: l'exocommunication. *Papiers de Travail du VIII Colloque International Aquisition des Langues: Perspectives et Recherches* (16-17 mai 1991). Grenoble: Université Grenoble III, 1991.

ERCI (Projecto LINGUA) – *Relatório da primeira reunião ERCI - 1* (4-6 Abril 91). Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

FEUILLET, J. – La structuration de la *deixis* spatiale. *Actes du Colloque de Linguistique en Sorbonne «La Deixis»*. Université Paris III (8-9 juin 1990). Paris: Université Paris III, 1990.

FILLMORE, C. J. – *Santa Cruz Lectures on Deixis*. Indiana University, 1975.

FONSECA, F. I. B. – *Deixis, tempo e narração*. Dissertação para doutoramento. Porto: Faculdade de Letras, 1989.

FRASER, F. & JOLY, A. – Le système de la *deixis*. Esquisse d'une théorie d'expression en anglais. *Modèles Linguistiques*, 1979, Tome 1, Fascículo 2, pp. 97-145.

HAGÈGE, Cl. – Aspects morphogénétiques du système de l'égo-phore. *Actes du Colloque de Linguistique en Sorbonne «La Deixis»*. Université Paris III (8-9 juin 1990). Paris: Université Paris III, 1990.

LABOV, W. – *Sociolinguistique*. Paris: Minuit, 1976.

LEVINSON, St. – *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge Textbooks in Linguistics, 1983.

LYONS, J. – *Sémantique Linguistique*. Paris: Larousse, 1980.

OLIVIÉRI, Cl. – L'Europe au secours de la didactique. *Le Français dans le Monde*, 241, 1991, pp. 48-50.

POTTIER, B. – Temps et espace. *Travaux de Linguistique et de Littératures Romanes*. 1980. vol. 18, n.º 1, pp. 31-42.

POTTIER, B. – *Théorie et analyse en linguistique*, Paris: Hachette, 1987.

TAMBA, I. – L'espace énonciatif en japonais: relations déictiques et personnelles. *Actes du Colloque de Linguistique en Sorbonne «La Deixis»*. Université Paris III (8-9 juin 1990). Paris: Université Paris III, 1990.

3. Deferência e delicadeza

Objectivos de aprendizagem

A relação EU – OUTREM e os diferentes estilos que a indiciam demarca-se a partir de formulações várias que iremos analisar em função de parâmetros sociais predicativos como situação, estatuto, marginalidade...

Tentaremos depois desenhar hipóteses de correlação, base de interferências na comunicação e em certos usos, simétricos ou assimétricos, de formas auto e heterodesignativas, marcadas, ou não, por deferência ou honoríficos.

Os níveis de deferência

Nem sempre se aborda de forma explícita esta questão em gramáticas descritivas, numa ou noutra normativa, ou em métodos para ensino da língua portuguesa.

O problema, aliás, devia inserir-se também no estudo dos níveis de língua e no das formas de delicadeza, ultrapassando simples taxonomias em que se classificam e etiquetam, de modo pontual e atomístico, marcas verbais de deferência. Acentue-se que, até no que se refere a registos, há discrepâncias quanto ao seu número e quanto a uma possível classificação destes, estabelecida a partir de graus de deferência. Poucas ainda têm sido, também, as tentativas para explicar algumas das escolhas feitas pelo sujeito enunciativo, em situação, contexto, local e tempo determinados. E se tal acontece, raramente a explicação ultrapassa justificativos do tipo – «*forma que reflecte deferência*», «*expressão que revela tolerância*», etc., etc.

Encontramos todavia, sobretudo em investigações sobre línguas orientais e, particularmente, em sociolinguistas americanos, reflexões que importa referir. Assim, Martin¹ e Howell² tentaram analisar registos em japonês e coreano, numa perspectiva etnográfica e sociolinguística.

Martin, porém, define a sua própria análise como «preliminar»³ e limita o binarismo das macrocategorias descritivas à oposição «*in-group*» vs. «*out-group*», ou seja, na sua aceção, membro vs. não membro de um grupo, descritores demasiado simplistas para os complexos sociais que pretende descrever: japoneses e coreanos.

Howell parte de outras dimensões (intimidade e autoridade), mas pouco acaba por avançar na análise, por ser extremamente reduzido o «*corpus*» em que se baseia.

Ambos, porém, tal como investigadores posteriores, acentuam a importância dos factores sociais na descrição dos níveis de deferência: relações de poder ou de solidariedade entre os participantes, papel das rupturas sociais ou de mudanças graduais na situação discursiva e na alteração dos padrões de comportamento, verbal, entre outros. Veremos isto, aliás, na análise do discurso parlamentar, por exemplo.

Posteriormente, este tipo de estudo tem evoluído no sentido de afinar a definição taxonómica dos níveis de fala, em função de relações de idade, sexo, classe social, extracto profissional, zona geográfica de onde vieram e onde vivem os interlocutores.

Há quem, para isto, proponha o uso de testes, de vários tipos e formas. Uma das formas habitualmente sugerida é a de uma **escolha múltipla** em duas colunas, a correlatar: uma coluna, para níveis de língua, marcados hierarquicamente por formas de deferência, outra para hipotéticos destinatários pertencentes a diversas classes sociais. O informante terá apenas de especificar, nas respectivas colunas, as combinatórias socialmente adequadas. É um tipo de teste que não podemos aceitar. Por um lado, exige uma reflexão metacomunicacional, que ultrapassa, em muito, a simples intuição do sujeito falante, o que o leva a comportamentos de hiper-correcção. Por outro, e para além do artificialismo da forma, não se pode negar a existência de discrepâncias entre o que alguém julga que deve ser dito – isto em abstracto, por não se especificarem situações ou interlocutores reais – e o que a própria pessoa

¹ S. Martin, «Speech levels in Japan and Korea», in *Language in culture and society*, ed. D. Hymes, New York: Harper & Row, 1964, pp. 407-412.

² R. W. Howell, «Linguistic status makers in Korean», in *The Kroeber Anthropological Society Papers*, 33, 1965, pp. 91-97; «Linguistic choice and levels of social change», in *American Anthropologist* 70, pp. 553-559.

³ S. Martin, *op. cit.*, p. 409.

diria numa situação concreta. Sondagens deste tipo levam sobre-tudo a um primeiro esboço de usos normativos.

Outro molde de testes assenta na **expressão de julgamentos** sobre semelhanças semânticas, partindo do pressuposto de que qualquer falante os faz no seu dia-a-dia, ao afirmar que duas palavras significam o mesmo ou quase o mesmo.

Há também quem, ao tratar formas de deferência, de delicadeza ou de tratamento, use os habituais testes de disponibilidade, partindo de **um** termo para séries de cadeias associativas. Tentámos este processo de recolha de dados para outros temas – foi aliás muito usado na elaboração de vocabulários fundamentais. Recusámos contudo utilizá-lo no campo em estudo, por ser uma técnica que leva a séries demasiado abertas e extremamente difíceis de correlatar, quando se tem em vista obter esboços de padrões associativos enraizados em padrões de comportamentos sociais culturalmente marcados.

Outro tipo de recolha de informação é o que parte de **testes de reconhecimento**. Aplicámos dois que apenas nos deram as bases sobre que construímos o desenrolar da investigação. Ambos visavam apreender a articulação de formas de tratamento e de deferência – a partir de estruturas complexas, sobretudo, sintácticas, de complementação – com níveis de língua:

- **íntimos**, familiares
- **não íntimos**, de distanciação
 - . objectiva, impessoal
 - . subjectiva, deferência, cortesia, menosprezo, desprezo, marcando

Na primeira parte do teste, tentou-se repertoriar a frequência de certas formas, em termos de uso/não uso, completar a lista de designações apresentadas e especificar as categorias/tipos de pessoas a quem espontaneamente se poderiam aplicar as formas listadas.

A segunda parte do teste apelava mais directamente para a correcção de termos que ocorriam agora em frases, onde se estabeleciam relações sintáctico-semânticas, polarizadas em simetrias ou dissimetrias de situação, entre supostos interlocutores.

Visou-se portanto detectar diferenças na estrutura semântica deste campo, pela apreensão das relações semânticas, primeiro, entre itens lexicais descontextualizados, depois pelas reflexões feitas sobre a sua ocorrência em contextos (frases curtas) e atribuindo ao informante uma posição duplamente distanciada: a de corrector, embora não em função de uma variante-tipo abstracta, mas pela atribuição implícita, ao informante, do estatuto daquele que fala com uma correcção tal (toda a sua zona falaria assim, o que leva também a uma diluição da responsabilidade nas opiniões emitidas), que pode julgar as frases ditas pelos falantes de outra zona do país. Com efeito, o jogo de imagens criado, não só pôs à vontade as pessoas contactadas, como criou uma certa cumplicidade, condescendente, para com aquele que lhes pedia a opinião e que não sabia...o que para eles era evidente.

⁴ Concretizamos citando apenas alguns casos, dado pensarmos vir a trabalhar estas sondagens em publicação posterior. Assim, para a frase 3, obti-vemos a sua repetição, mas, em dois casos...alargada:

- «[...] *Está certo. Mas ajudará?*»
- «[...] *Pois então eu vejo a coisa...prometem, prometem...mas nada se vê*».

Outro informante transformou-a e disse: «*O Governo será capaz de ajudar?*»

A frase 5, também foi alargada (caso aliás muito frequente), tendo aparecido, por exemplo, isto: «Os leitores não vão aceitar esta ajuda, mas eu penso que deviam ajudar».

⁵ Hong-Bae Lee, *A study of Korean syntax*, Ph. D. dissertation, Brown University, 1970.

A primeira aplicação foi feita em 1975, no concelho de Lamego, na aldeia da Várzea, com informantes que mediavam entre os 10 e os 70 anos. A extrema dispersão nos resultados, a extensão e o inesperado de certas respostas⁴, tal como uma inevitável morosidade no trabalho – todo o diálogo era gravado (gravador com microfone incorporado, o que facilitava a relação entrevistador-entrevistado) e, depois, transcrito – levaram-nos a organizar e a testar hipóteses próximas, mas de outro modo, já noutra tipo de população, mais homogêneo (alunos de um mesmo ano, cadeira e turma da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, anos lectivos de 1976-1977) e em situação de sondagem não formal. O segundo teste apresentado (escolha múltipla) aliava o apagamento do entrevistador à produção de um material mais rápido de trabalhar, porque escrito.

Os entrevistados, esses, eram conduzidos, pela própria estruturação do questionário, a hipóteses de simulação do real, logo a criar contextos para as frases ouvidas e que eram ditas com entoação expressiva. As respostas obtidas permitiram-nos abordar questões muito variadas: paráfrase, referência, redundância, modulações retóricas, etc.

Este estudo levou-nos também a confirmar a hipótese esboçada – a de que, numa frase, tem de haver compatibilidade e adequação psico- e sociolinguística entre os vários itens lexicais que nela ocorrem. Daí que um certo nível de deferência restrinja contextualmente todas as formas que nele são aceitáveis, a não ser que o enunciador vise efeitos específicos.

Este desbravar de terreno levou-nos, enfim, ao esboço de um uso-tipo, mas ainda não ao de regras sociolinguísticas.

Aponte-se contudo, e desde já, que mais recentemente, e dentro do quadro teórico generativo-transformacional, houve investigadores empenhados em acentuar o facto de, numa descrição formal, a gramática ter de fazer algo mais do que demonstrar que uma língua se realiza em vários níveis de fala. Esta hipótese explica um certo número de tentativas de formalização de sistemas de deferência correlatos com os dos níveis de fala.

Entretanto outros caminhos foram sendo seguidos. Assim, na descrição do coreano, H. B. Lee⁵ partiu da análise performativa e propôs-se atribuir traços, como [+ Humilde] e [+ Respeitoso], a sintagmas nominais que referem destinador e destinatário e que ocorrem na frase performativa em estrutura profunda. Para ele, a estrutura de superfície seria obtida pela subsequente aplicação de algumas regras transformacionais:

- . nível de fala para declarativas
- . marcador da inserção do sujeito
- . apagamento do performativo.

No sistema sugerido por Lee os «marcadores honoríficos» (*honorifics markers*) são inseridos por uma regra transformacional, introduzida pelo traço [+ honorífico],

atribuído ao SN em frase encaixada da estrutura profunda – hipótese que se pode criticar, por tal traço não ser inerente aos Sns que denotam participantes.

Em todo o trabalho se acentua a necessidade, para uma teoria generativa-transformacional, de construir uma gramática «*whose perspective is broad enough to take into account some aspects of language use or speech acts*»⁶.

⁶ *Ibidem*, p. 7.

Também ultrapassando o nível frase, mas dentro de um mesmo quadro teórico, certos estudiosos propuseram a noção de operadores discursivos, tais como «honoríficos», «*focus*» e «*deixis*». Através deles reportar-se-iam aos aspectos da língua relativos à situação de discurso: locutor, interlocutor; tempo e espaço enunciativos: o «como do dizer», a função da relação enunciativa, etc. Nesta perspectiva houve ainda outros investigadores⁷ que propuseram análises em termos de actos de fala. Citamos, entre eles, C. M. Lee, para quem há um marcador diferencial, reflexo de um predicado transitivo abstracto que, porque superior, ordena o predicado performativo mais baixo. Deste modo, para ele, a representação de uma frase com marca [+ honorífica] seria

⁷ Resumos das propostas de Chang (1973) e C. M. Lee (1974) em «*Sociolinguistics*», ITL, in *Review of Applied Linguistics*, 56, 1992, Quebec, ed. Univ. Montréal, pp. 10-49.

«DEFER (x, (STATE (y, (P)))»⁸

⁸ C. M. Lee, *ibidem*, p. 46.

A referência a estes trabalhos resulta da necessidade de demonstrar que, em modelos extremamente variados, se sentiu a necessidade de inserir traços e regras marcadores de deferência.

Todavia, num âmbito sociolinguístico, teria sido preciso articular tais traços com situações e contextos determinados e tentar compreender quais as componentes sociais e sociolinguísticas que condicionaram a triagem, pelo locutor, de marcas diferenciais, em contextos e situações específicos e com participantes determinados.

Atentemos por isso, a seguir, num primeiro esboço de descrição dos aspectos sociolinguísticos dos níveis de deferência.

Registos

Os níveis de língua incluem, entre outros elementos, termos e expressões de diferentes tipos e categorias que indiciam relações entre os interlocutores que participam em determinado acontecimento de fala.

Em tais acontecimentos, a relação pode ser descrita, em termos genéricos, a partir de duas dimensões fundamentais: a solidariedade (como elo social específico) e o estatuto social, relativo, dos participantes. Mesmo tendo apenas em conta estes factores, a sua interacção é complexa e dificulta as tentativas para induzir o porquê das escolhas respectivas. Isto acontece também porque existem restrições contextuais estritas entre níveis de língua e termos de deferência. Nestes se incluem os de tratamento, mesmo no caso de padrões comuns de comportamento verbal, se, nestes padrões, é possível, dada a situação, a ocorrência de modulações estilísticas. As-

sim, os registos de língua incluem conjuntos de expressões linguísticas que denotam vários graus da deferência que o falante pode demonstrar ao seu interlocutor.

Levantam-se aqui problemas que continuam por resolver. Com efeito, muitos investigadores reconhecem, como Turner faz notar, que «*the same linguistic forms may indicate an increase in the number of hearers, an approach to a stranger of unknown background and interests, respect for a known hearer of high status or deference to an important topic of discussion*»⁹. Reconhece-se, portanto, a enorme dificuldade destes estudos.

⁹ G. Turner, *Stylistics*, London: Penguin, 1973, p. 199.

Para além disso, as suas hipóteses, ou as suas propostas, coincidem em muito pouco. Concretizamos com um facto: o de que os estudiosos nem sempre concordam com o número de níveis habitualmente reconhecido, nem com a respectiva ordem hierárquica. Alguns reconhecem seis níveis: outros, cinco; outros ainda quatro. Esta discrepância é devida, sobretudo, a dois factores: inclusão ou exclusão da escrita formal e do oral fortemente ritualizado, quando a investigação talvez só devesse incidir em usos coloquiais *standard*, mesmo se muito diversificados, porque, naturalmente, função das várias situações em que ocorrem, e porque há necessidade de ter em conta discursos de especialidade, produzidos por locutores marcados por parâmetros e estatutos diferentes e bem definidos. Ora, há autores para quem a disparidade em *status*, o maior ou menor estatuto dos vários interlocutores, é factor significativo, determinante único da variabilidade dos registos. Em contrapartida, para outros, a diferença resulta, não do estatuto do locutor, mas do grau de formalismo, maior ou menor, da situação enunciativa. Veremos qual destas hipóteses nos surge corroborada pelo discurso parlamentar. Adiantemos todavia, e desde já, que há neste discurso numerosos exemplos que permitem demonstrar o seguinte: o mesmo falante, numa mesma situação global (parlamentar), dirigindo-se ao mesmo público interlocutor, mas em contextos discursivos diferentes, pode oscilar entre estilos que vão do mais rigidamente formal ao informal. Acontece que modulações retóricas deste tipo não são factores predicativos, mas factores interpretativos¹⁰.

¹⁰ G. Sankoff, «Language use in multilingual societies: some alternative approaches», in *Sociolinguistics*, eds. J. Pride e J. Holmes, London, Penguin, 1972, pp. 33-51.

Para além das diferenças de situação e de estatuto/papel, para além ainda de outras já atrás referidas, parece importante acentuar ainda oposições de sexo. E, aqui, a pergunta fica: tenderão os homens, porque mais habituados a desempenhar papéis marcados por [+ autoridade], e embora em idêntica situação, a de deputado, a ser mais formais no comportamento social e verbal? Tentaremos responder a esta questão em função do universo estudado.

Usos comuns

O padrão geral das variantes-tipo terá, neste caso, de ser abordado em termos de poder-autoridade vs. solidariedade-camaradagem entre os participantes. Este último factor pode mesmo ser considerado decisivo, até porque será ele que irá determinar se, e como, poder e autoridade terão interferência.

A distinção de Martin já atrás referida (a de pertença, ou não, a um grupo) afecta, em muito, a dimensão de solidariedade. Note-se, no entanto, que não aceitamos a distinção em si como eixo de classificação para acontecimentos de fala, nem a hipótese de ser ela a determinar o registo utilizado pelo locutor. Lembramos que grupo parlamentar é aqui sinónimo de partido. Mantidas neste, ou entre macro-grupos, como esquerda ou direita, as relações de solidariedade determinam não só o grau e o tipo de uma intervenção marcada por poder ou autoridade, como as formas de deferência e o desenrolar, assimétrico ou não, das estruturas dialógicas. Neste último caso, o dos usos simétricos recíprocos, serão códigos de familiaridade, quando não de cumplicidade, que marcarão as formas discursivas.

Usos assimétricos

Tal como já foi referido, os usos assimétricos de níveis de fala resultam da disparidade de estatutos entre destinador e destinatário(s). Como determinantes fundamentais de maior ou menor *status*, colocamos a posição social do indivíduo e da própria família (posição hereditária), o cargo profissional, a situação económica, níveis cultural e de escolaridade, nível etário, etc.

Em muitas análises – exemplo, as de Martin ou de Howell, já citados – o bem-estar económico, ou até a riqueza, são encarados como um dos factores que, socialmente, determinam usos não recíprocos de níveis de fala. Acontece porém que é um dos parâmetros que nos foi impossível estudar, dada a ausência total de informações concretas neste domínio no âmbito da população observada. Além disso, embora seja impossível negar que as classes mais altas têm, em geral, maior poder económico e que este, muitas vezes, permite nítida ascensão social, é também um facto que a riqueza *de per se* não constitui razão de deferência, nem motivo para um uso assimétrico de registos – a não ser por ironia ou porque o falante está, na sua profissão, subordinado ao interlocutor.

Outro factor também nem sempre enfatizado, mas a que damos particular relevo, é o da profissão exercida: nalguns casos quase a funcionar como casta e contendo em si (os exemplos de advogados ou de economistas são função da população estudada) uma forte estratificação, até mesmo hierárquica. O uso simétrico mantém-se, todavia, quando as idades são próximas ou quando opções políticas idênticas forçam determinados comportamentos verbais e certas atitudes.

A idade, aliás, é um dos factores sociais com influência real nas escolhas linguísticas, tanto quanto a hierarquia em cargos oficiais. Esta actua pela relatividade com que marca os elementos do sistema, o que leva a variações nos estratos respectivos.

Entre os factores idade e hierarquia existem, porém, fenómenos de neutralização. Acentue-se, apesar disso, que nunca a idade apaga diferenças hierárquicas, logo disparidades em *status*, sobretudo na presença de outros.

Sumariando, agora, condições de assimetria, no uso de formas de deferência, temos:

- factor **situação**:
 - formal
 - não formal
 - informal
- factor **estatuto** condicionado por:
 - idade
 - família
 - profissão
 - sexo
 -
- factor **marginalidade** ou sentido de «*out-groupness*» (Martin), em relação a situação(ões) e grupo(s).

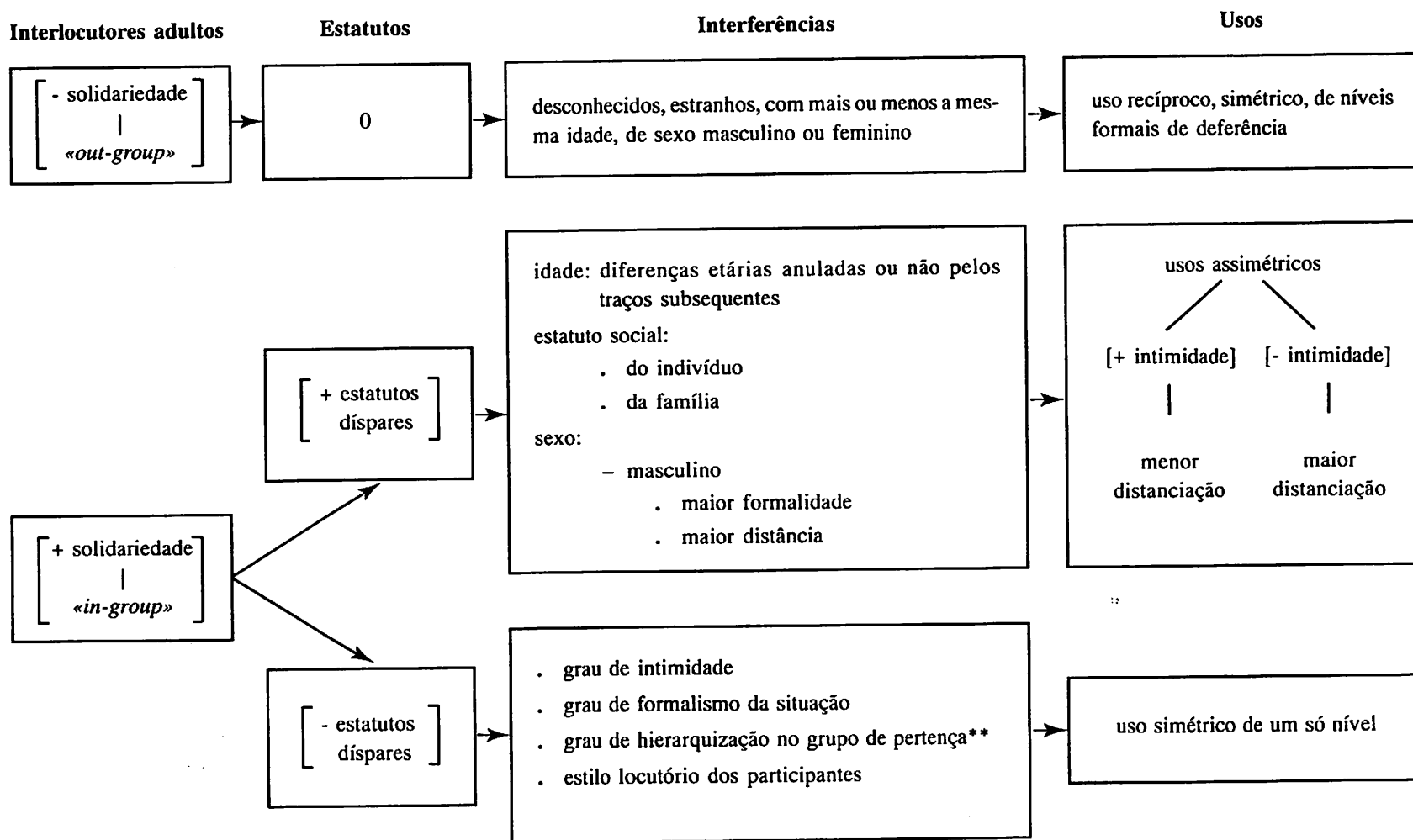
Uso simétrico

Este tipo de uso acontece quando os estatutos dos participantes numa relação não são, ou não estão, identificados (ex.: encontro de estranhos), ou quando não são voluntariamente marcados (ex.: reunião de militantes de um partido). Acontece também quando os estatutos são apagados por outros factores (ex.: idade, relações de família) ou enfim, e é o mais normal, quando os interlocutores têm o mesmo estatuto.

A escolha do registo dependerá, sobretudo, do grau/tipo de solidariedade que marcar as relações entre interlocutores e, por isso, do tipo e coesão do grupo em que se inserem (família, empresa, partido, sindicato, club, etc.). Note-se que, nalguns grupos, se mantém certa distância entre dois adultos de sexo diferente, apesar do estabelecimento de relações solidárias e apesar de situações, por vezes bastante informais, de trabalho a sós. Estude-se a síntese de usos que propomos na página seguinte.

É evidente que uns e outros usos, por muitos hábitos e padrões que criem, não apagam nunca o estilo pessoal de cada interlocutor, nem as tendências autoritárias ou democráticas que lhe possam caracterizar atitudes e comportamentos. Poderemos por isso afirmar ser cada um de nós marcado por tipos diversos de dialectos, que cada um filtra, deforma, segundo a própria ideologia? Que papel poderá ter o indivíduo, ou o grupo, ante sistemas de formas, gramaticalmente complexos e fortemente hierarquizados, que abarcam tanto léxico como estruturas: sintácticas, semânticas e pragmáticas?

FACTORES SOCIAIS PREDICATIVOS*: HIPÓTESES DE CORRELAÇÃO



* Acepção de Sankoff.

** Militares, por exemplo.

Formas honoríficas

Analisemos, por isso, as características do que, em língua portuguesa, nos parece ser o nível mais alto de formas de tratamento, o das designações honoríficas, nível que, entre nós, foi quase próximo do que aparece em sistemas orientais.

De modo simples, podemos dizer que formas honoríficas são aquelas que permitem ao locutor mostrar grande deferência pela pessoa de que, ou a quem fala. Esta pode ser o próprio sujeito enunciador, o(-s) destinatário(-s) ou aquele(-s) – terceira pessoa – que se referem no discurso, estando ou não presentes em situação. É evidente que a auto-referência, em termos honoríficos, só acontece num número reduzido de casos – aqueles em que, por exemplo, ou se acentua ofensa, cólera («Fazer-me isto a mim, presidente eleito do grupo [...]»), ou ironia, comicidade. Nos outros casos, teremos, sobretudo, a sua determinação por factores sociais, externos.

Este tipo de formas assenta em contrastes binários de [+ honorífico] vs. [- honorífico], caso de deferência explícita e directa ou de [+ humilde] vs. [- humilde], deferência explícita, mas indirecta, e que marca atitudes e comportamentos do sujeito enunciador.

A utilização frequente, até em linguagem coloquial, destas fórmulas permite esboçar algumas regras de uso, sobretudo no caso em que o referente é o destinatário.

De um modo geral, as regras são as que regulam a escolha de níveis de língua marcados por deferência, seja esta, ou não, recíproca. Quanto ao padrão assimétrico, desenha-se de modo também idêntico e isto ainda no caso em que um locutor (estatuto muito elevado) fala com alguém de estatuto menor, embora igualmente alto. Implica, de certo modo, formas ritualizadas de delicadeza no tratamento.

Um caso particular, e complexo, ocorre quando o referente é uma terceira pessoa, presente ou não na situação interlocutória. Isto porque, aqui, se tem de ter em consideração não só a relação locutor-referente, como as estabelecidas entre sujeito destinador e destinatário e entre este e o referente. Estamos portanto ante uma relação triádica. Sendo S, o enunciador; D, o destinatário, e R, o referente; sendo > símbolo de estatuto mais elevado, e surgindo =, como símbolo ou de estatutos idênticos ou de não identificação de estatutos, teremos a seguinte taxonomia relacional:

Relações	Formas	
	honoríficas	de deferência
a. R > D > S	+	+
b. R > S > D	+	-
c. S > R > D	-/+	-
d. S > D > R	-	-
e. D > S > R	-	+
f. D > R > S	-/+	+
g. R = D > S	+	+
h. R = S > D	+/-	-
i. S = D > R	-	-/+
j. S > R = D	-	-
l. D > R = S	-	+
m. R > S = D	+	-/+

Nas relações **d**, **e** e **i**, o uso de termos honoríficos está fora de questão, porque destinador e destinatário têm estatuto superior ao do referente.

Também em **j** e **l** tal tratamento é impossível: em **j**, porque não há diferença de estatuto entre **R** e **D** e porque **S** lhes é superior: em **l**, embora referente e locutor tenham o mesmo estatuto, o destinador tem-no mais elevado – logo, nunca a forma de designar o referente lhe podia ser superior.

Exigem formas de tratamento honorífico as relações **a**, **b** e **m**, em que o referente surge marcado pelo estatuto mais elevado. A relação **g** também o exige, porque, aqui, referente e destinador estão marcados por tal estatuto.

Resta-nos analisar as relações **c**, **f** e **h**. No caso **c**, o referente, embora com estatuto inferior ao do locutor, tem-no superior ao do destinatário – o que leva a que, normalmente, não sejam usadas designações honoríficas. Em **h**, também o uso, ou não uso, de tais formas é igualmente aceite. Estilisticamente, poderíamos dizer que a escolha dependerá do facto de o enunciador ter em mente o querer enfatizar a relação, ou entre ele e o referente (forma apagada), ou entre o referente e o destinador (ocorrência da forma honorífica).

A relação **f** é talvez a de mais interesse – embora automaticamente se pense que só o registo da maior deferência poderia ser usado, tendo em conta a relatividade das posições, ambas dominantes, de **D** e de **R**. No entanto, as formas honoríficas podem ser apagadas, se **R** e **S** forem membros de um mesmo grupo, colegas, por exemplo.

Sumariando estas reflexões, temos o quadro da página seguinte.

Para qualquer destes casos, pomos a hipótese de, para além dos itens lexicais que exprimem deferência ou humildade, muitos dos outros termos que ocorrem na frase também serem determinados pelas escolhas feitas, no que designaremos por polos centrípetos. E serão estes que terão interferência no tipo de estrutura frásica e nos elementos que a constituem. Apoiamos esta afirmação com respostas obtidas, quando do teste aplicado por nós em 75 e onde algumas frases foram corrigidas como segue:

F₁: PEÇO A V. EX.^a QUE ME AJUDE

Correcções:

- . Peço a V.^a Ex.^a o favor de me ajudar, acompanhada da explicação – «*que me ajude, não, porque era uma coisa quase obrigatória*».
- . Venho pedir a V.^a Ex.^a o favor se me pode ajudar.
- . Se V.^a Ex.^a fizer a esmola de me ajudar...
- . Peço a V.^a Ex.^a que me dê uma mãozinha.

		FORMAS LINGUÍSTICAS				
Aquele(s) de quem se fala		tratamento [+ deferência]	1.ª pessoa [+ modéstia]	referência [+ deferência]	honoríficos [+ honorificência]	registos [+ deferência]
1. Destinatário (R)		+	+	+	+	+
2. Destinatário (ñ R)		+	+	-	-	+
3. Referente (ñ D)		-	-	+	+	-
4. De ambos, D e R		+	+	+	+	+
5. Nem de D, nem de R		-	-	-	-	-

F₄: O DOUTOR SUPÕE ESTAR A AJUDAR

Correcções:

- 45 informantes, em 100, substituíram «o Doutor» por «o Senhor Doutor»
- 20 informantes, em 100, substituíram «supõe» por «acredita».

F₆: AVISO VOSSÊNCIA QUE DEVE AJUDAR

Correcções:

- Todos os informantes substituíram «Vossência» por «V.^a Excelência»
- Todos substituíram «aviso» ou por «Peço o favor de» (30%) ou pelo apagamento da estrutura de complementação reformulando a frase:
 - Se V.^a Ex.^a nos poderia ajudar (10%)
 - V.^a Ex.^a se nos poderia ajudar (5%)
 - V.^a Ex.^a ajude-nos (25%)..., etc., etc.

Vemos deste modo que um dos campos onde a investigação tem maior interesse é aquele em que os termos de deferência que referem o outro acompanham formas auto-referenciais marcadas por [+ modéstia], [+ humildade]. Aliás, e já foi dito, estes traços, nas formas de auto-referência, são um dos processos de mostrar consideração pelo destinatário, se este for aquele acerca de quem se afirma algo.

Propomo-nos vir a retomar este tema, tendo em vista a validação das seguintes hipóteses:

- as fórmulas, de deferência ou de humildade, que funcionam como pólos centrípetos atraem itens e formas estruturais do mesmo registo;
- se os itens lexicais podem apresentar variantes (Doutor e Sr. Doutor ou Pedir e Solicitar, por exemplo), é possível demarcar restrições de co-ocorrência entre essas variantes e outros marcadores honoríficos.

É possível, em princípio. Até porque não podemos esquecer o fenómeno, já referido, de oscilação entre os níveis, quando partimos de dados recolhidos em experiências, simuladas ou vividas.

Acrescentem-se algumas notas ainda dentro deste tema.

Se o estatuto é idêntico entre **D** e **R**, as marcas de deferência e os títulos honoríficos caem muitas vezes ante um discurso denotativo e informativo impessoal.

Se partimos da situação **R** > **S** = **D**, e na ausência de **R**, cai-se num diálogo informal, mais ou menos subjectivo, às vezes pejorativo e mostrando até um antago-

nismo que se reflecte no tratamento de R: e são várias as explicações possíveis para este caso.

A mudança de registo também é frequente na relação $R = S > D$, sobretudo se se caminha para um discurso informal e descontraído, em que o locutor fala, de um igual, com alguém de estatuto inferior. Contudo, nunca se atinge, neste caso, o nível de familiaridade que pode marcar a situação acima referida – podemos talvez dizer que, aqui, o discurso se desenrolaria do mesmo modo na presença ou na ausência do referente.

Aponte-se, para concluir, a importância dada, em sociolinguística, a este tipo de «oscilações honoríficas» determinadas pela situação e pelo contexto imediatos e que surgem «*governed by common allocation, i.e., by widespread normative views and regulations that commonly allocate a particular variety to a particular cluster of topics, places, persons, and purposes*» – «*speech settings*», segundo Hymes. Isto, enquanto «*metaphorical switching is governed by uncommon or contrastive allocation*»¹¹.

¹¹ J. A. Fishman, (ed.), *The Sociology of language*, Rowley, Mass.: Newbury House, 1972, p. 42.

Formas de delicadeza

Antes de concluirmos estas reflexões sobre níveis de deferência será importante abordar outro aspecto da noção de deferência, e um dos mais importantes em sociolinguística, o das fórmulas de delicadeza. Refira-se aliás que, para alguns, delicadeza e deferência funcionam como sinónimos. Não aceitamos todavia esta identificação: pode-se ser delicado sem mostrar deferência: ou falar indelicadamente, mas com marcas exteriores de extrema deferência. Com efeito, para nós, se a delicadeza é uma dimensão que difere da deferência, é porque, repetimos, ares superiores de condescendência podem transparecer em fórmulas delicadas: porque comportamentos, falhos na mínima cortesia, podem ser ritualmente deferentes.

A deferência exprime-se na opção por certas formas honoríficas e por determinados registos. A delicadeza, essa, é sobretudo marcada por linhas de entoação, por formas eufemísticas ou indirectas do dizer, por formas que tornam difusas, que atenuam ideias expressas e que respondem a uma intenção do locutor: a de ser delicado, a de não ferir, a de não chocar. Essa delicadeza manifesta-se em

- palavras «*whose meaning implicitly involves fuzziness [...] words whose job is to make things fuzzier or less fuzzy*»¹²
- frases, em que aquilo de que se fala é, de certo modo, rodeado, escondido ou adoçado, pela própria estrutura do enunciado.

Interessar-nos-ão por isso, e sobretudo, aquelas formas de contextos em que a intenção de delicadeza¹³ levou a estratégias ou positivas a atenuar o dito, ou negativas a diminuir o grau de implicação-responsabilização no discurso, pela distância criada.

Indiquemos algumas delas: certas modalidades; alguns tipos de estruturas (relativas, completivas...); perífrases do tipo «*Ele é mais para o género...*», ou «*Isso pode*

¹² R. Lakoff, «Language in context», in *Language* 49, pp. 107-227, p. 195.

¹³ P. S. Levinson Brown, 1978, «Universals in Language usage: politeness phenomena», in E. Goody (ed.), *Questions and politeness strategies in social interaction*, Cambridge: CUP.

ser mal interpretado»; apagamento do sujeito gramatical ou sua transformação em sujeito indefinido/indeterminado, etc.

Combinatórias de elementos deste tipo exprimem delicadeza, para além das marcas explícitas de deferência que, com aqueles, podem co-ocorrer e que, estas sim, codificam, claramente, relações de *status*.

Questões em suspenso

Levamos aqui mais alguns problemas. **Um deles será:** quantas categorias socioverbais se podem considerar abertas pelas componentes deferência ou delicadeza?

Dada a dificuldade da resposta, limitamo-nos a citar Crystal e Davy: «*the number of linguistic terms along these scales and the nature of the polarities, are still matters for speculation*»¹⁴.

Outra questão a pôr: quais os traços, as marcas linguísticas que, em determinada língua/cultura/sociedade, criam diferenças perceptíveis em termos de *status* ou indiciam graus no formalismo das situações?

Para o inglês, na sua variante americana, Martin Joos¹⁵ menciona algumas, as chamadas «etiquetas codificadas», que podem permitir distinguir estilos, do formal ao informal. Elipses e frases incompletas¹⁶, embora sugeridas por outros, nem sempre se podem considerar significativas e pertinentes. Aliás, ainda que se continue a listar estudos isolados, a conclusão será a mesma: para algumas línguas, poucas, é impossível ultrapassar, de momento, coleções e análises, com interpretação de dados.

Levante-se, por isso e para finalizar, um outro problema, este posto por Crystal e Davy:

The main procedural difficulty, which we have already had cause to refer to, arises from the fact that linguistic features do not usually correlate in any neat one-for-one way with the situational variables in an extra-linguistic context [...].

The majority of linguistic features in English has little or no predictive power, that is, they are ambiguous indications of the situational variables in the extra-linguistic contexts in which they are used. This state of affairs must be recognized adequate by any theory of language variation. And if, working the other way round, one specifies a situation and tries to predict its linguistic features, it is impossible to make reliable predictions about any but a small number of features.¹⁷

Dito tudo isto, pergunta-se: ser-nos-ão possíveis conclusões mais precisas e apresentadas de modo mais sistemático no fim do estudo que aqui nos propusemos? Esperemos poder responder afirmativamente, pelo menos, num futuro não muito longínquo.

¹⁴ D. Crystal e D. Davy, *Investigating English style*, Bloomington, Ind., Indiana University Press, 1969, p. 74.

¹⁵ Martin Joos, *The five clocks*, New York: Harcourt-Brace-World, 1961.

¹⁶ G. W. Turner, *op. cit.*, p. 76.

¹⁷ D. Crystal e D. Davy, *op. cit.*, p. 62.

Práticas

1. Leia os dois textos que seguem.

A

Não conheço pessoalmente esse indivíduo de quem *falas*. Não sabemos quem *é*, donde *vem*. Mas podeis estar certos de que será recebido condignamente: os hóspedes foram sempre bem acolhidos nesta casa; sentados à mesa comum, fazem parte da família.

B

Eu não conheço pessoalmente esse indivíduo de quem *tu* *falas*. *Nós* não sabemos quem *ele é*, donde *ele* *vem*. Mas *vós* podeis estar certo de que *ele* será recebido condignamente: os hóspedes foram sempre bem acolhidos nesta casa: sentados à mesa comum, *eles* fazem parte da família.

Observando-os, que conclui sobre o uso das formas em itálico?

2. Interprete os excertos que seguem, tirados de falas do conselheiro Acácio, à luz do que conhece da personagem.
 - Eu peço ao meu Savedra que não tire desse facto ilações erradas. Os meus princípios são bem conhecidos.
 - Eu não quero entrar em discussões políticas: só servem para dividir as famílias mais unidas.
 - Porque eu entendi que era meu dever dedicar um tributo à memória da infeliz senhora.
3. Será o mesmo, o efeito produzido pelo uso de *me*, no passo de Monteiro Lobato que a seguir transcrevemos?
 - Muito bem, senhor Ayrton Lobo! Sempre contei com a sua presteza, quando o senhor *me* andava a pé. Agora, que se deu ao luxo de um automóvel, *gasta-me* vinte e tantos dias numa simples cobrança e *aparece-me* com essa cara de cachorinho que *me* quebrou a panela!
Me, me, me, me,...tudo para aquele homem se relacionava egoisticamente à sua pessoa... (*O presidente negro*, p. 194).

Leituras complementares

**A DELICADEZA EM PORTUGUÊS:
para o estudo das suas manifestações linguísticas**

Maria Helena Carreira

1. INTRODUÇÃO

Aprender a comunicar numa dada língua estrangeira é, como se sabe, aprender a utilizar essa língua em contextos etnoculturais determinados e em múltiplas situações de interacção verbal. O envolvimento pragmático da mensagem verbal age a todas as etapas do percurso da sua produção ou da sua interpretação (Pottier 1987:92).

Assim, o conhecimento dos elementos de natureza lexical e morfo-sintáctica e das suas regras combinatórias é necessário mas não suficiente para que dois ou mais interlocutores estabeleçam entre si trocas verbais comunicativamente adequadas.

É nesta perspectiva que o sistema linguístico da delicadeza ocupa um lugar de destaque na regulação da relação interpessoal. Como o afirma C. Kerbrat-Orecchioni no seu estudo «*La politesse dans les interactions verbales*», «*il est évident que la problématique de la politesse se localise non point au niveau du contenu informationnel qu'il s'agit de transmettre, mais au niveau de la relation qu'il s'agit de réguler*» (1992:159).

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

O estudo das manifestações linguísticas da delicadeza tem-se desenvolvido nas últimas duas décadas e as publicações são numerosas muito em especial em língua inglesa, tais como as de D. Hymes, J. Gumperz, E. Goody, E. Goffman e R. Lakoff. Em francês, destacam-se as obras *La conversation quotidienne* de D. André-Larrochebouvy (1984) e *Les interactions verbales* (vol. II) de C. Kerbrat-Orecchioni (1992). Neste último livro, a autora apresenta uma síntese muito completa dos principais estudos publicados, dando especial relevo aos modelos desenvolvidos por P. Brown e S. Levinson (1978, 1987), assim como por G. N. Leech (1983). Os autores desenvolvem um modelo geral, conjunto de estratégias ou princípios (Brown & Levinson) ou conjunto de máximas (Leech), que permita estudos pormenorizados das manifestações linguísticas da delicadeza em diferentes línguas, em interacções verbais de diferentes tipos.

Numerosos têm sido os estudos realizados para diversas línguas inspirando-se fortemente nas propostas de Brown & Levinson, dos quais se destaca, para o francês, o já referido estudo de C. Kerbrat-Orecchioni (1992).

O modelo de Brown & Levinson, cujo fundamento é o respeito do indivíduo enquanto entidade social, tem como base a distinção entre «delicadeza negativa» e «delicadeza positiva». A delicadeza negativa aproxima-se da noção de protecção do «território do eu», enquanto a delicadeza positiva corresponde à valorização da imagem do(s) alocutário(s). Note-se a relação com a «teoria das faces», centrada nos esforços desenvolvidos pelos interlocutores para não perderem a face, teoria desenvolvida por Goffman (1973, 1974), e com a distinção durkheimiana entre ritos positivos e negativos.

Como no-lo lembra C. Kerbrat-Orecchioni, a distinção entre delicadeza negativa e positiva deve ser entendida na linha da distinção de Durkheim entre ritos positivos e ritos negativos. Assim, *la politesse négative sera de type absentionniste, consistant à éviter un FTA [Face threatening Acts]* (expressão proposta por Brown & Levinson), «acto ameaçador para a face», *ou à la rigueur si l'on est amené à en commettre, à en adoucir la violence par quelque procédé de «redressement»*; *la politesse positive consistera au contraire à accomplir un acte intrinsèquement poli, c'est-à-dire valorisant pour l'un et/ou l'autre des faces de A [allocutaire]* (Kerbrat-Orecchioni 92: 177).

Segundo Brown & Levinson há três factores fundamentais, todos eles determinados culturalmente, que orientam as escolhas de manifestações linguísticas de delicadeza:

1. a relação de poder;
2. a distância social;
3. o peso da imposição (ou seja do grau de «ameaça» para a face dos interlocutores - Brown & Levinson falam, como acabamos de ver de *Face Threatening Acts* FTA) – ver Kerbrat-Orecchioni (1991) e Béal (1993).

Apesar de a noção de «actos de ameaça» para a face dos interlocutores ser fulcral no modelo de Brown & Levinson, os próprios autores reconhecem que há outras normas possíveis segundo as culturas: *Des cultures peuvent être différentes quant à leur degré de tolérance concernant l'expression de désirs autres que celui de ne pas perdre la face (tels que le désir d'efficacité ou le désir de manifester son pouvoir). Si, par exemple, il y a une norme pour la sincérité, une critique sincère sera une insulte moins grave que dans une société qui ne considère pas ce genre de norme comme légitime* (Brown & Levinson, 1987:249 e 16, citado por Béal 1993: 101). Assim, numa perspectiva de comparação de culturas, as categorias propostas por Brown & Levinson deverão ser ajustadas às respectivas normas sociais.

O estudo de C. Béal (1993) sobre as estratégias conversacionais de franceses e australianos, em situação de trabalho, na Austrália, ilustra bem a necessidade de introduzir adaptações no modelo de Brown & Levinson. A autora prefere afirmar com A. Wierzbicka: *ce qui est en cause, ce n'est pas la politesse en tant que telle, mais l'interprétation de ce qui est socialement acceptable dans une culture donnée* (ib.: 101). Por outras palavras: é necessário situarmo-nos segundo a lógica de cada cultura.

As análises de interações verbais realizadas por C. Béal permitem detectar, por exemplo, dois tipos de atitudes culturais; franqueza vs. tacto, que diferenciam a lógica da *politique d'engagement* da cultura francesa da lógica da *politique non-interférence* da cultura anglo-saxónica (*C'est ainsi que la franchise des Français devient «bluntness», brusquerie, aux yeux des Australiens et que le tact des Australiens devient hypocrisie aux yeux des Français* (*ib.*: 105). A autora conclui: Les différences culturelles au niveau des stratégies conversationnelles sont, on le voit, une source particulièrement insidieuse de tensions [...]. Chacun les interprète à travers sa propre grille de lecture culturelle: on attribue à l'autre les intentions que l'on aurait soi-même si on se conduisait de cette façon-là. (*ib.*: 105-106).

A análise das diferentes normas culturais subjacentes a cada sistema linguístico da delicadeza em contacto (isto é, aquando de interações interculturais) contribuirá para reduzir mal-entendidos conversacionais (v. Levinson 1983: 376; Srpova 1991, para uma reflexão relativa ao léxico e aos diferentes «etno-universos»).

3. ADELICADEZA EM PORTUGUÊS: ALGUMAS MANIFESTAÇÕES LINGUÍSTICAS

É segundo a síntese do sistema da delicadeza proposta por Kerbrat-Orecchioni (1992: 183-191) que orientei a apresentação dos dados relativos ao português.

Partindo do modelo de Brown & Levinson e integrando o modelo de «máximas» de Leech (enquanto o modelo de Brown & Levinson se alicerça na noção de face – v. FTA – o de Leech alicerça-se nas noções de «custo» e de «benefício», sendo o princípio da delicadeza, «seja delicado», o princípio fundamental), Kerbrat-Orecchioni toma em consideração três eixos para a construção de um système cohérent de la politesse, evitando o risco que corre o modelo de Brown & Levinson de amalgamar «delicadeza» e «face». Os três eixos são os seguintes:

1. princípios que regem o comportamento do locutor (relativamente a ele próprio e relativamente ao seu interlocutor);
2. princípios relativos à delicadeza negativa vs. positiva;
3. princípios relativos à face negativa e à face positiva (*ib.*: 178-181).

Teremos, assim, quatro tipos distintos de delicadeza (*ib.*: 178):

1. delicadeza negativa para com a face negativa (por ex. um pedido de desculpa, por qualquer violação de «território do eu»);
2. delicadeza negativa para com a face positiva (por ex. a atenuação de uma crítica);
3. delicadeza positiva para com a face negativa (por ex. a proposta de ajuda);
4. delicadeza positiva para com a face positiva (por ex. o elogio).

Cada um destes tipos se articula com «princípios orientados para o alocutário» (delicadeza no sentido restrito) e «princípios orientados para o locutor» (v. quadro de síntese, *ib.*: 184).

Limitar-me-ei aqui a ilustrar algumas manifestações, em português, da **delicadeza** no sentido restrito, isto é, **orientada para o alocutário**.

ex. Seu estúpido, saia!/Você, saia!/O senhor, saia!
Estimado (ou: amável, etc.) senhor, saia!

As fórmulas de delicadeza mais frequentes (aqui apresentadas no singular), «[se] faz [o] favor»; «por favor», antepostas ou postpostas ao acto directo de ordem, atenuam o carácter brusco, ou mesmo brutal, da «ordem». Podem combinar-se também com actos indirectos de ordem, nomeadamente com o «pedido». O «pedido», introduzido, por exemplo, por «não se importa [de]...?», «queira...», «pode...?», pode ser precedido de um «pré-pedido» expresso por «será que...?», «Se me permite...».

ex. Saia [se] faz [o] favor
Saia, por favor
Saia lá (registo familiar)
Não se importa de sair?
Queira sair/queira ter a amabilidade de sair [+ finalidade: para...]
Talvez possa/queira sair
Será que pode sair?/Será que pode fazer o favor de sair?
Se me permite pedir-lhe que saia...
etc.

Outra forma de realizar com delicadeza um acto directivo é fazê-lo através da expressão de um «desejo»:

ex. eu preferia/gostaria que saísse

ou, ainda melhor, através da expressão de um «conselho»/«sugestão»/«encorajamento»; introduzida por expressões do tipo:

Não é/não será melhor...?	(ex. Não é/não será melhor sair?)
Não era/não seria melhor...?	(ex. Não era/não seria melhor sair?)
Sugiro/sugeria/sugeriria	(ex. Sugiro que saia/sugeria ou; sugeriria que saísse)
Não quer...?	(ex. Não quer sair?)

ou por uma proposição condicional de valor contrafactual : «(e) se + imperfeito do conjuntivo» (ex. e se saísse?..).

A entoação interrogativa combinar-se-á para acentuar a estratégia de delicadeza, com uma entoação de suspensão do enunciado.

Note-se que o «conselho» expresso por marcadores do tipo «aconselhar a/dar o conselho de», segundo a entoação, poderão exprimir um conselho/sugestão ou uma ameaça:

ex. aconselho-o a sair/a que saia
aconselhavo-o/aconselhá-lo-ia a sair/a que saísse.

Do mesmo modo, e em sentido contrário, seguindo a figura 1, uma entoação correspondendo a um pedido ou a um desejo – podendo atingir a súplica – transforma o valor ilocutório do

acto directo de ordem, tornando-o, do ponto de vista da intencionalidade do enunciador, num acto de valor indirecto, apesar de a sua superfície sintáctica ser a de um acto directo de ordem (ex. Saia! pronunciado com uma entoação de súplica).

Nos exemplos acima apresentados é frequente a alternância verbal, presente do indicativo/ imperfeito/condicional. Trata-se de um processo de desactualização temporal (verbo no imperfeito do indicativo) ou modal (verbo no condicional) em isossemia semântica com uma certa destanciação que a expressão da delicadeza supõe (v. respeito pelo «território», pela «face» do alocutário).

Um exemplo de indirectão frequente é o da apresentação do motivo do acto de ordem, ficando a expressão de ordem subentendida. Pode ser precedida ou não de uma fórmula de pedido de desculpa e de uma modalidade deontica (aplicada ao locutor):

ex. (Desculpa, mas) tenho de fechar a porta.

A entoação reforçará ou não a expressão de delicadeza, podendo até anulá-la. A delicadeza máxima corresponderá a uma entoação de suspensão do enunciado de valor injuntivo.

1.1.2 Evitar perguntas indiscretas

A pergunta é precedida ou seguida de «pedido de desculpa» ou de «pedido de assentimento»:

ex. Desculpar/pedir desculpa
Se não + importar-se/ser indiscreto
poder/ser possível
não querer ser indiscreto
etc.

Estas fórmulas são seguidas frequentemente de um conector argumentativo.

ex. desculpe (a pergunta), (mas) em que ano nasceu?
peço desculpa (pela pergunta),.....
Se não se importa, em que ano nasceu?
(Se não se importa), podia dizer-me em que ano nasceu?
Se não é indiscreto/uma indiscreção,.....
Se não sou indiscreto,.....
Se não sou indiscreto, posso perguntar-lhe em que ano nasceu?
(Desculpe, mas) tenho de lhe perguntar em que ano nasceu
Não quero ser indiscreto, mas em que ano nasceu?
É possível dizer-me/Será que me pode dizer em que ano nasceu?
(E) se me dissesse em que ano nasceu?

Numa estratégia conversacional de delicadeza, dado que a pergunta cria uma obrigação conversacional de resposta, o acto de injunção subjacente à pergunta justifica também a

modalização desta. Daí o recurso a manifestações linguísticas de injunção (v. 1.1.1) no âmbito da «pergunta».

1.2. Delicadeza negativa para com a face positiva

(cf. *máximas do acordo, da aprovação, da simpatia*, Leech 1983)

«Evitar críticas desagradáveis ou demasiado veementes»

A atenuação da crítica pode ser expressa por vários processos, dos quais destacamos:

- uma modalização epistémica com valor de incerteza que se aplica ao objecto do desacordo:

ex. Será mesmo assim?...

Talvez não seja tanto assim....

- o acordo, modalizado ou não, seguido de um conector argumentativo (em geral «mas») que marca uma cedência e que ao mesmo tempo orienta a conclusão em sentido oposto⁽⁴⁾:

ex. Sim, mas não será que...

(Sim), estou a ver, mas não será que...

(Sim), estou a ver, talvez tenha razão, mas não será que...

Até certo ponto/até certa medida estou de acordo, mas não será que...

O acordo (parcial) pode ser sugerido unicamente através do conector argumentativo (ex. *mas não será que...*). De notar que a opinião oposta, modalizada («não será que...»), – modalidade de incerteza – é apresentada como uma sugestão e não como um desacordo⁽⁵⁾. A utilização de «mas»/«também»/«mas também», sugerindo aceitação, acordo, atenua a oposição que se segue.

- a escolha de uma forma verbal impessoal ou de 1.ª pessoa do plural («nós», englobando EU e TU), exprimindo uma modalidade deontica:

ex. Temos de ter em conta que...

Tem de se ter em conta que...

Não podemos esquecer que...

Não se pode esquecer que...

- o desacordo, precedido de uma fórmula exprimindo a ocasionalidade (ex. «por acaso»), a gradação (ex. «de certo modo», «em certa medida», «até certo ponto»), é atenuado:

ex. por acaso, não estou de acordo

de certo modo/em certa medida/até certo ponto, não estou de acordo.

«Lá», muito frequentemente emprega, reforça esta atenuação (o desacordo é minimizado):

ex. (por acaso/de certo modo/em certa medida até certo ponto) não estou lá muito de acordo.

– o desacordo, atenuado ou não, é precedido de pedido de desculpa, de esclarecimento das intenções positivas do locutor:

ex. desculpe/peço-lhe imensa desculpa/queira desculpar, não é por mal, mas não estou de acordo/mas nem por isso estou de acordo.

2. Delicadeza positiva (actos intrinsecamente não ameaçadores)

2.1. Delicadeza positiva para com a face negativa (cf. *máxima do tacto*, Leech 1983).

«Oferecer presentes/ajuda, etc.»

Minimiza-se o que se oferece:

– minimização do presente (ex. «pequeno»; «lembrança», substituindo «presente»; «é só»...)

ex. Tenho aqui uma pequena lembrança
É só uma lembrança (não é um presente!)
Queira aceitar esta pequena lembrança

Esta minimização é seguida eventualmente da valorização dos serviços prestados pelo alocutário ou dos seus gostos.

ex. Obrigado/a por toda a ajuda que me deu
Como sei que gosta de.../é um apreciador de...

– minimização da ajuda:

ex. Se lhe puder ser útil (, será com muito gosto)
Quando quiser, estou ao dispor
Disponha, por favor
Não (me) custa nada. É um prazer (para mim).

O acto de oferta é geralmente indirecto (como lembra Roulet 1977, citado por Kerbrat-Orecchioni 1992: 129, «*Tel acte est par essence hybride: l'offre est toujours l'imposition*»):

ex. «Se lhe puder ser útil (, será com muito gosto)»; e a ajuda, se referida, é minimizada:

ex. não (me) custa nada
não tem importância (nenhuma)
Que importância tem?
Ora, veja lá! (que importância tem?)

2.2. Delicadeza positiva para com a face positiva (cf. *máximas de aprovação, de acordo, de simpatia* de Leech 1983).

São frequentes os processos de ênfase (Kerbrat-Orecchioni 1992:228) na expressão de acordo, elogios, agradecimentos, convites.

A manifestação de **acordo** é reforçada por diferentes processos. Pode limitar-se à entoação, recorrer a marcas propriamente linguísticas como, por exemplo, a marcadores de afirmação

e/ou de aprovação: «sim/sim, sim/sim, pois/pois/pois, sim/(pois) claro/com certeza/certamente», ou ainda a estratégias que se desenvolvem ao longo da interacção verbal.

A manifestação de **elogios** é enfatizada através de escolhas lexicais em séries sinonímicas (ex. «lindo», em vez de «bonito»), do emprego de advérbios de quantidade (ex. «muito/muitíssimo/imenso/imensíssimo/imensamente»), de exclamações (ex. «que lindo/que interessante (o que está a fazer/a dizer, etc.)!»). A entoação é determinante para o maior ou menor reforço do conteúdo da mensagem verbal.

As realizações de **agradecimento**, expressas frequentemente através de fórmulas, são em geral reforçadas (ex. «(muito) obrigado!/Agradeço-lhe imenso/imensamente/muito/muitíssimo; Estou-lhe muito/muitíssimo/imensamente agradecido»).

O **convite** pode ser expresso, numa situação informal, por um imperativo acompanhado de uma entoação que sugere um desafio cúmplice (ex. «vem jantar connosco!»); numa situação mais ou menos formal, pode ser expresso por uma construção hipotética exprimindo uma desactualização modal e, por conseguinte, um distanciamento relativo à aceitação do con-vite. Com efeito, tal como a oferta, o convite é, nos termos de E. Roulet atrás mencionados, um «acto híbrido» (delicadeza positiva, mas, em certa medida, o convite também pode ser sentido como imposição).

ex. tínhamos/teríamos muito prazer em os receber
era/seria um(a) grande prazer/alegria recebê-lo
dava-nos/dar-nos-ia muito prazer/muita alegria
ficávamos/ficaríamos muito contentes.....

As diferentes manifestações de delicadeza positiva tais como o elogio, o agradecimento, o encorajamento estão frequentemente ao serviço de estratégias de cooperação interaccional (v. o interessante estudo de J. Holmes, 1993, sobre as estratégias de delicadeza utilizadas por mulheres e por homens na interacção verbal, na Nova Zelândia).

4. PERSPECTIVAS DE TRANSPOSIÇÃO DIDÁCTICA

O enquadramento teórico e metodológico apresentado para o estudo da delicadeza, assim como as propostas para a análise da sua expressão em português, poderão suscitar pesquisas complementares e alicerçar a elaboração de materiais didácticos⁽⁶⁾ que se querem múltiplos e adaptáveis a diferentes fases e estilos de aprendizagem. O suporte poderia ser escrito (informatizado ou não), áudio e vídeo.

Seriam assim apresentadas, segundo determinadas progressões – sendo o conceito de «progressão» manejado com grande maleabilidade – e numa perspectiva de culturas em contacto:

- fórmulas de delicadeza, ligadas a múltiplas intenções e situações comunicativas, tais como a saudação, o pedido de desculpa, o agradecimento, a felicitação, a apresentação de alguém, etc.⁽⁷⁾;

- processos mais ou menos complexos de modalização (tais como desactualização modal e temporal) e de direcção de actos de linguagem;
- estratégias conversacionais cooperativas tais como a maneira de distribuir ao longo da interacção verbal assentimentos, encorajamentos, elogios, acordos, mas também desacordos.

Com efeito, como afirma B. Pottier (1992/93), *mon intention de politesse va surveiller constamment mon discours*.

NOTAS

- (1) Para a teoria dos «Actos de Linguagem» ver J. L. Austin (1970).
- (2) Para a noção de continuidade semântica, ver Teoria desenvolvida por B. Pottier (1987, 1992).
- (3) Ver M. H. Mira Mateus *et al.* (1989:249-250).
- (4) Ver O. Ducrot *et al.* (1980. 93-130).
- (5) Para o estudo da expressão do acordo e do desacordo em português, ver M. H. Araújo Carreira (1991, 1993).
- (6) Ver M. H. Araújo Carreira (1992: 147-155).
- (7) Ver M. H. Araújo Carreira & M. Boudoy (no prelo). As fichas n.ºs 36, 38, 39, 48, 73, 77, 79, 99, 100, 133, 150, 152 e 164 de *Pratique du portugais de A à Z* apresentam exemplos de transposição didáctica em suporte escrito, livro a ser utilizado em situação de auto-aprendizagem e/ou de aprendizagem semidirigida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ-LAROCHEBOUVY, D.: *La conversation quotidienne*, Paris: Didier-Crédif, 1984.

AUSTIN, J. L.: *Quand dire c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.

BÉAL, C.: «Les stratégies conversationnelles en français et en anglais», *Langue Française* 98, (1993) pp. 79-106.

BROWN, P.; LEVINSON, S.: «Universals in language use: Politeness phenomena», in Goody, E. (ed.) *Questions and politeness. Strategies in social interaction*. Cambridge: CUP. 1978 (pp. 56-289).

Politeness. Some universals in language use. Cambridge: CUP, 1987.

Cahiers de Linguistique Française, 13 (Théorie des actes de langage et analyse des conversations). Genève: Faculté des Lettres, 1992.

CARREIRA, M. H. Araújo: «De l'intentionnel au linguistique: l'expression du «désaccord» en portugais». *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, Trier, 1986*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991 (Vol. II, pp. 257-265).

«Reflexões sobre a deixis social na perspectiva do ensino/aprendizagem do português como língua estrangeira». *Actas 1991 – ERCI Programa LINGUA*. Lisboa: Cated-Universidade Aberta, 1992 (pp. 147-155).

«Modalité déontique et stratégies argumentatives en interlocution». *Actes du XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, Zürich, 1992*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1993 (Vol II, pp. 183-194).

em colaboração com BOUDOY, M.: *Pratique du Portugais de A à Z*. Paris: Hatier (no prelo).

DUCROT, O. *et al.*: *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

GOFFMAN, E.: *La mise en scène de la vie quotidienne* (2 vols.). Paris: Minuit, 1973.

Les rites d'interaction. Paris: Minuit, 1974.

HOLMES, J.: «Politeness Strategies in interaction». *Journal of Pragmatics* 20 (1993), pp. 91-116.

KERBRAT-ORECCHIONI: «La politesse dans les interactions verbales» *Dialoganalyse III* (Actes Congrès de Bologna 1990), Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991 (Vol. I, pp. 39-59).

Les interactions verbales (vol. II). Paris: Armand Collin, 1992.

LEECH, G.N.: *Principles of Pragmatics*. Londres/New York: Longman, 1983.

LEVINSON, S.: *Pragmatics*. Cambridge: CUP, 1983.

MATEUS, M. H. Mira; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. Hub: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho 1989 (2.^a edição).

POTTIER, B.; *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette, 1987.

Sémantique générale. Paris: PUF, 1992.

Séminaire à l'Université de Paris IV-Sorbonne 1992/93 (non publié).

ROULET, E.: «Étude des réalisations directes et indirectes de l'acte de l'offre en français parlé». *Studi italiani di Linguistica Teorica ed Applicata* (Padova) VI-3: pp. 525-539 (1977).

SEARLE, J.R.: *Sens et expression: études de théorie des actes de langage*. Paris: Minuit, 1982.

SRPOVA, M.: «L'expérience ethnolinguale et ses conséquences pour le dialogue interlingual. Pour une approche pragmatique des contenus lexicaux en situation interlingual» *Dialoganalyse III* (Actes Congrès de Bologna 1990). Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991 (Vol. II, pp. 377-388).

III Parte

Imagens subjectivas e modalidades ilocutórias

1. Estruturas de complementação e modalidades

Objectivos de aprendizagem

Aceitámos que as variações em padrões quotidianos de comportamento verbal, marcado por $[\pm$ distância comunicativa] reflectem um processo de democratização sociopolítica e vão, por isso, condicionar uma standardização de usos. Daí que, ao escolher o estudo da frase mais alta em estruturas de complementação verbal, escolhêssemos um dos fenómenos linguísticos que permite abordar, *ab initio*, questões de significação, incidentes na base sociossemântica das competências linguística e de comunicação e no papel nelas desempenhado pelo uso de certas formas lexicais. Temos, deste modo, vindo a insistir, nas «[...] *explicit expressions that have structurally or lexically encoded the speaker's socioculturally appropriate regard toward the address or the referent*»¹.

Estas expressões ocorrem, quer em **SU** (sujeito), quer em **O** (objecto indirecto) ou em **Voc.** (vocativo). A equivalência, em termos interlocutórios, entre **O** e **Voc.** é postulada também em termos de «posição argumental» – «*Est position argumentale toute position [...] à laquelle un rôle thématique peut être assigné en structure profonde [...]; d'autre part, certaines positions périphériques accentuées peuvent être analysées comme des positions argumentales*»².

Aceitamos assim que **S** (**SU**) e **D** (**O/Voc.**) representam dois pólos diferentes de uma interacção verbal. Esta aceitação em discurso de assembleia implica, em qualquer acontecimento de fala realizado, o estabelecimento de uma de duas relações

. **S** → **D**

. **S** → um conjunto indefinido de indivíduos ou a sua amálgama.

Acentue-se que a relação **S** → conjunto de indivíduos não explicitamente designados pode abrir um nível zero nas fórmulas interlocutórias, o nível da não marca formal, aquele que contrasta com toda a gama possível de marcas, reflexo estas de distâncias: social e comunicativa, de tensão, ...

Estas formas, ou a sua ausência, referenciam sempre um tipo específico de relação de *status*, estabelecida pelo sujeito enunciador. E o próprio contexto imediato é reflexo dessa relação. Estamos, portanto, conscientes, e já o afirmámos atrás, de que, em segmentos marcados por níveis de deferência, o verbo não domina o processo de estruturação discursiva. Escolhemo-lo todavia como pólo lexical, para a análise de segmentos que nos propomos fazer. Isto por considerarmos que o tipo de verbos em estudo indicia, tanto quanto o estabelecimento explícito no discurso da relação **EU** → **OUTREM**, fronteira de subjectividade e um certo número de modalidades ilocutórias «constituintes».

¹ K. Hijjinita e H. Sohn, «Cross-cultural Patterns of Honorifics and Sociolinguistic Sensitivity to Honorific Variables», in *Papers in Linguistics*, 19, 1-4, pp. 365-401, 1976, p. 366.

² P. Pica, *La grammaire modulaire*, Paris, ed. de Minuit, 1986, p. 189.

Frases superiores e modalidades ilocutórias

O estudo da modalidade tem vindo a alargar as suas fronteiras, integrando um número cada vez maior de fenómenos linguísticos, até pelo articular da enunciação num nível transfrástico, o que permite abrir a explicitação de alguns mecanismos condicionantes da estruturação discursiva. A modalidade realiza-se, por conseguinte, de vários modos e a vários níveis, que apenas estudaremos se contexto imediato das modalidades ilocutórias.

No grupo das modalidades lexicalizadas, desenham-se dois conjuntos lexicais: verbos e advérbios modais. Colocámos os primeiros, tal como algumas modalidades proposicionais, numa classe que representámos por **A** e os segundos, noutra, representada por **B** (espaço, tempo) e **C** (noção, modo). Os inventários assim estabelecidos serão objecto de indexação sociológica e política e estudados em função da modalidade ilocutória que os congrega. Em cada uma das classes construídas, sobretudo em **A**, poderemos vir a constatar, quando da estruturação dos dados analisados, um alargamento do seu inventário, se comparado com as listas habituais, o que implica ter-se aumentado a classe inicial, por mecanismos de equivalência heteronímica³, assentes por vezes até em fenómenos de transformação, quanto à classe gramatical da forma modalizadora. Concretizemos:

³ C. Jeanjean, *Recherches sur le français parlé (5)*, Aix-en-Provence, Faculté de Lettres, 1983.

- . *Eu só peço...*
- . *Eu apenas peço...*
- . *Eu limito-me a pedir...*

Explicita-se assim melhor, no estudo de formas e funções modais, fenómenos como

- . relações interactivas e transaccionais entre enunciador e coenunciador(es);
- . atitudes do locutor,
 - ante um enunciado e onde se articulam asserção (F superior) e presuposição acerca da verdade de QU-P (F completiva);
 - ante uma hierarquização de valores informativos nos elementos constituintes da frase superior (topicalização, ênfase...).

Detenhamo-nos, primeiro, nas modalidades lexicalizadas.

Modalidades lexicalizadas → VERBAIS

Este conjunto, na sua forma mínima, apresenta dois elementos: **dever e poder**. «*La catégorie linguistique de la modalité comprend d'abord les deux verbes pouvoir et devoir. En outre, la langue a étendu la fonction modalisante à d'autres verbes dans une partie de leurs emplois et par la même structure d'auxiliation; principalement: aller, vouloir, falloir, désirer, engendrer*»⁴. Há, contudo, outros autores⁵ que estabelecem um inventário máximo, nele inserindo todos os elementos verbais que regem, por exemplo, uma proposição objecto, marcada por [+ infinitivo] – hipótese por nós aceite, tal como aceitamos a de ser possível dialectizar a relação predicativa.

⁴ E. Benveniste, *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, 1974, p. 188.

⁵ G. R. Roy, *Contribution à l'analyse du syntagme verbal*, Paris, Klincksieck, 1976.

Lembre-se de novo Benveniste: «l'auxiliation de modalité a pour critère la conversion de l'auxilié en une forme d'infinitif»⁶, processo que implica o apagamento do sujeito da infinitiva e uma transferência de marcas para o auxiliar modal⁷.

Em princípio pomos a hipótese, não pressupondo como fortemente modalizado o discurso da Assembleia Constituinte, de estabelecer quatro classes de valores modais abstractos /DEVER/, /PODER/, /QUERER/ e /OUTRAS/. Isolámos /QUERER/ que tanto opera sobre QU-P como sobre infinitivas, decidindo, ainda, só analisar nesta categoria as modalidades simples, endotáxicas: «selon la suggestion de M. Rengstorf, on désigne ici comme exotaxiques les modalités susceptibles d'entrer en relation translative (de relier des énoncés ayant des sujets distincts) et comme endotaxiques les modalités simples (reliant des sujets identiques) ou en syncrétisme»⁸.

Entre as transformações que operam sobre o verbo superior, pomos a hipótese de ter de analisar o **modo**, como marca da «*idée regardante*»⁹ – universo linguístico, vs universo extralinguístico – «*idée regardée*». A articulação frase superior, frase encaixada repercutiria este binómio.

Ainda segundo G. Guillaume, o **modo** resulta do tipo de conteúdo a partir do qual se define a modalidade ilocutória e depende do facto de, nele, se realizar, ou não, a passagem do possível ao provável.

⁶ *Op. cit.*, p. 188.

⁷ R. W. Langacker, «Les verbes LAISSER, FAIRE, VOIR, etc.», in *Langages*, 3, pp. 72-85.

⁸ A. J. Greimas e J. Courtès, *Sémiotique – dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Paris: Hachette, 1974, p. 231.

⁹ G. Guillaume, *Leçon du 7 avril 1949, série A*, pp. 205 e segs.

Modalidades lexicalizadas → ADVERBIAIS

Trata-se de uma categoria diversificada, semântica e sintacticamente. Pode dela ser feita uma classificação, em termos de orientação estabelecida: para o verbo, para o sujeito do enunciado, para o sujeito da enunciação. Aceitamos a hipótese de só a última categoria ser encarada como modalidade lexicalizada adverbial, pressupondo-lhe, como origem, uma frase marcada por um enunciado modal adjetivo que determine, em nível mais alto, um enunciado descritivo, tal como acontece em

- . É provável
 - . Acho provável
 - . Parece provável
 - . Provavelmente, ele vem.
- } que ele venha

Dado o tipo de análise esboçado, decidimos trabalhar dedutivamente, partindo de **P** (predicado), como pólo de uma zona modal complexa, onde se podem acentuar marcas de /ESPAÇO/, /TEMPO/, /NOÇÃO/, /MODO/ – esta última categoria só será isolada se, pelos dados recolhidos, lhe verificarmos uma frequência representativa.

Como unidades fundamentais, as modalidades lexicalizadas são muito frequentes e ocorrem em segmentos marcadamente idiossincráticos. Daí que a heteronímia só venha a revelar-se importante num caso ou noutro, sendo contudo demarcável pelas classes de equivalência resultantes do trabalho de estruturação dos dados analisados.

Modalidades ilocutórias

¹⁰ J. B. Marcellesi, «L'Analyse du discours à entrée lexicale (ADEL): principes théoriques et méthodologiques», in C. Kerbrat Orecchioni e M. Mouillaud: *Le discours politique*, Lyon: P.U.L., 1984, p. 121.

Tem vindo a desenhar-se que encaramos as modalidades ilocutórias como núcleos, como blocos centrais, «*fronts propositionnels*»¹⁰ em que o verbo assume a forma lógica de predicado e em que **SU** é definido como argumento nuclear e **Od** é argumento-frase.

O conjunto dos predicados isolados podia ter sido articulado em função do número e da natureza dos argumentos que os marcam em estrutura subjacente. Aí podíamos também demarcar uma classe de predicados com três argumentos, importante para um estudo de formas interlocutórias, mesmo se lhe aceitássemos a derivação, a partir de predicados primitivos.

O caminho seguido foi contudo outro, enraizado na forma de superfície da modalidade ilocutória e no pressuposto que aquela modula, quer o conteúdo da frase em que ocorre, quer o da frase encaixada.

Atentemos nas seguintes séries:

- A. (1) Imagino que vocês viajam com eles.
(2) Imagino-vos a viajarem com eles.
(3) Imagino-vos a viajar com eles.
(4) Imagino a vossa viagem com eles.
(5) Imagino o vosso viajar com eles – a vossa viagem com eles.
- B. (1) Peço-te. Não vás.
(2) Não vás. Peço-te.
(3) Peço-te que não vás.
(4) Peço-te para não ir(-es).
(5) Peço-te o seguinte: não vás.
(6) Peço-te isto: não vás.
(7) Peço-te uma coisa: não vás.
(8) Peço-te uma coisa: que não vás.
- C. (1) Imagino
(2) Suponho
(3) Creio
(4) Penso
.....
(5) Digo
(6) Repito
.....
(7) Espero
(8) Desejo
- que vocês vão com eles.

- D. (1) Onde vais?
 (2) Onde é que vais?
 (3) Diz onde vais.
 (4) Diz onde é que vais.
 (5) Diz lá onde é que vais.

.....

Quer na frase mais alta, quer na frase encaixada, verificamos oscilações formais, variações estilísticas que modulam a força ilocutória do dito e que reflectem diferenças na estratégia discursiva, diferenças resultantes de atitudes (apreciação, reacção...) do sujeito enunciador, quer em relação aos conteúdos informativos, quer no avaliar dos graus de determinação dos mesmos. A frase mais alta em que vai incidir o nosso estudo aparece, por conseguinte, no contexto imediato «*for the complement sentence, in the same way that the speech situation provides the immediate context for a simple sentence or an independent clause. This context sets up the deictic references to person and time that affect the meanings and forms of the complement*»¹¹.

A frase superior demarca portanto redes deíticas (S-R-D), informa sobre «encenação» e «contratos» discursivos, explicitados no enunciado DITO, aponta para participantes dominantes e estabelece, até, se a frase encaixada ocorre em SU, o que alguns designam por «*effets de couple*»¹², ou seja, um grau máximo de coesão entre a informação dada e a observação metacomunicacional referida por P, o que acentua a especificidade de um segmento indiciador do aspecto que define o processo de interacção produzido.

Acontece ainda, e já o acentuámos, que este tipo de fragmentos constitui uma zona, marcada por [+ convenção] e em que os comportamentos idiossincráticos se manifestam com nitidez.

Deste modo, se as modalidades ilocutórias surgem dependentes da relação EU → OUTREM e do grau de implicação, de responsabilização no discurso estabelecido por EU, também elas deixam transparecer, ou manifestam explicitamente, tipos específicos de coordenadas e de relações, que, pelo enunciado, o sujeito enunciativo estabelece com o mundo.

O ter em vista uma análise contrastiva de modalidades ilocutórias e uma taxonomia que lhes defina o estatuto semântico, dentro de uma forma determinada de segmentos sintácticos, obriga a questionar

- o nível de uma análise que se situa em encruzilhada disciplinar, logo, no cruzamento de várias orientações teóricas definidas contudo por um traço comum: todas elas trabalham directa, ou indirectamente, a actividade simbólica da linguagem;
- problemas de heteronímia e de classes de equivalência.

Atentemos na questão *níveis de análise*. Encarámos as modalidades em estudo como zona de complexos modais, marcada por uma estruturação sintáctica transfrástica,

¹¹ E. N. Ransom, «Complementation – its meanings and forms», in *Typological Studies in Language* (10), Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1986, p. 133.

¹² C. Jeanjean, *op. cit.*, p. 193.

gramaticalmente coesa e definida por forte coerência retórica e argumentativa. O enunciado em que se realizam resulta de operações predicativas e enunciativas, construtoras de diferentes objectos observáveis. Isolando-os, obtemos um macroconjunto de enunciados funcionalmente equivalentes, visando efeito idêntico de modulação referencial, enraizada em determinadas representações mentais. Vendo o todo como conjunto de segmentos descontínuos repetidos, a descrição das variantes tem de partir da hipótese de estas poderem ser encaradas como estados concorrentes, como tipos de resposta a um mesmo mecanismo produtor. A sua descrição teria assim lugar num nível mais abstracto que a estrutura de superfície, sendo a análise da significação centrada na classe sintáctico-semântica do predicador e no papel dos argumentos que, com ele, ocorrem, embora um deles, o argumento-frase, seja encarado como categoria vazia.

Pela análise sintáctica, determinam-se distribuições e combinatórias, em E. S., de diferentes formas, expressão de comportamentos verbais marcados por forte grau de padronização e onde o predicador aglutina e define relações, submetido a restrições contextuais que têm raízes extralinguísticas, na situação e em distâncias, papéis e estatutos, sociopsicológicos segundo uns, sociossemânticos segundo outros.

Subjacente, postulamos um nível sociossemântico, onde se realiza a inserção de formas lexicais em estruturas predicativas, em classes deícticas e em categorias nominais com relevo na relação interlocutória.

Trata-se de um nível determinado, no tempo, por todo o processo de enculturação que marca uma «história de vida»; determinado ainda, no processo discursivo imediato, por um período pré-enunciativo (Merleau-Ponty) e pelos parâmetros que condicionam a enunciação.

Será nestes dois níveis que procederemos sempre com apagamento do argumento-frase à classificação das formas-segundo, consideradas fora do discurso, fora do tempo concreto e não orientadas. Delas se reterão apenas os vestígios da relação sujeito enunciadador → enunciado, ou seja, as marcas de modalidade, como «*ordre de régularités*», aceite, deste modo, o pressuposto da «*existence d'un JE stable qui sert d'ancrage à toute production langagière*»¹³.

¹³ S. Lecointre e J. Le Galliot, «Le je(u) de l'énonciation», in *Langages* 31, 1973, p. 76.

Encaramos o sujeito enunciadador como parâmetro «estável», marcado por descritores sociológicos e políticos, e assim enraizado em contexto histórico. Esta opção permitiu-nos partir da observação directa para a simulação de um processo dissuasor-persuasor, esquema abstracto, construção produzida pela especificidade de um *corpus* constituído pelo conjunto de ocorrências regulares de um tipo repetido de segmentos.

É naturalmente discutível a escolha feita. E os argumentos contra são numerosos, mas também o são os argumentos a favor. Citemos um último: a segmentação efectuada pode ser aceite, para além dos motivos aduzidos, e de outros óbvios, porque qualquer processo de comunicação interactiva não resulta do somatório de actos de fala sequenciais; antes se impõe como sequela de efeitos produzidos por conjuntos indeterminados de microssequências, por atitudes e comportamentos recíprocos não passíveis de análise, por papéis relacionais reconhecidamente aceites

ou sempre contestados. Eis porque os segmentos artificialmente isolados, para além de algum valor referencial e para além de marcas de códigos restritos, funcionam como sintomas de relações polarizadas no sujeito enunciador. Articulados nele, ou melhor, em cada um deles, temos então observáveis linguísticos, produto de uma mobilização de competências diversas e de códigos restritos, resultantes de enraizamentos em múltiplas situações comunicativas reais, menosprezadas apesar de tudo, aqui, ante o papel dado à macrosituação Assembleia Parlamentar. Abriu-se, portanto, um caminho dedutivo, onomasiológico. Foi ponto de partida para a análise sociossemântica das realizações de formas que ocorreram na micro zona em estudo. A estruturação de grandes classes semânticas será articulada duplamente, mas sempre visando abarcar aqueles significados gerais que afectam a forma e o conteúdo da frase-argumento. Uma das tipologias a construir enraizar-se-á no processo persuasor-dissuasor em curso em assembleias. Desenvolvê-la-emos quando da análise sociolinguística do *corpus* recolhido – ver parte II, capítulo I, **Leituras complementares**.

A outra terá origem no sujeito enunciador constituído, o EU «estável», descrito a partir de alguns traços sociológicos, mas que, psicologicamente, já tentaremos aproximar aqui, por uma representação abstracta de modalidades ilocutórias, cujo estudo só se poderá todavia aprofundar quando, a seguir a este trabalho, estudarmos a relação frase superior argumento-frase. As três classes semânticas que agora construímos, seguindo, em parte, propostas de E. Ransom¹⁴, articulam comportamentos verbais de reacção e de apreciação interactiva com processos perceptivos-cognitivos, com atitudes e condutas emotivas, com mecanismos psicomotores (linguísticos para E. Ransom).

¹⁴ E. Ransom, *op. cit.*

Cada uma destas categorias abre caminho a um indiciar de modalidades informativas ou avaliativas.

A primeira especifica o modo como o argumento-frase deve ser encarado, dando informação acerca do saber como conhecimento do mundo, ou do comportamento de alguém. Delineiam-se, a partir dela, quatro parâmetros descritivos: Verdade, Verdade futura, Ocorrência, Acção (representá-los-emos, respectivamente, por **V**, **Vf**, **Ocor.**, **Ac.**).

As modalidades avaliativas são estruturadas em função de critérios psicológicos que atribuem os actos de fala produzidos a causas múltiplas, com um grau de determinismo variável. Daí as classes constituídas: predeterminação, determinação, não determinação e indeterminação.

A articulação dos dois tipos de modalidades, criando uma classe mista, aparece quando da indexação de cada um dos verbos superiores analisados.

As modalidades ilocutórias abrem assim zonas modais complexas e combinam-se, de modo aleatório, com outras formas e tipos de modalização, demarcando, ante um EU «estável», núcleos, com fronteiras fluídas, de modalidades «constituintes».

Em segmentos verbais, reflexo de comportamentos associativos marcados por padronização, até porque definidos em termos de contrato sociopolítico, pretende-

-se validar, ou não, em situação e momento específicos – legislatura constituinte: 1975-1976 – a zona de polarização de todo um complexo de modalidades. Tais modalidades resultam naturalmente da rede em que EU se situa, trama definida por traços, sociológicos e políticos, por certos fenómenos de comunicação interactiva, por marcas psicológicas, individuais ou de grupo, e pela especificidade de uma situação.

As reacções e apreciações então declaradas surgem, assim, como meio de controlar, designando-os, determinados comportamentos comunicativos que se inserem em reportórios linguísticos caracterizáveis por regras de uso e por variações estilísticas, individuais e de grupo.

Teoricamente não há ordem que determine a hierarquização dos parâmetros a ter em conta em análises estilísticas (vd. Cristal e Davy, 1969) ou sociolinguísticas. Com efeito, as oposições estabelecidas apenas se podem delinear *a priori* (se interactivas, instrumentais) ou *a posteriori* (se idio/dialectais). Dado, contudo, o tipo de análise de discurso que nos propomos fazer, e sem que, repetimos, a ordenação dos descritores implique qualquer esboço de hierarquização, isolámos como parâmetros que efectivamente interferem, em qualquer trama discursiva, para além dos decorrentes das escolhas teóricas explicitadas, aqueles que passamos a destacar, caracterizando-os na generalidade. Sumariamos assim, antes das *Leituras complementares*, algumas reflexões dispersas no texto apresentado.

Sujeito enunciador

A sua identidade, como **deputado**, será apenas definida em termos de idade, sexo, origem geográfica, círculo eleitoral: análise genérica. Nível de escolaridade e profissão, por um lado, filiação partidária por outro, serão descritores específicos questionados, quanto ao papel dominante, como atributo sociológico do sujeito enunciador. Isto para além de um papel sociopolítico – «*role set*»¹⁵ – a todos atribuído, o de deputado, papel que decorre também de um posicionamento determinado num espaço específico («*setting-scene*»), o hemiciclo da Assembleia, posicionamento que resulta de um contrato sociopolítico assumido a nível nacional: Ervin-Tripp (1969) e Richterich (1972) consideram o papel social como determinante na produção discursiva; enquanto outros (J. Munby, 1978, por exemplo) afirmam que «*the role involves relationships which are a feature of social interaction in a particular setting, and is therefore dealt later. It would be premature to specify such relationships before taking account of the variables which affect them*»¹⁶.

¹⁵ Conceito introduzido por R. Merton, em *Social Theory and Social Structure*, Londres, Free Press, 1957.

¹⁶ J. Munby, *op. cit.*, p. 51.

Concordamos com Munby, embora, dado o tipo de discurso que vamos analisar, se tenha de pôr o problema seguinte: assumido um papel sociopolítico específico como condicionador de comportamentos finalizados, idênticos afinal para todo o colec-

tivo Assembleia e para cada um dos seus elementos, qual acabará por ser o factor que determina a produção verbal e até que ponto o faz:

- . profissão?
- . nível de escolaridade?
- . filiação partidária?
- . idade?

Objectivos enunciativos

Há um objectivo que, naturalmente, se sobrepõe a todos os outros, àqueles que se situam no imediatismo da réplica e no instante de um processo, dentro de uma trama de intervenções marcada por contrato e ritual institucionalizados. Trata-se de um fim último, convencer o adversário através de um longo caminho, dissuasor-persuasor, que decorre do papel sociopolítico de cada um: deputado na Constituinte, primeira legislatura da Assembleia da República, em tempo histórico charneira.

Enquadramento (entorno)

Define-se física, psicológica e socialmente como um conjunto híbrido de elementos em forte interacção.

Abarcamos, nesta categoria, dois descritores referidos por Hymes (1972): «*Setting refers to the time and place of a speech act and [...] to the physical circumstances. Scene [...] designates the psychological setting*»¹⁷.

¹⁷ D. Hymes, *op. cit.*, p. 60.

A neutralização por nós proposta resulta da transformação que já efectuámos no sujeito enunciador, ao situá-lo como papel, num nível relativamente abstracto – deputado do partido *x* – e, além dessa transformação, quer do tipo de discurso – intervenção parlamentar, quer da forma do hemiciclo, condicionante ela própria de modos específicos de teatralizar o DITO.

Comunicação interactiva

Supomo-la, *a priori*, extremamente variável em modos e formas, auto- e heterodesignativas, devendo, contudo, raiar o quase apagamento de UM interlocutor directo, imediato e real. Cremos também que deve ser possível induzir, a partir das intervenções feitas, níveis concretos de interlocução que permitam graduar distâncias comunicativas e, talvez, um nível de tratamento invariante dentro de um tipo muito específico de discurso.

Modos de comunicação

Imaginámo-los oscilantes entre escrito oralizado, oral espontâneo, por vezes estereotipado e oralidade formal, cuidada, padronizada e ritualizada.

Para além destes traços, vamos trabalhar uma forma muito específica de interacção: a intervenção parlamentar – concretizada em tiradas mais ou menos teatrais, mais ou menos longas, por vezes monologadas.

Eventos comunicativos

Por se tratar de um discurso de assembleia, o seu todo será estruturado, a partir de macro actividades verbais, em três grandes tipos (**informação, adesão, decisão**), marcados ou não por « actos sociais» específicos, tais como *agradecer, desculpar*, ver parte II, capítulo I, **Leituras complementares**.

Dentro dos tipos, tentaremos, em função dos verbos superiores isolados, demarcar actividades e micro actividades polarizadas em EU vs não EU. Isto é, partimos da definição de SU, como argumento principal, sujeito do enunciado, definido, globalmente, como idêntico, ou não, ao sujeito enunciator. A designação genérica do evento comunicativo também permite articular, hiponimicamente, tipos, classes e subclasses entre as modalidades ilocutórias, encaradas como zonas complexas, como feixes de modalizações.

A taxonomia que nos propomos criar deve, em princípio, facilitar a categorização sintáctica e sociossemântica dos segmentos em estudo. Apesar da fragmentação inerente ao processo proposto, não apagamos, até porque o mantemos sintagmática e paradigmaticamente, o *continuum* significante referido por Lyons (1968). É definido em termos de disposição, função e valor, encontrando-se combinado com um argumento-frase (**Od**), reduzido a categoria vazia.

A frase superior foi deste modo escolhida como *bloco* nuclear, a primeira zona a partir da qual tentaremos o esboço de escalas gradativas para formas e fórmulas de tratamento. A gradação delinea-se, como referimos, em função de padrões socioculturais de deferência e de delicadeza, interiorizados por enculturação – por normas explícitas, por mecanismos de «*trial and error*», por reflexão meta-comunicacional, etc. A instrumentalidade de uma escala por níveis, assente na dupla hipótese atrás analisada (realizações do conceito de distância comunicativa e sua articulação com uma forma de tratamento invariante), permite ainda isolar um conjunto de segmentos não marcados, o nível zero referido, a estudar na sua relação paradigmática com os níveis marcados, e, na sua relação sintagmática, com os itens co-ocorrentes no *continuum*.

Papéis recíprocos

Finalizamos estas reflexões sobre sociolinguística e comunicação acentuando a acção dos papéis recíprocos, igualitários por estatuto e por definição, agentes trans-

formadores no plano do SER, até porque não coincidentes, nem com identidades sociais ou com estatutos fora da Assembleia, nem com imagens subjectivas simples.

Supomos que os veremos diferentemente assumidos por cada deputado e como função do modo pelo qual aquele representa o próprio papel como parlamentar. E este é um papel difícil, que não deve mascarar a própria identidade social real, ou a própria personalidade, em proveito de uma personagem-tipo criada por conveniência partidária, ou...pessoal.

A definição mútua de papéis recíprocos, no tipo de contexto institucional em estudo, irá também implicar reposicionamentos mútuos, apagamento de ideias preconcebidas e tipificadas, transformação de sistemas de valores, de quadros de referência, por vezes até de critérios de decisão. É que o vivido e o percebido podem ser postos em causa, podem até entrar em conflito, tanto quanto um imaginário e suas representações.

Para a realização destes papéis, condição *sine qua non* de um diálogo real, exige-se ainda uma transformação maior, a que levará à ultrapassagem

- . de conveniências e de cumplicidades de grupo ou intergrupais;
- . de comportamentos maquinalmente regulados;
- . de atrações sedutoras, resultantes de miragens de autoridade e poder.

A maior transformação será por isso aquela que, talvez apenas num pequeno grupo, se realize: o assumir a palavra igual, fraterna, base de um processo dialógico democrático.

Práticas

- A. 1. Crie séries de exemplos que mostrem um tipo de variação estilística equivalente à apresentada na parte III.
2. Imagine e caracterize os contextos situacionais em que poderiam ter ocorrido os textos que seguem.
3. Comente os referidos textos em termos de registos de língua.
4. Pense em como integrar esta problemática num ensino da língua portuguesa atento aos usos do quotidiano.

TEXTOS

- I. O gajo tentou-me lixar lá a meio do exame, pá/Aquilo...sai-se lá com uma demonstração (ruído de aspiração) Eu...começ'a fazer aquilo, às tantas integrais p'r'áqui, derivadas p'áli, não sei que mais. «Pronto, cá 'stá!/E o gajo sai-se só com esta: «Ouça lá, então po(r) qu'ê você integr'ali e deriv'acolá? É pá eu fiquei doido! (Di)sse: «Pronto! Est'agora' é que já me deu! (aspiração) Há... E acabei e virei-me para ele e disse: «Oóóó sô(r) professor, desculpe mas

eu 'stou num exame de Química e não num exame de Matemáticas Gerais/hhh a demonstração 'stá correcta, não 'stá? Po(r) tanto/acho que não há mais nada»/ /É pá o tipo ficou! «Bom (clique), 'stá bem 'stá bem».

Não me disse mais nada./Passámos p'a outra parte, a parte prática. E o gajo sempre rebeubéu, tal, pardais ao cesto, não sei quê, sempr'a tentar lixar(-me) (pá). Depois o assistente é que me deitou a mão/Começou a puxar e tal, poqu' o o tipo chumbava-me, chumbava-me mesmo./Quando chegou à última parte aparece lá também o raio lá duma demonstraçãozeca/ e... e no fim tinha que se tirar lá um'ilação qualquer ah... E então tinha lá o...uma pergunta hh...em que...pedia po(r) tanto p'a tirar p'a tirar essas conclusões, eh pá e eu tirei. Aquilo era bestialmente simples (quer dizer) era se α alfa de um lado fosse igual ao beta do outro, então ehh...uma coisa era igual à outra e tal; se não fosse e (ram) era diferentes pá (mas) pronto, pá aquilo era...ou igual ou não era (pá) (aspiração)/E...e...e foi o qu'eu disse conclusão: «Bem e tal s(e)nhor professor, se o alfa aqui for igual ao beta dali, então isto é igual aquilo e tal.» E diz-m'el 'assim: «Mas aí diz conclusão ou conclusões?»/Eh pá eu fiquei parvo, dig' assim: «Hã realmente diz conclusões e tal.» «Então são p'lo menos duas e o sior só diss' uma!»/Eh pá eu comecei p' ali dar voltas à cabeça cada vez me 'spalhava mais. E o tipo sempre: «tá errado, tá errado (e assim)» «Até qu(i) às tantas lembrei-me: péra qu' este gaj' é maluco! Sim (expiração) eu já t'acerto. E então ehh (pá tiv'aquel'inspiração luminosa que(r) dizer, se eh então uma conclusão (pá era). Se alfa é igual ao beta, muito bem; se alfa diferente do beta, então aquilo era diferente. Pá respondi-lh' isto e o gajo: «Pronto, sim senhor é isso mesm' e tal.» É pá, isto não se faz!

- II. O qu' é qu'eu tenho feito? han...lev'uma vida lixada, pá...Há séculos que não vou ao cinema, nem...bom, enfim, séculos...é uma maneira de d'zer, mas...há p'ái seis meses. Olha, a última vez que saí à noite foi no...naquele...(clique) não te lembras? Bolas, quando 'teve cá aquele gajo, o...(clique) como é que ele se chamava?... Aquele tipo que canta muito bem o fado...'per'ái, tem um d qualquer... Adérito, Adriano...(clique) que estupidez, sei tão bem o nome dele... O Albano pois!!!

[...] Mas tam'ém vou dizer ó Pedro: p'ró ano vamos pôr as criancinhas em casa dos avós e vamos oito dias p'ra um sítio qualquer, mas sem criancinhas, 'tás a perceber? Tou me'm'a ver que vai começar co'as histórias do costume,...qu'a mãe não tem nada que tratar dos filhos dos outros, que 'tá velha p'ra isso, e não sei quê, não sei que mais, blá-blá-blá, blá-blá-blá...e eu que me lixe, claro...

[...] N'outro dia veio cá um...aqueles amigos nossos, sabes...a Rita e o João, que é colega do Pedro, lembras-te? mais os miúdos todos. R'almente foi giro, mas o pior...o pior foi depois: o quarto dos miúdos ficou um pandemónio, e lavar aquela loiçaria toda...a minha vontade era atirar pratos e copos, tudo p'la janela fora...

- III. Nem calculas a vida que eu tenho levado: há imenso tempo que não vou ao cinema, nem a lado nenhum. A última vez que saí à noite foi há seis meses, quando fomos ao D. Rodrigo com o Albano, lembras-te?

Vou propor ao Pedro umas férias de oito dias, para o ano que vem: deixamos a Joana e o André em casa dos meus sogros, e vamos descansar só os dois. Espero que desta vez ele não venha com os pruridos de bom filho auto-suficiente que não quer sacrificar a mãe nem dar cabo dos nervos do pai.

Com os miúdos ainda tão pequenos, a única hipótese de convívio que tenho é convidar os amigos a virem cá a casa, e acontece como no sábado passado, em que vieram a Rita e o João – o colega de escritório do Pedro – com os cinco filhos: realmente passámos um serão agradável, mas no dia seguinte fartei-me de trabalhar para pôr tudo em ordem outra vez.

- B. Procure, na sua biblioteca, na de um amigo ou noutra qualquer, um romance e algumas traduções que dele tenham sido feitas.

Sugerimos, a título de exemplo,

- . uma obra de A. Christie e as suas versões em português e francês;
- . *The Great Gatsby* e, como traduções, a de J. R. Miguéis e a da Europa-América;
- . *A lâ e a neve* e algumas das traduções feitas.

Seleccione alguns excertos dialógicos culturalmente marcados.

1. Procure neles formas de tratamento e de delicadeza, tentando opor
 - . discurso masculino-feminino
 - . designações formais-não formais.

Esteja atento aos parâmetros que lhe pareçam pertinentes para caracterizar os sujeitos enunciadoreis ao tentar um esboço de sistema.

2. As metáforas descritivas são também culturalmente marcadas. Veja, por exemplo, em *A lâ e a neve*, as que referem a serra.
3. Que rotinas verbais surgem nos diálogos dos romances que escolheu como mais representativas da língua-cultura de origem (aquela em que o romance foi escrito) e da(s) língua(s)-cultura(s) alvo (aquelas em que o romance foi traduzido).

Leituras complementares

O ACTO DE OLHAR NO DISCURSO
de Fernão Lopes

1. Crónica de D. Pedro
Crónica de D. Fernando

Maria Emília Ricardo Marques

1. Abordar Fernão Lopes, a partir de um modelo descritivo lexicométrico (estatística lexical), tem por finalidade reconstituir teias que modelizam determinado universo de referências, atitudes e comportamentos. É um intrincado de relações léxico-textuais, de redes temáticas, que definem – «*quelques grandes permanences, quelques façons uniques de s'exprimer et de sentir, quelques attitudes primordiales d'existence.*»¹

Tenta-se portanto explorar determinado espaço discursivo, com a vontade de apagar a subjectividade de um EU – leitor, interpretante mas, sem dúvida também, analisante. O percurso agora feito visou apreender experiências sensíveis e filtros perceptivos que pudessem ter marcado o discurso das *Crónicas de D. Pedro* e de *D. Fernando*.

Foi este projecto que nos propusemos, tomando como orientadora de um protocolo de análise a afirmação de Starobinski «*Comprendre, tout en n'adhérant pas, [les chemins empruntés...] par une conscience imaginante*»². Os caminhos de uma tal consciência reflectem-se em redes justapostas, redes associativas, sintagmáticas, que, para além das significações referenciais denotadas (ex. os vários sujeitos dos enunciados marcados na superfície textual), nos remetem para algo que o sujeito de enunciação não controlou – e que resumiríamos, citando Mauron, aquilo que «*[...] devrait montrer sous la logique, ou l'absurdité apparente, une logique plus profonde, des mouvements plus secrets*»³. É evidente que a procura destas formações inconscientes, em nada minimiza qualquer estudo que vise a descrição do que foi, clara e explicitamente, enunciado/organizado.

A descrição objecto de estudo foi, aqui, a do campo abarcado por um O L H A R, olhar que discrimina, memoriza, designa, narra ou descreve. Partimos para isso de certos

¹ Richard, J. P. (1963) – «*Quelques aspects nouveaux de la critique littéraire en France*». Paris, *Le Français dans le Monde*, mars, p. 5.

² Starobinski, J. (1955) – «*Parole et silence de Claudel*». IN *NRF*, Paris, septembre, p. 523.

³ Mauron, C. (1941) – *Mallarmé, l'obscur*. Paris, Denöel; rééd. Paris, José Corti, 1968, p. 35.

modos de apreensão do real que o próprio Fernão Lopes enfatiza, a saber, os dos mecanismos perceptivos, mesmo se marcados por filtros incidentes nos objectos percebidos.

2. Passemos agora à descrição do **protocolo metodológico**. Optámos por uma metodologia específica, a Lexicometria Textual, explicitada e desenvolvida pela equipa do «Laboratoire de Lexicométrie et Textes Politiques» – UMR 9952 – CNRS. Tal metodologia permite-nos criar a distância necessária, entre obra e leitor, para tornar a análise da produção discursiva o mais objectiva possível.

Consideramos que o acto de leitura – interpretação – análise de qualquer obra resulta da percepção e da identificação de índices textuais (linguísticos, paralinguísticos – caracteres tipográficos, disposição do texto na página, sua maquetização,...) e do papel das memórias (imediate e mediata), suporte de todo um universo de referências, de atitudes, de comportamentos, numa intersecção que nos vai permitir construir, a vários níveis, hipóteses de macro-significação, a serem verificadas e validadas no decurso de momentos posteriores de leitura e de análise da mesma obra. Se considerarmos também que um tal processo de leitura e análise depende ainda do estado de espírito de quem lê, da sua «história de vida», até de um sistema de valores e de atitudes, para além de um repertório linguístico também ele específico, inferimos que não há UMA leitura de UM texto, mas VÁRIAS, tantas quantas, não só o número de leitores, como as circunstâncias, as situações, os contextos,..., em que UM leitor lê/volta a ler determinada obra.

Para apagar o mais possível as inevitáveis filtragens, e a afectiva sempre domina, recorreu-se à Lexicometria Textual; daí que o estudo da obra a reduzisse, nesta fase, a uma superfície discursiva.

Por lexicometria textual entende-se um conjunto de métodos que permitem operar, a partir de análises estatísticas, reorganizações formais do vocabulário, sendo este encarado como um conjunto de formas actualizadas no discurso, atestadas num texto ou num *corpus* de textos, *corpus* recolhido na sequência textual. Daí que o estudo lexicométrico imponha o levantamento exaustivo de TODAS as ocorrências de TODAS as formas do *corpus* a estudar. Inserimos por isso em computador as duas crónicas de Fernão Lopes.

O registo e o tratamento dos textos sobre suporte informático, além de assegurar um inventário rigoroso e exaustivo do vocabulário do *corpus* e além de nos fornecer, graças a programas de análise estatística, resultados objectivos e sistematizados, garante-nos a distância necessária entre os materiais e o investigador, contribuindo assim para uma recolha objectiva e neutra dos dados quantificados, dados referentes à **massa de todas as formas** analisadas. É ainda o computador que nos permite medir a frequência relativa de um termo, localizar as formas lexicais na superfície textual, caracterizá-las em função de determinados parâmetros, delinear-lhes o perfil em determinada textura discursiva.

O conjunto das formas recolhidas, num ou em vários textos, é o *corpus*. Esse *corpus* finito é, naturalmente, representativo do sistema de hipóteses previamente postas (neste caso, a de existirem, ou não, filtragens perceptivas deformantes), mas é representativo também de uma população, no sentido estatístico do termo. Esse *corpus* é, por conseguinte, o objecto deste estudo.

Quantificar o vocabulário de um *corpus* é efectuar duas operações distintas, que podem ser sucessivas ou simultâneas. Uma delas consiste em calcular o número de unidades de texto, palavras, que compõem o *corpus*. Esse número representado por T, dá a medida da **extensão de tal corpus** (número total de ocorrências). A outra operação consiste

em calcular as formas do léxico do mesmo corpus, cujo número, agora representado por V, mede a extensão do vocabulário (número total de vocábulos) do mesmo *corpus*.

Um *corpus*, quando considerado como um conjunto, também pode ser tratado como formado por subconjuntos, partes. Estas partes podem ser divisões naturais do *corpus*: **fragmentos** (capítulos, volumes de uma obra, obras diferentes,...), ou divisões criadas artificialmente: **secções**. No trabalho que agora apresentamos, o *corpus* é constituído pelas crónicas de D. Pedro e de D. Fernando.

3. De entre as opiniões habitualmente emitidas sobre Fernão Lopes, surge a do carácter pictórico de um discurso que V E R domina e que até nos convida a «*esguardar, como se estivessemos presentes*».

Criámos, portanto, como hipótese, um polo lexical abstracto /VER/ e propomo-nos hoje atentar nas formas lematizadas que o realizam nas crónicas de D. Pedro e de D. Fernando. Assim, como realizações de /VER/, recolhemos e isolámos

<i>esguardar</i>	1	ocorrência
<i>olhar</i>	20	
<i>ver</i>	447,	

destacando-se, neste último conjunto, as formas lexicais

<i>virom</i>	39	ocorrências
<i>veendo</i>	79	
<i>vio</i>	86.	

Opondo-as, a partir da categoria **modo**, teremos

<i>vio, virom</i>	125	ocorrências
<i>veendo</i>	79.	

Atentemos no item lexical *veendo*. Sabemos que a forma simples do gerúndio ocorre exprimindo, em geral, uma acção imediatamente anterior à do verbo da oração principal, assumindo, sem dúvida, um valor temporal, mas também um valor de causa, o que acentua o imediatismo da relação causa efeito.

Pela sua frequência, destacam-se, na série constituída, enunciados do tipo

- . *veendo o rrecado do almirante [...]* (l. 792 - P)
- . *e elles, veendo tall traiçom como esta* (l. 5976 - F)
- . *veendo tall cousa e estando assi espantado* (l. 3606 - F)

demarcando este último, claramente, dois momentos no processo **estímulo + reacção/resposta**, momentos que evidenciam a quase paralisia de alguém que se imobiliza em espanto.

Do mesmo tipo, isto é, exprimindo acção imediatamente anterior à do verbo da oração principal, ainda que de modo mais enfático, é o excerto que a seguir transcrevemos:

«Ella, acordando sopitamente, quando sse vio entrar por aquella maneira, alçou-sse no leito tão espantada e temerosa que aadur se podia teer en si.» (l. 11080 - F)

Ora ainda marcadas pela mesma categoria funcional, surgem ocorrências como

- . *veendo esto* (l. 951 - P, l. 5920 - F)
- . *veendo todo esto* (l. 10429 - F)
- . *veendo esto que el-rrei fazia* (l. 3305 - P)
- . *veendo aquesto* (l. 5092/3 e 5151 - F)
- . *veendo aquello* (l. 6326 - F)
- . *veendo tall cousa* (l. 3606 - F).

Aliás, formas como estas, que marcam uma acção imediatamente anterior a outra, ocorrem ainda em estruturas do tipo

- . *como os vio* (l. 544, 715,... - P)
- . *porque vio* (l. 6001, 14070 - F), rara
- . *quando esto vio* (l. 10670, 11692, 12260 - F)
- . *quando [...] vio* (l. 1369, 1414, 1793, 1831, 1842, 2079,... - P)
- . *segundo vio que lhe compria* (l. 6087 - F)
- . *tanto que el-rrei vio que Nun'Alvarez* (l. 12478 - F).

Encontramo-nos, por conseguinte, ante um predicador experiencial, que se apresenta como exprimindo uma percepção/cognição que a resposta quase torna passiva e que abre espaço a reacções a, ou a apreciações de, afectivamente marcadas e que ocorrem a seguir ao evento perceptivo:

«vio [x]»

- «*estando assi espantado*» (l. 3606 - F),
- «*tão espantada e temerosa*» (l. 11080/2 - F).

Quase diríamos estar ante verbos marcados por um movimento psicológico, polarizado no sujeito do enunciado.

Intensificando este movimento, surgem predicadores experienciais de processo, expressando uma actividade, uma dinâmica que marcou fenómenos, também eles de natureza física e perceptiva, onde a elaboração cognitiva já é contudo acentuada – exemplos:

- . *quando vio este rrecado* (l. 10312 - F)
- . *quando vio aquel rrecado de França* (l. 11668/9 - F)
- . *tanto que vio o rrecado d'el-rrei* (l. 12318/9 - F)

4. Aliás, em E. N. Ransom⁴, predicadores deste tipo abrem modalidades de complementação incidentes na frase em que ocorrem, frase mais alta, marcada pelos traços

- + reacção físico-cognitiva
- + determinação
- + verdade.

Acontece que o estudo da modalidade tem vindo, como sabemos a alargar as suas fronteiras, integrando um número cada vez maior de fenómenos linguísticos, até pelo articular da enunciação num nível transfrástico, o que permite abrir a explicitação de alguns mecanismos psicológicos condicionantes da estruturação discursiva.

A modalidade realiza-se, por conseguinte, de vários modos e a vários níveis, aqui apenas apontada se contexto imediato de modalidades ilocutórias. Estas surgem como núcleos, «*fronts propositionnels*», em que o verbo assume a forma lógica de predicado, e onde SU é definido como argumento nuclear e Od como argumento-frase.

Quer na frase mais alta, quer na frase encaixada, verificamos oscilações formais, variações estilísticas que modulam a força ilocutória do dito e que reflectem diferenças na estratégia discursiva, diferenças resultantes de atitudes (apreciação cognitiva, reacção física, emotiva,...) do sujeito enunciador, quer em relação aos conteúdos informativos, quer no avaliar dos graus de determinação dos mesmos.

A frase mais alta, em que vai incidir o nosso estudo, aparece, por conseguinte, no contexto imediato «*for the complement sentence, in the same way that the speech situation provides the immediate context for a simple sentence or an independent clause. This context sets up the deitic references to person and time that affect the meanings and forms of the complement*»⁵.

A frase superior demarca portanto redes deícticas quer no enunciado, quer na enunciação, e informa sobre «encenação» e «contratos» discursivos, explicitados no enunciado DITO, aponta para actores dominantes, e até estabelece, se a frase encaixada ocorre em SU, o que alguns designam por «*effets de couple*»⁶, ou seja, um grau máximo de coesão entre a informação dada e a observação metacomunicacional referida em P, o que acentua a especificidade de um segmento indiciador do aspecto que define o processo de interacção produzido.

Acontece ainda, e já o acentuámos, que este tipo de fragmentos constitui uma zona, em que os comportamentos idiossincráticos se manifestam com nitidez e em que EU, deixa transparecer, ou manifesta explicitamente, tipos específicos de coordenadas e de relações, que, pelo enunciado, o sujeito enunciativo estabelece com o mundo.

Vendo a totalidade das frases mais altas como conjunto de segmentos descontínuos repetidos, a descrição das variantes tem de partir da hipótese de estas poderem ser encaradas como estados concorrentes, como tipos diversificados de resposta a um mesmo mecanismo produtor.

A sua descrição de tais segmentos terá assim lugar num nível mais abstracto do que o da superfície textual, sendo o estudo da significação centrado na classe sintáctico-semân-

⁴ *Complementation: its meanings and forms*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1986, p. 54.

⁵ Ransom, *op. cit.*, p. 103.

⁶ Jeanjean, C., *Recherches sur le français parlé*. 5. Aix-en-Provence, Faculté de Lettres, 1983.

tica do predicador e no papel dos argumentos que, com ele, ocorrem, embora, um deles, o argumento-frase seja, de momento e aqui, encarado como categoria vazia.

Por uma análise deste tipo, determinam-se, ao nível da superfície textual, distribuições e combinatórias de formas diferentes, expressão de comportamentos verbais marcados por forte grau de padronização e onde o predicador aglutina e define relações, submetido que está a restrições contextuais que têm raízes extra-linguísticas, na situação e em tensão ou distâncias, reflexo de papéis e estatutos, sociopsicológicos segundo uns, sociosemânticos segundo outros.

É esta segunda hipótese a que perfilhamos, dado postularmos como subjacente à superfície textual, um nível sociosemântico, onde se realiza a inserção de formas léxicas em estruturas predicativas, em classes deícticas e em categorias nominais, com relevo na relação interlocutória. Trata-se de um nível determinado, no tempo, por todo o processo de enculturação que marca uma «história de vida»; determinado, depois, durante o processo de produção discursiva, por um período pré-enunciativo (Merleau-Ponty) e por aqueles parâmetros que condicionam a enunciação.

Será nestes dois níveis que procederemos, sempre com apagamento do argumento-frase, à classificação das formas-segmento, consideradas fora do discurso narrativo, fora do tempo e do espaço CRÓNICA. Delas restarão os vestígios da relação sujeito enunciadador-enunciado, ou seja, as marcas supradiscursivas de modalidade, «*ordre de régularités*», decorrente da «*existence d'un JE stable qui sert d'ancrage à toute production langagière*»⁷.

Encaramos o sujeito enunciadador como parâmetro «estável», descrito a partir de alguns traços sociológicos, mas que, psicologicamente, tentaremos aproximar através da representação abstracta de modalidades ilocutórias, cujo estudo só se poderá todavia aprofundar quando, a seguir a este trabalho, estudarmos a relação frase superior argumento frase.

As três classes semânticas que construímos seguindo, em parte, a hipótese de E. Ransom, articulam comportamentos verbais de reacção e de apreciação, com processos perceptivos-cognitivos, com condutas emotivas e com mecanismos psicomotores (linguísticos em E. Ransom).

Cada uma destas categorias abre caminho a um indiciar de duas classes de modalidades: a informativa e a avaliativa.

A primeira especifica o modo como o conteúdo do argumento-frase deve ser interpretado, dado que informação acerca do saber como conhecimento, ou do mundo, ou do comportamento de alguém. Delimitam-se, a partir dela, quatro parâmetros constitutivos de subclasses: Verdade, Verdade futura, Ocorrência, Acção.

As modalidades avaliativas são estruturadas em função de critérios psicológicos que atribuem os actos de fala produzidos a causas múltiplas, com um grau de determinismo variável. Daí as subclasses constituídas: predeterminação, determinação, não-determinação e indeterminação.

As modalidades ilocutórias abrem assim zonas modais complexas e combinam-se, de modo aleatório, com outras formas e tipos de modalização, demarcando, ante um EU «estável», núcleos, com fronteiras fluídas, de modalidades «constituintes» da superfície discursiva.

⁷ Lecoindre, S. e Le Galliot, J. Le Je[u] de l'énonciation. *IN Languages* 31, 1973, p. 7.

5. No caso que nos ocupa, cumpre ainda destacar a determinação precisa do processo experiencial vivido e relatado em expressões como

- «e veendo e esguardando que [...]» (l. 9895 - F)

formulação próxima, na designação do evoluir perceptivo, de dois outros enunciados ocorrentes, contudo, noutra tipo de estrutura sintáctica:

- «por non seer visto e descuberto» (l. 12088 - F)
- «[aquellas cousas] foram vistas e examinadas por ell» (l. 15142 - F)

Esta precisão no uso de uma forma lexical, VER, cujo conteúdo acaba por se aproximar muito do de constatar ou do de concluir sintetizando – ex. *como ell visse que era rrazom* (l. 9324 - F), leva Fernão Lopes a desconfiar da percepção e da observação como mecanismos de apreensão do real, pois sente-as passíveis de deformação, afectiva, por exemplo.

Assim escreve:

«[...] a virtude extimativa, que he emperatriz das cousas sensivees, he tam doente em taaes homões [homens apaixonados] que não jullga o ogeito da cousa que vee tall quall elle he mas tall quall a elle parece; ca ell jullga a ffea por frefrosa, e aquella que traz danno seer a elle proveitosa; e portanto todo juizo da rrazom he sovertido acerca de tall ogeito [...]» (l. 8052/8 - F), sublinhados nossos.

Aliás, páginas à frente, Fernão Lopes escreverá ainda:

«O iffante, preso per maginaçom e posto mui firmo no jugo do amor, per conjeitura das cousas que viia tiinha em gram preço e desejava muito as que nom pareciam; em tanto que o jogo da bem-querença, aceso em dobrada quantidade, lhe fazia semelhar aquel pouco d'espaco aũm mui grande» (l. 10866/70 - F).

O envolvimento afectivo distorce, portanto, para o cronista, tanto a percepção, como «todo juizo da rrazom».

Ainda dentro do mesmo tipo de reflexões, sobre mecanismos de apreensão do real e de construção do saber, refira-se agora o da relação entre estímulos perceptivos, estabelecida por Fernão Lopes como dominada pela visão, tema que aborda ao referir questões de memória associativa, de que está consciente:

«[...] fui chamado a hũm gram conselho em hũm dia [...] assiinaado do anno, e depois me vem a esquecer, nom o teendo sempre presente na memória; veendo depois [...] algũma das outras cousas que me aveherom em semelhante dia, ãmbrar-m'á estonce que casei em dia de Pascoa ou outra quallquer cousa que me aveo, se vejo algũma semelhante» (l. 2482/8 - F).

A visão é assim estabelecida como um duplo mecanismo de acesso ao real, por estímulo directo ou não:

- «segundo veer podem os que desejam de o saber, lendo parte de sua estória» (l. 84/6 - P).

Isto, embora haja consciência da sua fragilidade, como vimos, quando afectada por emoções.

Num caso e noutro, tal visão é-nos sempre dada em estilo concreto, rico e colorido, porque nos querem fazer ver algo

- «segundo adeante poderees veer» (l. 11334/5 - F)
- «bem he que digamos de cada cousa hñ pouco por veerdes parte dos modos antigos» (l. 327/8 - P).

E, para lá da ênfase dada a uma visão constativa, a própria audição surge subordinada a esta última, pois, primeiro, as palavras são vistas

- «e diziam algũs que estas pallavras virom» (l. 11946 - F).
- «bem he que ouçaaes duas ou tres cousas, por veerdes o ogeito que em esto tinha» (l. 534/5 - P).

Assim, como vemos, da interpretação de um dito pitoresco surge uma visão experienciada do acontecido, como se autor-leitor ou leitor(es) lá tivessem, de facto, estado.

Recordem-se ainda pelo concretismo da expressão, enunciados como

- «veendo que nom avia em et se nom morte» (l. 5971/2 - F)
- «veendo como todos estavom alvorçado» (l. 7928 - F)
- «veer o caminho que lhe embargava a escuridom da noite» (l. 5221/2 - F)
- «e elle juntou [...] tam grande tesouro que era estranha cousa de veer» (l. 1043/5 - P).

Com este último segmento do enunciado, abre-se aliás uma série, habitual no cronista, marcada por inversão e fórmula de ênfase. Eis outros exemplos, todos da *Crónica de D. Fernando*:

- «era freiosa companha de veer» (l. 6448/9)
- «vista que lhes era doorosa de veer» (l. 11116)
- «era cruell cousa de veer a todos» (l. 13601).

Com tudo isto «poderá seer que prasmaram algũs, dizendo que nom estoriamos dereitamente» (l. 840/1 - P), aproximando o cronista daqueles que o próprio Fernão Lopes descreve, censurando, como tendo um «desvairado modo d'escrever» (l. 6858/9 - F). Des-

vairado modo de escrever», a que o cronista não escapa, mas que só é reflexo de um estado onírico, de um sonho, visão sempre

«porque eu sonhava hũa noite o mais estranho sonho que vós vistes: a mim parecia em dormindo que eu viia todo Portugall arder em fogo de guisa que todo o rreino parecia hũa fugueira»; (l. 3602/5 - F).

Vimos, em textos por muitos referidos como mais pobres, *A crónica de D. Pedro* e *a de D. Fernando*, que neles se implementavam já certas estratégias discursivas, reflexo de mecanismos cognitivos e enunciativos que irão marcar a *Crónica de D. João I*.

Tais estratégias ainda hoje nos aparecem como indiciadoras de uma linguagem mais resultado de processos de constatação, marcados por reacções perceptivas imediatas, de que se tenta afastar o perigo de filtros mais afectivos, do que de complexos e elaborados mecanismos de cognição. Talvez por isso esta escrita reflecta, melhor, o ritmo do vivo e do real.

Vimo-lo em formações textuais que, para alguns, são expressão directa do inconsciente. A partir de uma estruturação genérica desses segmentos, dessas formações – reflexo de UM autor, *«on [a essayé de] faire apparaître des réseaux d'associations ou des groupements d'images, obsédantes et probablement involontaires»*⁸.

Foi também possível começar a apreender certas componentes formais de um estilo, de um idiolecto, que muito revela de uma relação sensitiva estabelecida entre sujeito da enunciação e real enunciado. Essa relação parece ser marcada, em Fernão Lopes, pelo domínio de uma percepção visual que reflecte a interacção EU-cronista REAL constatado descrito, narrado, relação donde resultam *«des êtres de langage qui [...sont] aussi objets de communication»*⁹.

Ultrapassar o estádio, em que leitor e obra fusionam, decidir apreendê-la melhor, foi o que esboçámos aqui,... ou o que começámos a tentar, partindo de dados lexicais que o próprio texto fornece e que nos propomos aprofundar em trabalhos ulteriores. Depois, encontrámo-nos de repente ante mecanismos informativos e processos estilísticos, que nos atraíram pelo inesperado (aponte-se, como exemplo, a afectividade como filtro perceptivo) e que, por isso, de futuro, iremos estudar na *Crónica de D. João*, até por serem estratégias e rotinas que ocorrem no que de mais coloquial e simples acontece em discursos do quotidiano. E talvez seja este um dos traços estilísticos marcantes na obra de Fernão Lopes.

⁸ Mauron, Ch. *Introduction à la psychocritique*. Paris, Denoël, 1940, p. 32.

⁹ *Ibid.*, p. 228.

REDES DE INTERACÇÃO

A. O DITO E O NÃO DITO

Reflexões sociolinguísticas sobre o papel da tradução no ensino de línguas a nível universitário: níveis de deferência e formas de tratamento

Maria Emília Ricardo Marques

0. No âmbito das disciplinas de Linguística Francesa, que integrava a cadeira de Francês IV, e de Linguística IV (4º ano da licenciatura em Línguas e Literaturas modernas), realizaram-se alguns trabalhos de análise contrastiva, incidentes na tradução de certos tipos de segmentos frásicos. Trabalharam-se aí determinadas oposições fundamentais entre Português-Francês, mas também entre Português-Inglês. As traduções dos segmentos escolhidos desempenharam, por isso, papel dominante no que designaremos por etnometodologia.

A ideia nasceu do facto de ser urgente criar hábitos de reflexão, metalinguística mas também metacomunicacional, sobre alguns aspectos do não dito, ou seja, sobre aquelas marcas da fala que mais profundamente se enraízam na competência de comunicação: as marcas psico-socio-culturais.

O carácter de urgência destes trabalhos resultou, ainda, por um lado, do hibridismo da população alvo, onde há forte componente de migrantes em situação de retorno; por outro, dos tipos de populações escolares que aquela poderá vir a ensinar e em que, nalgumas zonas, há nítido domínio de alunos que não falam Português como língua materna e que vêem Portugal com olhos estrangeiros, com os olhos de quem se situa, afinal, nas margens do sistema.

Daí que o trabalho feito tenha tido como objectivo primordial, o tornar os estudantes conscientes de certos comportamentos socioverbais, automáticos nos falantes nativos e que resultam da interiorização de rituais, de hierarquias, de contratos não explicitados e de níveis de língua, de sistemas de deferência que, entre nós, ainda hoje, marcam sociedade, cultura, linguagens.

O interesse deste modo de encarar a tradução resulta do facto de assim podermos focar sequências de padrões específicos e estimular uma reflexão e uma análise sociolinguística fortemente estruturadas — o que é importante para futuros professores de língua, para futuros intérpretes e tradutores.

Com efeito, se alguém aprende uma língua e estuda uma cultura ou um sistema social, em que determinados tipos de marcas, ou não existem, ou integram uma sistemática diferente, pode acontecer que de tal nunca se aperceba. Primeiro, porque, inevitavelmente, irá transpôr os próprios hábitos associativos, socioculturais, sejam eles de etiqueta formal, ou não, irá transferir os seus estereótipos culturais para as novas práticas de língua. Depois, porque, inicialmente, será sempre "cego" (no sentido de Fries) a tudo aquilo que não aprendeu a ver. E enfim, porque, nas simulações de ensino-aprendizagem, é raro ser possível ultrapassar o enquadramento institucional (enquadramento no sentido de "*setting + scene*", Hymes 72).

1. Explicámos brevemente as razões que nos levaram a estudos sintácticos, semânticos e pragmáticos de factos socioverbais, de segmentos de discursos interactivos a que a análise contrastiva de traduções dá relevo diferente. Acontece ainda que, partindo do Português como língua de origem, podemos, no campo teórico, discutir a hipótese de R. Brown sobre o possível carácter universal de uma "*invariant norm of address*"⁽¹⁾ e as implicações desta hipótese na aprendizagem comunicacional de uma língua estrangeira.

O trabalho feito incidu num tipo determinado de padrão, o que pode ser inferido a partir de n frases superiores, onde, por completivização, se encaixam frases QU - P, com funções de sujeito ou de complemento objecto directo. Nelas se analisaram sequências marcadas por registos diferentes, por níveis de deferência determinados, por fórmulas de delicadeza e por formas directas de tratamento, auto- e heterodesignativas.

A partir destes materiais demonstrou-se o enraizamento etnosociológico das redes sintáctico-semântico-pragmáticas analisadas, o que permitiu destacar o papel, em Portugal, das formas de deferência, mobilizadoras de processos complexos de interferências "intra-frásticas", processos naturalmente enraizados na relação EU - OUTREM. A interferência levará a certas escolhas nos paradigmas de formas auto- e hetero-referenciais, determinará ainda a forma de superfície do sintagma verbal por elas enquadrado e, condicionará enfim, a estrutura de complementação subsequente.

2. A partir da investigação iniciada pensamos trabalhar uma semântica social, cujo objectivo dominante será demarcar os polos centrípetos no sistema das relações socioverbais interactivas, pela análise de tramas inferidas a partir de critérios e de escalas de semelhança ou de diferença.

Difícil? Não o cremos. Até porque, afinal, este tipo de actividade é muito frequente no quotidiano, conduzindo a conclusões *"that we all make confidently (...), when we decide that two people are saying the same thing in different words"*(2).

O processo que leva a estabelecer semelhanças de conteúdo pode, aliás, aproximar-se do que condiciona as associações verbais limitadas e em que um interlocutor reage a um estímulo e estabelece, de modo quase intuitivo e em determinado espaço socio-semântico, diferenciações por vezes até subjectivas.

ricas em cambiantes e matizes socioculturais.

Eis pois os princípios que levaram ao primeiro esboço de um banco de dados (bi- / trilingue). Neste isolaram-se segmentos frásicos que, por análise contrastiva, permitem sensibilizar a comportamentos socioverbais, encarados como observáveis linguísticos, em que se distinguem graus diferentes de equivalência entre texto(s) de origem e texto(s)-alvo. Fazemo-lo por agora comparando excertos de romances portugueses contemporâneos^[3] com as respectivas traduções francesas. Finalidade: delinear padrões de estruturas-tipo variáveis em função das formas escolhidas no paradigma-polo. Citemos Deese: "*a structural analysis of intraverbal meaning should be directed towards finding a simple structure relating words within any specified collection*"^[4]

3. As primeiras análises feitas, então sem suporte informático, incidiram em "O Evangelho segundo São Mateus": texto-origem em latim vulgar, textos-alvo em português, francês, espanhol, italiano — isto, na Faculdade de Letras e no quadro da cadeira de Linguística Românica. Já na Faculdade de Ciências Sociais e em Linguística IV, estudaram-se, por exemplo, as traduções portuguesas de *if* e *when*, sendo o texto-origem, "*Alice no país das maravilhas*"; analisaram-se também então, em "*Cartas na mesa*" de A. Christie, formas auto- e hetero-referenciais — texto original vs traduções portuguesa, espanhola, francesa. A escolha justifica-se pela riqueza dialógica da obra e ... pelo facto de haver um complexo sistema de referências polarizado num indiano — alguém outro pela raça.

Estes projectos pontuais de investigação desenrolaram-se sob formas de

trabalhos de grupo (pedagogia de projecto). Neles, os estudantes tiveram um grau de autonomia bastante grande, depois de uma fase em que se debateram, quer as finalidades dos trabalhos, quer as hipóteses teóricas que os enquadrariam.

A etnometodologia e a comunicação interactiva intercultural foram, e são, a trama sobre que assentou toda a actividade. Este estudo sociolinguístico variacionista, de realizações verbais quotidianas contrastantes, marcadas por sistemas de deferência e níveis de língua, terá ainda de ser testada sobre respostas associativas em situações de bilinguismo-biculturalismo. O projecto tem como objectivo último avaliar a equivalência real de pares de segmentos frásicos, geralmente aceites como equivalentes.

O ponto de partida desta segunda hipótese foram as experiências feitas por Szalay e Windle (1968)⁽⁵⁾, integradas na sua análise contrastiva Coreano-Inglês. Os textos-origem eram na primeira língua e os textos-alvo na segunda. As escolhas consideradas correctas na avaliação das equivalências entre formas de tradução, apontaram, quanto à adequação das escolhas, para 38% e 56% - 38% para aqueles que falavam como língua materna o coreano e 56%, para os falantes nativos de inglês. Lembre-se que as respostas podiam ser dadas ou explicadas, numa e noutra língua. No entanto, a população coreana testada só tinha aprendido Inglês nos Estados Unidos, aliando embora o meio institucional, à situação natural de inversão linguística. Não foi feita a experiência inversa. E teria sido importante, até porque outras hipóteses⁽⁵⁾ (Lambert, Havelka e Crosby, 1958, Gekoski, 1968: ...) apontam para o facto de a tradução ser mais difícil quando o falante está na situação de bilinguismo-biculturalismo coordenado: isto é, quando o indivíduo aprende a segunda língua no país em que esta é falada e para onde aquele imigrou. Consequência

de um choque de aculturação? Deixemos a pergunta em suspenso.

Em princípio, em casos deste tipo, poderia pressupôr-se um contacto e uma interacção cultural forte. Contudo, esta raramente acontece. Lembremos certas frases de M. Richelle: "*deux cultures peuvent cohabiter presque sans communiquer l'une avec l'autre*". "*leur contact (peut ne donner lieu ...) qu'à des changements lents, presque imperceptibles, éventuellement localisés dans certaines sphères de la vie sociale*" — (*ceci arrive, par exemple, avec des groupes ayant*) "*des échanges commerciaux*". (mais) "*jamais d'interférence au niveau des croyances, (...) des structures politiques ou des formes d'éducation*"⁽⁶⁾.

A não-interacção sociocultural surge confirmada pelos resultados obtidos por Kolars (1963)⁽⁵⁾ e Dalrymple-Alford-Aamiry (1970)⁽⁵⁾, nas suas investigações sobre bilinguismo coordenado e em situação passiva de reconhecimento de equivalências semânticas entre texto origem e texto traduzido. Também aqui os informantes bilingues (bilinguismo coordenado) só atingem um terço de respostas correctas.

Taylor⁽⁵⁾, em 1976, relata testes feitos com falantes bilingues, dentro de duas culturas ocidentais: inglesa, francesa. Depois de lhes terem sido apresentadas traduções equivalentes, idênticas na aparência, os informantes responderam com séries verbais associativas que explicitavam cada formulação-estímulo, parafraseando-a e dando-lhe outras formas estruturais.

A percentagem das respostas correctas aumentava quando havia reais relações de semelhança entre os segmentos, ou entre a frase-estímulo e as parafrases, sobretudo quando o vocabulário era concreto. Aliás, em experiências deste género, o vocabulário emotivo é o mais difícil de traduzir (Koler, 1963)⁽⁵⁾, tanto como

o que designa objectos ou factos culturais muito marcados etnoculturalmente (Ervin-Tripp, 1968)(5).

O caso inverte-se, quando o reconhecimento ou produção de séries associativas equivalentes — e isto independentemente das línguas utilizadas — acontece em casos de bilinguismo-biculturalismo composto. Vejam-se as experiências de Gekoski, (1968)(5), sobre o espanhol e o inglês, com estudantes que aprendem a segunda língua, desde a fase de principiantes absolutos, no seu próprio país e no próprio contexto sociocultural e institucional da língua de origem.

Lembre-se que, para falar uma língua, o estudante sofre um processo de transformação em que aprende a significar nessa língua (Halliday). Ora aceitar que tal processo se desenrola por "*trial and error*", num aprendiz "cego", com "*blind spots*" em relação a certos factos linguísticos, culturais e sociais, é bloquear a transformação, é fossilizá-la — e isto, às vezes, em estádios bem incipientes de interlíngua. Contudo, em situação institucional de aprendizagem e com "*syllabus*" estabelecidos em bases contrastivas, vão-se adquirindo, com segurança, outros quadros de referência, outros sistemas de valores, outras atitudes e outros comportamentos, os que caracterizam a língua e a cultura alvo. Há orientação e há ajuda, em vez de choques violentos na aculturação e, gradualmente, vai-se engendrando quer a competência gramatical, quer a de comunicação. Neste processo torna-se urgente articular o trabalho comunicacional com hábitos de análise metacomunicacional contrastiva, centrada em diálogos que simulem o real quotidiano e de que se tenham traduções - objecto, assim designadas porque feitas por outros.

Separar as duas componentes do curso - prática e reflexão sobre práticas

- articulando-as em função do público-alvo, permite evitar interlínguas fossilizadas, criar novos sistemas de referências, outros quadros perceptivos, novas configurações de atitudes e de comportamentos socio-verbais.

4. Concretizemos, retomando a nossa investigação sobre determinados segmentos, as frases superiores em estruturas de complementação verbal, que assim se tornam unidades de tradução.

Eis alguns exemplos:

1.1. **Vossemecê** nem ao menos *se* lembrava que *eu* não lei ler, *catano*?

Mais bordel, *vous* ne *vous* souvenez donc plus que je ne sais pas lire, non?

1.2. **Tio Aníbal**, **vossemecê** quer então que *eu* venda folhetos?

Alors comme ça, **père** Aníbal, **vous** voulez que je vende des brochures?

2. Veja o **compadre** que nem nos conhecem.

Rendez-**vous** compte il ne nous a même pas reconnu.

3. Não sei contar, eis o que eu e **vós** deveremos concluir.

Je ne sais pas raconter, voilà ce dont, **vous** et moi, il nous faut bien convenir.

4. É tempo de confessar que está farta.

C'est le moment d'avouer que **vous** en avez par dessus la tête.

Comparando estes exemplos, constatamos que a forma francesa *vous* ocorre para traduzir *vossemecê*, *compadre*, *vós* e a forma de tratamento *você* ou *o senhor*, subentendidas em posição SU (ausência de forma pronominal + verbo na 3ª pessoa do singular). É um caso estranho de tradução amálgama que acontece, para além de outras aberrações que se notam nestes segmentos. E, entre estas, destaco o apagamento na tradução da oposição entre as formas interlocutórias *tio* e *compadre*. Ora, no caso da língua portuguesa europeia, podemos afirmar

- . que um sistema complexo de níveis de deferência, de registros, de códigos e de fórmulas, dificulta a sua aprendizagem e quase obsta a que um estrangeiro adquira, em Português, a competência de comunicação de um "almost native speaker";
- . que a investigação neste domínio, apesar de alguns trabalhos já feitos - e neles destacamos, naturalmente, os de Lindley Cintra - ainda está no início, devendo reorientar-se no sentido de uma sociolinguística variacionista articulada com análises contrastivas que foquem e graduem distâncias comunicativas;
- . que "to each communicative distance is assigned a socially determined cultural value: that is a stereotyped connotation of what the distance is supposed to mean in a social context"⁽⁷⁾;
- . que "the basic property of (...) honorifics is that the predicate takes particular forms in accordance with the relationships between the speaker and the hearer or between the subject person and the speaker"⁽⁸⁾;

. que as frases superiores escolhidas reflectem tramas interactivas verbais, sociais e psicológicas, em que a distância comunicativa é vector dominante, tornando-se, por isso, observáveis linguísticos extremamente úteis, até mesmo para discutir a hipótese de Chafe quanto às línguas em que o verbo não tem o papel central de polo na estruturação da rede associativa sintagmática.

5. O tipo de trabalho que delineámos surge enfim como meio para sair do apenas institucional e para mergulhar em segmentos dialógicos, simulação de um real, além de motivo para interpretações e análises metacomunicacionais.

Esperamos que a reflexão crítica que, em geral, se aplica à retroversão, à tradução e aos estudos gramaticais, também possa ser aplicada ao estudo destes tipos de redes de equivalências textuais, abertos por traduções já feitas e tão ricos para análises sociolinguísticas contrastivas e variacionistas. Esta posição implica uma ruptura nos hábitos, leva, além disso, a encarar observáveis de língua como amostras objecto de análises. Ora, se objectos de análise, tais amostras podem não ser aceites como válidas. Esta escolha exigirá por isso uma reflexão adequada, feita pelo sujeito analisante, sobre o(s) sistema(s) social(ais) que aquelas reflectem, sobre os seus próprios hábitos socioculturais e sobre os filtros perceptivos que os condicionam: sistema de valores, universos de referência, atitudes, comportamentos do OUTRO na cultura que o marca. Para além destas observações e reflexões, o estudante, investigador incipiente, irá também aprendendo a fazer diversos tipos de auto- /hetero-análise. Daí que ao estudar este género de documentos, estas amostras representativas, o aluno assumia "*pour tâche première,*

non point de les interpréter [...] et [de voir] quelle est [leur] valeur expressive, mais de le(s) travailler de l'intérieur et de le(s) élaborer. En tant qu'apprenti-chercheur, ⁽¹³⁾ il "organise, découpe, distribue, ordonne, répartit en niveaux, établit des séries, distingue ce qui est pertinent de ce qui ne l'est pas, repère des éléments, définit des unités, décrit des relations"⁽¹⁰⁾.

Será isso aliás. que o aluno não esquecerá nunca. ... um "discours de la méthode". que. para além do dito. começará a elucidar o não dito.

Maria Emília Ricardo Marques

Novembro. 1988

NOTAS

- [1] BROWN, R.: *Social Psychology*. New-York. Free Press, 1965.
- [2] SAVIN, H. B.: Meaning and Concepts: a review of J. J. Katz 'Semantic Theory' *Cognition* 2, 1973. p. 215.
- [3] CARDOSO PIRES, José: *O Hóspede de Job*. Lisboa, Arcádia. 3ª edição, 1965.

_____ *L'invité de Job*. Traduction Jacques Fressard. Collection du Monde Entier, NRF, Paris, Gallimard, 1967.

NAMORA, Fernando: *Domingo à Tarde*. Mem-Martins, Publicações Europa-América. 6ª edição, 1966.

_____ *Dimanche après-midi*. Traduction Paulette Demerson, Meaux, Plon, 1966.

- (4) DEESE, J.: *Structure of Associations in Language and Thought*. Baltimore, M.D.: John Hopkins Press, 1965. p. 74.
- (5) SZALAY, L. P. e BRENT, J.: The Analysis of Cultural Meaning through Free Verbal Associations. *Journal of Social Psychology* 72, 1967. pp. 161-187.
- e WINDLE, C.: Relative Influence of Linguistic versus Cultural Factors on Free Verbal Associations. *Psychological Reports*, 22 (1968), 43-51.
- LAMBERT, W.E. et al.: The Influence of Language - Acquisition Contexts on Bilingualism. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 56 (1958), 239-244.
- GEKOSKI, W.: *Associative and Translation Habits of Bilinguals as a Function of Language Acquisition Contexts*. Ph. D. dissertation, Univ. of Michigan, 1968.
- KOLERS, P. A.: Interlingual Word Association. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior* 2 (1963), 291-300.
- ERVIN-TRIPP, S.: An Analysis of the Interaction of Language, Topic and Listener. *Readings in the Sociology of Language*, p. 192-211. ed. J. Fishman. The Hague: Mouton, 1968.
- DALRYMPLE-ALFORD, E.C. e A. AAMIRY.: Word Association of Bilinguals. *Psychonomic Science* 21 (1970), 319-320.
- TAYLOR, I. Similarity Between French and English Words. A Factor to be Considered in Bilingual Language Behaviour? *Journal of Psycholinguistic Research* 5, (1976), 85-94.
- MARSALL, G. R. e C.N. Cofer.: Associative Indices as Measures of World Relatedness: A Summary and Comparison of Ten Methods. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 1 (1963), 406-421.

[6] RICHELLE M.: *Aspects Psychologiques de l'Acculturation*. Elisabethville. Centre d'études des problèmes sociaux indigènes. 1960. pp. 15-16.

[7] Peng, Fred. C.: Communicative Distance. *Language Sciences*. 1974. 31. Aug., pp. 32-38.

[8] PRIDEAUX, Gary G.: The Syntax of Japanese Honorifics. *Linguistics*. 1975. 162. Oct. 15. pp. 90-93.

[9] BAUDRY, J. L.: *Ecriture, Fiction, Idéologie. Théories d'ensemble*. Paris. Seuil. 1968. pp. 136-7.

[10] FOUCAULT, M.: *L'Archéologie du Savoir*. Paris. Gallimard. 1969. pp. 13-14.

REDES DE INTERACÇÃO

B. DIZERES DE ALTERIDADE

Maria Emília Ricardo Marques

1. Nenhuma sociedade pode libertar-se da influência dos seus discursos normativos (religiosos, políticos, didácticos, publicitários, ...), nem das questões que eles levantam. A própria história se lhes entrelaça em trama complexa, onde fios de vários tipos, origens, formas, se enredam, se prendem e até, por vezes, se quebram.

Nesse todo, persuasor e dissuasor, mas também opressivo, temos vindo a trabalhar expressões aparentemente simples, segmentos discursivos curtos, as frases mais altas em estruturas de complementação verbal.

Como hipótese sociolinguística pomos a seguinte: a de que o respectivo predicador assume, em superfície, formas lexicais específicas, determinadas paradigmaticamente, por relações de distância comunicativa e por atitudes do sujeito enunciador, que este re-estabelece no enunciado, ao exprimir maior ou menor deferência pelo(s) destinatário(s) e pela pessoa, ou pessoas, referida(s) no discurso.

A investigação tem sido conduzida de molde a induzir padrões num real complexo, em que interagem sociedade, determinada organização político-institucional e comportamentos verbais.

Partimos portanto da análise de dados linguísticos, marcados por situação e contexto, sociologicamente indexados, visando esboçar tendências (no sentido de Gurvitch), reflexo dos processos comunicativos interactivos que definiram dois tipos de assembleia parlamentar: uma, Assembleia Nacional, teatro de discursos formalmente padronizados, marcada por

cerimonialismo, hierarquia e ritualização - isto, mesmo nas duas últimas legislaturas, quando do surto da ala liberal; outra, Assembleia Constituinte, reflexo de um todo social em ruptura, onde a palavra, livre pela primeira vez em muito tempo, se tenta afirmar, quase "sem regras, nem modelos", na defesa de opções ideológicas, que marcarão a lei fundamental da República.

2. A investigação tem-se desenrolado a partir de um conjunto de hipóteses, em que, de momento, destacamos apenas as que seguem.

Antes de mais, o considerarmos a existência, numa estrutura de complementação verbal, de duas proposições autónomas, em relação funcional e onde a frase encaixada pode ocupar uma dupla posição: SU, O_d .

A frase mais alta, para nós determinante, surge como um curto segmento discursivo, fortemente codificado no domínio que nos ocupa e introdutor de notações subjectivas, de modalidades.

Permite-nos por isso observar, no caso em estudo, formas específicas de interlocução, ao longo de um determinado processo interactivo de

"negociação de conteúdos", a legislatura. É processo marcado, entre outros factores, por alguns ritos institucionais, por comportamentos sociais padronizados, de deferência e de delicadeza e, até, por hábitos individuais. Uns e outros reflectem, tanto representações semânticas de estruturas sociais ou político-institucionais, quanto estratégias momentâneas, persuasivas - dissuasivas, de natureza argumentativa homogénea, até na sua função de linhas de orientação interpretativa e analisante.

Independentemente do facto de a tónica tanto poder incidir em variações individuais, como nas de grupo, há, entre todas, um fenómeno de "modulação" que se destaca: *"the predicate takes particular forms in accordance with the relationships between the speaker and the hearer or between the subject person and the speaker" 1).*

Propomos por isso, como hipótese correlata, a seguinte: nas línguas marcadas por sistemas de deferência e de delicadeza, o verbo não tem um papel central condicionante do enquadramento sintáctico de superfície.

Propomos ainda a hipótese de que, neste tipo de línguas, é também necessário, e sobretudo em relações de conflito, retomar a hipótese de

um nível de tratamento neutro ou até a hipótese da universalidade de uma "invariant norm of address" 2).

O estudo de tais situações verbais de conflito, frequentes aliás em qualquer Assembleia Parlamentar, permite-nos ainda induzir que

- . por um lado, o conteúdo a comunicar afecta as reacções avaliativas do sujeito enunciador, quer quanto àquilo que comunica e à forma de o fazer, quer quanto à demarcação verbal de relações de *status*, socio-político-institucionais no caso em estudo;
- . por outro, as situações de conflito não são, em geral, marcadas por fórmulas de deferência e de delicadeza, ou mesmo por formas de tratamento ritual, podendo por isso esboçar-se, como tendência, que
 - o apagamento da deferência verbal acontece nestas situações, por elas serem momentos de maior intensidade emotiva, e, portanto, de menor controlo;

- as formas marcadas por deferência ocorrem predominantemente em tempos calmos, de não intensidade polêmica.

Estes últimos pressupostos, que os resultados da análise já feita confirmam, podem articular-se com a noção de "controlabilidade", que J. Dubois define como *"une notion fondée sur le postulat que les sujets parlants (...) peuvent rompre la dépendance des faits linguistiques (ou de certains d'entre eux) à l'égard des faits sociaux"* 3). Destaquemos ainda, no seu texto, por tudo que implica, as afirmações feitas quanto à realidade de uma determinação sociocultural e quanto à dependência do fenómeno "controlabilidade" da perícia verbal alcançada - quanto a nós, pelos chamados "profissionais de palavra", mas quanto a Dubois, pela pertença a determinado meio sociocultural:

"La contrôlabilité (...) varie selon les sujets parlants: les personnes qui ont acquis, grâce à leur environnement socioculturel, une grande maîtrise du modèle de performance contrôlent facilement le choix des unités lexicales (...), alors que les milieux non-cultivés ont (...) moins de possibilités dans

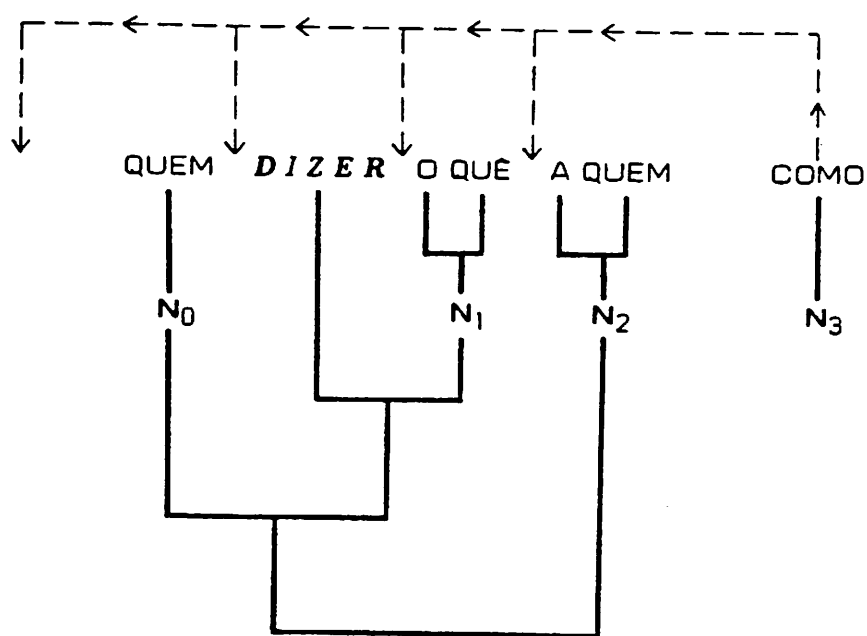
ce domaine [...]; la contrôlabilité est un peu plus grande pour les faits de syntaxe, très grande pour le lexique" 4).

Especifiquemos ainda que, no caso que nos ocupa, a estrutura da frase mais alta é menos controlada do que a da frase encaixada, aquela servindo muitas vezes, e sobretudo, como operação de abertura discursiva, como instrumento demarcador de posições e de papéis que o sujeito da enunciação confirma, ou transgride, como processo dinamizador de efeitos de orientação interpretativa, possíveis, supostamente, de conseguir através dos actos ilocutórios realizados.

3. As investigações sobre interacção verbal levam ao estudo de "actos de linguagem", sempre marcados, em maior ou menor grau, tanto por rituais sociolinguísticos e por formas diversas, sociais, de teatralização do discurso, como por fenómenos enunciativos diferentes.

Por ritual entendemos, tal como P. Charaudeau, "*un ensemble de contrats par lesquels les partenaires se trouvent liés (... Ils sont) à des places définies par avance [...], on parle avant d'avoir parlé" 5).* E se não houver

apreensão daquilo que está em jogo, do ritual que o modela e das forças em presença, não poderá haver interacção verbal persuasora. Para essa interacção contribui, em muito, o facto das estruturas dialógicas assumirem formas diversas de **representação**, diversidade que é função de tipos diferentes de rituais socialmente marcados, mas também de estratégias e de processos comunicativos que EU define. Sintetizamo-lo a título de exemplo, a partir da estrutura



O acentuar este tipo de distribuição permite-nos apreender que há constituintes enfatizados, quase diríamos postos em boca de cena ou no centro óptico do palco. Isto, em situações específicas, em determinados contextos, sob certas formas e intencionando certos efeitos.

A proposta apresentada não pretende retomar o antigo esquema mecanicista de H. Lasswell (1948), mas acentuar a possibilidade de, a partir dele, segmentar tramas discursivas complexas, isolar amostras que podem conduzir, tanto a estudos de co-ocorrência, ou de co-variância, como a estudos cruzados de interações entre N_0 e N_2 , por exemplo. O destaque dado a estes constituintes, o pressupô-los como polos de um tipo básico de dinâmica discursiva, de que o núcleo é DIZER, sobretudo o COMO DIZER, resulta da hipótese delineada de haver correlação entre formas lexicais de auto- e de heteroreferência, estruturas sintáctico-semânticas, papéis sociais e ritos sociolinguisticamente marcados. A escolha de # N_0 , DIZER, N_1 , a N_2 , N_3 #, para além das razões já aduzidas, é enfim reforçada pelo quanto a definição do mútuo posicionamento de EU - OUTROS decorre de formas ocorrentes em SU, como argumento nuclear, ou seja, dos "items"

que ocorrem em N₀. Acontece ainda que tais marcas permitem induzir um primeiro nível de efeitos e de tipologias discursivas, agora já enquanto sintomas de ideologia(s) 6).

Recorde-se que, se "não falamos para dizer alguma coisa", decerto o fazemos "para obter determinado efeito" 7).

Por demasiado evidente, apenas aludimos de passagem ao interesse da escolha do termo genérico **DIZER**, quando da análise de situações extremamente complexas de audição - compreensão.

Ressalte-se todavia que, mesmo a ocorrência de **DIZER** como predicador em modalidade ilocutória, aparece independente da maior, ou menor, extensão das intervenções que abre, da maior, ou menor, variedade dos tipos de discurso, e até do número ou estatuto dos sujeitos locutores e/ou enunciadores que o utilizam. Acentue-se ainda que, talvez porque banal, porque muito coloquial no seu uso, este verbo permite aproximar, de modo mais fiel, um processo genérico de modalização verbal.

Acontece ainda que, em qualquer discurso, repetimo-lo, há actores que se apagam, porque silenciosos, e há outros, protagonistas, que se

evidenciam definidos por / EU / e, sobretudo, quando a sua realização lexical o marca como [+ enfático].

4. Por ser, de longe, o verbo mais frequente em AC - Assembleia Constituinte (75-76) e AN - Assembleia Nacional (71-2, 73-4), aliás tal como nas listas do Português Fundamental, decidimos estudá-lo em função das realizações do seu argumento nuclear. Tentámos assim, partindo dos conceitos de distância, opacidade - transparência, caracterizar um sujeito enunciador que marca o enunciado com graus diferentes de implicação-responsabilização no discurso.

A amostra recolhida no discurso AN é constituída por 120 observações. A partir delas, e tendo em conta a análise contrastiva com AC, foram definidas setes classes, a que convencionámos chamar "graus de implicação-responsabilização no discurso" (IRD). Considerámos como graus máximo e mínimo, respectivamente, o primeiro e o sétimo. Isto é, o grau IRD é inverso ao valor atribuído à variável (classe).

Assim, e a partir dos tipos de constituintes ocorrentes em N_0 , foi

construído, combinando-os com cada um dos graus definidos, o quadro segue e que opõe AN e AC.

Graus	Realizações de SU variáveis	AN	AC
1	nominais (autodesignativos)	0	3
2	PRO $\begin{cases} \rightarrow \text{lex.}^{\text{al}} \\ \rightarrow \text{nula} \end{cases}$ $\left[\begin{array}{l} + 1 \\ + s \end{array} \right]$	0	44
3	PRO $\begin{cases} \rightarrow \text{lex.}^{\text{al}} \\ \rightarrow \text{nula} \end{cases}$ $\left[\begin{array}{l} + 1 \\ + \text{pl.} \end{array} \right]$	33	7
4	PRO $\begin{cases} \rightarrow \text{lex.}^{\text{al}} \\ \rightarrow \text{nula} \end{cases}$ $\left[\begin{array}{l} + 3 \\ + s \end{array} \right]$	22	10
5	PRO $\rightarrow \text{lex.}^{\text{al}}$ $\left[\begin{array}{l} + 3 \\ + \text{pl.} \end{array} \right]$	0	0
6	Indet. ^o $\begin{cases} \rightarrow \text{se aglutinado, verbo na 3}^{\text{a}} \text{ p.} \\ \rightarrow \text{SU nulo, verbo na 3}^{\text{a}} \text{ p. pl.} \\ \rightarrow \text{PRO nulo} \left[\begin{array}{l} + 1/3 \\ + s \end{array} \right] \end{cases}$	46	20
7	nominais (heterodesignativos)	19	9

5. Pretende-se analisar, contrastivamente, o comportamento das realizações de **SU** nas Assembleias Nacional (AN) e na Constituinte (AC).

Estas realizações são designadas por variáveis e representam-se da seguinte

maneira:

$X_1 \rightarrow$ nominais (autodesignativos)

$X_2 \rightarrow$ PRO (lexical e nulo)

$$\begin{array}{c} | \\ \left[\begin{array}{c} + 1 \\ + s \end{array} \right] \end{array}$$

$X_3 \rightarrow$ PRO (lexical e nulo)

$$\begin{array}{c} | \\ \left[\begin{array}{c} + 1 \\ + pl. \end{array} \right] \end{array}$$

$X_4 \rightarrow$ PRO (lexical e nulo)

$$\begin{array}{c} | \\ \left[\begin{array}{c} + 3 \\ + s \end{array} \right] \end{array}$$

$X_5 \rightarrow$ PRO (lexical e nulo)

$$\begin{array}{c} | \\ \left[\begin{array}{c} + 3 \\ + pl. \end{array} \right] \end{array}$$

$X_6 \rightarrow$ indeterminado

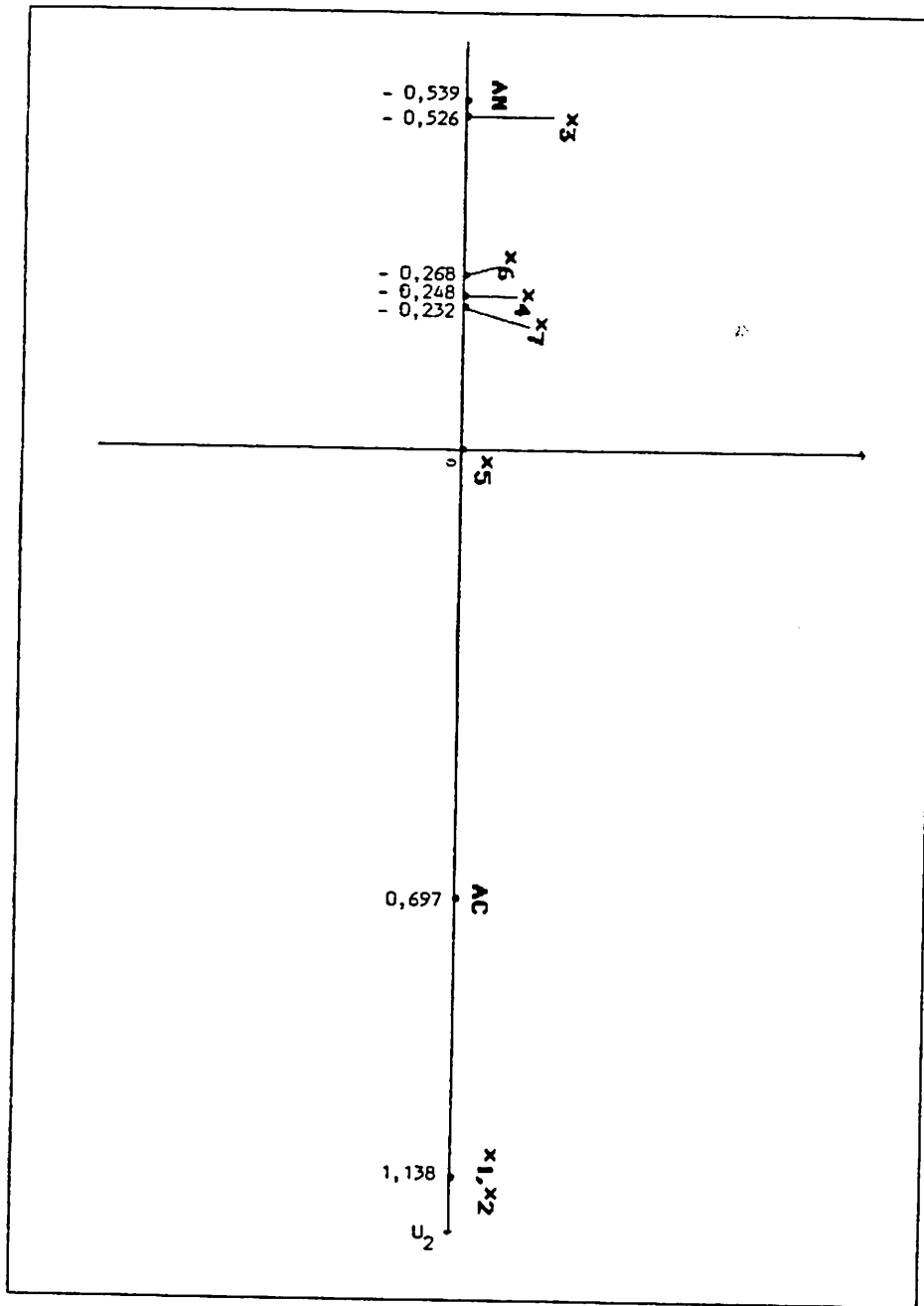
$X_7 \rightarrow$ nominais (heterodesignativos)

As ocorrências destas sete variáveis, nas duas assembleias, estão indicadas no quadro que segue, tal como as coordenadas das realizações de **SU**, segundo o eixo U_2 :

	AN	AC	U_2
X_1	0	3	1.137
X_2	0	44	1.137
X_3	33	7	-0.526
X_4	22	10	-0.248
X_5	0	0	0
X_6	46	20	-0.268
X_7	19	9	-0.232

Ainda em função do mesmo eixo, as coordenadas que definem **AN** e **AC** são as que a seguir se indicam.

	AN	AC
$D_2(j) = U_2^j \sqrt{\lambda_2}$	-0.539	0.697



Calculadas que estão as coordenadas, vamos representá-las, de seguida, no eixo U_2 - figura (transparência).

Interpretando a representação obtida, verifica-se que existe uma nuvem de variáveis, formada por X_1 e X_2 , sobressaindo, nitidamente, de todas as outras. Estas variáveis aparecem unicamente em **AC**. Repare-se na sua posição, de todas a mais contrastante em termos de **AN**. As outras variáveis ocorrem nas duas assembleias, sendo no entanto **AN** aquela em que predominam. Neste conjunto, é X_3 a realização mais forte em **AN**, logo seguida de X_6 e X_4 . Entre todas, é X_7 a categoria onde este domínio não é tão acentuado.

Como se viu pelo próprio quadro distribucional, X_5 não tem qualquer ocorrência em **AN** ou **AC**.

A análise realizada acentua o contraste **AN - AC**, demarcado desde o início.

Em **AN**, constata-se, na população estudada, uma tendência para a produção de enunciados pouco assumidos pelo sujeito enunciator, logo uma tendência para baixa implicação - responsabilização no discurso,

proferido em contexto muitas vezes polémico, até.

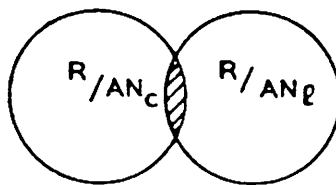
Estando conscientes das limitações da análise, cremos, contudo, que a amostra **AN** é suficientemente significativa, pois foi recolhida aleatoriamente e é constituída por 120 observações, o que é o quádruplo do considerado pela teoria estatística como minimamente válido, isto é, 30 (trinta) observações.

Relacionemos agora estas reflexões com o modelo CIBERNÉTICO, dado o carácter intencional, instrumental, quer do discurso estimulado pela "ala liberal", quer das técnicas de sugestão e de manipulação que o marcam, o que, ante o estatismo do OUTRO, vai acarretar ausência de verdadeiro diálogo, e até de comunicação, quando não surtos episódicos de violência verbal. Surge-nos aqui, um discurso, onde se tentou sobretudo a **transmissão** de algo (DIZER N_1). Este discurso torna-se, todavia, caso limite de não efeito, pois, tendo ainda como referência o modelo citado, teremos de afirmar que, se "*le message est ce qui modifie **effectivement** le comportement de celui qui le reçoit*" ⁸⁾, tal não aconteceu em **AN**.

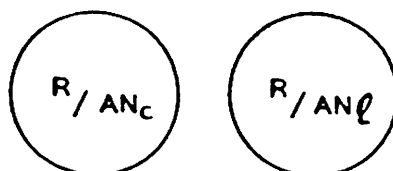
Nestes condicionalismos, duas perguntas se nos põem:

1. haveria possibilidade de haver qualquer modificação de $EU \leftrightarrow OUTRO$, em AN?
2. para atingir tal mudança terão as técnicas de expressão postas em jogo sido as mais adequadas?

Responda-se à primeira questão. Atentando no modo como AN se encontrava composta, dividimos a sua população em dois subconjuntos AN_c (ala conservadora) e AN_l (ala liberal). Acontece que, analisados os Diários das Sessões de toda a legislatura, se pode afirmar que os repertórios (R) de um e de outro grupo se poderiam representar como segue, logo, quase, como mutuamente exclusivos.

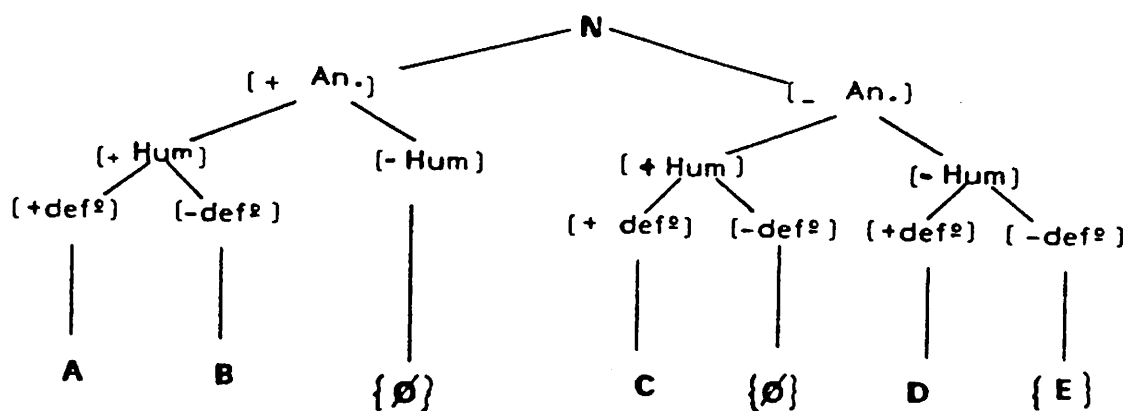


Daí que a intercomunicação tivesse de ser necessariamente pouca, quase nula, atingindo muitas vezes o chamado "diálogo de surdos", ou seja



Para esta conclusão nos remetem, aliás, as realizações, nominais ou pronominais, que ocorrem em SU.

Apagado o 1º grau de IRD, apagada assim qualquer forma nominal de auto-referência topicalizada num acto assumido de DIZER algo, surgem-nos, como vimos, já com grau 7, classe X_{7,1}, diversas formas heteroreferenciais (19), que apresentamos sumariamente no indicador que segue



O Sr.
Gover-
nador de
Angola

1. O Sr. Depu-
tado
Sua Excelência
Vossa Excelência

2. um dos maiores
inimigos da civi-
lização ocidental
3. um conhecido po-
lítico francês

M. Angelo
Bossuet

o facto

o aforismo
o ditado

o relatório
a base I
o parecer

Note-se que a série 1 do subconjunto B, embora opaca muitas vezes em situação de leitura, talvez não o tenha sido em situação real; saliente-se ainda que, nas 19 formas isoladas, apenas duas são nomes próprios e que estes abrem o campo da prova de autoridade

- pelo uso de frase de autores clássicos,
- pela citação histórico-documental,
- pela transcrição de opiniões abalizadas, de pareceres, de relatórios, ... ,
- pelo recurso a aforismos da "sabedoria popular" ,
- pelo eco dado a grupos de pressão extra- / intra-Assembleia.

O macroconjunto que designaremos por pronominal, e que corresponde aos graus I-R-D- 6 e 3, conduz a reflexões próximas e corroborantes das acima apontadas.

Assim, em X₆ incluímos também formas **PRO**, sing., mas ambíguas quanto a marcas categoriais, que tanto podem remeter para uma 1ª como para uma 3ª pessoa, dado o contexto. Citamos a título de exemplo,

"O trabalho produzido, notável como disse, (...)"

(D.S. 6/54)

"Disse então que (...)"

(D.S. 4/31)

"Pretendia, como disse, (...)"

(D.S. 4/39)

"Em documento oficial (...) dizia textualmente (...)"

(D.S. 10/150)

"Poucas considerações mais para dizer que (...)"

(D.S. 6/57)

Aliás, esta dissolução de **eu** numa pessoa indeterminada, ocorre também quando **PRO**, agora autodesignativo (classe X_3), surge com realização nula, logo apenas como marca categorial de V (ex. "dizemos que"), ou com realização lexical - o que enfatiza, pela interacção, pronome pessoal e verbo marcado.

Importa aqui destacar dois tipos fundamentais de realizações nulas

de **SU**, na aparência, ambas autodesignativas:

- **eu**, porta-voz de um grupo e das suas decisões, apenas detectável pelo conhecimento do contexto real da situação - ambíguo sem esse conhecimento;
- **nós**, que aparece como uma primeira pessoa amplificada, também eco de outras e por elas sustentado. Daí que, ao ser **nós** SU^0 proferido por SU^{0r} , seja possível uma maior definição daqueles em nome de quem fala o sujeito enunciador, visto **nós** acabar por remeter, inevitavelmente, para marcas categoriais claramente distribuídas em superfície.

Verifica-se, assim, não ser a partir de uma autodesignação explícita ou de **PRO** realizado lexicalmente sem ambiguidade, que, em **AN**, se constrói o **DIZER**. Lembre-se que, em X_6 e X_7 , graus menores de **I-R-D**, se concentram as frequências máximas. Concentram-se, repetimos, correlatas com a já referida menor frequência de **nós** (X_3) e ainda com a minimização da classe X_4 .

A que nos conduz portanto o domínio de sujeitos indeterminados

(tipo "diz-se", "dizem") ou o de outras estruturas - tipo como "o que equivale a dizer", "ocorre dizer", "o que quer dizer", etc.?

Em nossa opinião, o fenómeno deriva, sobretudo, da tentativa de marcar de distância — e porque não de transparência? — o acto de DIZER. Havia que doutrinar a ala liberal e por isso se impunha um discurso mais didáctico. Assim, a objectivação resultaria de um menor grau I-R-D, voluntariamente estipulado por parte do sujeito enunciativo, quando da enunciação e da tendência — já atrás referida — para impor uma voz "colectiva", que deveria parecer vir, não só de dentro, como de fora da Assembleia. "Nós" e "eu" teriam pois de apagar-se em consequência de uma vontade, tanto de distanciamento, quanto de perspectivação objectivante, inerente, até, ao uso neutro de um verbo como DIZER.

Trata-se, como vemos, de um jogo complexo de funcionamentos morfo-sintácticos discursivos.

X₆ aparece-nos assim como lugar de amálgama, como campo marcado por uma indeterminação que tudo permite DIZER. Aproxima-se por isso de X₇, ambas classes abertas, onde ocorrem n sujeitos, com funções em

zona indeterminada e que reflectem colectivos igualmente imprecisos ou difusos.

Constata-se portanto em AN, no discurso da ala conservadora, o apagamento do primado de uma relação dialógica efectiva. Com efeito, a ala conservadora é o subgrupo em que o discurso surge marcado, em N₀, por uma neutralização, uma indeterminação, qua vai amalgamar, nivelar, e até apagar, as individualidades de n sujeitos enunciadore-loctores, tal como quase tinha apagado as dos alocutários.

Tal neutralização surge-nos iniciada, sobretudo, pela concentração/comparação de SU, apenas em quatro graus de I-R-D. Parece-nos deste modo retomar-se uma totalidade primitiva (*ANP), um sincretismo, de que EU não emergiu, tal como não emergiu o OUTRO, (a ala liberal), o interlocutor diferente, exterior e autónomo, com quem se estabeleceria, em princípio, diálogo.

Não se atingiu o dizer de alteridade, alteridade *inter paribus*. E isto porque, embora tenha havido, por parte de A₁, quebra de ritos, de regras, de papéis "normalizados", as intervenções produzidas por A_c continuaram

* ACÇÃO NACIONAL POPULAR

a ser as mesmas de sempre: ou seja, as da instituição tradicional. Não foram aceites outras regras de jogo, não houve mudança de papéis. Não se atingiu portanto, mesmo com a acção de A_1 , o começo de transformação de um sistema de valores ou o estabelecimento de novos quadros de referência. Manteve-se um fosso a separar dois universos. Daí também a continuidade de formas "apagadas" de DIZER e da recusa à constituição do OUTRO como homólogo: obstou-se assim ao surto de formas plurais em DIZERES de alteridade.

Em AC, como vimos, a situação dialógica é muito diversa, acentuando-se, no discurso, a presença de um sujeito enunciador dominante no enunciado.

Daí a pergunta que fazemos: como explicar, em termos de processo persuasor, um sistema argumentativo que EU domina? E em muito menor escala, sob formas nominais auto-designativas - colectivos partidários, tais como "O MDP", ..., "A UDP", "o partido"? Pensamos que EU, apesar do alto grau I-R-D que atinge no discurso (2), o marca, mesmo que o sujeito enunciador seja voz de autoridade: EU leva a uma responsabilidade menor. É um nível que permite o assumir do enunciado e que, ao mesmo tempo,

atenua implicações e responsabilização partidárias declaradas. Logo, por se tratar de uma Assembleia Constituinte, onde o convencer e o vencer eram vitais - e isto tentando persuadir todos os destinatários possíveis, sem todavia descontentar, tanto o conjunto de dirigentes, como os militantes ou os simpatizantes do próprio partido - teve necessariamente de haver uma dupla escolha: a de EU se sobrepor a nominais (colectivos partidários) e a de EU abrir o discurso, sendo dele responsável. Como tal se dirigirá a todos os elementos presentes na assembleia, mesmo àqueles que estavam nas galerias: como tal se dirigirá ao país, através de sistemas mediáticos.

Assim se explicam, talvez, os graus 1 e 2 que demarcam a mudança acentuada no estilo parlamentar. Com efeito, da assembleia fechada, passou-se a uma assembleia aberta, ante um país atento, consciente daquilo que estava em jogo. Daí o posicionamento relativo de EU, função de grupo parlamentar: daí o surgir, marcado pelo índice 2 na escala I-R-D.

6. Sintetizemos a comparação atrás referida. Assembleia Nacional
-Assembleia Constituinte.

Na primeira, demarcámos ⁹⁾ um discurso

- . indefinido quanto ao sujeito do enunciado;
- . sentencioso e visando o universal, na apropriação de evidências ou de equivalências translatórias;
- . reductor, das opiniões de OUTREM, se discurso polémico, a simples "dizem" ou "diz-se" anónimos, depreciativos e desqualificados, porque não havendo atribuição directa de responsabilização no relatar do discurso adversário.

Não se atingiu então, em AN, e apesar dos esforços da ala liberal, "o dizer de alteridade, alteridade *inter paribus*" ¹⁰⁾. Ora é esse dizer que irrompe na Constituinte.

Citemos Rodrigues Lapa : "como expressão de modéstia cerimoniosa, (... a) terceira pessoa acautela melhor a objectividade e a serenidade do discurso. É um processo de retenção social, de cortesia, atenuação imposta pelo próprio interesse e pela vida em comum" ¹¹⁾.

Ante ela, na Assembleia Constituinte, irrompe, tal como na "provisão de 16 de Junho de 1524", uma "nova concepção de orgulho" ¹²⁾, orgulho de ser livre, orgulho de poder "meter" no dito, "sentimentos de paixão e violência", "descabidos e até comprometedores" ¹³⁾, segundo Rodrigues Lapa, quanto a nós, sintoma de mudança, nas regras do jogo. Abriu-se, então e aí, um outro ciclo, no debate parlamentar, o ciclo da transformação de um sistema de valores pela diversidade do pluralismo, o ciclo do estabelecimento de novos quadros de referência.

Isto porque quase se apaga a demarcação de um interlocutor discursivo, directo e imediato, acentuando-se ao extremo, no discurso parlamentar, o sujeito enunciador, com o seu aparecimento em enunciados que EU domina.

Daí a pergunta que fazemos: como entender, em termos de processo persuasivo, o sistema de comunicação interaccional definido na primeira legislatura depois de 74?

Propomos, por agora, a seguinte resposta. Por se tratar de uma Assembleia Constituinte, onde o convencer e o vencer eram vitais - e isto

tentando persuadir todos os destinatários possíveis, sem todavia descontentar o conjunto de militantes ou de simpatizantes do próprio partido - teve necessariamente de haver uma dupla escolha: a de EU se dirigir a todos os elementos presentes na assembleia, mesmo àqueles que estavam nas galerias; e, ainda, a de EU se dirigir ao mesmo tempo, ao país, através dos sistemas mediáticos em acção.

Assim se explica, talvez, a mudança no estilo interlocutório. Da assembleia fechada, passa-se a uma assembleia aberta ante um país atento, consciente daquilo que estava em jogo. Daí o posicionamento de EU, daí o quase apagamento estratégico de um interlocutor directo, daí sobretudo o grau atingido pela implicação no discurso. Acontece contudo, que este discurso, apesar do surto da palavra livre, também acaba por se definir, ainda que de modo diferente, pelo carácter não dialógico do que acontece dentro do próprio hemiciclo: primeiro, pela extrema complexidade e diversidade dos sistemas/quadros de referência dos sujeitos, destinadores e destinatários. Lembre-se que *"un système de référence peut être présenté comme subjectif ou comme commun. Un système subjectif n'appartiendra*

qu'à l'un des deux interlocuteurs; un système comme sera, en revanche reconnu par les deux. Un système commun aura un statut de "norme" lorsque les deux interlocuteurs le placent au-dessus de tout autre système présent dans l'argumentation. Toute argumentation est censée s'effectuer par rapport à un système de référence commun présent dans le contexte de l'argumentation, ou, plus exactement dans la situation argumentative de départ¹⁴). Lembre-se enfim que o diálogo visado era outro, era o discurso dos partidos de uma Assembleia, à totalidade de um país.

RICARDO MARQUES, Maria Emília

Novembro, 1988

Em guisa de conclusão

Objectivos de aprendizagem

Para lá do que foi dito, muito ficou ainda por desenvolver.

Sugerimos-lhe, por conseguinte, como abertura a outros tipos de reflexões, a leitura dos textos que seguem:

1. **Língua estrangeira: Ensinar o quê? Como? Sobre que bases?**, onde retomámos a problemática de abertura;
2. **Para uma política linguística**, directamente ligado a representações sociais e a planificações linguísticas (sociologia da linguagem).

Leituras complementares

Língua estrangeira: Ensinar, o quê? Como? Sobre que bases?

1. Ao falarmos, HOJE, em ensino de línguas torna-se, portanto, inevitável falar em comunicação e em pedagogia interactivas, muitas vezes em abordagem intercultural e compreensão internacional.

Atentemos nestes conceitos.

Para isso, precisamos tentar compreender quais são, o que são e que funções desempenham os processos comunicativos que marcam um todo social, seja ele estrangeiro ou não. Que factores neles intervêm? Que princípios organizativos aí podem ser detectados? Que sistemas, quais as suas funções? E, também, afinal, recontextualizando tais perguntas: que se entende por comunicação ou por interacção, agora em sala de aula, para mais em língua estrangeira, em situação de ensino da mesma, no decurso de **n** processos de aprendizagem?

Por isso perguntemos ainda: poder-se-á conciliar necessidades comunicativas numa língua estrangeira, em situação real não escolar, e necessidades de comunicação em instâncias de ensino/aprendizado? Que articulação e que relações se poderá estabelecer entre estas competências e outras, as competências de comunicação em língua materna? Ensinou-se umas? Como ensinar as outras?

Indo mais longe e no decurso de posição já assumida: haverá, mesmo, uma competência de comunicação? UMA só?

Repare-se na pluralidade de formas com que designamos uma língua encarada não como um, mas como vários objectos de estudo.

Por vezes, fala-se em ensinar uma **língua internacional**, uma língua franca. Noutras, fala-se em **formação prática**; noutras ainda em **objectivos profissionais**. Fala-se, também, em visar a **comunicação em sociedade** ou em **determinados grupos socioprofissionais**. Que fazer? Que decidir? Que caminhos abrir, a partir de tudo isto? Que relações estabelecer entre processos comunicativos autênticos e as ciências que os estudam? Entre aqueles e a didáctica do ensino da língua estrangeira? Entre tudo isto e um processo específico de comunicação didáctica, o da construção de um **SABER DIZER**, de um **SABER VIVER**, diferentes, surtos em clima de distanciação, mesmo, ou talvez porque em situação de fingimento, de **SIMULAÇÃO** total: a que se propõe para certos momentos da aula de línguas?

2. Mas, simulação de quê, afinal? Falou-se de «língua viva de um povo vivo», falou-se, portanto, em termos de autenticidade. Ora, sabemos que nada há de autêntico na tentativa de reconstrução, em contexto institucional e escolar (universo bem delimitado) de fragmentos de realidade desconhecida, estrangeira, amostras descontextualizadas, «enlatados» de fatias de vida simulada.

Isto, mesmo no caso de materiais particularmente bem engendrados. Refiram-se certos trabalhos do BELC, como:

DEBYSER (F.): *L'Immeuble*. Roman simulation en 66 exercices.

CARE (J. M.): *Iles*. Une Simulation de J. M. Caré, F. Debyser, C. Estrade.

CARE (J. M.) e MATA BARREIRO (C.): *Le Cirque*.

Poder-se-á responder que, neste tipo de situações, se aceita o fingimento, o «imagine-mos que...», ou o «faça como se...», também aqui havendo um jogo, um daqueles «Games People Play» (Eric Berne).

Mas, tratando-se de jogo, de representação, talvez se possam pôr/testar outras hipóteses. Sugira-se uma, aceitando a distanciação e a representação como condições de simulação. Tente-se depois enraizar, nesta, uma sensibilização ao OUTRO, não uma imitação dele. Como? Fazendo o quê?

Se aceitarmos que, representando, simulamos, mas que, ao mesmo tempo, sentimos, damos vida a algo que será necessário fazer, antes, para que toda a actividade na aula se justifique, deixando de ser arbitrária e para que TUDO surja fortemente motivado? Supomos que trabalhando sobre projectos, nego-ciados e aceites por todos, e por todos assumidos no colectivo aula. Daí se pode partir para criar, imaginar, descrever lugares, objectos, personagens, relações entre eles. Vive-se, portanto, uma criação teatral, ainda que de um tipo específico. Impõe-se para isso sensibilizar, analisar, caracterizar, por inferência, códigos sociais e culturais, demarcar sistemas de valores, crenças, atitudes, comportamentos (INTRA – e INTER – classes, grupos socioprofissionais), etc. Depois, há que identificar papéis imaginados, há que viver acontecimentos, incidentes/acidentes prováveis. Só então o outro questionar dos documentos autênticos, agora de todos os tipos e formas. O documento autêntico assume aqui função importante, diferente da inicial, a de permitir detectar indícios, marcas socioculturais que, recontextualizadas, irão dar verosimilhança a cenários e a situações aos novos contextos criados. E no acto de ler/interpretar/analisar tais documentos, o sujeito co-enunciador passa, naturalmente, de interpretante consciente a analisante.

Seguidamente, outras técnicas de criatividade sugeridas como suporte/estímulo ao imaginário, permitiriam abrir caminho a narrativas, mais ou menos biográficas das personagens. Depois, haveria dramatização, representação.

Tinham-se, assim, delineado linhas de força para uma metodologia da simulação global, onde se seguiriam fases como, a título de exemplo,

- A. **Esboço de cenário**, de espaços delimitados, inventados, de paisagens, de interiores. Aí se acentuariam certos índices capazes de tornar plausíveis os primeiros esboços, tais como indicações topológicas precisas, pormenores reais, sociogramas, sistemas de parentesco, etc., etc.
- B. **Escolha de uma cronologia e de uma ordem** na trama narrativa, cortada talvez por acontecimentos inseridos aleatoriamente, numa imaginária «vida de

todos os dias», acontecimentos sempre dependentes dos contextos escolhidos. Acentue-se ser esta actividade particularmente compatível com um ensino nocional/funcional que abra para línguas de especialidade.

C. **Escrita do guião/peça.**

D. **Dramatização – representação:** fase do escrito oralizado, marcado também por comportamentos não linguísticos adequados.

Tratou-se, portanto, da criação de um mundo, mas de um mundo só conhecido através de, e sempre mediatizado, o que acontece mesmo que haja uma longa fase inicial para fornecer informações precisas, para explicar implícitos, reduzir mal entendidos, representar universos socioculturais. Assim, pela consulta de banco de dados, mediatizados, se iriam obtendo informações para aumentar conhecimentos, estimular a criatividade e, no momento, para facilitar a produção, escrita e oral. Destaque, de novo, para todos aqueles documentos autênticos mediatizados que, se objecto de estudo e de catalogação/indexação com descritores apropriados, se podem tornar documentos de referência ricos e extraordinária fonte de informações, de índices (lexicais, temáticos, culturais), a reinvestir mais tarde.

Acentuamos, contudo, o facto de, sem uma fase prévia, inicialmente endocêntrica, nenhuma simulação poder resultar. Consideramos, assim, co-ocorrentes, embora em tipos de progressão diferentes, dois tipos de aprendizagens de uma língua estrangeira: a endógena e a exógena.

Partimos, tal como Christoph Edelhoff, François Mariet, Marcel de Grève – para só citar alguns, do que se pode designar por nível zero: «*Level one: Theme and content to be based on the knowledge and experience of the learners*»¹ (C. Edelhoff). Para nós, este nível seria aquele que designamos por abertura a uma língua franca «internacional», por abertura ainda a uma vida «*close, dominée et réglée*»².

Ao longo destes processos, e sempre em função dos alunos, ir-se-ia gradualmente abrindo caminho ao realismo dos pormenores, ao verosímil e ao plausível em certos espaços e tempos, em certas falas, em certas personagens.

Observando, interpretando, analisando e identificando modos de vida de outras gentes, far-se-ia agir uma causalidade do provável e ir-se-ia criando ao mesmo tempo uma utilização potencial para tudo aquilo que se estaria aprendendo. Em todo o caso, e mesmo sendo os objectivos, nesta fase zero, predominantemente linguísticos, podê-los-íamos já demarcar em domínios vários. Sugerimos alguns:

- metalinguagem do estudo de grupos («brainstorming», avaliação, tomada de decisões...);
- aquisições lexicais e temáticas;
- aquisições metalinguísticas e metacomunicacionais (actos de fala correlatos com situações, com papéis sociais; aquisições discursivas, mais ou menos

estereotipadas e previsíveis em certas situações do quotidiano, mesmo socioprofissional, etc.);

- discurso mais espontâneo em situação de grupo-classe (debate não formal);
- práticas e reflexões incidentes
 - no supra-segmental (articulação, ritmo, tom, intensidade);
 - no para-linguístico (postura, gestualidade, mímica).

No domínio da língua escrita, acentuaríamos a elaboração, colectiva primeiro, depois por grupos, quer de textos longos, quer de ficheiros de vários tipos: aquisições gramaticais, aquisições lexicais «à Charge Culturelle Partagée» (Galisson), leitura e análise de documentos autênticos, descrição das personagens e da respectiva evolução, etc., etc.

Deste modo, a integração de simulações globais como suporte metodológico intensivo, noutros tipos de materiais didácticos, iria ainda permitir, para além de tudo o mais, articular ensino em turma e ensino individualizado (ex.: ficheiros pessoais), estimular a leitura e o debate, dar outra dinâmica a trabalhos interdisciplinares e a abordagens interculturais. Assim, quer a sociologia, quer a sociolinguística, adquiriram no contexto de aprendizagem de uma língua estrangeira, uma outra dimensão, talvez bastante mais real.

3. De facto, e ainda hoje, o papel da sociologia, mesmo em contexto escolar institucional, é mínimo. É que, para além das «Ciências Sociais» e de certos pressupostos teóricos globais que marcam o ensino de línguas estrangeiras, pouca reflexão é feita na própria escola sobre as condições sociais ou económicas e, mesmo, sobre o(s) capital(is) cultural(is) do(s) aluno(s). Daí que, sem se atender a quem são, sem se tentar avaliar a distância social e cultural a que um ou outro estudante, por vezes todos, se encontram de conteúdos e temáticas uniformes – que definem a quase totalidade dos objectos pedagógicos utilizados, se avance, longe de qualquer reflexão mtacomunicacional sobre a língua estrangeira, para aqueles outros que a vivem em situação, num mundo que o aluno sente estranho, distante, social e culturalmente. Mais, fundamentam-se até pedagogias em concepções simplistas e arbitrárias, quer da cultura, quer da organização sociopolítica do país outro.

Esconder estes problemas, em qualquer contexto de aprendizagem de línguas, de nada vale. Lembro A. Grosser e as suas palavras «*le respect de l'enfant ce n'est pas le silence*»³. Que tal silêncio desapareça, pois, e que se parta da criança, ou do adolescente, uma e outro com imagens e com experiências diferentes, directas ou não, da cultura estrangeira. Levar a compreendê-la? Tentar explicá-la? Como? A partir de que caminhos pedagógicos? O que propomos, parte da simulação total atrás referida e de uma vivência, o constatar que um saber falar se articula necessariamente com um saber ser, estar, viver. Acontece, contudo, e não o esqueçamos, que o viver difere de comportamentos fixos, estereotipados, ainda que se enraíze na observação e num tipo de restrições

contextuais e de situação que o indivíduo deve marcar, não apenas por imitação, não apenas por repetição, automática ou por memória. Criem-se por isso, na instituição, na turma, condições de produção de objectos, eles também culturais, mesmo se lúdicos e em língua estrangeira, o todo articulado com a vida do **aluno**, com a que a todos é comum, ou seja, a do quotidiano, numa sala de aula, na escola.

Também aqui propomos um caminho, lembrados de Pierre Bourdieu⁴ que nos fala do HABITUS como núcleo estruturado e estruturante de práticas, sociais e culturais. Através dele explica variações na produção verbal, associações e gostos, baseados na homologia: diferenciações em posições sociais, diferenciações em estilos de vida. Como condições de reprodução de tais HABITUS, na língua materna, a transmissão (escolar, familiar...), técnicas de inculcação directa (não faças...) ou indirecta (mediatizada...). Serão pois os HABITUS de um povo, o núcleo temático que teremos de aproximar, agora para o ensino da língua estrangeira, antes de qualquer outro.

Para isso convém racionalizar a escolha dos documentos que se utilizarão; convém montar, modernizar, actualizar bancos de dados; convém escolhê-los em função do valor atribuído a factores como organização escolar e familiar, ou a tipos e graus de socialização, atingidos no processo de «reprodução» de «Habitus» culturais na língua estrangeira, mas ela própria língua materna para o(s) povo(s) que a fala(m). Mais tarde estudaremos o que as opõe.

Caminhe-se para análises objectivas do universo em estudo (cultura e contra-cultura), partindo de instrumentos intelectuais e linguísticos, de reflexões (metalinguísticas e metacomunicacionais) incidentes em espaços semióticos marcados por tramas interactivas.

Acabe-se, enfim, com processos de legitimação de pressões institucionais que visam manter determinada acepção da ordem pedagógica. Acabe-se com o uso ilícito de técnicas sociológicas (inquéritos, sondagens, análise do conteúdo) abusivamente aplicadas para legitimar problemas mal levantados, escolhas invertidas, más representações de situações reais. Acabe-se com a ilusão do ser possível ensinar a competência de comunicação de um falante nativo, mesmo recorrendo à sociolinguística. O estrangeiro é e deve continuar, definindo-se a si próprio como estrangeiro.

4. Para Barnes (1977)⁵, por exemplo, a sociolinguística é de «*very little use in understanding pedagogical issues*». Em posição diferente, Halliday⁶ irá criticá-lo em 1979, afirmando que Barnes não tinha sido sensível a um outro posicionamento do objecto da linguística: já não «*almost exclusively linguistic forms*» mas «*meanings and functions*». Consagra assim um caminho de abertura a programas de ensino de línguas que surjam «*designed on communicative, functional or notional lines*»⁶.

Sem tomar posição por uma ou outra escolha, impõe-se-nos todavia constatar o quanto são pobres e lacunares as relações entre estudos linguísticos («*latu sensu*») e materiais «práticos» de ensino.

Porquê esta situação? Haverá outros caminhos? Outros tipos, outras formas reais, de interacção? Retomemos a perspectiva sociolinguística de que é impossível falar genericamente. Com efeito, não há uma, mas várias correntes dominantes, estruturáveis a partir de duas grandes orientações. Por um lado, temos a língua definida pelo seu uso e no(s) modo(s) como os actores sociais a empregam numa grande diversidade de situações. Por outro, temos diversos tipos de estudo que partem de tais usos. **Listem-se alguns desses estudos e destaquem-se, entre eles, duas correntes.**

Primeiro, a **sociologia da linguagem**, tendo como objecto a linguagem no seu contexto social ou a significação social da linguagem (Fishman, 1968, 1971)⁷. Temas nela dominantes: o multilinguismo (resultante da organização social e da redistribuição geográfica de certas línguas minoritárias), o bilinguismo, a diglossia, a padronização. Damos particular relevo, nesta perspectiva, a estudos de relação entre grupos étnicos e ou sociais nos países de acolhimento, a estudos sobre línguas em contacto, com destaque para o estudo da interacção entre línguas de comunicação oral e língua veicular. Trata-se aqui de estudos que se impõe articular tanto com problemas educativos gerais e com problemas de política linguística, quanto com problemas para o ensino de línguas estrangeiras, para a planificação curricular e mesmo em situação de alfabetização.

Podem inserir-se ainda neste domínio – o da sociologia da linguagem, os estudos de Bernstein e a chamada «hipótese do *déficit* linguístico». Pode-se apresentá-la resumidamente dizendo que as exigências no «desempenho» linguístico, estabelecidas pelas classes dominantes, determinam a variedade padrão de uma língua, os seus usos *standard*. A subordinação a estes, ou o afastamento deles, determina por sua vez o reconhecimento e a aprovação ou a recusa de um comportamento verbal, sendo possível fixar uma escala «normativa» de avaliação, cedo interiorizada. Será pois, em contraste com esta, que certas variedades podem ser consideradas aceites, aceitáveis ou de excluir. Acontece ser a fala da classe média, no quotidiano comum, a que mais frequentemente coincide com a variedade padrão, que assim se torna mecanismo selector, filtro social. Compreende-se, facilmente, a que poderá conduzir uma posição deste tipo, se transportada, de modo simplista, talvez mesmo ingénua, para a elaboração de programas ou de materiais didácticos.

Destaque particular, também, para aquilo que designaremos por **sociopsicologia da linguagem**, ou seja, o estudo de atitudes ante uma língua, atitudes que vêm de crenças, de opiniões, de posições ante as línguas que se falam ou que se querem falar, ante aquelas que alguém se recusa a aprender ou aquelas que temos mesmo de falar (escolaridade obrigatória). Cito Lambert e um livro já com mais de vinte anos: *Langage, Psychology and Culture*, California, Stanford University Press, 1972.

Incluimos também nesta orientação a sociolinguística variacionista, que se propõe articular produção linguística e contexto social, desenvolvendo estudos de variabilidade, marcados, contudo, pelo perigo do empirismo de certas descrições – o que acentuaram F. Gadet e M. Pêcheux⁸. Como objectivo fundamental: «*l'ensemble des conduites linguistiques collectives caractérisant les groupes sociaux dans la mesure où elles se différencient en entrant en contraste dans la même communauté linguistique globale*»⁹.

Outros estudos da variabilidade vão incidir em dialectos urbanos. Fazem-se aí análises de correlações entre factores sociais (classe, sexo, idade..., maior ou menor formalismo em contextos conversacionais, etc.) e respectivos efeitos em certas micro-estruturas de formas linguísticas – exemplo, o caso das variáveis fonológicas e gramaticais (Labov)¹⁰. De referir ainda, aqui também, a articulação de uma norma valorizadora – positiva ou negativamente, de certas pronúncias ou dialectos – com a ideia de um nível médio de uso corrente, erigido em norma *standard*.

Relevo, enfim, nesta mesma orientação, para estudos de comportamentos verbais interactivos – Gumperz e Hymes, marcados pelo que se designa por competência de comunicação e sobretudo pela **etnografia da fala**. Esta permite abordar, numa perspectiva contrastiva, acontecimentos comunicativos específicos («*communicative events*»), em comunidades determinadas. Trata-se de um domínio de pesquisa integrado e que, também ele, transcende a sociolinguística «*strictu sensu*», porque enraizado, embora marcado por formas sociais e culturais de quotidianos verbais padronizados.

No campo teórico dê-se particular relevo a alguns textos de Dell Hymes, como o de 1962, clássico, ou o de 1974. Neles se podem isolar certas particularidades quando, na perspectiva da etnografia da fala se observam – analisam – descrevem padrões de usos verbais dentro de culturas específicas. Apontemos algumas dessas particularidades:

- actos de fala: tipologias, funções e significação;
- adequação e aceitabilidade: restrições contextuais e regras de selecção (contextos sociocultural e verbal, situações; papel, estatuto, dos interlocutores; interacções verbais criadas; canais e suportes...).

Esboça-se, aqui, a articulação entre estudos linguísticos e estudos sociológicos e etnográficos, sobretudo na forma de investigações de terreno. Apesar do interesse desta perspectiva, algumas perguntas têm de se fazer: onde, exactamente, a fronteira entre etnografia da fala – análise do discurso e gramática textual? Entre estas, sociolinguística e pragmática? Mais, como articular tais orientações com a didáctica das línguas estrangeiras? Como, nesta última, ultrapassar um uso *standard* médio? Mais, como o simular, representar se, na inferência que o produz, o sabemos ilusório, imaginário, não real?

Vemos agora que poucas são as relações entre qualquer uma destas correntes e a situação de ensino/aprendizagem.

De facto, embora a **sociologia da linguagem** constatare

- o declínio do ensino das línguas estrangeiras, em geral;
- o apagamento de motivações tradicionais: cultura, literatura, viagens;
- o aumento da aprendizagem de línguas de especialidade, ou para fins específicos, sejam estes **ler** em língua estrangeira, **falar** uma língua oral ou mesmo

apenas **conhecer** o povo que a fala, o que implica tender para mudanças de atitude em relação a esse povo (Ingram, 1978)¹¹,

são quase nulas as acções que aqui se enraízam.

E, no entanto, como consequências, a nível de programas, poderíamos apontar, desde já, algumas acções prioritárias e pragmáticas, decorrentes desta opção teórica:

• **detecção de**

- problemas sociais e políticos decorrentes de ou, obrigando a certas planificações linguísticas;
- fenómenos de multiculturalismo – multilinguismo/biculturalismo-bilinguismo;

• **compreensão de**

- natureza da linguagem verbal;
- relações:
 - línguas – dialectos;
 - diversidade linguística – universais linguísticos.

Quanto à hipótese variacionista, constata-se também ter sido pouca a reflexão que, em ensino de línguas estrangeiras e, sobretudo, no ensino da língua materna, o seu trabalho devia exigir.

Lembramos que, se a etnografia da fala nos põe a hipótese de um

«level of speech acts (that) mediates immediately between the usual levels of grammar and the rest of a speech event or situation in that it implicates both linguistic form and social norms» (Hymes, 1962),¹²

uma quase incógnita se põe, na prática pedagógica quando não na análise teórica, no articular desses níveis entre si: seja isto a propósito

- da utilização de registos de deferência;
- da relação tom de voz-entoação;
- da articulação entre diferentes tipos de movimentos/posturas, gestualidade, mímica e acções verbais.

Descritores, regras de co-ocorrência, muito pouco está suficientemente estudado, muito pouco foi até hoje aplicado em situação de ensino. Citem-se, toda via, e até como demonstração exemplar, as afirmações feitas nos trabalhos sobre *Kindly* e *please* de R. Quirk¹³, G. Leech¹⁴ e J. R. Ross¹⁵.

Aliás, de tudo o que era possível reter deste modelo, o que acabou por dominar em práticas pedagógicas, e até das mais reflectidas, foi a proposta Jakobson-Hymes (designação nossa), quanto às funções da linguagem em situação de comunicação (vd. Hymes, 1962), tal como o relevo dado à interacção destinador-destinatário-referente.

Confirma-se que até hoje uma «gramática de comunicação» tem servido, sobretudo, para rearrumar o já adquirido, numa prática pedagógica tradicional. Lembro que Leech escreveu ser o seu livro apenas para estudantes avançados em estudos de gramática **da e na sua própria língua** (p. 10), especificando ainda que a proposta de uma «gramática de comunicação» «*has groundings in the grammar of the language after several Years of School English*» (p. 11, sublinhados nossos).

5. Outros modelos linguísticos há ainda a referir, salientando nós, aqui, os que se enraízam em diferentes pragmáticas e no processo enunciativo.

Quanto à primeira opção, podemos fazê-la remontar a Morris, Pierce, Austin, Searle, tanto quanto à pragmática textual alemã.

O campo de pesquisa delimita-se à volta de actos que co-ocorrem com o falar e que revelam as nossas intenções de acção. É evidente, contudo, que a força ilocucionária de um acto depende de todo o contexto e da situação de interlocução, delas dependendo também, naturalmente, a forma, a função e o valor do **dito**, e do «**representado**» («*performed*»), tal como de cadeias subjacentes que articulam implícitos, pressupostos, conotações.

A linguagem teria deste modo de ser estudada/usada na aula, não só como sistema referencial ou como veículo de representações sociais, mas também como indício do não dito, como marca de relações de poder, como espaço argumentativo e até como rede de manipulações mais ou menos conscientes.

6. Tudo são tramas complexas, esboços de fronteiras fluidas em que se cruzam sociedade, cultura e linguagem, onde a língua, como sistema abstracto, se desenha a partir de usos, discursos, textos.

E se, nem uns, nem outros, são objectiváveis, redutíveis, como os articular num programa de ensino, numa progressão didáctica?

Por agora, e aqui, só uma hipótese de trabalho nos é possível sugerir: a da investigação de terreno, a do trabalho conjunto de docentes e investigadores de vários tipos/níveis de ensino. Pedimos também que se repensem programas, livros, materiais diversos. Que se colabore, sem modismos, sem exhibições, ou mais ou menos científicas, ou mais ou menos pedagógicas. Que se pense mais nos alunos e no tipo/nível de competência de comunicação que realmente queremos atingir, para além de uma competência gramati-

cal ou de um certo grau de adequação a contextos e situações diversas. Que se articulem saberes plurais:

- cognitivos (saber, saber compreender, interpretar, pensar...);
- psicomotores (saber falar – oral espontâneo; saber escrever); (saber dizer – escrito oralizado...);
- afectivos (saber estar, saber ser...).

E que se estimule a progressiva tomada de consciência, por cada um,

- de uma identidade cultural que coexiste com outras e que marca, profundamente, toda a relação EU-OUTREM;
- de fenómenos de criação cultural;
- da possibilidade de um humanismo universalizante.

Tudo isto é, afinal, bem mais importante do que a aprendizagem de uma língua. Ou não será?

Práticas

Apresentamos a seguir dois testes formativos, do tipo dos que irá fazer nesta cadeira.

I. Sociolinguística

A. Para muitos investigadores, esta disciplina estudaria:

- a) tudo aquilo de que a linguística não se ocupa;
- b) a co-variação das estruturas linguísticas e sociais em sociedades primitivas com estruturas simples;
- c) juízos normativos sobre a língua;
- d) a co-variação das estruturas linguísticas e sociais em sociedades civilizadas com estruturas complexas.

B. Há parâmetros que condicionam o discurso e que permitem explicitar dados até certo ponto condicionantes do comportamento verbal. Indique alguns desses parâmetros.

C. Para além dos factores acima enunciados, há sempre uma componente afectiva a marcar qualquer discurso. Desenvolva, em poucas linhas (5-10), a dimensão que

pode ser dada ao papel da atitude dos sujeitos falantes, face aos enunciados produzidos por eles próprios.

- D. Comente, em 15-30 linhas, o máximo, a frase que segue: Mais do que o «tipo do discurso», o «registo» está ligado ao contexto, à situação, aos factores, às variantes da fala, e às marcas sociolinguísticas particulares que definem tais variantes.

II. Sociolinguística

- A. Para muitos investigadores, esta disciplina estudaria:
- a) as condições da comunicação;
 - b) a co-variação dos fenómenos linguísticos e sociais, estabelecendo uma relação de causa a efeito;
 - c) a co-variação dos fenómenos linguísticos e sociais, estabelecendo eventualmente uma relação de causa a efeito;
 - d) a co-variação dos fenómenos linguísticos e sociais.
- B. Há parâmetros que condicionam a recepção dos discursos (ouvidos e lidos) e que permitem explicitar, até certo ponto, efeitos produzidos. Indique alguns desses parâmetros.
- C. Para além dos factores acima enunciados, há sempre ruídos e uma componente afectiva a marcar a recepção de qualquer discurso. Desenvolva, em poucas linhas (5-10), a dimensão que pode ser dada ao papel da atitude dos destinatários, face a enunciados ouvidos/lidos.
- D. Comente, em 15-30 linhas, o máximo, a frase que segue: «As realidades do quotidiano apresentam-se-me como um espaço intersubjectivo que partilho com outros, espaço relacional dominado por poder, tanto quanto por solidariedade».

NOTAS

- ¹ H. Eichheim *et al.*, *Fremdsprachenunterricht im Spannungsfeld Zwischen Gesellschaft Schule und Wissenschaften*, München, Druckerei Kemmler e Hoch Gmbtt, 1981, p. 16.
- ² M. E. Ricardo Marques, «Langue internationale» et approche interculturelle, in *Triangle* 1, Paris, AUPELF, 1981, pp. 35-46.
- ³ *Idem*, in *L'école et la vie*, n.º 4, Janeiro 1979.
- ⁴ Pierre Bourdieu, *La distinction-critique sociale du jugement*, Paris, ed. de Minuit, 1979.
- ⁵ Douglas Barnes, «The Study of classroom communication in teacher education, in M. Gill e W. J. Crocker, eds., in *English in Teacher Education*, New South Wales, University of New England, 1977.
- ⁶ M. A. K. Halliday, «Linguistics in Teacher Education, in J. Maling-Keeps e B. D. Keeps, eds., in *Language in Education*, Camberra, Curriculum Development Centre, 1979.
- ⁷ J. A. Fishman, ed., *Readings in the Sociology of Language*, La Haye, Mouton, 1968; *Advance in the Sociology of Language*, La Haye, Mouton, 1971.
- ⁸ F. Gadet e M. Pêcheux, *La Langue introuvable*, Paris, Maspero, 1981.
- ⁹ J. B. Marcellesi e B. Gardin, *Introduction à la Socio-linguistique*, Paris, Larousse, 1974, p. 15.
- ¹⁰ W. Labov, *Sociolinguistique*, Paris, ed. de Minuit, 1976, p. 95.
- ¹¹ D. E. Ingram e T. J. Quinn, eds., *Language Learning in Australian Society*. Proceeding of the 1976 Applied Linguistics Association of Australia Conference.
- ¹² D. Hymes, «The ethno-graphy of speaking, in J. A. Fishman, ed., *Readings in the Sociology of language*, La Haye, Mouton, 1968.
- ¹³ R. Quick *et al.*, *A Grammar of Contemporary English*, London, Longman, 1973.
- ¹⁴ G. Leech e Jan Suartvick, *A Communicative Grammar of English*, London, Longman, 1975.
- ¹⁵ John R. Ross, «Where to do things with words», in Peter Cole e Jerry Morgan, eds., *Syntax and Semantics*, vol. 3, *Speech Acts*, New York, Academic Press, 1975, pp. 233-56.

PARA UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA

Maria Emília Ricardo Marques

Habitados a pensar a política linguística em termos portugueses, dificilmente lusófonos, vemo-nos hoje obrigados a repensá-la em termos, não só europeus, como mundiais. Há portanto representações de língua e de política linguística a mudar, urgentemente, em qualquer país da comunidade e perspectivas novas a criar.

Como base de reflexão sobre esta temática, existem algumas propostas valorizadas pelo seu enraizamento em tramas do quotidiano, em realidade complexas, geopolíticas e socioculturais, onde a intervenção glotopolítica já se revelou decisiva.

Lembre-se, por exemplo - e como já está longe a data — a *Charte de la langue française* (Québec, 26 de Agosto de 1977), tal como as palavras então ditas pelo Director linguístico do *Office de la langue française*:

[...] l'expérience québécoise a démontré que le changement linguistique planifié est possible.

A política linguística, ou a planificação linguística¹ decorre, como vemos, de um tipo de reflexão científica hoje aceite como fundamental, sobretudo numa Europa que se constrói. São por isso numerosos e importantes os textos que debatem *les faits de langage où l'action e tla société revêt la forme du politique*². São por isso também múltiplos os debates em que a glotopolítica intervém. Apontamos, como fundamentais, os seguintes:

- coexistência, num espaço continental, de línguas minoritárias ao lado de grandes línguas veiculares. Cite-se, sobre este assunto.

¹ Fishman, J. (ed.): *Language Planning and Language Planning Research: the State of the Art*. In *Advances in Language Planning*, Haia. Mouton. 1974

² Guespin, L. & Marcellesi, J.-B.: *Pour la Glottopolitique. Langages* 83, Paris. Larousse 1986, p.5.

- . MINORITÉS LINGUISTIQUES ET INTERVENTIONS, ESSAI DE TYPOLOGIE (1978). Compte rendu du Colloque sur les minorités linguistiques tenu à l'Université de Laval du 15 au 18 avril, 1977. *Linguistic minorities and interventions. Towards a typology (1978), proceedings of the Symposium on linguistic minorities held at Laval University from April 15th to April 18th 1977*, Québec, Presses de l'Université Laval.
- . *RAPPORT ANNUEL 1978*. Commissaire aux langues officielles (1979). Ottawa. Ministre des Approvisionnements et Services du Canada.
- **multilinguismo e sociedade nacional**
 - . GEHMARR, E, KUBAT, D. & MEHRLÄNDER, A.: *Ausländerpolitik: ein konflikt* Bonn, 197 (edição inglesa em 1979).
 - . FERGUSON, Ch. & HEATH, S.B. (eds.) *Language in U S A* Cambridge, Mass., MIT, 1981.
 - . RIS, R.: "Dialekte und Einheitssprache, in der deutschen Schweiz". In *Dialect and Standard in Higly Industrialized Societics. International Journal of the Sociology of Language* 21, The Hague: Mouton, 1979.
 - . VERDOOT, A. (ed.): *International Journal of the Sociology of language* 15 The Hague, Mouton, 197
- **Bilinguismo / biculturismo em contextos pluriculturais**
 - . MACAY, W.F.: *Bilinguisme et contact de langues*. Paris Klincksieck, 1976
 - . *TRANEL 4* (mai 1982), numéro spécial: Actes du Colloque sur le bilinguisme. Neuchâtel (Setembro 1991). Neuchâtel, Institut de Linguistique - Université de Neuchâtel, 1982.
 - . *Europe plurilingue*, sobretudo no seu número de Maio - 1992, revista editada pela *Association pour le rayonnement des langues européennes*.
- **representações da língua, numa perspectiva sociolinguística**, *Langue française* 85, fév., 1990.
- **defesa da língua nacional**

- . AMMOND, U. (ed.: Dialect and Standard in Highly Industrialized Societies. In *International Journal of the Sociology of Language* 21, The Hague: Mouton, 1979.
- . TABOURET-KELLER, A.: Regional Languages in France. *International Journal of the Sociology of Language* 29, The Hague. Mouton, 1981.
- . TRUDGILL, P. : *Sociolinguistic Patterns in British English*, Londres, Edward Arnold, 1978

- reconhecimento, no ensino oficial europeu, de países com línguas veiculares.

- ...

Para além destes temas, outros, há onde a reflexão linguística aplicada se revela importante. De entre eles destacamos o ensino de línguas fundamental e urgente, no contexto europeu actual, para o reforço de uma concidadania e de uma identidade cultural europeias. E a pergunta surge naturalmente: que identidade cultural se pensada em termos europeus?

Respondemos citando Edgar MORIN, *Penser l'Europe*. Paris, Gallimard, 1987, pp.128-29.

La spécificité de la culture européenne est avant tout dans la continuité et l'intensité de ses dialogiques où aucune des instances constitutives n'écrase ou n'extermine les autres ni même n'exerce durablement une pesante hégémonie. C'est ce qui en fait en bouillon et un bouillonnement de culture ininterrompus du XV^e au XX^e siècle. L'antagonisme se trouve lui-même au sein de chacun des termes de la dialogique. Ainsi la Raison connaît ses antagonismes internes entre sa tendance critique et sa tendance systématique entre la rationalité ouverte et la rationalisation close et elle doit sans cesse sous peine de s'autodétruire produire son autocritique. De même et corrélativement l'humanisme européen subit et produit un antagonisme profond entre la croyance en son universalité qui dissimule un européocentrisme dominateur et sa potentialité véritablement universalisante ouverte sur tous individus et toutes cultures qui démasque et critique l'eurocéocentrisme.

Le processus comporte des phénomènes de contamination mutuelle entre les partenaires antagonistes: ainsi il s'est introduit beaucoup de rationalité critique dans la Foi contre la Raison elle-même certes mais aussi contre les raisons de la Foi et il s'est introduit une très grande Foi dans la Raison et dans la Science. Le processus recèle aussi d'étonnants renversements de situation lorsque par exemple l'excès de doute crée l'angoisse qui

ramène à la foi l'excès rationaliste crée le dessèchement qui conduit au romantisme ou lorsque des contre-mythes se font mythes comme la Raison ou la Science. Il contient encore des moments dialogiques cruciaux dans les oppositions exemplaires Pascal/Montaigne, Hobbes Locke, Newton/Descartes, Rousseau/Voltaire, Lumières/Romantiques, Hegel/Kierkegaard. Il comporte enfin des crises pour chacun des termes de la dialectique, mais jamais aucun ne succombe, et il profite même de la crise pour se ressourcer et se renouveler. Ainsi en a-t-il été et en est-il toujours de la Foi! La culture européenne ne subit pas seulement ces oppositions, conflits et crises; elle en vit. Ceux-ci sont, eux aussi, autant ses producteurs que ses produits!

Ce qui est important dans la culture européenne, ce ne sont pas seulement les idées maîtresses (christianisme, humanisme, raison, science), ce sont ces idées et leurs contraires. Le génie européen n'est pas seulement dans la pluralité qui produit le changement. Il n'est pas dans la production du nouveau ,en tant que tel, il est dans l'antagonisme de l'ancien et du nouveau (le nouveau pour le nouveau se dégrade en mode, superficialité, snobisme et conformisme). Autrement dit, ce qui importe dans la de la culture européenne, c'est la rencontre fécondante des diversités, des antagonismes, des concurrences, des complémentarités, c'est-à-dire leur dialogique. C'est celle-ci qui est le produit/producteur de la boucle "toubillonnaire" où chaque élément ou moment est à la fois cause et effet de toute la boucle, laquelle se développe en nébuleuse spirale. C'est la dialogique qui est au cœur de l'identité culturelle européenne et non tel ou tel de ses éléments ou moments.

Numa Europa aberta ao diálogo, porque por ele marcada, é natural que Comunidade pressuponha fundamental que todo os seus habitantes falem uma língua estrangeira, língua franca, cedo inserida no currículo geral. E a pergunta surge naturalmente: que língua deverá desempenhar este papel?

Respondemos citando Jacques LESOURNE *La culture en l'an 2000* (Éducation et Société. "Les défis de l'an 2000", Éd. la Découverte et Journal Le Monde, Paris. 1988).

L'Histoire culturelle du monde dans les cinquante prochaines années risque fort d'être marquée par deux phénomènes en apparence antagonistes: l'émergence d'une culture mondiale et la vitalité des cultures nationales.

Avec la multiplication des transports de personnes, avec les progrès fulgurants de la communication de l'information, une culture mondiale est en train de naître sous nos yeux. Elle a sa langue: l'anglais. Elle a ses lieux privilégiés: les aéroports, les grands hôtels, les centres économiques des mégalo-pôles, les grands laboratoires de recherche,

les stades et les hauts lieux du tourisme. Elle a ses acteurs: les grandes agences d'information, des journaux comme le New York Herald Tribune, quelques maisons d'édition, les producteurs de feuilletons télévisés, l'internationale des scientifiques, les états-majeurs des multinationales, les tour operators, les institutions intergouvernementales, les exploitants des réseaux de télécommunication, les compagnies aériennes. Elle a même sa cuisine: une forme dégradée de la cuisine française ...

A cette culture ne participe encore pleinement qu'un faible pourcentage de la population mondiale, mais il s'agit d'une culture fort complexe puisque, d'un côté, grâce aux relais des télévisions et des presses nationales, elle constitue déjà une culture de masse, tandis que de l'autre, grâce à la souplesse des médias modernes, elle réunit des microcultures qui se limitent parfois à quelques dizaines ou quelques centaines de personnes — les spécialistes d'une technique, par exemple — réparties de par le monde. Une culture en pleine expansion. Une culture dominante.

Mais en face d'elle, les cultures nationales affirment leur vitalité. Dans la confrontation ou dans la coexistence. La confrontation ? Elle est surtout le fait des cultures du Tiers Monde, ces cultures métissées, fruit de l'union d'un père colonisateur, étranger et brutal, admiré et haï et qu'il a fallu tuer dans l'adolescence des guerres de libération, et de cette mère traditionnelle qu'il a violée et qui est devenue un objet de désillusion et d'amour. Elle peut être violente comme dans le cas de l'Iran et des intégrismes en tous genres ou comme dans le cas de nombreux pays de l'Amérique latine. Reste la coexistence qui correspond plutôt au cas des pays développés de l'Ouest et de l'Est, les Etats-Unis occupant une place à part à cause de leur rôle majeur dans la genèse de la culture mondiale. Cette coexistence, certains pays comme les pays scandinaves ou l'Allemagne fédérale semblent la vivre sans difficultés majeures. D'autres, au contraire, comme la France ou le Japon, lui opposent une résistance explicite ou cachée. Il y a là pour la société française une question fondamentale, car son avenir — y compris dans le domaine économique — dépendra — fortement de son aptitude à concilier la vitalité de sa culture et son insertion dans la culture mondiale.

Dans quarante ans, moins de 2% de l'humanité parlera le français et le monde n'aura qu'un besoin marginal de la culture française. Les différents pays ne s'y intéresseront que dans la mesure où elle leur sera facilement accessible soit dans leur langue nationale, soit en anglais. Si les élites françaises au sens le plus large — qu'elles soient intellectuelles, économiques ou politiques — refusent de participer à la culture mondiale, elles ne se parleront plus qu'à elles-mêmes, comme c'est déjà le cas pour des larges fractions de certaines professions. Nos scientifiques seront marginalisés dans les congrès. Les

techniques de nos ingénieurs n'inspireront plus confiance. Nos commerçants seront désavantagés dans la concurrence internationale. Nos juristes seront exclus du droit des grandes affaires. Nos chefs d'entreprise ne comprendront pas les évolutions de la demande mondiale. Nos éditeurs devront renoncer à faire traduire la plupart de nos livres.

Pour la vie culturelle française, la participation à la culture mondiale n'est pas une menace mais un stimulant et même une condition de son développement. Elle n'est pas une menace puisque la survie de notre langue n'est pas un jeu. Elle est un stimulant puisque c'est en intériorisant les problèmes du monde que la culture française peut retrouver sa dimension universelle. Elle est une condition de développement puisque nos créations — notamment dans le domaine audiovisuel — ne seront viables que si elles ont accès au marché mondial.

Ainsi, apparaissent clairement l'utilité et les limites de la francophonie.

Desenha-se, por conseguinte, e muito para além da comunidade europeia, uma situação que designamos por transglóssica, visto não haver, como na diglossia, uma variedade dominante e outra dominada; mas, apenas, a coexistência, em espaços transnacionais, de duas línguas usadas com finalidades diferentes. Aí, a língua veicular internacional aparece.

- . por um lado, reduzida a rotinas verbais, a formulações únicas, aculturadas, desumanizadas, pela aprendizagem de um código utilitário, sobretudo denotativo, referencial, realizado em discursos de onde a fina negociação de conteúdos teve necessariamente de ser apagada;
- . por outro, como espelho da adulteração de um código, de onde a marca cultura foi apagada, quando não submergida pela marca mais forte da cultura de origem do sujeito enunciador, aquela cultura que irá condicionar os usos da língua veicular internacional, em todos os tipos de comunicação.

E é esta coexistência de duas línguas em que a língua e a cultura de origem aparentemente dominadas, acabam por ser dominantes, que nos leva a pôr a questão do bilinguismo.

A forma "bilinguismo" designa todas as situações que implicam o uso oral, por vezes escrito de duas línguas — uso feito por um indivíduo ou um grupo. O termo não refere portanto situações

de co-ocorrência de línguas em determinado espaço, onde co-existiriam falantes de uma ou de outra, mas situações onde vivem sujeitos que falam ambas as línguas.

Latu sensu temos portanto de perguntar que questões linguísticas se desenham, a nível de cada língua, como sistema, quando duas ou mais línguas são usadas num mesmo espaço geográfico e social. Apontem-se algumas dessas questões:

- **Línguas em contacto**,³ (1953).

Falar de contacto implica que se põe a tónica num processo, não na sua explicação. E atentar no processo, obriga consequentemente a observar o próprio funcionamento da actividade linguística dos sujeitos enunciadore. É portanto em n situações de interacção verbal e numa actividade interlocutória, múltipla e diferenciada, que o contacto é indicado, sendo no sujeito co-enunciador/enunciador que tem lugar o contacto em si. A hipótese da existência de processos de contacto — lembro telenovelas, canções, publicidade, filmes legendados, ..., tantas outras — significa também que muito desse contacto não é, nem esporádico, nem ocasional, decorrendo das estruturas do sistema, interiorizadas e activas na competência linguística do sujeito falante.

- **Do contacto nasce a interferência.**

E o contacto, tal como a interferência, acontecem constantemente no mundo de hoje — quando duas ou mais línguas são usadas, embora em modalidades diferentes, em dado espaço, seja ele geográfico, cultural ou linguístico.

Faça-se contudo a distinção entre a interferência episódica, surta no imediatismo do discurso vivo — concretizamos citando um neologismo recolhido em França, — machintosh — er/ —age / — iste — e a interferência não pontual com sequelas na história da língua.

Encontramo-nos, por conseguinte, ante um domínio diverso e complexo, que exige tanto estudos lexicais, como gramaticais ou fonológicos, em perspectiva pluridisciplinar dominada pela socio e pela psicolinguística. Lembre-se que factores psicológicos, sociais e culturais têm então papel dominante, sendo o primeiro extensivo à própria representação da língua, factor sociocultural que obsta, quando culto quase religioso, quer a certas "importações" de estrangeirismos, quer a um evoluir natural do idioma.

³ Weinreich, U. — *Languages in contact*. New York. Linguistic Circle, 1953 reimpr. La Haye, Mouton, 1963.

Lembre-se também, que a imagem da língua pode levar a situações contrárias, aquelas em que o uso de estrangeirismos dá, ou é suposta dar, um "toque de classe" às frases ditas.

O todo social afecta, como se compreende, qualquer processo de contactos, entre os que actualmente se desenrolam, aponto o que se tem vindo a desenhar, como tipo específico de bilinguismo europeu transglóssico: Inglês + língua materna. É, aliás, um tipo que acaba por estar ligado, tanto ao estatuto socioeconómico e à imagem de certos grupos socioprofissionais, quanto ao papel transversal do inglês em território europeu e no Mundo, como atrás referi. Acentue-se contudo ainda que, desde sempre, se observaram relações idênticas entre situações de bilinguismo transglóssico e funções sociais atribuídas a ou desempenhadas por línguas em presença.

Acontece todavia que a repartição de funções entre usos de línguas é geralmente estável, continuando a sê-lo desde que tais funções não sejam postas em causa pela evolução, ou técnica, ou cultural, da sociedade. O fenómeno articula-se assim com normas ou rotinas de grupo a que os falantes se conformam, ou não, rotinas que marcam as línguas em presença num espaço complexo: geopolítico, social, cultural e humano. Com efeito, é no homem, no profundo do seu ser, que tem lugar a génese de um estado individual de bilinguismo. Demarquemos-lhe tipos. Por um lado, temos a oposição

- **bilinguismo precoce**
(antes dos 4 anos, sobretudo se aceite a ideia de língua franca)

- **bilinguismo tardio**
(aprendizagem depois dos 4 anos, ou seja, quando já conhecido, no seu essencial o sistema da língua materna).

Por outro lado, temos diglossia a bilinguismo equilibrado (R. Titone), implicando este à vontade em ambas as línguas; isto, enquanto o dilota domina nitidamente melhor a primeira língua. É aliás esta uma situação talvez preferível, porque a língua materna desempenha, na criança funções que nem podem ser partilhadas, nem assumidas, por nenhuma outra — o que acontece mesmo quando se dá o caso de ambas pertencerem a uma única área sémio-cultural. Nesta tipologia sumária de funcionamentos bilingues, distinguimos ainda, dado o contexto que nos preocupa, entre

- **bilinguismo coordenado** — os indivíduos aprendem a outra língua no país de acolhimento e a sua competência vocabular nas duas línguas faz pressupôr a existência de dois universos de referência e o domínio de dois sistemas lexico semânticos;

- **bilinguismo composto** — a aprendizagem da segunda língua processa-se a partir do estágio de principiante absoluto, no país e no contexto sociocultural de origem; é um bilinguismo dominado pelo quadro de referências da língua 1 e pela existência de um sistema semântico onde se enraizam dois sistemas lexicais. Esta oposição ⁴ foi usada em investigações sobre aquisição vocabular, mas dificilmente se pode aceitar como modelo descritivo-explicativo para o bilinguismo em geral.
- **bilinguismo permeável versus bilinguismo estanque**, enraizando este na separação completa do funcionamento dos dois sistemas linguísticos. Um exemplo de **situação bilingue estanque** acontece na apresentação de certas exposições, técnicas ou científicas, espaços visuais e verbais que se situam para além de identidades culturais específicas.

E naturalmente a questão surge: que língua veicular internacional usar numa exposição técnica ou científica, que vise, por exemplo, uma itinerância europeia, o que põe, entre outros, problemas de custos?

Como primeira hipótese, teríamos a sua concepção em várias línguas — o que nem sempre é fácil ou viável. Daí que a solução esteja portanto a ser a que opta pelo uso do Inglês, mais o da língua do país de origem da exposição. Concretize-se citando a que teve por título *Histoire de la pensée* e que foi apresentada em La Villette, acordando fortes reacções em todos os europeus não-ingleses ou franceses que a visitaram. Há contudo, e já, outras vivências deste tipo em países oficialmente bilingues. Assim em Ottawa, no Museu das Ciências e das tecnologias, fazem-se sempre as exposições em Inglês e Francês, abrindo-se, deste modo, estranhos contrastes. Citemos, a título de exemplo, um caso ocorrido em Ottawa, em 1990, observemos as palavras de abertura, de texto que à entrada de uma exposição convidava à experiência vivida, ou seja, a observar e a manipular aparelhos, instrumentos. Em Francês surgiu

- *Il ne faut jamais se fier aux apparences.*

E, em Inglês, escreveu-se

- *Things are not always what they seem .*

⁴ Ervin, S.& Osgood, C.E.: Second language learning and Bilingualism. In C.E. Osgood and T. Sebeok (eds.) *Psycholinguistics (Supplement) Journal of abnormal and Social Psychology* 49, 1954: 139 146

Tínhamos, portanto, em Francês a ordem normal, universal, atemporal, que quase assumia a forma de provérbio normativo, que especificava o que, fosse qual fosse o tempo ou o espaço, não devia ser feito; por contraste, em Inglês, surgia uma frase constatando, sugerindo a surpresa e não impondo nada; mais, deixando até o campo aberto à possível exceção que ..., a acontecer, apenas confirmaria a regra.

Desenhavam-se, por conseguinte, e numa simples frase, dois modos totalmente diferentes de viver um conteúdo, ou seja, de falar a língua do outro, introduzindo na comunicação a tão necessária dimensão cultural.

Se hoje educamos para a mobilidade, para uma cultura europeia em que haja partilha de valores, isso vai exigir uma gestão das representações mentais de nação, nacionalismo, língua, ..., tanto quanto o acentuar da importância do vector cultural na planificação de estratégias para a constituição de plataformas de entendimento no espaço europeu. Mas que estratégias? devemos nós perguntar e a partir de que problematização geral, pressupondo aceite a combinatória LINGUA de ORIGEM + inglês e pondo a questão em termos de futuro não imediato?

Começemos por listar alguns tópicos ⁵ sem focar o ensino de uma língua a trabalhadores de outra nacionalidade ou o ensino de uma língua veicular. Partimos todavia, sempre, do pressuposto de que o Inglês é aceite como língua franca. Eis algumas dessas questões:

- . Quantas línguas ensinar na comunidade? e com que distribuição curricular?
- . Por que línguas optar? Far-se-ão sondagens ⁶ sobre a necessidade das várias línguas? em que contextos, tendo em conta que factores linguísticos, psicológicos, educacionais?

⁵Sobre estes temas citem-se:

. Rubin, J e B. Jernudd (eds.), *Can language be planned?* Honolulu, 1977

. Rulin, J. et alii (eds.), *Language planning processes*. The Hague, 1977

. Rubin, J. e R. Shuy (eds.), *Language planning current issues and research*. CAL, Washington, D.C., 1973

revistas

Language Problems and language Planning

Language Planning Newsletter

⁶ cf. a sondagem feita na Holanda (Instituto de Sociologia Aplicada-Nijmegen) e os trabalhos de J. Claessen e outros editados em 1978 ou J. Claesen et alii *Foreign language needs in the Netherlands: an educational research project ALLA Congress* - Montreal 1978.

Que outros critérios lhes associar, tal como ao resultado das sondagens? Permito-me sugerir alguns:

- . situações de vizinhança ou de maior proximidade geográfica
- . grau de dificuldade das línguas
- . relações de semelhança tipológica, que facilitam fenómenos de intercompreensão
- . existência, quer de materiais ricos e diversificados, quer de professores habilitados para o ensino dessa língua, quer ainda de centros, fora da escola, onde tal aprendizagem seja possível.
- . depois, escolhidas as línguas, que perfis finais de aprendentes pretendemos alcançar? Poderão estabelecer-se padrões, nos vários níveis e tipos de ensino, resultantes de tipologias e de objectivos concretos? Que tipo de frequência escolar implicam? Que certificação?

Deixo as perguntas em aberto, como tema de reflexão, citando todavia um caso suposto real: um americano perguntou a um japonês que língua ele usava em negócios. E, para espanto do americano, o japonês respondeu: a língua do cliente. Este exemplo, não foi gratuito. Permite-nos, pelo menos acentuar que, às restrições contextuais já referidas (geográficas, políticas, sociais, económicas e culturais), a resposta japonesa acrescenta uma outra dimensão, também esta a não esquecer — a dimensão pragmática.

É evidente que muitas questões ficam por abordar, sobretudo a de graus de proficiência a estabelecer, em ensino não formal, quando da aquisição de determinadas capacidades/habilitações (skills). Isto porque dificilmente se poderá continuar a aceitar designações do tipo

conhecimentos da língua X
bons conhecimentos da língua
conhecimentos aprofundados
domínio de, etc., etc..

Recorde-se contudo que a aprendizagem de uma língua não termina nunca e que, se parada, fossiliza como interlíngua⁷). Daí o papel que podem assumir, no contexto europeu, quer

⁷ Appel, R. e P. Muysken, *Language Contact and Bilingualism*. Londres, E. Arnold, 1987.

mediatecas regionais e locais, quer estações de trabalho, integradas, ou em empresas, ou noutros tipos de organizações e de instituições.

Na trama proposta, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a difusão rápida da informação, a acelerada evolução tecnológica, a criação e o desenvolvimento de instituições de ensino a distância em base multimidiática, ou a utilização de satélites (como o EUTELSAT-2, pela RTP1, captável no espaço comunitário com uma simples parabólica de 80 cm) aceleram a revolução, tanto nos sistemas educativos, como nas técnicas específicas de ensino/aprendizagem de línguas. Essa revolução atinge também, por efeitos pro- e retroactivos, a própria abordagem da comunicação educacional e a especificidade dos processos didácticos.

E também estes são parâmetros básicos para a delimitação do percurso de um projecto, o da transformação do ensino aprendizagem de línguas no espaço comunitário europeu.

Bibliografia geral

A. Sociolinguística

1. Questões gerais

ADAMSON, H.

- 1980 — *A Study of Variable Syntactic Rules – the Interlanguage of Spanish-speaking Adults Acquiring English as a Second Language*, Unpublished doctoral dissertation, Washington, DC, Georgetown University Press.

BAILEY, C. J.

- 1973 — *Variation and Linguistic Theory*, Washington, DC: Center for Applied Linguistics.

- 1982 — *On the yin and yang nature of Language*, Ann. Arbor, Mich, Karoma Publishers.

BEEBE, L.

- 1980 — «Sociolinguistic variation and style shifting in second-language acquisition», in *Language Learning* 30, 2, pp. 433-447.

BENSON, J. O. & GREAVES, S.

- 1973 — *The Language People really Use*, Agincourt, Canada, Book Society of Canada Limited.

BERDAN, R.

- 1975 — «The necessity of variable rules», in *Analysing variation in language*, R. Fasold and R. Shuy, eds., Washington DC, Georgetown University Press, pp. 11-26.

BICKERTON

- 1981 — «Discussion», in *New Dimensions in Second Language Acquisition Research*, R. Anderson, ed., Rowley, Mass, Newbury House, pp. 202-206.

BOLTON, K.; KWOK (eds.)

- 1992 — *Sociolinguistics today. International Perspectives*, London, Routledge.

BOURDIEU, P.

- 1977 — «The economics of linguistic exchanges», in *Social Science*, XVI-6.

CEDERGREN, H. & SANKOFF, D.

- 1974 — «Variable rules: Performance as a Statistical Reflection of Competence», in *Language* 50, pp. 333-355.

DICKERSON, L.

- 1975 — «The learner's interlanguage as a system of variable rules», in *TESOL Quart.* 9, pp. 401-407.

DICKERSON, L. & DICKERSON, W.

- 1977 — «Interlanguage phonology: Current research and future directions», in *Interlanguages and Pidgins and Their Relation to Second Language Pedagogy*, S. P. Corder and E. Roulet, eds., Librairie Droz, Neuchâtel, Faculté de Lettres. Genève, pp. 18-29.

DILLARD, J.

- 1972 — *Black and English: Its History and Usage in the United States*, New York, Randon House.

DITTMAR, N.

- 1976 — *Sociolinguistics*, London, Edward Arnold.

FIRTH, J. R.

- 1957 — «A synopsis of linguistic theory», in *Studies in Linguistic Analysis*, special volume of the Philological Society, London-Oxford, Blackwell, pp. 1-32.

- 1957 — *Papers in Linguistics 1934-1951*, London, Oxford Univ. Press.

GATBONTON-SEGALOWITZ, E.

1976 — Systematic Variations in *Second Language Speech: A Sociolinguistic Study*, unpublished dissertation, McGill University.

GEIGER, A.

1979 — *Britischer Kontextualismus und Fremdsprachenunterricht [British Contextualism and Foreign Language Teaching]*, Berlin, Cornelsen-Velhagen and Klasing.

GREGORY, M. & CARROLL, S.

1978 — *Language and Situation: Language Varieties and their Social Context*, London, Routledge and Kegan Paul.

GUMPEREZ, J. & WILSON, R.

1971 — «Convergence and Creolization: A case from the Indo-Aryan/Dravidian border», in *Pidginization and Criolization of Language*, Dell Hymes, ed., Cambridge, U. K., Cambridge University Press, pp. 151-168.

HALLIDAY, M. A. K.

1975 — *Learning How to mean: Explorations in the Development of Language*, London, Edward Arnold.

HAUGEN,

1972 — *The Ecology of Language*, Stanford: Stanford University Press.

HEIDELBERG

1978 — «Forschungsprojekt 'Pindgin-Deutsch'. The acquisition of German syntax by foreign migrant workers», in *Linguistic Variation Models and Methods*, D. Sankoff, ed., New York Academic Press, pp. 1-22.

HUDSON, R. A.

1980 — *Sociolinguistics*, Cambridge, Cambridge Univ. Press.

HUFSCHMIDT, J. & MATHEIER, K. J.

1976 — «Methoden und Erfahrungen bei sprach-soziologischen Feldforschungen», in *Sprachliches Handeln – Soziales Verhalten*, München, Fink Verlag.

HYMES, D.

1974 — *Foundation in Sociolinguistics: an Ethnographic Approach*, Philadelphia Univ. Press, reed. London, Tavistock Publication, 1977.

— «Why Linguistics Needs the Sociologist», in *Social Research*, 34, pp. 632-647.

1984 — «Sociolinguistics: Stability and Consolidation», in *International Journal of the Sociology of Language*, 45, pp. 39-45.

KACHRU, B.

1981 — «Socially Realistic Linguistics: the Firthian Tradition», in *International Journal of the Sociology of Language*, 31, pp. 65-89.

1981 — «The Pragmatics of Non-Native Varieties of English», in *English for Cross-Cultural Communication*, ed. L. Smith, New York, St. Martin's Press, pp. 15-39.

KLEIN, W.

1976 — «Sprachliche Variation», in *Studium Linguistik*, 1.

LABOV, W.

1966 — *The Social Stratification of English in New York City*, Washington, DC.: Center for Applied Linguistics.

1969 — «Contraction, deletion and inherent variability of the English copula», in *Language*, 45(4), pp. 715-752.

- 1969 — «The Logic of Non-Standard English», in *Georgetown Monographs on Language and Linguistics*, 22, pp. 1-22 e 26-31.
- 1972 — «The study of language in its social context», in *Sociolinguistic Patterns*, Philadelphia, Univ. of Pennsylvania Press.
- 1980 — «The social origins of sound change», in *Locating language in time and space*, William Labov, New York, Academic Press, pp. 251-266.
- 1982 — «Objectivité et Engagement en Linguistique: le procès de l'Anglais Noir à Ann Arbor», in Gueron J. & Sowley T., eds., *Grammaire transformationnelle, théorie et méthodologie*, Paris.
- LAKOFF, G.
- 1987 — *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*, Chicago, University of Chicago Press.
- LANZANO, M. & BODMAN, J.
- 1981 — *Milk and Honey*, New York, Harcourt, Brace and Jovanovich.
- LE PAGE, R. B.
- 1980 — «Theoretical aspects of sociolinguistic studies in pidgin and creole languages», in *Theoretical orientations in creole studies*, Albert Valdman 6 Arnold Highfield, New York, Academic Press, pp. 331-368.
- MALINOWSKI, B.
- 1923 — «The Problem of meaning in Primitive Languages», in *The Meaning of Meaning*, C. Ogden & I. A. Richards, ed., London, Kegan Paul, Trench and Tribner, pp. 296-336.
- MILROY, L.
- 1987 — «Language and social networks», in *Language in society*, 2, Oxford, Blackwell, 2.^a ed.
- NAOTSUKE, R.
- 1978 — *Mutual Understanding of Different Cultures*, Osaka, Japan: Educational Science Institute of Osaka Prefecture.
- NEWMAYER, F. J.
- 1988 — *Linguistics: the Cambridge Survey*, vol. IV: *Language: the sociocultural context*, Cambridge, C. U. P.
- POPLACK, S.
- «Sometimes I'll start a sentence in English y termino en español: toward a typology of code-switching», in *Linguistics* 18 (7/8), pp. 581-618.
- ROUSSEAU, P. & SANKOFF, D.
- 1978 — «Advances in Variable rule methodology», in *Linguistic Variation: Models and Methods*, D. Sankoff, New York, Academic Press, pp. 57-69.
- SANKOFF, D. & LABERGE, S.
- 1978 — «The Linguistic market and the statistic explanation of variability», in *Linguistic Variation: Models And Methods*, D. Sankoff, New York, Academic Press, pp. 239-250.
- SAPIR, E.
- 1938 — «Why Cultural Anthropology Needs the Psychiatrist», in *Psychiatry*, 1, pp. 7-12, reed. em *Selected Writings of Edward Sapir*, D. Maadelbaum, ed., Berkeley e Los Angeles, Univ. of California Press, pp. 569-577.

SHUY, Roger W.; SHNUKAL, A., (eds.)

1980 — *Language use and the uses of language*, Georgetown Univ. Press, Washington DC.

SMITH, L.

1985 — *Discourse Across Cultures*. Paper presented at the annual meeting of the Teachers of English to Speakers of Other Languages, New York.

STEINER, E.

1983 — *Die Entwicklung des Britischen Kontextualismus*. [The Development of British Contextualism], Heidelberg, Julius Groos Verlag.

SVEJČER, A. D. & NIKOL'SKIJ, L. B.

1986 — *Introduction to Sociolinguistics*, LLSEE, vol. 14, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamin Publishing Company.

SVEJČER, A. D.

1986 — *Contemporary Sociolinguistics: Theory, Problems, Methods*, LLSEE, vol. 15, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamin Publishing Company.

TRUDGILL, P.

1974 — *Sociolinguistics: An Introduction*, Middlesex, Penguin.

1974 — *The social Differentiation of English in Norwich*, Cambridge, Cambridge University Press.

WEINREICH, U.; LABOV, W. & HERZOG, M.

1968 — «Empirical foundations for a theory of language change», in *Directions for historical linguistics*, Winfred P. Lehman & Yakov Malkiev, Austin, University of Texas Press, pp. 95-188.

WOFFRAM, W.

1969 — *A Sociolinguistic Study of Detroit Negro speech*, Washington, DC, Center of Applied Linguistics.

2. Principais áreas de investigação

2.1 Sociolinguística variacionista

BAILEY, C.-J. & SHUY, R.

1973 — *New ways of analysing variation in English*, Washington DC, Center for Applied Linguistics – são muito importantes os ensaios de Labov, Cendegren, Ross, Sankoff e Smith.

FISHER, J. L.

1958 — «Social influences on the choice of a linguistic variant», in *Word* 14, reeditado em Hymes, 1964, pp. 47-56.

LABOV, W.

1963 — «The social motivation of a sound change?», in *Word* 19, pp. 273-309; reformulado em *The social stratification of English in New York City*, Washington DC, Center for Applied Linguistics, 1966; resumido em «On the mechanism of linguistic change», in *Monograph Series on Languages and Linguistics* 18, Washington DC, 1965, pp. 91-114.

THORNE, B. & HENLEY, N.

1975 — «Difference and Dominance: An overview of language, gender and society», in B. Thorne & N. Henley, eds., *Language and Sex*, Newburg House Publishers, Mass.

WEINRICH, U.

1968 — «Is a structural dialectology possible?», in *Word* 14, 1954, reeditado em Fishman, pp. 388-400.

Variação linguística: regras

Destaquem-se os trabalhos de Labov, o programa informático VARBRUL e, no domínio do espanhol falado em Buenos Aires, a investigação de Lavandera.

CENDERGREN, H. C. & SANKOFF, D.

1974 — «Variable rules performance as a statistical reflection of competence», in *Language* 50(2), pp. 333-355.

LAVANDERA, B.

1974 — «On Sociolinguistic Research in New World Spanish: A review Article», in *Language in Society* 3.

Bilinguismo – diglossia, pidgin, crioulo

FERGUSON, C. A.

1964 — «Diglossia», in *Word* 15 (2), pp. 325-340; reeditado em Hymes.

FISHMAN, J. A.

1965 — «Who speaks what language to whom and when?», in *La Linguistique* 2, pp. 67-88, ver Pride e Holmes, 1972, pp. 15-32.

1966 — *Language loyalty in the United States: the maintenance and perpetuation of non-English mother tongues by American ethnic and religious groups*, Janua Linguarum, Series Maior XXI, the Hague, Mouton.

1968 — «Sociolinguistic perspective on the study of bilingualism», in *Linguistics* 39, pp. 21-49.

1969 — «Bilingualism in the Barrio», in *Modern Language Journal* 53 (3), pp. 151-185, 53 (4), pp. 227-258.

FISHMAN, J. A., et al.

1968 — *Bilingualism in the Barrio: the measurement and description of language dominance in bilinguals*. Final report on OECD 1-7-062817, Washington DC, Office of Education.

SANKOFF, D.

1973 — «Above and beyond phonology in variable rules», in Bailey e Shuy, pp. 44-61.

SHUY, R. W.; WOLFRAM, W. A.; RILEY, W. K.

1967 — «Linguistic correlates of social stratification in Detroit», in *Final report – cooperative research project 6-1347*, US Office of Education.

2.2 Etnografia da fala

GUMPERZ, J. J.

- 1962 — «Types of linguistic community», in *Anthropological Linguistics* 4, pp. 28-40, ver Fishman (1968, pp. 460-472) e Gumperz (1971, pp. 97-113).
- 1968 — «The speech community», in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, London, Macmillan, pp. 381-386, ver Gumperz (1971, pp. 114-128) e Giglioli (1972, pp. 219-231).
- 1971 — *Language in Social Groups*, Stanford, Stanford Univ. Press, ver Bloom & Gumperz, 1971; Gumperz, 1962, 1968.
- 1976 — *The sociolinguistic significance of conversational code-switching*, Mimeo, p. 57.
- 1977 — «The conversational analysis of inter-ethnic communication», in Ross E. L., eds., *Inter-ethnic communication*, Athens, GA, Univ. of Georgia Press, p. 223.

GUMPERZ, J. J. & HYMES, D. H. (eds.)

- 1964 — *The ethnography of communication* (= *American Anthropologist* 66, special publication), p. 109.
- 1972 — *Directions in Sociolinguistics: the ethnography of communication*, New York, Holt, Rinehart & Winston, ver Bloom & Gumperz, 1971; Fishman, 1972; Friedrich, 1972; Hymes, 1972; Schegloff, 1972.

GUMPERZ, J. J. & WILSON, R.

- 1971 — *Convergence and creolization: a case from the Indo-Aryan/Dravidian border in India*, 47 p., in Hymes (1971, pp. 151-167).

HYMES, D. H.

- 1962 — «The ethnography of speaking», in *Anthropology and Human Behavior*, Washington, Anthropological Society of Washington, pp. 13-53, ver Fishman (1968, pp. 99-138).
- 1964 — (Ed.) *Language in Culture and Society*, New York, Harper and Row, 109 p.
- 1971 — (Ed.) *Pidginization and Creolization of Language*, Cambridge, Cambridge University Press, ver DeCamp, 1971; Dillard, 1971; Ferguson, 1971; Gumperz & Wilson 1971; Labov, 1971.
- 1971 — «Competence and performance in linguistic theory», in Huxley R. & Ingram E., *Language Acquisition: Models and Methods*, London, Academic Press, pp. 3-28, ver também pp. 116, 219, 220.
- 1972 — «Models of the interaction of language and social life», in Gumperz & Hymes, pp. 35-71, ver também pp. 27, 49, 120.
- 1974 — *Foundations of Sociolinguistics: An ethnographic approach*, Philadelphia, Univ. of Pennsylvania Press, 109 p.

2.3 Teoria do déficit linguístico

BERNSTEIN, B.

- 1970 — «A sociolinguistic approach to socialization: with some reference to educability», in Williams, pp. 25-61.
- 1971 — *Class, Codes and Control*, vol. 1: *Theoretical Studies towards a Sociology of Language*, London, Routledge & Kegan Paul, 208 p.
- 1973 — *Class, Codes and Control*, vol. 2: *Empirical Studies*, London, Routledge & Kegan Paul, 216 p.

BERNSTEIN, B. & HENDERSON D.

1972 — «Social class differences in the relevance of language to socialization», *Sociology* 3: 1-20, ver Fishman, pp. 126-149, e Argyle (1973, pp. 47-62), 1969, p. 100.

BRANDIS, W. & HENDERSON, D.

1972 — «Social Class, Language and Communication», in Bernstein B., ed., *Primary Socialization, Language and Education I*, London, ed. B. Bernstein.

EDWARDS, John R.

1979 — *Language and disadvantage*, London, Edward Arnold.

2.4 Sociologia da linguagem

FISHMAN, J. A.

1968 — *Readings in the Sociology of Language*, The Hague, Mouton, ver Brown & Gilman, 1960; Ervin-Tripp, 1964; Garvin & Mathiot, 1956; Geertz, 1960; Gumperz, 1962; Hymes, 1962.

1971 — *Sociolinguistics: A brief introduction*, Rowley, Newbury House, 55.

1972 — *The Sociology of Language. An interdisciplinary social sciences approach to language in society*, Rowley, Newbury House.

1972 — *Advances in the Sociology of Language*, vol. 2: *Selected Studies and Applications*. The Hague, Mouton.

1972 — «The sociology of language», in Giglioli, pp. 45-48.

1972 — «Domains and the relationship between micro- and macrosociolinguistics», in Gumperz & Hymes, pp. 435-453.